

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 106

Publicação do CEM - Ano XXXIX, Nº 106 - Maio - Agosto/2026



DOSSIÊ

**Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental:
experiências latino-americanas e caribenhas - Vol. 2**

DOSSIER

**Climate change, migration, and environmental injustice:
Latin American and Caribbean experiences - Vol. 2**

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

João Paulo Buchinger, C.S.

Editor-chefe

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica - Milano),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cáspere Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise (ITESP/MISSÃO PAZ),
Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Tatiana Waldman (Museu da Língua Portuguesa),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

EDITORAS-ASSISTENTES

Anna Ferri Davis (USP), Camilla Reis (USP), Yara Silvia Tucunduva (CEM)

EDITORA DE LIAUT

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE

ISSN 2594-7869

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser - nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO/ SUMMARY

APRESENTAÇÃO

Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: experiências latino-americanas e caribenhas – Vol. 2.....07

Érika Pires Ramos; Helion Póvoa Neto; José Carlos Pereira; Márlcio Lourenço Fernandes

PRESENTATION

Climate change, migration, and environmental injustice: Latin American and Caribbean experiences – Vol. 2.....15

Érika Pires Ramos; Helion Póvoa Neto; José Carlos Pereira; Márlcio Lourenço Fernandes

ARTIGOS

Emergencia climática, derechos humanos y movilidad humana: la Opinión Consultiva OC 32/25 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos

Climate emergency, human rights, and human mobility: the Inter-American Court of Human Rights' Advisory Opinion OC-32/2523
Constanza Estepa

Entre o desastre e o deslocamento: a produção de vulnerabilidades no Sul Global na era da Grande Aceleração

Between disaster and displacement: the production of vulnerabilities in the Global South in the Age of the Great Acceleration.....39
Sara Aparecida de Paula

Migração e justiça ambiental: dinâmicas de expulsão e resistência em contextos periféricos

Migration and environmental justice: dynamics of expulsion and resistance in peripheral contexts.....59
Wagner Alexandre Sítio

Cuerpo-Territorios in motion: climate (im)mobilities in light of international advisory opinions

Cuerpo-Territorios em movimento: (i)movibilidades climáticas à luz de opiniões consultivas internacionais.....79
Vesper Noschese T. V. Junqueira

Entre la tierra y el mar: desafíos de habitabilidad frente a la crisis climática en el territorio Gunayala

Between land and sea: habitability challenges amidst the climate crisis in the Gunayala territory 99

Daniela Paredes Grijalva; Alessandra Naar; Adalberto Diginya Hernández Thompson; Sagla Celestiano Garrido

O Deslocamento e reassentamento induzidos pelo desenvolvimento no contexto do neoextrativismo latino-americano

Development-induced resettlement and displacement in the context of neo-extractivism in Latin America 131

Anna Ferri Davis

Perspectiva epistémica, cultural y organizacional para el estudio del conflicto socioambiental. El caso de los migrantes menonitas en Puerto Gaitán – Colombia

Epistemic, cultural, and organizational perspectives for the study of socio-environmental conflict. The case of mennonite migrants in Puerto Gaitán, Colombia..... 151

Diego Hernán Varón Rojas

Memoria organizativa y Acción Climática Popular en la Comuna 8 de Medellín

Organizational memory and People's Climate Action in Medellín's Commune 8..... 173

Carlos Velásquez Castañeda; Equipo Relator del Panel Interbarrial de Cambio Climático de Medellín

RELATO

Cómo una comunidad en Puerto Rico transformó una emergencia energética con soberanía del conocimiento

How a community in Puerto Rico transformed an energy emergency through *knowledge sovereignty*..... 185

Arturo Massol Deyá

CONTO

Seus olhos, dois rios

Your eyes, two rivers..... 191

Laura Santos de Souza

RESENHA

WAYUU APALAANCHI: corazón voltado para o mar. Direção, roteiro e produção: Luzbeidy Monterrosa Atencio. Colômbia: Dialogue Earth, 2025. 1 vídeo (5 min)

Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana

Where the sea is memory: a narrative review of the audiovisual testimony of Clarena *Fonseca Uriana*;195
Clarena Elizabeth Fonseca Uriana; Paola Andrea Cataño Gómez; Andrés Aristizábal Isaza

ARTE

Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental - Painel tríptico
Climate change, migration, and environmental injustice – triptych panel.....202
Sergio Ricciuto Conte

Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: experiências latino-americanas e caribenhas - Vol. 2

Climate change, migration, and environmental injustice: Latin American and Caribbean experiences – Vol. 2

*Érika Pires Ramos**
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlio Lourenço Fernandes

1 APRESENTAÇÃO

Este dossiê temático foi pensado para fomentar um debate transdisciplinar acerca das inter-relações entre mudanças climáticas, processos migratórios e múltiplas formas de injustiça ambiental. A realização da Conferência do Clima no Brasil (COP30) foi a oportunidade para promover um debate mais aprofundado sobre esses temas.

A crise climática vem provocando impactos profundos nas dinâmicas sociais, migratórias e ecológicas em escala global. Entretanto, seus efeitos não se distribuem de forma equitativa: no Brasil, país de dimensões continentais e profundas desigualdades, essas crises afetam desproporcionalmente diversos grupos sociais e, de forma mais danosa, as populações mais vulnerabilizadas e que enfrentam cotidianamente diferentes formas de injustiça e racismo ambiental. O mesmo padrão se reproduz nos países do chamado Sul Global.

Neste contexto, a mobilidade ainda permanece invisibilizada como uma dimensão humana da crise climática e ambiental, seja quando acontece dentro de um país, seja quando se dá entre fronteiras. A proteção das pessoas em mobilidade e, também, em situação de imobilidade não se dá exclusivamente através da agenda climática e migratória. Ela exige uma mirada integral e a

* Veja nota biográfica dos organizadores do presente dossiê no final dessa edição.

garantia de direitos humanos cuja negação vulnerabiliza ainda mais pessoas, suas comunidades e territórios; potencializam os impactos das mudanças climáticas; dos desastres; e amplificam as desigualdades preexistentes.

Para compreender o que está em jogo, é necessário que se reconheça a pluralidade de narrativas em disputa. Estratégias de enfrentamento justas e dignas precisam ser construídas e decididas coletivamente, adaptadas às necessidades e capacidades das populações e grupos afetados, e orientadas a longo prazo. A prevenção e as intervenções emergenciais transcendem o dever de um único grupo social ou Estado. Embora ocorram eventos locais, o caráter global do fenômeno requer uma governança coordenada entre povos e países, sem prejuízo da atuação de associações e grupos comunitários em escala local. A articulação sinérgica entre as escalas local, regional e global constitui um imperativo operacional para assegurar a eficácia e perenidade das medidas protetivas.

Nesse sentido, o dossiê desdobra-se em três edições (105, 106 e 107), reunindo contribuições contemplando diferentes perspectivas e abordagens. Procura-se analisar como as mudanças climáticas e a degradação ambiental operam como fatores estruturantes de deslocamentos forçados, de conflitos socioambientais e desigualdades sociais, condicionando diferentes formas de mobilidade humana: processos migratórios vinculados a desastres ambientais e eventos climáticos extremos, deslocamentos associados ao extrativismo, dinâmicas de resistência comunitária e organização popular, bem como interlocuções entre organizações e instituições políticas nacionais e internacionais.

Recebemos artigos com reflexões teóricas, abordagens empíricas com estudos de caso, além da contribuição a partir do conhecimento, experiências e vozes comunitárias e de outros valiosos aportes no formato de resenha, poema e conto. Desde a perspectiva jurídico-legal, destacam-se avanços importantes na defesa dos direitos de migrantes e deslocados internos no contexto da mudança climática e desastres ambientais que estão em curso.

A acolhida da convocatória foi surpreendente. A qualidade e a quantidade de contribuições superaram as expectativas. Isto exigiu mais tempo de análise e culminou na decisão de desdobrar este dossiê em três volumes, organizados em três eixos: I. Perspectivas internacionais (com ênfase nas abordagens teórica e global); II. A experiência latino-americana; e III. O contexto brasileiro, com a maioria das contribuições dedicadas à análise do desastre do Rio Grande do Sul.

Além do momento político importante - COP30 no Brasil - é preciso mencionar que esta temática já vinha sendo abordada em outras edições da Revista Travessia. Fundada no segundo semestre de 1988, a migração

aparece conectada diretamente às mudanças climáticas pela primeira vez em 1996 (edição 25) com o dossiê “Deslocamentos compulsórios e restrições à migração”.

No ano subsequente, a temática ganha mais espaço no dossiê “Migração e meio ambiente” (edição 25, 1997). Mas somente a partir de 2016 a temática Migração e mudanças climáticas reaparece na Revista Travessia (Dossiê Refugiados, edição 79), na qual foi analisada sob a ótica dos desafios políticos para o reconhecimento dos refugiados ambientais no Sistema de Proteção Internacional. Em 2022, o debate foi retomado na edição 93, cujo enfoque centrou-se no desafio do reconhecimento da necessidade de formulação de um estatuto jurídico e suas potencialidades de tutela e regulamentação de efeitos sociais, dentre eles a migração forçada decorrentes das mudanças climáticas.

O debate sobre a intersecção entre mudanças climáticas, fluxos migratórios e injustiça ambiental vem se consolidando nas agendas política e acadêmica. Mas é importante registrar que tal avanço decorre da mobilização de movimentos sociais, populações afetadas e governos cujos territórios são mais ameaçados e afetados. Nesse contexto, a Revista Travessia tem publicado, desde 2022 e ano a ano, textos dedicados a analisar esse panorama e a propor alternativas metodológicas, teóricas e práticas - edições 98 (2023); 101 (2024); e 102 (2025).

Neste percurso, chegamos ao presente dossiê composto por 3 volumes (105, 106 e 107), reunindo abordagens teórico-metodológicas, relatos de experiência e produções literárias. Articulando diferentes recortes espaciais — global, regional (América Latina) e local (Brasil) -, busca debater criticamente a temática em pauta. Sua publicação é resultado de rigoroso esforço coletivo de organizadorxs, autorxs, revisorxs e comitê editorial, a quem agradecemos imensamente.

2 EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS

Neste volume II do dossiê **Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental**, a experiência latino-americana e caribenha ocupa o centro das reflexões teóricas e das soluções instrumentais, operativas e comunitárias, para a crise climática e as dinâmicas multiplicadoras de vulnerabilidades (violência, extrativismo, desigualdades estruturais, desastres, megaprojetos) que impactam a Região. Os estudos de caso e as vozes das comunidades reforçam, especialmente, a necessidade de narrativas não hegemônicas e do reconhecimento dos saberes e do protagonismo das comunidades deslocadas e das que resistem em seus territórios, procurando construir soluções reais à crise ambiental e climática.

Constanza Estepa abre este volume 2 com o artigo, *Emergencia climática, derechos humanos y movilidad humana: la Opinión Consultiva OC 32/25 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos* (Corte IDH). A autora investiga um dos mais importantes *estándares* jurídicos regionais da atualidade, e destaca três dimensões de obrigações: substantivas (proteger direitos como vida, saúde e moradia), procedimentais (acesso à informação e participação) e reforçadas para grupos vulnerabilizados, entre eles, migrantes e deslocados climáticos, reconhecidos como sujeitos de proteção preferencial. A partir da abordagem da responsabilidade estatal, Constanza Estepa destaca que a Corte IDH, ao adotar o conceito de “melhor ciência disponível”, fecha a porta a narrativas negacionistas e impõe aos Estados o dever de “devida diligência reforçada” para prevenir deslocamentos forçados, garantir assentamentos dignos e construir vias migratórias seguras. A referida Corte considera o caráter global e complexo do fenômeno e afirma que a crise climática é, fundamentalmente, uma crise de direitos humanos que exige respostas proporcionais à responsabilidade histórica de cada Estado.

A contribuição de Sara Aparecida de Paula, *Entre o desastre e o deslocamento: a produção de vulnerabilidades no Sul Global na era da Grande Aceleração*, considera a crise ambiental contemporânea como processo estrutural que reproduz desigualdades históricas, sobretudo no Sul Global. No Hemisfério Sul, populações pobres, racializadas e marginalizadas são mais expostas a desastres ambientais e têm menos capacidades de recuperação de seus efeitos. Sara A. de Paula desvela a lógica capitalista de apropriação da natureza, e da omissão do Estado em face das mudanças climáticas. A pesquisadora ilustra a sua argumentação, apresentando dados globais do EM-DAT e o caso das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul — que afetaram 2,8 milhões de pessoas e deslocaram mais de 658 mil de suas casas. A conclusão do artigo realça que as migrações ambientais devem ser compreendidas como um efeito da exploração predatória e sistêmica de recursos naturais. Isto revela injustiça ambiental que exige reparação com a implementação de políticas públicas que tratem a adaptação como direito e a migração como uma estratégia legítima de sobrevivência.

Wagner Alexandre Siteo analisa casos do Brasil e da África em seu artigo *Migração e justiça ambiental: dinâmicas de expulsão e resistência em contextos periféricos*. O autor argumenta que as mudanças climáticas, a migração e a injustiça ambiental são fenômenos interligados e profundamente desiguais. Recordar-se que os países desenvolvidos, responsáveis pela exploração de minérios e recursos naturais no continente africano, figuram também como os maiores emissores de gases de efeito estufa. Esse modelo gera efeitos dramáticos sobre populações periféricas, racializadas e empobrecidas do Sul Global, que enfrentam cotidianamente desastres extremos, secas, enchentes

e deslocamentos compulsórios diretamente associados a grandes projetos de mineração, infraestrutura e agronegócio. Sendo a migração ambiental uma consequência de estruturas históricas de exploração, Siteo conclui que a justiça ambiental deva ser um princípio estruturante das políticas públicas, garantindo a participação das comunidades afetadas, e a adaptação como direito, não como privilégio.

A contribuição de Vesper Noschese T. V. Junqueira, *Cuerpos-territorios in motion: climate (Im)mobilities in light of international advisory opinions* utiliza o conceito de “corpo-território” como lente para analisar as (i)mobilidades climáticas na América Latina no âmbito das Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Internacional de Justiça. O artigo mostra como as populações *trans* e *travesti* foram duplamente atingidas pela destruição material e pela exclusão transfóbica dos abrigos oficiais durante o desastre no Rio Grande do Sul. Destaca também como iniciativas autônomas redefiniram a assistência humanitária a partir da agência daqueles grupos populacionais. A partir das experiências relatadas, conclui que a governança climática demanda uma abordagem interseccional e liderada pelas próprias comunidades. Nessa perspectiva, as reparações devem ser tratadas como norma jurídica e dever político.

Daniela Paredes Grijalva, Alessandra Naar, Adalberto Diginya Hernández Thompson e Sagla Celestiano Garrido analisam como o povo Gunadule, da comarca de Guna Yala (Panamá), enfrenta o deslocamento e a realocação climática a partir de suas próprias epistemologias e ontologias ancestrais. Em seu artigo, *Entre la tierra y el agua: saberes y reubicación frente a la crisis climática en el territorio Gunayala*, os autores apresentam a cosmovisão Guna, que concebe a Mãe Terra e o Mar como entidades vivas e responsivas. A experiência do povo Gunadule oferece um marco para interpretar a mudança ambiental não como fenômeno puramente físico, mas como desequilíbrio espiritual e socioecológico. O texto argumenta que uma realocação climática digna exige participação comunitária real com direito à consulta prévia, livre e informada; compartilhamento dos desafios e ônus da adaptação climática; solidariedade com as populações vulnerabilizadas; produção de arquiteturas culturalmente pertinentes; e reconhecimento dos saberes indígenas.

Megaprojetos, como mineradoras e hidrelétricas, sustentados pelo discurso e pelo modelo de “progresso” herdados do colonialismo, causam destruição ambiental massiva (contaminação da água, desmatamento, rompimento de barragens) e violência. Um efeito imediato desse “progresso avassalador” é a violação de direitos territoriais e o deslocamento forçado de populações, sobretudo de povos indígenas. Casos como a mina Pascua-Lama (Chile/Argentina), o Arco Mineiro do Orinoco (Venezuela) e as barragens de Mariana e Brumadinho (Brasil) ilustram como governos,

mesmo considerados progressistas, reproduzem esse modelo, à revelia da sua própria legislação socioambiental. Em *Deslocamento e reassentamento induzidos pelo desenvolvimento no contexto do neoextrativismo latino-americano*, Anna Ferri Davis defende o reconhecimento da categoria “Deslocamento e Reassentamento Induzido pelo Desenvolvimento (DRID)” como forma de “refúgio ambiental”, para evidenciar o caráter involuntário desses deslocamentos e responsabilizar politicamente os agentes estatais e corporativos que os produzem.

Diego Hernán Varón Rojas analisa o conflito socioambiental causado pela chegada de cerca de 400 famílias menonitas a Puerto Gaitán, na Colômbia. Em *Perspectiva epistêmica, cultural y organizacional para el estudio del conflicto socioambiental – el caso de los migrantes menonitas en Puerto Gaitán*, o autor demonstra que a disputa não envolve apenas o uso da terra e os efeitos ambientais gerados com o desmatamento e a expansão agrícola. O conflito envolve, também, as diferentes formas de entender o território, a produção e a relação com a natureza entre menonitas, indígenas (Sikuani) e os órgãos ambientais. Em seu estudo de caso, Varón Rojas destaca a legitimidade social obtida pelos menonitas por serem vistos como trabalhadores e produtivos, enquanto os Sikuani seguem enfrentando invisibilização de seus direitos ancestrais. O pesquisador conclui que o conflito revela disputas históricas, culturais e políticas mais profundas, exigindo uma análise crítica que considere diversidade epistêmica, justiça territorial e cuidado ambiental.

Em seu texto *Memoria organizativa y Acción Climática Popular en la Comuna 8 de Medellín*, o autor Carlos Velásquez apresenta a construção de respostas locais às mudanças climáticas, articulando memória coletiva, pedagogia popular e incidência política de base. Essas alternativas foram protagonizadas pelos residentes da Comuna 8 de Medellín (Colômbia), um território composto por bairros populares autoconstruídos em região de encostas. A partir da *Mesa de Vivienda* (2011) e do *Movimiento de Laderas* (2020), avançou-se da luta por direitos básicos à gestão comunitária do risco. Nesse contexto, foi criado, em 2022, o “Painel Interbarrial de Cambio Climático” — um “IPCC comunitário” que reconhece líderes de bairros como “especialistas climáticos populares”. Esse processo gerou instrumentos concretos como o Decreto de Emergência Climática (2022) e o Acordo Local 008 (2023), sustentados em Escolas Populares que democratizam conhecimento técnico e político. A experiência da Comuna 8 demonstra que a justiça climática pressupõe o reconhecimento das comunidades periféricas como agentes produtoras de saberes e legítimas na formulação de diagnósticos e soluções verdadeiramente adaptadas às realidades locais.

Arturo Massol Deyá, de Porto Rico, apresenta um relato sobre uma experiência caribenha, *De la emergencia a la soberanía del conocimiento*:

cómo una comunidad forjó su propio laboratorio energético. Deyá destaca o trabalho da organização comunitária Casa Pueblo de Adjuntas e seu modelo vivo de soberania territorial com a criação de microrredes solares. A resistência comunitária é realçada como protagonista da transição energética diante do colapso institucional provocado pelo furacão Maria em 2017. A resposta da Casa Pueblo, combinando inovação técnica e cooperativismo, vem promovendo uma revolução energética em Porto Rico. O laboratório energético da comunidade supera a inação governamental e rompe com a dependência dos monopólios e soluções impostas de fora, desconectadas da sua realidade local.

Laura Santos de Souza narra em seu conto, *“Seus olhos, dois rios”*, a memória de uma família que foi expulsa violentamente de sua comunidade. Compelida a fugir para a cidade, a família passa a viver na pobreza e na instabilidade, enquanto o narrador, um de seus membros, cresce marcado pela perda e pela saudade do rio e da avó. Anos depois, ao conhecer Alberto, um fotógrafo migrante, o narrador encontra na fotografia uma forma de reconstruir sua vida e sua identidade. Em uma viagem de trabalho, retorna ao seu lugar de origem e descobre que a comunidade renasceu sob nova liderança. A partir desse momento, ele percebe que, finalmente, era hora de voltar para casa.

Encerrando o dossiê, temos a resenha de um documentário curta-metragem, *WAYUU APALAANCHI: corazón voltado para o mar*. Trata-se de um documentário produzido por Luzbeidy Monterrosa sobre a comunidade indígena Wayuu Twuliá em Cachaca III, Rioacha, no Departamento de La Guajira (Norte da Colômbia), que tem sofrido com os efeitos do avanço do mar e a erosão costeira. Estes fenômenos ameaçam o território físico, a memória ancestral, os modos de vida, a identidade e vida espiritual da comunidade. O texto *Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana* é da lavra de Clarena Elizabeth Fonseca Uriana, Paola Andrea Cataño Gómez e Andrés Aristizábal Isaza. Os autores destacam o protagonismo da liderança e defensora Wayuu Clarena Fonseca. Ela ensina que o território e o mar são inseparáveis da existência coletiva do seu povo. A realocação da comunidade, nesse caso, não é vista como solução, mas como ruptura cultural e como uma inequívoca demonstração de injustiça climática decorrente da conjunção de múltiplos fatores: crise ambiental, extrativismo, abandono histórico e respostas estatais unilaterais e insuficientes. Argumenta-se que a resistência Wayuu Twuliá, registrada no curta-metragem, reforça a compreensão de uma adaptação climática justa como um processo construído coletivamente, especialmente com as populações afetadas. É fundamental que se reconheça e garanta seus direitos territoriais e a sua cosmovisão.

Boa leitura!

Uma palavra sobre a arte da capa

A REALIDADE LATINO-AMERICANA

A arte propõe um olhar sobre o extrativismo predatório. A grande mina a céu aberto e a barragem destacam a exploração mineral e a alteração dos cursos d'água na região; destaca as queimadas e o desmatamento. Os incêndios e tocos de árvores cortadas ao fundo sinalizam o avanço sobre as florestas e a perda de biodiversidade; e uma mirada sobre a Marcha dos Povos. A procissão de migrantes em trajes tradicionais simboliza tanto o deslocamento forçado quanto a caminhada histórica por terra e soberania, ancorada pelas lideranças indígenas em primeiro plano.

Sergio Ricciuto Conte

Climate change, migration, and environmental injustice: Latin American and Caribbean experiences - Vol. 2

Mudanças climáticas, migração e
injustiça ambiental: experiências latino-
americanas e caribenhas – Vol. 2

*Érika Pires Ramos
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlcio Lourenço Fernandes*

1 PRESENTATION

This thematic dossier aims to foster a transdisciplinary debate on the interrelationships between climate change, migration processes, and various forms of environmental injustice. The hosting of the UN Climate Change Conference (COP30) in Brazil provided an opportunity to promote a deeper discussion on these topics.

The climate crisis is causing profound impacts on social, migratory, and ecological dynamics on a global scale. However, its effects are not distributed equitably; in Brazil—a country of continental dimensions and deep inequalities—these crises disproportionately affect various social groups. Most damagingly, they impact the most vulnerable populations, who face daily forms of injustice and environmental racism. This same pattern is replicated across countries of the so-called Global South.

In this context, mobility remains largely invisible as a human dimension of the climate and environmental crisis, whether occurring within a country or across borders. Protecting people on the move — as well as those unable to move — cannot be achieved solely through climate and migration agendas. It requires a holistic approach and the guarantee of human rights; the denial of

these rights further increases the vulnerability of individuals, communities, and territories, while exacerbating the impacts of climate change and disasters and amplifying pre-existing inequalities.

To understand what is at stake, one must recognize the plurality of competing narratives. Just and dignified coping strategies must be developed and decided upon collectively, tailored to the needs and capacities of affected populations and groups, and oriented toward the long term. Prevention and emergency interventions go beyond the responsibility of any single social group or State. Although events occur locally, the global nature of the phenomenon requires coordinated governance among peoples and nations, without undermining the vital work of local associations and community groups. Synergistic coordination across local, regional, and global scales is an operational imperative for ensuring the effectiveness and sustainability of protective measures.

Accordingly, this dossier unfolds across three editions (105, 106, and 107), bringing together contributions that encompass diverse perspectives and approaches. The aim is to analyze how climate change and environmental degradation act as structural drivers of forced displacement, socio-environmental conflicts, and social inequalities, shaping various forms of human mobility: migration linked to environmental disasters and extreme weather events; displacement associated with extractive industries; dynamics of community resistance and grassroots organizing; and interactions among national and international organizations and political institutions.

We received articles offering theoretical reflections and empirical case studies, as well as contributions drawing on community knowledge, experiences, and voices, alongside other valuable submissions such as book reviews, poems, and short stories. From a legal standpoint, significant progress is evident in the defense of the rights of migrants and internally displaced persons amidst ongoing climate change and environmental disasters.

The response to the call for papers was remarkable; the quality and volume of submissions exceeded expectations. This necessitated a longer review process and led to the decision to expand the dossier into three volumes, organized around three thematic axes: I. International perspectives (emphasizing theoretical and global approaches); II. The Latin American experience; and III. The Brazilian context, with the majority of contributions dedicated to analyzing the disaster in Rio Grande do Sul.

Beyond the significance of the current political moment — with COP30 taking place in Brazil — it is worth noting that this topic has previously been addressed in other editions of “Revista Travessia”. Founded in the second half of 1988, the topic of migration was linked to climate change for the first time in 1996 (issue 25) in the dossier “Forced Displacement and Migration Restrictions.”

The following year, the subject matter received further attention in the dossier “Migration and the Environment” (issue 25, 1997). However, it was not until 2016 that the theme of migration and climate change reappeared in “Revista Travessia” (Refugees Dossier, issue 79), where it was analyzed through the lens of the political challenges regarding the recognition of environmental refugees within the International Protection System. In 2022, the debate was revisited in issue 93, which focused on the challenge of recognizing the need to establish a legal status—and the potential for such a status to provide protection and regulate social consequences—specifically addressing forced migration resulting from climate change.

The debate regarding the intersection of climate change, migration flows, and environmental injustice has been gaining ground on both political and academic agendas. It is important to note, however, that this progress stems from the mobilization of social movements, affected populations, and governments whose territories face the greatest threats and impacts. Against this backdrop, the “Revista Travessia” has—year by year since 2022—published texts dedicated to analyzing this landscape and proposing methodological, theoretical, and practical alternatives (specifically in issues 98 [2023], 101 [2024], and 102 [2025]).

This journey brings us to the present dossier, comprising three volumes (105, 106, and 107) that gather theoretical-methodological approaches, accounts of lived experience, and literary works. By linking different spatial scales — global, regional (Latin America), and local (Brazil) — the dossier seeks to critically examine the subject matter at hand. Its publication is the result of a rigorous collective effort by the organizers, authors, reviewers, and the editorial committee, to all of whom we extend our deepest gratitude.

2 LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN EXPERIENCES

In this second volume of the dossier **Climate Change, Migration, and Environmental Injustice**, the Latin American and Caribbean experience takes center stage in both theoretical reflections and the search for instrumental, operational, and community-based solutions to the climate crisis and the dynamics that multiply vulnerabilities (such as violence, extractivism, structural inequalities, disasters, and megaprojects) impacting the region. Case studies and community voices particularly underscore the need for non-hegemonic narratives and for recognizing the knowledge and agency of displaced communities and those resisting within their territories as they seek to build real solutions to the environmental and climate crisis.

Constanza Estepa opens Volume 2 with the article “Climate Emergency, Human Rights, and Human Mobility: Advisory Opinion OC-32/25 of the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR).” The author examines one of the most significant regional legal standards of our time, highlighting three dimensions of obligations: substantive (protecting rights such as life, health, and housing), procedural (access to information and participation), and enhanced regarding vulnerable groups, including migrants and climate-displaced persons, who are recognized as subjects entitled to preferential protection. Addressing the issue of state responsibility, Estepa notes that by adopting the concept of “best available science,” the IACtHR shuts the door on denialist narratives and imposes a duty of “enhanced due diligence” on States to prevent forced displacement, ensure dignified resettlement, and establish safe migration pathways. The Court acknowledges the global and complex nature of the phenomenon, affirming that the climate crisis is fundamentally a human rights crisis requiring responses proportionate to each State’s historical responsibility.

Sara Aparecida de Paula’s contribution, “Between Disaster and Displacement: The Production of Vulnerabilities in the Global South in the Era of the Great Acceleration”, views the contemporary environmental crisis as a structural process that reproduces historical inequalities, particularly in the Global South. In the Southern Hemisphere, poor, racialized, and marginalized populations face greater exposure to environmental disasters and possess less capacity to recover from their effects. Sara A. de Paula exposes the capitalist logic behind the appropriation of nature and the State’s failure to act in the face of climate change. She illustrates her argument by presenting global data from EM-DAT alongside the case of the 2024 floods in Rio Grande do Sul—events that affected 2.8 million people and displaced over 658,000 from their homes. The article concludes that environmental migration must be understood as a consequence of the predatory and systemic exploitation of natural resources. This reveals an environmental injustice demanding redress through public policies that treat adaptation as a right and migration as a legitimate survival strategy.

In his article “Migration and Environmental Justice: Dynamics of Expulsion and Resistance in Peripheral Contexts”, Wagner Alexandre Siteo analyzes cases from Brazil and Africa. The author argues that climate change, migration, and environmental injustice are interconnected phenomena characterized by profound inequality. He notes that developed nations—responsible for exploiting minerals and natural resources across the African continent—are also the largest emitters of greenhouse gases. This model has devastating effects on the impoverished, racialized, and peripheral populations of the Global South, who daily confront extreme disasters, droughts, floods, and

forced displacement directly linked to large-scale mining, infrastructure, and agribusiness projects. Given that environmental migration is a consequence of historical structures of exploitation, Siteo concludes that environmental justice must be a foundational principle of public policy, ensuring the participation of affected communities and framing adaptation as a right rather than a privilege.

Vesper Noschese T. V. Junqueira's contribution, "Bodies-territories in motion: climate (im)mobilities in light of international advisory opinions," uses the concept of "body-territory" as a lens to analyze climate (im)mobilities in Latin America within the framework of the Advisory Opinions of the Inter-American Court of Human Rights and the International Court of Justice. The article shows how trans and transvestite populations were doubly affected by material destruction and transphobic exclusion from official shelters during the disaster in Rio Grande do Sul. It also highlights how autonomous initiatives redefined humanitarian assistance based on the agency of those population groups. Based on the experiences reported, it concludes that climate governance demands an intersectional approach led by the communities themselves. From this perspective, reparations should be treated as a legal norm and a political duty.

Daniela Paredes Grijalva, Alessandra Naar, Adalberto Diginya Hernández Thompson, and Sagla Celestiano Garrido analyze how the Gunadule people of the Guna Yala region (Panama) face displacement and climate relocation from their own ancestral epistemologies and ontologies. In their article, "Between land and water: knowledge and relocation in the face of the climate crisis in the Gunayala territory", the authors present the Guna worldview, which conceives of Mother Earth and the Sea as living and responsive entities. The experience of the Gunadule people offers a framework for interpreting environmental change not as a purely physical phenomenon, but as a spiritual and socio-ecological imbalance. The text argues that dignified climate relocation requires genuine community participation with the right to prior, free, and informed consultation; sharing the challenges and burdens of climate adaptation; solidarity with vulnerable populations; the production of culturally relevant architectures; and recognition of indigenous knowledge.

Megaprojects such as mining and hydroelectric dams, supported by the discourse and model of "progress" inherited from colonialism, cause massive environmental destruction (water contamination, deforestation, dam collapses) and violence. An immediate effect of this "overwhelming progress" is the violation of territorial rights and the forced displacement of populations, especially indigenous peoples. Cases such as the Pascua-Lama mine (Chile/Argentina), the Orinoco Mining Arc (Venezuela), and the Mariana and Brumadinho dam disasters (Brazil) illustrate how governments, even

those considered progressive, reproduce this model, disregarding their own socio-environmental legislation. In “Development-Induced Displacement and Resettlement in the Context of Latin American Neo-Extractivism”, Anna Ferri Davis argues for the recognition of the category ‘Development-Induced Displacement and Resettlement (DIDR)’ as a form of ‘environmental refuge’, to highlight the involuntary nature of these displacements and to hold politically accountable the state and corporate actors that produce them.

Diego Hernán Varón Rojas analyzes the socio-environmental conflict caused by the arrival of approximately 400 Mennonite families in Puerto Gaitán, Colombia. In “Epistemic, Cultural, and Organizational Perspective for the Study of Socio-Environmental Conflict – The Case of Mennonite Migrants in Puerto Gaitán”, the author demonstrates that the dispute involves not only land use and the environmental effects generated by deforestation and agricultural expansion. The conflict also involves the different ways of understanding territory, production, and the relationship with nature among Mennonites, Indigenous people (Sikuani), and environmental agencies. In his case study, Varón Rojas highlights the social legitimacy gained by the Mennonites through their recognition as hardworking and productive, while the Sikuani continue to face the invisibility of their ancestral rights. The researcher concludes that the conflict reveals deeper historical, cultural, and political disputes, demanding a critical analysis that considers epistemic diversity, territorial justice, and environmental stewardship.

In his text “Organizational Memory and Popular Climate Action in Comuna 8 of Medellín”, author Carlos Velásquez presents the construction of local responses to climate change, articulating collective memory, popular pedagogy, and grassroots political advocacy. These alternatives were spearheaded by the residents of Comuna 8 of Medellín (Colombia), a territory composed of self-built working-class neighborhoods in a hillside region. Starting with the Housing Roundtable (2011) and the Hillside Movement (2020), progress was made from the struggle for basic rights to community-based risk management. In this context, the “Inter-neighborhood Panel on Climate Change” was created in 2022—a “community IPCC” that recognizes neighborhood leaders as “popular climate experts.” This process generated concrete instruments such as the Climate Emergency Decree (2022) and Local Agreement 008 (2023), supported by Popular Schools that democratize technical and political knowledge. The experience of Comuna 8 demonstrates that climate justice presupposes the recognition of peripheral communities as agents that produce knowledge and are legitimate in formulating diagnoses and solutions that are truly adapted to local realities.

Arturo Massol Deyá, from Puerto Rico, presents an account of a Caribbean experience, “From Emergency to Knowledge Sovereignty: How a

Community Forged its Own Energy Laboratory”. Deyá highlights the work of the community organization Casa Pueblo de Adjuntas and its living model of territorial sovereignty with the creation of solar microgrids. Community resistance is highlighted as a protagonist of the energy transition in the face of the institutional collapse caused by Hurricane Maria in 2017. Casa Pueblo’s response, combining technical innovation and cooperativism, has been promoting an energy revolution in Puerto Rico. The community’s energy laboratory overcomes governmental inaction and breaks with dependence on monopolies and solutions imposed from outside, disconnected from its local reality.

Laura Santos de Souza narrates in her short story, “Her Eyes, Two Rivers,” the memory of a family that was violently expelled from their community. Forced to flee to the city, the family lives in poverty and instability, while the narrator, one of its members, grows up marked by loss and longing for the river and his grandmother. Years later, upon meeting Alberto, a migrant photographer, the narrator finds in photography a way to rebuild his life and his identity. On a work trip, he returns to his place of origin and discovers that the community has been reborn under new leadership. From that moment on, he realizes that it was finally time to go home.

Bringing to a close the dossier, we have a review of a short documentary, WAYUU APALAANCHI: heart turned towards the sea. This is a documentary produced by Luzbeidy Monterrosa about the Wayuu Twuliá indigenous community in Cachaca III, Rioacha, in the Department of La Guajira (Northern Colombia), which has suffered from the effects of rising sea levels and coastal erosion. These phenomena threaten the physical territory, ancestral memory, ways of life, identity, and spiritual life of the community. The text “Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana” is by Clarena Elizabeth Fonseca Uriana, Paola Andrea Cataño Gómez, and Andrés Aristizábal Isaza. The authors highlight the leading role of the Wayuu leader and advocate Clarena Fonseca. She teaches that territory and the sea are inseparable from the collective existence of her people. The relocation of the community, in this case, is not seen as a solution, but as a cultural rupture and an unequivocal demonstration of climate injustice resulting from the conjunction of multiple factors: environmental crisis, extractivism, historical abandonment, and unilateral and insufficient state responses. It is argued that the Wayuu Twuliá resistance, documented in the short film, reinforces the understanding of just climate adaptation as a collectively constructed process, especially with the affected populations. It is fundamental to recognize and guarantee their territorial rights and their worldview.

Enjoy the read!”

A note on the cover art

LATIN AMERICAN REALITY

The artwork offers a perspective on predatory extractivism. The large open-pit mine and the dam highlight mineral exploitation and the alteration of the region's waterways, as well as wildfire and deforestation. Fires and tree stumps in the background signal the encroachment upon forests and the loss of biodiversity; the image also focuses on the March of the Peoples. The procession of migrants in traditional attire symbolizes both forced displacement and the historic journey for land and sovereignty, led by the Indigenous leaders in the foreground.

Sergio Ricciuto Conte

Emergencia climática, derechos humanos y movilidad humana: la Opinión Consultiva OC 32/25 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos

Climate emergency, human rights, and human mobility: the Inter-American Court of Human Rights' Advisory Opinion OC-32/25

*Constanza Estepa**

1 INTRODUCCIÓN

La crisis climática, con sus efectos desigualmente distribuidos, se configura como uno de los desafíos más complejos para la protección efectiva de los derechos humanos en el siglo XXI. Las vulnerabilidades preexistentes se ven exacerbadas, lo que exige una urgente reinterpretación y ampliación de las obligaciones estatales en materia ambiental y de derechos humanos. En este contexto, en enero de 2023, Chile y Colombia sometieron a consideración de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) una solicitud de Opinión Consultiva dirigida a definir el alcance de las obligaciones contraídas por cada uno de los Estados en el marco de la Convención Americana y los tratados interamericanos en lo relativo a la crisis climática, sus causas y consecuencias.

* Abogada por la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Rosario (UNR). Magíster en Derechos Humanos por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP) de México. Becaria Doctoral en Desarrollo Económico en la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ-CONICET). Docente universitaria de Derecho Constitucional y Derechos Humanos en la Facultad de Derecho (UNR) y Directora de Investigaciones de la Cátedra de Pensamiento Constitucional Latinoamericano (ICLA-UNR). Actualmente integra diversos equipos de investigación nacionales e internacionales, ha escrito libros y artículos sobre género, derechos humanos, economía y energía. Es investigadora del GT Clasco de Pensamiento Jurídico Crítico y conflictos sociopolíticos.

El objetivo de esta presentación fue “promover las medidas de garantía de derechos y las políticas públicas necesarias para responder a este fenómeno de manera urgente, equitativa, justa y sostenible” (Solicitud OC de Chile y Colombia, 2023, p. 2). La solicitud se fundamentó en dos ejes centrales. El primero en la necesidad de definir con precisión el alcance de las obligaciones estatales —tanto en su dimensión individual como colectiva— en el marco del derecho internacional de los derechos humanos, para enfrentar la emergencia climática. Esta definición se considera particularmente urgente a la luz de las afectaciones diferenciadas que la crisis impone sobre personas y comunidades en función de su ubicación geográfica, condición socioeconómica, y pertenencia a grupos poblacionales específicos, exacerbando así vulnerabilidades preexistentes.

El segundo eje de la solicitud radicó en la experiencia concreta de Chile y Colombia como países altamente expuestos a impactos climáticos, manifestados en la creciente frecuencia e intensidad de eventos extremos como sequías, inundaciones, deslizamientos de tierra e incendios forestales, los cuales amenazan directamente los derechos de sus poblaciones.

Las preguntas presentadas por Chile y Colombia para ser evaluadas por la opinión consultiva de la Corte IDH fueron de una amplitud y profundidad notables, abarcando desde los derechos sustantivos hasta procedimentales en contextos de crisis climática. Si bien la OC-32/25 aborda integralmente estos ejes mencionados, el objetivo del presente artículo no es realizar un comentario exhaustivo de cada una de las respuestas de la Corte, tarea que excedería sus límites, sino analizar críticamente las contribuciones más relevantes respecto a la imbricación entre crisis climática, movilidad humana y derechos humanos.

Por ello, el análisis se centrará en las obligaciones sustantivas y procedimentales que, según la Corte Interamericana, deben estructurar la respuesta estatal frente a la emergencia climática. Se prestará especial atención a los deberes de prevención del desplazamiento forzado, por su directa pertinencia para entender cómo el sistema interamericano comienza a dotar de contenido jurídico a las protecciones de las personas que migran por causas climáticas. Asimismo, se examinarán las obligaciones en materia de acceso a la información ambiental, particularmente sobre sus impactos en la movilidad humana, que la Corte desarrolla en su jurisprudencia.

Finalmente, si bien se reconoce la relevancia del impacto de la emergencia climática en los grupos de tutela preferente abordados por la Corte IDH —tales como la protección de niñas, niños y adolescentes, los pueblos indígenas, tribales, y las comunidades afrodescendientes, las mujeres, las personas con discapacidad y las personas mayores—, un examen pormenorizado de cada uno de ellos se reserva para desarrollos futuros. Este trabajo, no obstante, se centrará en el análisis de las personas migrantes y desplazadas como

grupo de tutela preferente. A modo de marco general, la Opinión Consultiva aborda de manera transversal el principio de justicia ambiental y el enfoque diferenciado, los cuales constituyen el hilo conductor de todo el documento y resultan esenciales para cualquier análisis sobre los impactos desiguales de la crisis climática en la región.

2 LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS: FUNCIÓN Y RELEVANCIA EN EL SISTEMA INTERAMERICANO

Antes de analizar el contenido de la Opinión Consultiva OC-32/25, es crucial comprender la naturaleza y el rol de la institución que la emite. La Corte Interamericana de Derechos Humanos no es un tribunal más; sino que se trata del órgano judicial supremo del sistema interamericano de protección de derechos humanos. Junto con la Corte Europea y la Corte Africana y de los Pueblos, es uno de los tres tribunales de protección de los derechos humanos más importantes del mundo.

La Corte IDH fue establecida por la Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica) y su función principal es garantizar el cumplimiento de los derechos consagrados en este tratado por parte de los Estados que los han ratificado. Para ello, ejerce tres funciones principales, cada una con un propósito distinto pero complementario:

1. **Función contenciosa:** es la más conocida. La Corte actúa jurisdiccionalmente para determinar si un Estado ha incurrido en responsabilidad internacional por violación de alguno de los derechos humanos consagrados en la Convención Americana o en otros tratados de derechos humanos aplicables al sistema interamericano. Cuando así lo decide, emite una sentencia que ordena al Estado reparar el daño causado, lo que puede incluir medidas como investigar los hechos, sancionar a los responsables, indemnizar a las víctimas y adoptar cambios legislativos o políticas públicas para que la violación no se repita. Asimismo, a través de esta vía, la Corte realiza la supervisión de cumplimiento de sentencias.
2. **Función provisional:** en situaciones de extrema gravedad y urgencia, donde existe un riesgo inminente de daño irreparable a las personas, la Corte puede ordenar a un Estado que adopte medidas de protección inmediata. Este mecanismo, por ejemplo, es vital para salvaguardar la vida e integridad de defensores ambientales, comunidades indígenas bajo amenaza, periodistas, y otros grupos en riesgo, incluso antes de que se resuelva un caso contencioso.

3. Función consultiva: esta es la función ejercida en el caso que nos ocupa. A diferencia de las anteriores, no surge de un conflicto específico ya ocurrido. Los Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos (OEA) o los órganos de ésta (como la Comisión Interamericana de Derechos Humanos) pueden solicitar a la Corte su opinión sobre la interpretación de la Convención Americana o de otros tratados de derechos humanos concernientes a los Estados Americanos o sobre la compatibilidad de las normas internas con la Convención. El objetivo de esta función no es señalar culpables, sino “aclarar el alcance de las obligaciones estatales” y “contribuir al reconocimiento y desarrollo de los derechos fundamentales” en toda la región (Corte IDH, 2025).

En el ejercicio consultivo, la Corte cumple el rol de “desentrañar el sentido, propósito y razón de las normas internacionales” para “coadyuvar a los Estados [...] a que cumplan de manera cabal y efectiva sus obligaciones internacionales” (Corte IDH, 1999, OC-16/99, pág. 47 y Corte IDH, 2022, OC-29/22, pág. 15). Es decir, al emitir una opinión consultiva, la Corte no crea nuevos derechos, sino que interpreta los existentes a la luz de los conflictos emergentes —como la crisis climática—, dotándolos de contenido concreto y actualizado.

En efecto, la OC-32/25 trasciende el caso particular de Chile y Colombia. Si bien fue solicitada por estos países, la opinión expresa una interpretación jurídica con efectos para todos los Estados miembros de la OEA en tanto establece un marco de referencia obligatorio sobre cómo deben entenderse y aplicarse los derechos humanos en el contexto de la emergencia climática, influyendo en la legislación nacional, el diseño e implementación de políticas públicas, la labor judicial y las actividades particulares.

Este Tribunal destaca que la interpretación de la Convención Americana y del Protocolo de San Salvador que será realizada en la presente Opinión Consultiva debe ser considerada en forma integral no solo por los Estados Parte de dichos instrumentos, sino también por todos aquellos que integran la OEA. En efecto, todos los miembros de la Organización se encuentran vinculados por las obligaciones previstas en la Declaración Americana, así como por aquellas derivadas de la Carta de la OEA y la Carta Democrática Interamericana (Corte IDH, OC-32/25, 2025, pág. 16)

Así, La Corte IDH, en ejercicio de esta función, se convierte en un actor clave en el fortalecimiento del sistema interamericano de derechos humanos con relación a la emergencia climática, una de las mayores amenazas globales del siglo XXI para los derechos fundamentales de las personas.

3 LA OPINIÓN CONSULTIVA 32/25 DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS

En respuesta a la solicitud de Colombia y Chile, la Corte IDH estructuró su Opinión Consultiva en dos secciones metódicas y complementarias. El primer capítulo, de carácter introductorio, se aboca a establecer los antecedentes fácticos y el contexto global de la crisis climática bajo el concepto de *mejor ciencia disponible*. Este esfuerzo por consolidar un corpus de evidencia científica robusta trasciende lo meramente descriptivo para constituirse en un acto político-institucional fundamental.

3.1 La triple crisis climática y el concepto político de mejor ciencia disponible

En un contexto regional y global donde aún persisten discursos negacionistas desde las máximas autoridades estatales de países como en Argentina y Estados Unidos, la Corte sistematiza exhaustivamente los datos científicos, los efectos observables, la respuesta normativa internacional y los desarrollos dentro de la Organización de los Estados Americanos, con una doble función.

Por un lado, construye la base fáctica indispensable para su argumentación jurídica posterior; por otro, sella desde el máximo tribunal interamericano un reconocimiento oficial e incontrovertible de la existencia, magnitud y origen antropogénico de la emergencia climática y su impacto en la vida humana. Este gesto político-judicial busca así clausurar los debates infundados sobre la realidad del fenómeno y centrar la discusión en el alcance de las obligaciones estatales para enfrentarlo.

Conforme a la mejor ciencia disponible, la situación actual constituye una emergencia climática que se debe al aumento acelerado de la temperatura global, producto de diversas actividades de origen antropogénico, producidas de manera desigual por los Estados de la comunidad internacional, las cuales afectan de manera incremental y amenazan gravemente a la humanidad y, especialmente, a las personas más vulnerables. Esta emergencia climática solo puede ser atendida adecuadamente a través de acciones urgentes y eficaces de mitigación, adaptación y avance hacia el desarrollo sostenible, articuladas con perspectiva de derechos humanos, y bajo el prisma de la resiliencia (Corte IDH, OC-32/25, 2025, pág. 229)

La “mejor ciencia disponible” a la que acude la Corte explica de manera contundente los mecanismos del calentamiento global. Este fenómeno ocurre por dos causas fundamentales e interrelacionadas: el deterioro de la capa de ozono y el aumento de la emisión de gases de efecto invernadero. La capa de ozono es una franja de gas que tiene la función de filtrar la radiación solar ultravioleta; si esta capa se deteriora, ingresa más radiación, calentando más la Tierra.

Simultáneamente, actividades humanas como el transporte, la industria y la agricultura liberan a la atmósfera gases como el CO₂ y el metano, que retienen el calor e incluso contribuyen a destruir la capa de ozono. Este doble proceso ocasiona el aumento global de las temperaturas, el cual, a su vez, altera todo el sistema climático terrestre, ya que las temperaturas determinan otros procesos críticos como los vientos, las corrientes marinas, la evaporación y condensación del agua, y las lluvias.

Al exponer las causas del cambio climático, la Corte se apoya en los informes del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC) para destacar un dato contundente: las actividades humanas son responsables de aproximadamente 1.1°C de calentamiento global desde la era preindustrial; y que este fenómeno, lejos de ser homogéneo, presenta profundas asimetrías.

Mientras el 10% más rico de la población mundial genera el 50% de las emisiones de CO₂, el 50% más pobre apenas contribuye con el 10% (Naciones Unidas, A/HRC/41/39, 2019, pág. 4). Esta desigualdad se replica entre Estados: Estados Unidos acumula el 24.8% de emisiones históricas, mientras países caribeños como Bahamas apenas alcanzan el 0.005% (Comisión Europea, 2024). Los efectos de esta alteración sistémica, detallados por la Corte, confirman lo que la ciencia predice: fenómenos extremos opuestos, como lluvias torrenciales en algunos sitios y sequías prolongadas en otros, así como tormentas, ciclones y tornados que aumentan en frecuencia e intensidad.

Estos impactos descritos plantean un panorama alarmante para América Latina. En el Caribe, denominado “zona cero” de la emergencia climática, el aumento del nivel del mar amenaza con inundar infraestructuras críticas y hacer inhabitables partes de estos territorios (ONU, 2022). Los arrecifes de coral, fundamentales para la economía regional, podrían desaparecer en un 99% si la temperatura global aumenta 2°C (IPCC, 2018). Mientras tanto, en la Amazonía “el pulmón del planeta”, se acelera un punto de no retorno que podría convertir este ecosistema crucial en una sábana tropical (SPA, 2021, p. 30).

Lo más grave, como señala la Corte, es que estos impactos recaen desproporcionadamente sobre quienes menos han contribuido a la crisis climática. Los pueblos indígenas, comunidades afrodescendientes y

habitantes de asentamientos informales enfrentan riesgos agravados por su dependencia directa de los recursos naturales y condiciones preexistentes de pobreza (CASTELLANOS et al., 2022, p. 1704). El dato es elocuente: el 91% de las muertes por desastres climáticos en los últimos 50 años ocurrieron en los países más pobres (OMM, 2021, pág. 17).

Como se observa, la Opinión Consultiva no se ha limitado a describir los fenómenos asociados con el cambio climático, sus consecuencias y causas, sino comprobar en primer lugar la irrefutabilidad científica de su existencia, y en segundo término a contextualizar políticamente estos fenómenos dentro de lo que denomina la “triple crisis planetaria” (cambio climático, contaminación y pérdida de biodiversidad), destacando sus interconexiones (Corte IDH, OC-32/25, 2025, pág. 16).

El enfoque que trae la OC-32/25 resulta fundamental para comprender que la crisis climática no es un problema aislado, sino parte de un colapso económico, productivo y ecológico más amplio que amenaza las bases mismas de la vida humana, reproduciendo las desigualdades estructurales actuales.

3.2 Emergencia climática y derechos humanos: la interpretación de la Convención Americana sobre Derechos Humanos y Protocolo de San Salvador

En segundo lugar, y constituyendo el núcleo jurídico de la Opinión, la Corte desarrolla un capítulo dedicado específicamente a la interpretación de las disposiciones de la Convención Americana con el objetivo de cumplir adecuadamente con los requerimientos de la consulta: “aclarar el alcance de las obligaciones estatales, en su dimensión individual y colectiva, para responder a la emergencia climática en el marco del derecho internacional de los derechos humanos” (Solicitud OC de Chile y Colombia, 2023, p. 1) y con el propósito “de asistir y orientar a los Estados miembros y a los órganos de la OEA, en el cumplimiento de la misión que tiene encomendada dentro del sistema interamericano” (Corte IDH, OC-3/83, 1983, pág 8 y Corte IDH OC-29/22, 2022, pág. 17).

Para estructurar su análisis, el Tribunal retoma y aplica el marco conceptual que había establecido en la Opinión Consultiva OC-23/17. En ella, distinguió dos grupos de derechos especialmente vinculados al ambiente: (i) aquellos cuyo disfrute es particularmente vulnerable a la degradación del ambiente (derechos sustantivos, como a la vida, la integridad personal, la salud o la propiedad), y (ii) los derechos de procedimiento, cuyo ejercicio respalda una mejor formulación de políticas ambientales (acceso a la información, participación en la toma de decisiones y acceso a la justicia).

En dicha Opinión Consultiva, la Corte advirtió que la vulneración de estos derechos puede intensificarse en grupos en situación de vulnerabilidad. Dado que las preguntas de Chile y Colombia en la OC-32/25 se refieren a la interpretación de las obligaciones generales —tanto sustantivas como procedimentales— derivadas de la Convención Americana y del Protocolo de San Salvador, y cómo estas podrían verse afectadas por la emergencia climática en relación con diversos grupos, la Corte consideró pertinente adoptar una distinción tripartita. Esta sirvió de base para reformular de manera sistemática e integral las preguntas objeto de la consulta.

Es así como en este capítulo de la Opinión Consultiva 32/25 se determina el alcance de las obligaciones estatales en las tres dimensiones críticas que se desprenden de dicho marco:

- I) las obligaciones sustantivas;
- II) las obligaciones procedimentales; y
- III) las obligaciones reforzadas hacia las personas y grupos en situación de vulnerabilidad.

Respecto a esta última dimensión, la Corte IDH, al desarrollar las obligaciones estatales en el contexto de la emergencia climática, parte de un principio fundamental: el impacto de esta crisis no es homogéneo. Por el contrario, recae de manera desproporcionada sobre ciertas personas y grupos en situación de especial vulnerabilidad, exacerbando desigualdades preexistentes.

Por ello, para garantizar el principio de igualdad y no discriminación, la Corte establece que los Estados tienen el deber de adoptar obligaciones diferenciales. Esto implica recabar información específica sobre los riesgos que enfrentan estos grupos e integrar medidas de protección diferenciada en todas las políticas climáticas, desde la mitigación y la adaptación hasta las estrategias de desarrollo sostenible.

Esta protección diferenciada se materializa como una herramienta indispensable para lograr una igualdad real. Si bien cada Estado debe identificar los riesgos particulares de su población, la Corte constata la existencia de grupos específicos de tutela preferente. En su Opinión Consultiva, identifica de manera explícita a los niños, niñas y adolescentes; los pueblos indígenas, tribales, las comunidades afrodescendientes y campesinas; las mujeres; las personas con discapacidad, y las personas mayores como grupos particularmente afectados por los efectos desproporcionados de los eventos climáticos.

Ahora bien, este marco de protección reforzada —reconocido también por órganos internacionales como el Consejo de Derechos Humanos de la ONU— no se agota en dicha enumeración. Por el contrario, se extiende

a otros grupos cuya vulnerabilidad es potenciada por la crisis climática, como lo son las personas migrantes y desplazadas. Estas son reconocidas expresamente como sujetos de dicha protección especial, dada la evidente interconexión entre el cambio climático, los movimientos humanos forzados y la profundización de su situación de vulnerabilidad.

Es de destacar que, dentro de este último grupo, la Corte prestó especial atención al fenómeno de movilidad humana, incluyendo expresamente a personas desplazadas y migrantes forzados por impactos climáticos. Al hacerlo, el tribunal reconoce que la crisis climática actúa como un *multiplicador de riesgos* y un motivo de desplazamiento, colocando a esta población como un grupo de tutela preferente bajo los estándares del derecho internacional de los derechos humanos.

este Tribunal destaca, como punto de partida, que los Estados están obligados a adoptar medidas para prevenir, de conformidad con un estándar de debida diligencia reforzada, las migraciones y desplazamientos forzados derivados directa e indirectamente de desastres y otros impactos del cambio climático. En tal sentido, la Corte resalta la importancia de diseñar e implementar medidas adecuadas para asegurar la protección de los sectores y grupos poblacionales expuestos a desastres y otros efectos del cambio climático. Estas medidas, relacionadas con la protección de fuentes de ingreso, seguridad alimentaria e hídrica, vivienda adecuada, entre otras, deben ser parte de las políticas públicas relativas al avance hacia el desarrollo sostenible, así como de las metas y estrategias de mitigación y de las metas y planes de adaptación (Corte IDH, OC-32/25, 2025, pág. 150)

3.3 Debida diligencia reforzada y desplazamiento climático forzado

La Corte IDH sostiene que “el desplazamiento causado por la interacción entre ciertos impactos del cambio climático y las causas tradicionales que motivan el desplazamiento es una realidad palpable” (OC-32/25, 2025, pág. 148). Esta realidad afecta a millones de personas, con 7.7 millones de desplazados internos en 2023 solo por desastres, cifra que en las Américas representó cerca del 80% de los desplazamientos internos en 2022.

El Tribunal advierte que el cambio climático genera desplazamiento de formas múltiples: de manera directa por desastres, o indirecta al agravar factores preexistentes como pobreza, inseguridad alimentaria o conflictos, lo que redunda en la falta de seguridad alimentaria, escasez de agua o la

imposibilidad de habitar el lugar de residencia. Un ejemplo claro de esta interacción es el caso de Lajas Blancas, Honduras, donde la sequía llevó al 80% de la comunidad a emigrar.

las migraciones y desplazamientos forzados pueden ser producto de otros impactos del cambio climático tales como la pérdida de tierras fértiles, sequías, [...] que redundan en falta de seguridad alimentaria, escasez de agua o inseguridad física para habitar el lugar de residencia habitual” (OC-32, 2025, pág. 148).

A partir de esta constatación, la Corte establece como núcleo central de la respuesta estatal la obligación de implementar un enfoque preventivo frente a estos desplazamientos, estructurado en torno al estándar de *debida diligencia reforzada*. Este deber se materializa en la obligación de integrar, en las políticas de mitigación, adaptación y desarrollo sostenible, medidas concretas dirigidas a salvaguardar la seguridad alimentaria, hídrica, la vivienda y las fuentes de ingreso de las comunidades en riesgo, con el objetivo declarado de evitar que los impactos climáticos se perpetúen como causa de desplazamiento forzado.

La Corte reconoce, asimismo, la inevitabilidad de ciertos desplazamientos —mayoritariamente internos, aunque también se dan casos de migración transfronteriza— y, para hacerles frente, desarrolla un marco secuencial e integral de protección. Este desarrollo establece obligaciones estatales diferenciadas para las fases de evacuación, atención inmediata y soluciones duraderas.

Entre estas obligaciones se incluyen: garantizar los derechos de procedimiento —como el acceso a la información y la participación en las decisiones sobre reasentamiento o retorno—; proveer asistencia humanitaria y albergues adecuados; y diseñar procesos de reasentamiento que cumplan criterios específicos, como la asignación de tierras de calidad comparable o el consentimiento de las comunidades afectadas. Asimismo, se enfatiza la prohibición de acciones que incrementen la vulnerabilidad, tales como la devolución (*non-refoulement*) a territorios de riesgo.

La Opinión Consultiva aborda la movilidad transfronteriza identificándose como una responsabilidad de carácter colectivo que demanda cooperación internacional. El Tribunal señala que esta obligación de cooperar se debe dar en dos niveles: primero, en la provisión de fondos financieros y asistencia técnica a los Estados con mayor vulnerabilidad, bajo los principios de equidad y responsabilidades comunes pero diferenciadas (Acuerdo de París, 2015); y segundo, en la creación de vías migratorias seguras y regulares en los países de tránsito y destino. A este respecto, la Corte enumera mecanismos concretos

como las visas humanitarias, los permisos de permanencia temporal y la consideración de figuras de protección internacional, estableciendo los contornos de una posible respuesta regional al desplazamiento climático.

En definitiva, la Corte IDH consolida el principio de debida diligencia reforzada como fundamento central de la respuesta estatal ante el desplazamiento climático forzado, articulando un marco integral que abarca desde la prevención hasta la protección posterior al evento de desplazamiento.

Este estándar obliga a los Estados no solo a implementar medidas preventivas que salvaguarden los medios de vida, sino también a garantizar derechos que incluyen procedimientos participativos, asistencia humanitaria, reasentamientos dignos y la estricta aplicación del principio de no devolución.

La Corte refuerza estas obligaciones como un mandato de justicia climática regional, al subrayar que la movilidad transfronteriza exige una respuesta colectiva fundada en la cooperación internacional, la financiación climática bajo el principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas, y la creación urgente de vías migratorias seguras.

4 REFLEXIONES FINALES

La Opinión Consultiva OC-32/25 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos expresa un punto de inflexión en la articulación jurídica entre la crisis climática global y el sistema de protección de derechos humanos. Lejos de ser un documento meramente declarativo, la Corte opera una juridificación concreta de la emergencia climática, trasladándola del ámbito de la política internacional al de las obligaciones legales exigibles. Esto se materializa en la delineación de un sistema de obligaciones escalonadas para los Estados, que abarca de manera integral la prevención, la protección y la cooperación internacional, aplicado de manera específica al fenómeno de la movilidad humana inducida por el clima.

El aporte central de la Opinión Consultiva radica en su metodología estructurante. Al desglosar las obligaciones estatales en dimensiones sustantivas, procedimentales y reforzadas para grupos en situación de vulnerabilidad, la Corte IDH consolida y aplica estándares progresivos del derecho interamericano para enfrentar los impactos asimétricos de la crisis climática. Este marco reconfigura las exigencias de la debida diligencia estatal, llevándola a un nivel reforzado acorde con la magnitud y urgencia de la amenaza.

La Opinión Consultiva establece las bases para la construcción de una arquitectura jurídica orientada a gestionar las consecuencias del cambio climático con un enfoque de derechos humanos, justicia climática y protección efectiva para las personas que integran grupos de tutela preferente, como las comunidades forzadas a desplazarse.

De este modo, la OC-32/25 trasciende el ámbito estrictamente jurídico para consolidarse como un instrumento fundamental en la protección efectiva de los derechos humanos durante la emergencia climática. Un ejemplo paradigmático de su aporte es la conexión que establece entre el cambio climático y el derecho a la circulación y residencia (art. 22 de la Convención Americana), enfatizando la obligación estatal de abordar los desplazamientos causados directa e indirectamente por desastres y degradación ambiental.

Al operacionalizar principios de justicia ambiental, equidad intergeneracional y protección diferenciada, la Opinión Consultiva proporciona parámetros claros para el cumplimiento de los derechos humanos. Además, el enfoque interseccional prioriza explícitamente a comunidades históricamente vulnerabilizadas —pueblos indígenas, comunidades afrodescendientes, niños, niñas, adolescentes, personas mayores y con discapacidades, mujeres, migrantes— al reconocer que la emergencia climática actúa como un multiplicador de riesgos que profundiza las desigualdades estructurales preexistentes en la región.

En última instancia, la Corte IDH afirma de manera incontrovertible que la emergencia climática es una crisis de derechos humanos. Que requiere una respuesta global basada en exigir más a quienes más han contribuido al problema, y proteger preferentemente a través de acciones positivas a quienes no.

La OC-32/25 es, por lo tanto, mucho más que una opinión consultiva; es un llamado a la acción urgente y coordinada en el marco del derecho internacional de los derechos humanos. Al desarrollar y especificar el contenido del principio de debida diligencia reforzada, la Corte IDH ha proporcionado un marco jurisprudencial con obligaciones claras para todos los Estados que ratificaron la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

De este modo, el Tribunal plantea la impostergable tarea de avanzar en la creación de marcos legales nacionales y mecanismos de cooperación regional eficaces que traduzcan estos estándares jurídicos en protección tangible para las personas y comunidades en movilidad, asegurando el acceso a sus derechos humanos y priorizando a los grupos en situación de vulnerabilidad.

Resulta innegable que la Corte IDH ha tendido un puente jurídico, político y económico entre la emergencia climática y los derechos humanos. No obstante, todo lo estudiado en el presente trabajo, es menester destacar que, en el contexto periférico de la región, el impacto de un fallo no se mide tanto por su innovación doctrinal sino por su capacidad efectiva para permear la realidad. La materialización concreta de los estándares establecidos en la OC-32/25 dependerá, en última instancia, de la voluntad política de los Estados para implementar acciones y de la tenacidad de las personas y comunidades para exigir sus derechos, ahora con este nuevo instrumento jurisprudencial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLANOS, E. et al. Central and South America. En: PÖRTNER, H.-O. et al. (coordinadores). **Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022. p. 1689-1815.
- CHILE y COLOMBIA. **Solicitud de Opinión Consultiva sobre emergencia climática y derechos humanos a la Corte Interamericana de Derechos Humanos de la República de Colombia y la República de Chile**, 9 de enero de 2023. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc_1_2023_es.pdf. Acceso: 25 ago. 2025
- COMISIÓN EUROPEA. Joint Research Centre (JRC). Emissions Database for Global Atmospheric Research (EDGAR): **GHG emissions of all world countries report**. 2024. Disponible en: https://edgar.jrc.ec.europa.eu/report_2024#emissions_table. Acceso: 26 ago. 2025.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-3/83**. San José, 8 de septiembre de 1983. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_03_esp.pdf Acceso: 12 nov. 2025
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-16/99**. San José, 1 de octubre de 1999. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_16_esp.pdf Acceso: 12 nov. 2025
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-23/17**. San José, 15 de noviembre de 2017. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf Acceso: 12 nov. 2025
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-29/22**. San José, 30 mayo de 2022. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_29_esp.pdf Acceso: 12 de nov. 2025
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva OC-32/25**. San José, 29 mayo de 2025. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/resumen_seriea_32_es.pdf Acceso: 12 de nov. 2025
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Qué es la Corte**. 2025. Disponible en: https://www.corteidh.or.cr/que_es_la_corte.cfm. Acceso: 28 ago. 2025.
- IPCC. Summary for Policymakers. En: MASSON-DELMOTTE, V. et al. (ed.). **Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas**

emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. USA: Cambridge University Press, 2018. p. 8.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS - ONU. **Acuerdo de París.** París, 12 de diciembre de 2015. Disponible en: https://unfccc.int/sites/default/files/spanish_paris_agreement.pdf Acceso: 12 nov. 2025

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS - ONU. El caribe es la “zona cero” de la emergencia climática global, afirma el Secretario General Guterres. **Noticias ONU**, [Nueva York], 4 jul. 2022. Disponible en: <https://news.un.org/es/story/2022/07/1511242>. Acceso: 26 ago. 2025.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS - ONU. Consejo de Derechos Humanos. Relator Especial sobre la extrema pobreza y los derechos humanos. **El cambio climático y la pobreza.** 17 de julio de 2019. A/HRC/41/39. Disponible en: <https://docs.un.org/es/A/HRC/41/39>. Acceso: 28 ago. 2025

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS - ONU. **Informe sobre la brecha de emisiones 2019.** Nairobi: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2019. Disponible en: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/30797/EGR2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acceso: 12 nov. 2025

ORGANIZACIÓN METEOROLÓGICA MUNDIAL- OMM. **Atlas de la OMM sobre mortalidad y pérdidas económicas debidas a fenómenos meteorológicos, climáticos e hidrológicos extremos (1970-2019).** Ginebra: OMM, 2021. p. 17.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Protocolo Adicional a la Convención Americana sobre Derechos Humanos en materia de Derechos Económicos, Sociales y Culturales** “Protocolo de San Salvador”, San Salvador, 1988. Disponible en: <https://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-52.html>. Acceso: 12 de nov. 2025.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Convención Americana sobre Derechos Humanos** (Pacto de San José de Costa Rica). San José, 22 de noviembre de 1969. Disponible en: https://www.oas.org/dil/esp/1969_Convenci%C3%B3n_Americana_sobre_Derechos_Humanos.pdf Acceso: 12 nov. 2025

SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON - SPA. **Executive Summary of the Amazon Assessment Report 2021.** [S.l.]: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021. p. 3

RESUMEN

La Opinión Consultiva OC-32/25 emitida por la Corte Interamericana de Derechos Humanos, a solicitud de Chile y Colombia, representa un hito jurídico en materia de obligaciones estatales frente a la emergencia climática bajo el marco del derecho internacional de los derechos humanos. Este artículo examina los fundamentos de la OC-32 y el papel político que asume la Corte al anteponer el concepto *mejor ciencia disponible* ante las narrativas negacionistas del cambio climático. Además, se sostiene que la Opinión Consultiva establece un marco jurídico sólido para abordar tanto las causas como las consecuencias del desplazamiento forzado y la migración inducida por factores climáticos, con implicancias significativas para los países miembros del sistema interamericano de derechos humanos.

Palabras claves: Derechos Humanos; Emergencia climática; Movilidad Humana

ABSTRACT

The Advisory Opinion OC-32/25, issued by the Inter-American Court of Human Rights at the request of Chile and Colombia, represents a legal milestone regarding state obligations in the face of the climate emergency under the framework of international human rights law. This article examines the foundations of OC-32 and the political role assumed by the Court in prioritizing the concept of the *best available science* over climate change denialist narratives. Furthermore, it argues that the Advisory Opinion establishes a robust legal framework to address both the causes and consequences of forced displacement and migration induced by climate factors, with significant implications for the member countries of the Inter-American human rights system.

Keywords: Human Rights; Climate Emergency; Human Mobility

Entre o desastre e o deslocamento: a produção de vulnerabilidades no Sul Global na Era da Grande Aceleração

Between disaster and displacement:
the production of vulnerabilities in the
Global South in the Age of the Great
Acceleration

*Sara Aparecida de Paula**

INTRODUÇÃO

O planeta Terra está passando por uma série de crises que são planetárias e sistêmicas, ou seja, elas conectam-se em menor ou maior escala, dependendo das condições estruturais, como a organização territorial, as desigualdades sociais e as assimetrias de poder.

Este artigo parte do pressuposto de que a crise ambiental contemporânea não é apenas um problema que envolve eventos climáticos, mas também um conjunto de desigualdades resultantes de processos estruturais. Ao analisar dados globais de desastres e o caso das enchentes no Rio Grande do Sul (2024), busca-se preencher a lacuna de estudos que conectam empiricamente os limites planetários às migrações ambientais no Sul Global.

A crise sistêmica ocorre, por exemplo: (1) no trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores com desregulamentações, hiperprodutividade e informalidade; (2) nas relações raciais e de gênero, com os desafios impostos

* Doutora e mestre em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC) na linha de pesquisa Agricultura, Recursos Naturais e Sustentabilidade. Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades e no Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Membro do grupo de estudos Paradoxo - Antropoceno e Felicidade e do Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Clima do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil. Co-fundadora e Membro do corpo editorial da Revista ÎANDÉ - Ciências e Humanidades.

pelo patriarcado, racismo e formas estruturais de opressão; (3) na saúde pública, com epidemias e pandemias, que tendem a ser cada vez mais frequentes e intensas.

Esses exemplos estão conectados a uma dimensão mais ampla: a perda dos meios de vida e da biodiversidade. Estes vinculam-se a um processo de mudanças ambientais globais em curso e com transformações cada vez mais frequentes e velozes, simbolizando assim a crise ambiental contemporânea, em um cenário de Antropoceno, a Era do Ser Humano.

Sob essa ótica, a crise ambiental planetária é resultado direto de atividades humanas exploratórias, que causam desequilíbrio nos ciclos biogeoquímicos do planeta (CRUTZEN, 2002; STEFFEN *et al.*, 2011; ZALASIEWICZ, 2015; ANGUS, 2016). É essa característica que torna o aumento de temperatura, o aumento do nível dos mares, a intensidade e frequência de chuvas e secas um problema não só físico ou social, mas sistêmico.

Essa crise produz efeitos profundamente desiguais nos grupos sociais, conforme as suas condições socioeconômicas. Os impactos ambientais se distribuem de forma assimétrica, e os grupos mais afetados são, muitas vezes, os que menos contribuíram para a emergência climática: populações pobres, racializadas, mulheres e comunidades do Sul Global.

Neste panorama, o conceito de Grande Aceleração é central para entender a intensificação dessa crise. A partir dos anos 1950, o ritmo de exploração e consumo cresceu exponencialmente, com impactos em múltiplas escalas. Essa aceleração é marcada não apenas por transformações tecnológicas e econômicas, mas também por um modelo de desenvolvimento que privilegia poucos e marginaliza muitos.

A migração — enquanto movimento humano inserido em um processo multifacetado — emerge nesse contexto como uma resposta possível, mas muitas vezes como face da vulnerabilidade. Ao perderem seus meios de vida, muitas pessoas são impelidas a se deslocar, sem planejamento ou apoio institucional. O fenômeno das migrações ambientais é, portanto, ao mesmo tempo um sintoma e também um desdobramento da crise ambiental sistêmica.

Este artigo propõe discutir como as estruturas globais de desigualdade têm produzido vulnerabilidades extremas no Sul Global, levando a deslocamentos forçados e atingindo os limites planetários, que são zonas operacionais de segurança do planeta e das sociedades humanas.

Para tal, a análise parte da crítica à economia política, relacionando os limites planetários e sociais às lógicas de expropriação e reprodução da desigualdade no capitalismo contemporâneo. O objetivo é discutir a temática das migrações ambientais a partir de uma análise sistêmica das condições contemporâneas enfrentadas pelas populações, como as secas e inundações

sistêmicas, além das condições de pobreza e vulnerabilidade, que fazem com que parte das pessoas vivam em conjunturas de permanente e crescente degradação.

Este artigo se divide em quatro partes:

- 1) debate a crise ambiental contemporânea a partir do referencial teórico do Antropoceno e Capitaloceno;
- 2) apresenta dados sobre desastres e as condições de vulnerabilidade no Sul Global;
- 3) relaciona os debates anteriores às migrações, mais especificamente, com as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024 e;
- 4) dialoga sobre as migrações e seus vínculos com meios de adaptação.

A CRISE AMBIENTAL COMO CRISE DE DESIGUALDADES

Hunter, Luna, Norton (2015) sugerem a necessidade de se compreender as migrações como uma dinâmica complexa, sobretudo quando a questão ambiental é, finalmente, adicionada ao debate. Isto se deve ao fato de que não é possível enxergar sociedade sem ambiente, e vice-versa, cada parte do sistema tem uma atuação capaz de influenciar as demais.

Neste trabalho, o ambiente é um conjunto de relações sociais e físicas interseccionais que foram sendo moldadas no decorrer da história, sobretudo a partir do cenário do Antropoceno em que os seres humanos atingiram capacidade de transformação planetária. Dentre as características ambientais, podem ser destacadas a interação das espécies, as dinâmicas climáticas, os modelos de urbanização e ocupação do solo, além de aspectos como a exploração, desigualdade e acesso aos meios de vida.

É importante ressaltar que essas dinâmicas não acontecem de maneira “natural”, mas, sim, constituídas a partir de sistemas estruturados de exploração que estão sendo desenvolvidos há séculos. A divisão internacional do trabalho pode ser utilizada como exemplo das formas desiguais em que o mundo é estruturado, pois ela simboliza o fluxo de matérias-primas do Sul para o Norte e o aprofundamento de desigualdades, como a degradação ambiental.

A exploração dos chamados “recursos naturais” faz parte da história humana e de seu modo de organização do território. No entanto, não é possível deixar de lado a mudança de fase que acontece com a consolidação do capitalismo enquanto sistema dominante, em que esses recursos se acentuam como *commodities* e organizam o mundo de modo que há uma corrida, quase que permanente, por estes recursos (MOORE, 2015).

Observa-se que a estruturação deste sistema ocorre a partir do processo de expropriação, isto é, um processo de apropriação sem troca equivalente, uma forma de roubo. O capitalismo, portanto, consolida-se em um sistema de apropriação de “natureza barata”, como apontado por Jason Moore (2019). Para o autor, o trabalho, a comida, a energia e as matérias-primas foram apropriadas de forma gratuita, no entanto, de maneira violenta, o que reproduz desigualdades até hoje.

A primeira e a segunda naturezas baratas estão relacionadas ao processo de expropriação da terra, resultando na separação do trabalhador de seus meios de sobrevivência, na necessidade de vender sua mão de obra para sobreviver, assim como a terra e os recursos são privatizados. Já as duas últimas estão relacionadas ao impulso dado para esse sistema, sobretudo com a expansão geográfica para as colônias (MOORE, 2016). A apropriação desses recursos a baixos custos ou, até mesmo, gratuitamente, gerou imensos excedentes de capital.

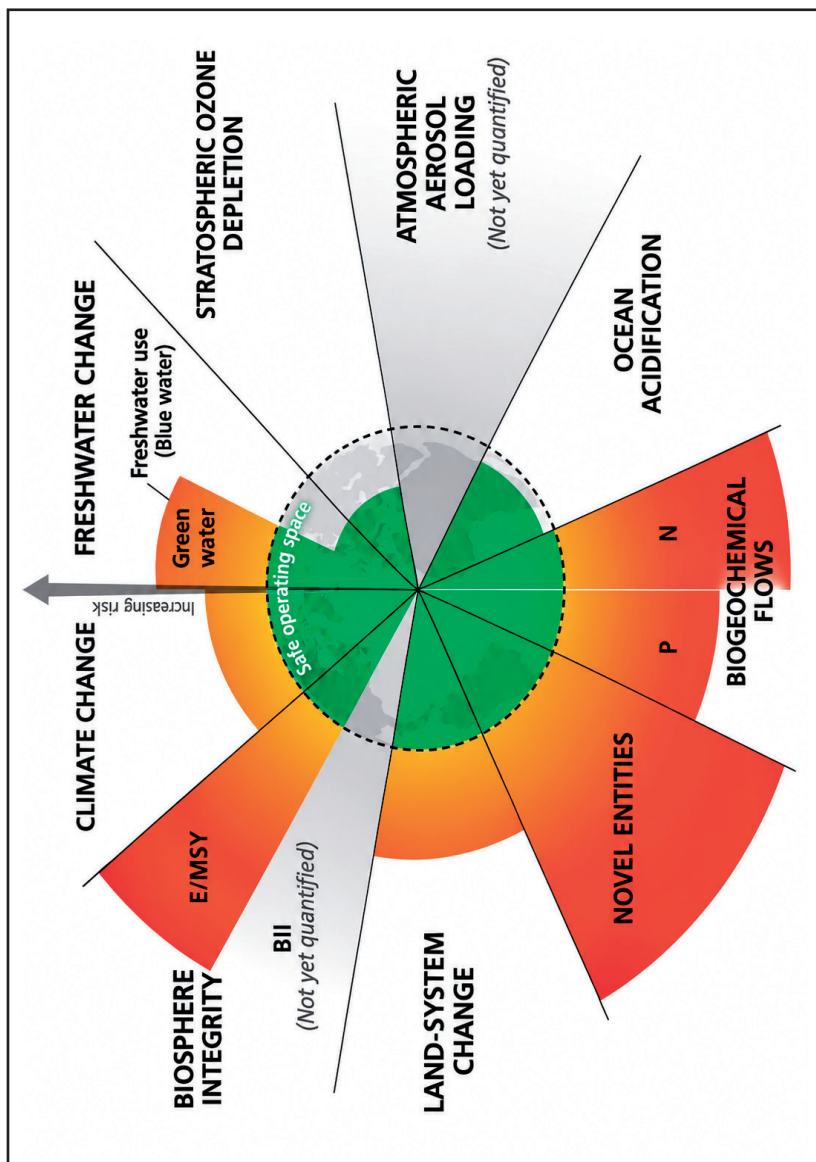
A partir de uma crítica à economia política do meio ambiente, é possível afirmar que o sistema capitalista, enquanto modo de organização da sociedade contemporânea — historicamente construído sobre a colonialidade, o racismo e a desigualdade — tem grande parcela de responsabilidade pela aceleração dos processos de degradação (MOORE, 2016, 2019).

Foster (2016) destaca, ainda, que esta dinâmica provocou uma espécie de ruptura no metabolismo do planeta, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento massivo da produção e uso de compostos químicos, para a produção do plástico, por exemplo. A Grande Aceleração, mencionada na introdução do texto, destaca, neste sentido, que, se antes as rupturas eram locais, agora elas são globais. No entanto, as consequências disso não são sentidas de forma homogênea. A próxima seção versa especificamente sobre os limites ultrapassados neste processo.

3 DADOS SOBRE DESASTRES E VULNERABILIDADE NO SUL GLOBAL

Em 2009, pesquisadores do *Stockholm Resilience Centre* definiram nove fatores que interagem entre si e que influenciam o equilíbrio planetário, os chamados *planetary boundaries* ou limites planetários. A figura 1 apresenta a versão mais atualizada deles em que se observa a ultrapassagem de zonas operacionais seguras, sobretudo no que diz respeito à mudança climática e ciclos biogeoquímicos.

Figura 1 - Os Nove Limites Planetários



Fonte: Wang-Erlandsson et al., 2022

Cabe ressaltar que, o grau de complexidade dos processos e ciclos planetários é tão alto que, mesmo um limite estando na zona operacional segura, ele pode ser influenciado por outros limites que tenham sido atingidos ou ultrapassados. Por esta razão, torna-se repetitivo afirmar que uma análise sistêmica é primordial para o entendimento dos problemas contemporâneos e a busca por alternativas (ROCKSTRÖM, GAFFNEY, 2021).

Dos nove limites, é interessante mencionar os ciclos biogeoquímicos e as novas entidades (*novel entities*). Os ciclos biogeoquímicos têm como forças motrizes os fertilizantes e resíduos da agropecuária e das atividades industriais como, por exemplo, o setor químico. A agropecuária moderna e a infraestrutura precária do tratamento de resíduos urbanos aumentam a quantidade de compostos químicos na água potável, reduzindo a sua qualidade, o que impacta todos os setores da vida. Além disso, a agropecuária é um dos meios de vida mais importantes para aqueles que vivem em áreas rurais e dependem da produção para a sobrevivência. Diminuir esses meios pode pressionar as pessoas a migrarem.

Já as novas entidades são um grupo diverso de novos compostos químicos, materiais e organismos introduzidos por seres humanos em atividades contemporâneas como setores de pesquisa e desenvolvimento conectados aos plásticos, farmacêuticos, pesticidas, combustíveis fósseis e indústria petroquímica. A poluição provocada pelos compostos químicos, como o plástico, é um problema complexo, haja vista que os resíduos permanecem por muito tempo no ambiente.

Por isso, também não é possível pensar nas migrações como fenômenos apenas políticos e/ou econômicos. Isto porque elas são produzidas por questões humanas e extra-humanas, seja através da exploração de recursos, conflitos provenientes dessa dinâmica, a falta de recursos e os eventos ambientais extremos.

A apresentação dos limites planetários ajuda a compreender que há diversos processos em andamento que, ao mesmo tempo, podem alterar a dinâmica. A exemplo disso, é possível referir-se a dois conceitos que simbolizam essa dinâmica: risco e vulnerabilidade. O primeiro diz respeito à possibilidade de um desastre acontecer, enquanto o segundo refere-se ao quanto uma pessoa e/ou grupo está suscetível ao acontecimento. Ambos se relacionam a um conjunto de ações de exclusão física e social, ou seja, níveis de desigualdade que podem aumentar a susceptibilidade a que uma pessoa é exposta ao ambiente.

Uma das formas de visualizar esses dois conceitos é através dos desastres, que são hoje uma das formas mais proeminentes das mudanças ambientais na vida das pessoas. No entanto, antes de apresentar os dados sobre eles,

é importante considerar que a perspectiva adotada neste artigo é de que os desastres não são naturais, mas, sim, como processo sócio-histórico, pois mesmo que um desastre ocorra em um grande território, as diferentes pessoas e grupos sociais são afetados de diferentes formas (VALENCIO, 2014). Assim, a determinação de condições físicas e sociais pode ajudar na compreensão da vulnerabilidade, não apenas como uma incapacidade de resposta, mas também como um processo de expulsão e esquecimento. Afinal, assim como as condições estruturais podem impulsionar o desastre físico, o mesmo também ocorre em relação a seus efeitos.

A intensificação dos desastres ambientais nas últimas décadas tem sido amplamente documentada por organismos internacionais. Por este motivo, esta seção apresentará informações empíricas a respeito, por exemplo: tipologia e localização geográfica.

3.1 Dados sobre desastres

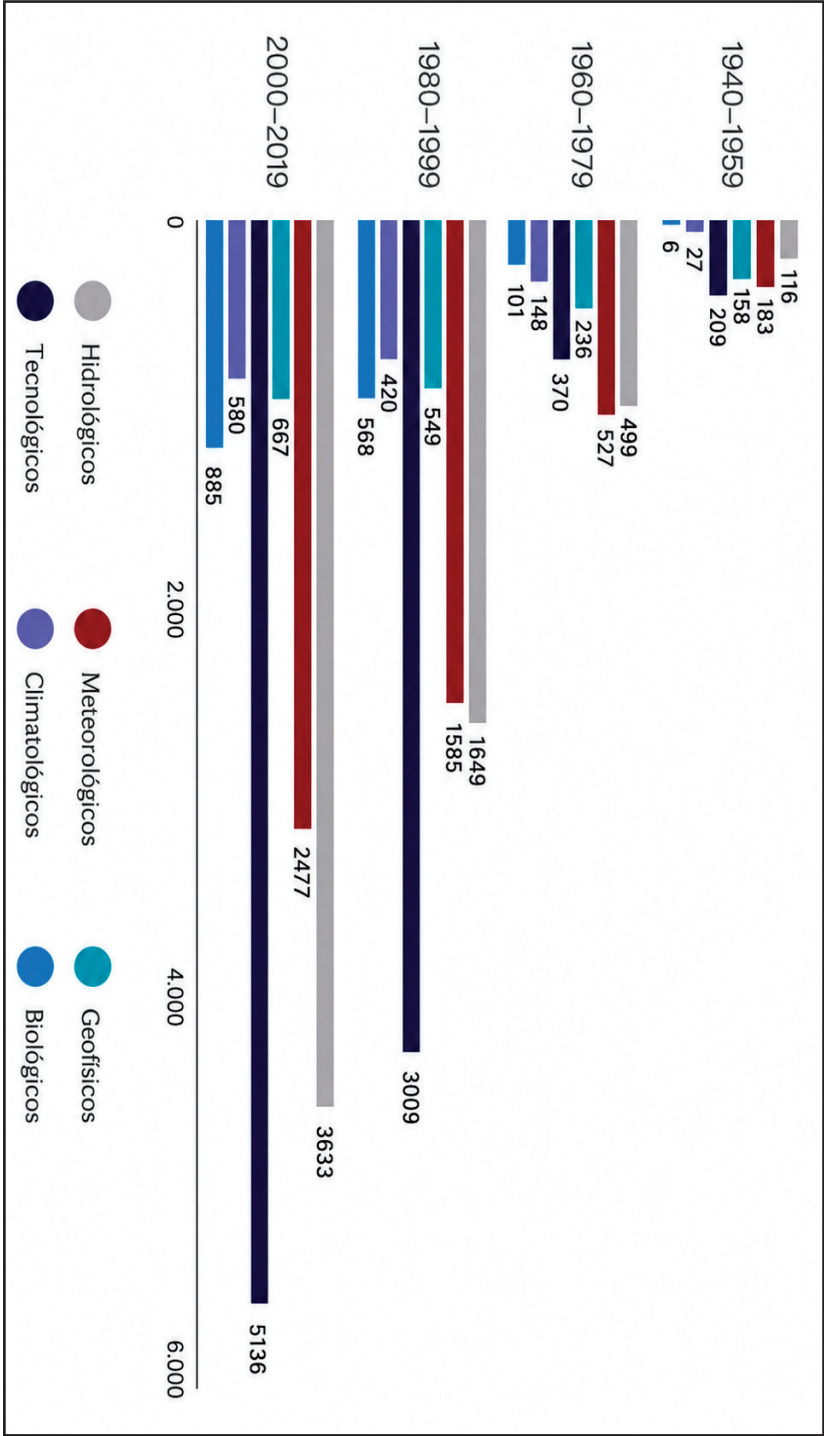
Os dados estão disponíveis no EM-DATA *The International Disaster Database*, uma base de dados parte do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED)*. Na base estão disponíveis dados acerca de desastres a partir de 1900 a 2022 de acordo com alguns critérios adotados.

Os desastres são divididos em categorias gerais como naturais (Desastres Biológicos, Geofísicos, Climatológicos, Hidrológicos, Meteorológicos e Extraterrestres) ou tecnológicos (explosões, incêndios, vazamentos, radiação). Para entrar no sistema, o desastre precisa ter algum dos critérios: a partir de 10 mortes; 100 ou mais pessoas afetadas, machucadas ou que perderam suas casas; declaração de estado de emergência feita pelo país ou organização internacional.

Através de análise, observa-se que os desastres hidrológicos (inundações, deslizamentos), meteorológicos (tempestades, ondas de frio e calor) e tecnológicos (acidentes e derramamento de materiais nocivos, por exemplo) são os que acontecem com maior frequência (gráfico 1).

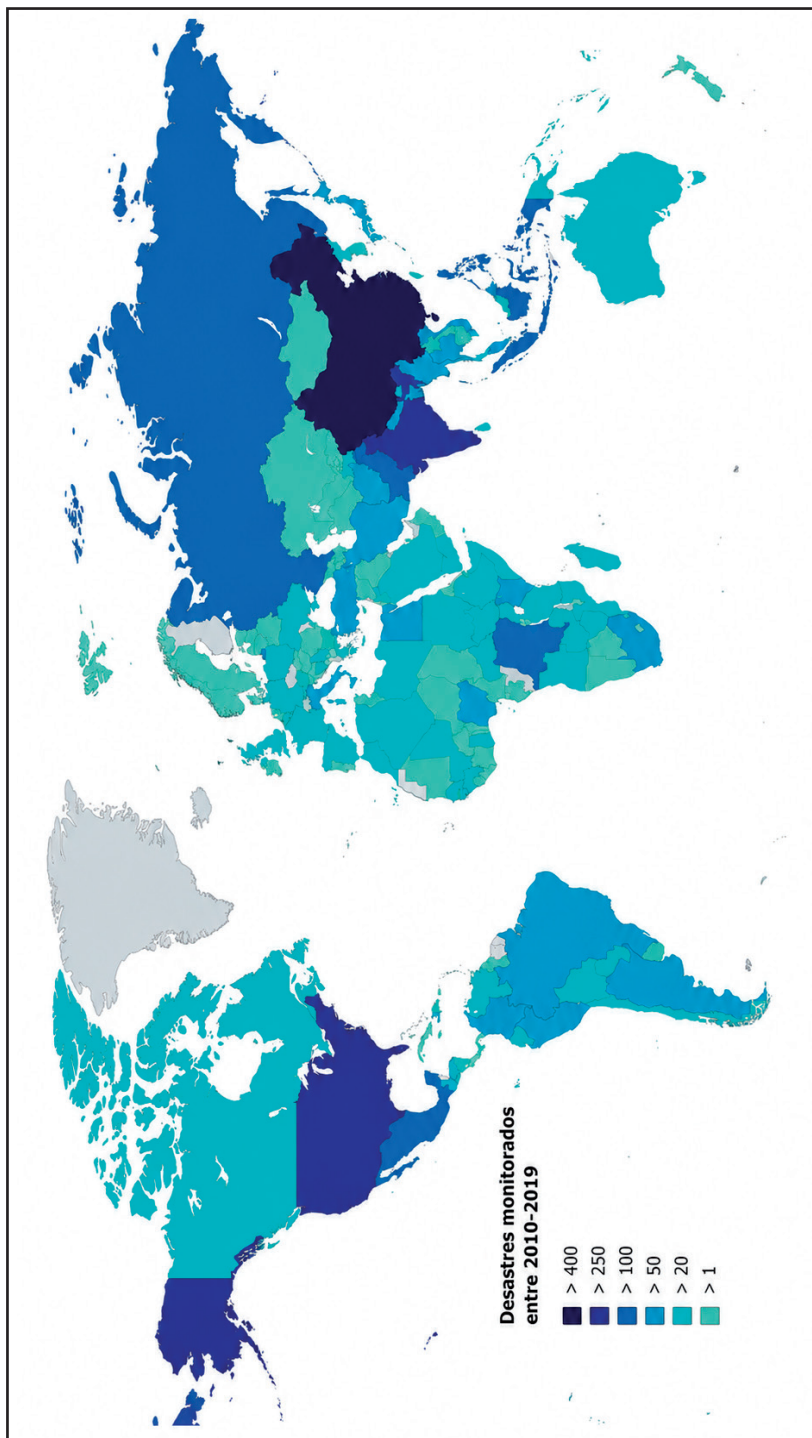
Da década de 1940 à década de 2000, a maioria dos desastres apresentou movimentos crescentes. Algo muito expressivo é o número de desastres tecnológicos em 1940, sobretudo se considerarmos o período de conflitos. Outro dado observado é que, a partir de 2010, todos os tipos de desastres apresentam queda, sobretudo os tecnológicos e biológicos, possivelmente por dependerem mais do controle imediato das ações humanas, com medidas de segurança nos processos produtivos e transportes, bem como medidas sanitárias adequadas para a erradicação de doenças. Todavia, mesmo que haja uma queda, o número da década de 2010 ainda é maior que o de 1990.

Gráfico 1 - Desastres no mundo entre as décadas de 1940 e 2010



Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

Figura 2 - Mapa de Desastres entre 2010-2019



Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

Já a figura 2 foi elaborada a partir dos dados que revelam a distribuição geográfica dos desastres, sendo que a cor mais escura é onde há maior predominância. Verifica-se que praticamente todos os países foram afetados de alguma forma. Destaca-se que os desastres hidrológicos são predominantes, sobretudo, na Ásia, por condições físicas da região, além das características de aumento do nível do mar e deltas de rios, por exemplo, enquanto os tecnológicos e biológicos concentram-se na África, com elevado número de epidemias.

O material do EM-DAT, além das informações mencionadas, traz, quando possível, dados acerca do número de pessoas afetadas. Desta maneira, uma planilha (tabela 1) foi organizada e realizou-se, assim, a soma dos dados de populações afetadas para cada década, divididas em variáveis, como: número total de afetados, feridos, mortos e desabrigados (em milhões e/ou bilhões).

Tabela 1 - Estimativa do número de pessoas afetadas por desastres entre as décadas de 1940 e 2010 no mundo

Ano	Afetados	Feridos	Mortes	Desabrigados
1940	3,4 milhões	71,5 mil	3,8 milhões	625,6 mil
1950	20,4 milhões	30,8 mil	2,1 milhões	1,1 milhão
1960	199,5 milhões	814,5 mil	1,7 milhão	9 milhões
1970	557 milhões	575,3 mil	1 milhão	22,6 milhões
1980	1,2 bilhão	477 mil	854,4 mil	23,4 milhões
1990	2 bilhões	2,1 milhões	1,2 milhões	76,7 milhões
2000	2,2 bilhões	3,3 milhões	936 mil	28,4 milhões
2010	1,7 bilhão	3,2 milhões	565,5 mil	11,6 milhões

Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

É possível fazer observações relevantes de que o número de afetados na década de 1940 era de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas, em um contexto em que a população beirava os 2,5 bilhões de habitantes, ou seja, 0,12% da população mundial. Enquanto na década de 2010, o número total de afetados correspondia a 22% da população mundial. Não se pode deixar de salientar essa proporção para a década de 2000, período em que houve o maior número de desastres; houve cerca de 2,284 bilhões de afetados, cerca de 33% da população de 6,9 bilhões (2010). Esse aumento coincide com a intensificação da Grande Aceleração, período em que a urbanização desigual e a expansão de atividades extrativistas ampliaram a exposição a riscos, especialmente em países do Sul Global.

Esses dados podem ser relacionados ao panorama colocado pelo IDMC de que, entre 2008 e 2022, mais de 376 milhões de deslocamentos internos foram causados por desastres em todo o mundo. Esses deslocamentos ocorrem, majoritariamente, em países do Sul Global, especialmente em regiões já marcadas por desigualdades estruturais, pobreza e baixa capacidade institucional de resposta (IDMC, 2023, 2024a).

Estes dados são parte de uma pesquisa de doutorado de quatro anos, portanto, aqui aparecem de forma mais resumida. Ao observarmos que a maior parte das populações afetadas por desastres ambientais se encontra em países do Sul Global, torna-se fundamental analisar um caso específico que exemplifica como essas dinâmicas globais se manifestam no contexto brasileiro. Por isso, aqui foi selecionado o estudo de caso referente às enchentes que ocorreram em 2024 no estado do Rio Grande do Sul.

4 BRASIL: RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é o estado que se localiza mais ao sul do Brasil. É composto de 497 municípios, possui cerca de 11,3 milhões de habitantes e é a 4ª maior economia do país (IBGE, 2024). Em relação à sua hidrografia, o estado tem três bacias: Uruguai, Guaíba e Litorânea. Assim como em outros contextos, destaca-se a importância de se associar os elementos sociais às características físicas do espaço, a fim de entender a forma como ele é construído e ocupado.

O Brasil, por sua extensão territorial, apresenta-se como um espaço geográfico de diversidade topográfica, vegetativa, hidrográfica e climática. Neste sentido, apresenta diferentes consequências dos desequilíbrios climáticos, como altas temperaturas, períodos prolongados de secas e, principalmente, aumento na frequência e na intensidade de chuvas em algumas regiões, sobretudo no sul do país, conforme mencionado.

É recorrente acompanhar, nos meios de comunicação, as enchentes que ocorrem em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todavia, 2023 e, principalmente, maio de 2024, podem ser chamados como eventos históricos e extremos na história do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que, para além de informações acadêmicas sobre o tema, as imagens destes desastres têm impactado toda a sociedade civil, como o fechamento do aeroporto internacional, a situação dos abrigos, os sinais de destruição de cidades praticamente inteiras e as inundações que duraram semanas.

Em relação aos abrigos, especificamente, a vulnerabilidade mostra que é importante avaliar o desastre, tanto em suas condições anteriores, mas também os impactos que acontecem após o evento (VALENCIO, 2014)

Claro que todas as tragédias devem ser documentadas e debatidas para o provimento de soluções. Entretanto, em aspectos mentais, o desastre é

profundamente sentido quando se está mais próximo, seja porque alguma pessoa conhecida passou por aquilo ou porque há uma conexão identitária com aquele espaço.

Reckziegel (2007) e Damacena, Oliveira, Dörr (2017) explicam que o Brasil passou por um processo rápido de urbanização a partir dos anos 1950, que foi realizado de maneira desordenada e desigual. As áreas que são menos valorizadas em aspectos financeiros também apresentam piores condições ambientais (precariedade das moradias, por exemplo, além da ocupação ilegal de territórios em muitos casos) e maior risco de desastres. As características demográficas das pessoas que ocupam espaços ambientalmente mais arriscados também contribuem para a diminuição de capacidade adaptativa, pois são mais pobres, têm menos escolaridade e acesso à infraestrutura de saneamento (DAMACENA; OLIVEIRA; DÖRR, 2017).

A ocupação de áreas de risco reflete a lógica das “naturezas baratas”, conforme anteriormente apresentado. Moore (2019) destaca o trabalho e os territórios vulnerabilizados pela exploração massiva, criando ciclos de exclusão.

É importante destacar que muitos discursos colocam a culpa nas pessoas que vivem nesses lugares, como se tivessem tido a oportunidade de escolha. No entanto, há um processo de ocupação do território que provém da falta de política social por parte do Estado e da impossibilidade financeira de se ter outro tipo de moradia, que é uma condição essencial de sobrevivência, além de ser um direito garantido na Constituição. Reckziegel (2007) descreve que “o meio natural impõe obstáculos para a ocupação de certas áreas, mas é o meio social, ao ocupar as áreas suscetíveis, que acaba desencadeando o surgimento do risco e potencializando a ocorrência de algum desastre” (RECKZIEGEL, 2007, p. 2).

Acerca do histórico de desastres da região, Reckziegel (2007) apresenta dados relevantes para entender essa questão, que compreende a ocorrência constante de desastres como enchentes/alagamentos, vendavais e chuvas de granizo. Os dois últimos têm impactado diretamente na produção agrícola da região.

Já as enchentes que afetam de forma mais direta as áreas urbanas podem ser provocadas por dois elementos: as enchentes “naturais” de áreas ribeirinhas e as relacionadas à urbanização. As primeiras relacionam-se à presença de grandes bacias e rios no estado. Ademais, as populações que vivem às margens dos rios têm, em sua maioria, uma renda menor. Claro que é necessário destacar que, no caso das chuvas de 2024, mesmo áreas mais distantes também foram tomadas pela água, causando uma situação sem precedentes e ainda mais complexa.

As enchentes e alagamentos nas áreas urbanas estão vinculadas ao modelo de ocupação do solo que sofre com as impermeabilizações, redução de áreas verdes, além das transformações nos cursos de rios para adequação ao projeto urbano. Assim, há menos áreas para escoamento das chuvas.

Para compreender a situação atual, é interessante correlacionar com os dados históricos. Em 1980, com uma população de 7,7 milhões, cerca de 5,2 milhões viviam em áreas urbanas e 2,5 na zona rural. Em 2004, dos 10,6 milhões de pessoas, 8,9 estavam nas cidades e 1,7 nas áreas rurais. Esse crescimento urbano é importante para o entendimento das razões pelas quais o impacto das inundações (sobretudo nos setores urbanos) e das estiagens (áreas rurais) é relevante para o estado.

As inundações tiveram início em 29 de abril, se estendendo por dez dias, o que sobrecarregou as bacias dos rios, que são interligadas, aumentando a escala de impacto. Em uma semana, o rio Guaíba subiu para o nível 5,33 metros, o maior de sua história. Até o fim de maio, havia baixado para 3,87 metros apenas. O rio Taquari tinha uma cota de inundação de 19 metros, ou seja, um limite operacional de segurança, no entanto, com as chuvas, chegou aos 33 metros (G1, 2024). Em uma semana de chuvas, a quantidade tinha ultrapassado os 800 mm, um número oito vezes maior do que o esperado para o mês (WALZBURIECH, 2024). Como resultado, 471 das 497 cidades do estado foram atingidas, e a enchente matou mais de 170 pessoas e impactou a vida de 2,8 milhões de pessoas, sendo que mais de 658 mil pessoas tiveram que sair de suas casas (IDMC, 2024b).

Apesar de o El Niño ter influenciado no aprofundamento de eventos climáticos, ele não é o único fator. Há mais dois elementos a serem considerados: (1) as condições climáticas como frentes frias, umidade oceânica e barreira de alta pressão que criaram uma área de umidade que não pôde se dissipar (Jornal da USP, 2024); (2) a gestão de desastres dos governos federal e estadual. Sobre este segundo ponto, os meios de comunicação divulgaram a diminuição da quantidade de investimento realizado para a prevenção de desastres climáticos, o que diminui a capacidade preventiva a longo prazo e, praticamente, elimina as alternativas para resposta rápida. Eisele (2024) apontou, por exemplo, que os alertas foram feitos uma semana antes de as chuvas terem início.

A água demorou semanas para atingir um nível realmente aceitável. Quando ela baixou, outros problemas foram criados como a lama, o mau-cheiro e a proliferação de doenças ligadas à água suja, como a leptospirose. Todas essas questões, em conjunto, foram determinantes para a evacuação imediata de mais de 658 mil pessoas, que estão voltando para suas casas de forma gradual. Não se pode esquecer também dos relatos de violência sofrida nos abrigos, como saques e assédios e abusos sexuais, o que simboliza a precariedade e falta de política adaptativa frente a catástrofes.

Apesar do caráter temporário, é possível que os impactos financeiros (perda dos meios de vida e, para muitos, o patrimônio de toda uma vida) e psicológicos (estresse pós-traumático) façam com que as pessoas pensem em se mover de forma permanente, sobretudo aqueles que foram mais atingidos (PAZ, 2024).

Em suma, este desastre demonstrou de maneira explícita as características multifacetadas de um desastre, que perpassa muitas áreas. Em entrevista para o Jornal da USP (2024), o professor Pedro Luiz Côrtes, da USP, explica que muitos sistemas foram afetados, a infraestrutura de transportes dificultou a evacuação, resgate, assim como as inundações também interferiram no acesso a combustíveis e alimentos, além dos danos causados à rede elétrica e no fornecimento de água. Destaque-se que os bairros mais afetados foram aqueles mais pobres e vulneráveis.

O mundo e o modo de vida são interligados por diferentes sistemas, se há a interrupção de um tipo de serviço, outros também são impactados, como evidenciado na situação do Rio Grande do Sul. Sendo assim, analisar os desastres e suas consequências demanda uma perspectiva interdisciplinar, além de alternativas de adaptação a curto, médio e longo prazos. Por este motivo, a próxima seção discutirá os desastres e as migrações a partir da óptica da adaptação.

5 MIGRAÇÕES NA GRANDE ACELERAÇÃO: SOBREVIVÊNCIA OU ADAPTAÇÃO?

A frequência e intensidade de desastres têm aumentado, como demonstrado pelos casos apresentados nos capítulos anteriores. Esses desastres também têm sido mais presentes em países com maiores taxas de pobreza, elevados níveis de desigualdade e problemas estruturais de longo prazo, como os conflitos, situações de corrupção e violência.

Em muitos casos, o movimento pode ser a única alternativa para as pessoas. Isso não significa que ele acontecerá de maneira ordenada e com garantia de direitos, pelo contrário, além de enfrentar a perda dos meios de vida, terão que encarar as dificuldades de integração social, como a identidade do espaço, disponibilidade de empregos, entre outros desafios. Assim, o migrante enfrenta um ciclo extenso de dificuldades.

No século XXI, têm predominado dois tipos de discursos. O primeiro é o da securitização, sendo este, constantemente, amparado por governos em suas políticas de contenção, com a utilização de regras mais duras ou a implementação de controles de fronteira. Em meados de 2015, o assunto voltou à tona com a onda migratória de sírios para a Europa, porque resultou

no aumento de atitudes discriminatórias por parte da população local e dos governos com a restrição de entrada dos migrantes através de campos desumanos de refugiados ou impedimentos como a construção de cercas e muros. As ações restritivas aumentaram ainda mais com a presidência de Donald Trump, porque ele proferiu muitos discursos contra a imigração e propôs políticas de ampliação do muro transfronteiriço entre Estados Unidos e México.

Assim, os migrantes são obrigados a percorrer caminhos perigosos a fim de transpor estes obstáculos, como aqueles que viajam pelo mar Mediterrâneo em embarcações precárias, ou fronteiras extremamente militarizadas. Esta visão, também reconhecida como alarmista, tende a criar discursos que colocam o migrante como um perigo para as sociedades, como invasores, tornando-se, assim, um fator securitário. Em outras palavras, significam a suposta culpa do próprio migrante que falhou na capacidade de sobreviver. As verdadeiras vítimas do Antropoceno são inviabilizadas, tornando-se sujeitos despolitizados (GEMENNE, 2015).

A migração é um processo em constante transformação. Antes tratava-se da ocupação de novos espaços, hoje é um sistema de redes ainda mais complexo, dada a quantidade de informações e fatores envolvidos. As mudanças ambientais são sentidas de diferentes maneiras, principalmente quando associadas a fatores estruturais como a vulnerabilidade e a capacidade de enfrentamento das populações. Desta forma, este trabalho propõe algumas considerações a serem feitas: (1) há populações que sentem os impactos diretos dos desastres ambientais, como aquelas que dependem diretamente da produção de alimentos, ou as que têm suas moradias destruídas por enchentes e deslizamentos, por exemplo; (2) outras populações sentem impactos indiretos, como o aumento da escassez de alimentos, aumento dos preços, perda da qualidade na saúde, entre outras formas.

A perspectiva da economia política prenuncia migrações ambientais e um conjunto de expulsões (SASSEN, 2014), em um longo histórico de injustiças ambientais; sociedades segregadas pela classe, raça, gênero e território e, constantemente, expulsas. Essas expulsões podem ser simbolizadas pelo uso do território para monopólios produtivos e financeiros, bem como a exaustão dos direitos básicos de acesso a água, solo e energia, expulsando aqueles mais vulnerabilizados. Essa eliminação dá-se, ainda, nos centros de decisão, na construção de conhecimentos e na capacidade de decidir sobre si próprios e ter alternativas.

A adaptação é paradoxal no sentido de que ela é considerada de forma positiva, por ampliar a capacidade de resposta, entretanto, há embutidos nela a ideia de segurança e os “perigos” da migração para a segurança nacional

dos países. O discurso securitário aprofunda a problemática ao impor novas políticas de contenção ao simbolizar o migrante muitas vezes como uma ameaça e, em outras, como vítimas, ambos com a ilusória necessidade de serem controlados (JOHNSON, 2018).

O que se coloca é que há dois processos próximos, mas diferentes. Em outras palavras, há a migração e a mobilidade, enquanto a primeira é o processo geral de se locomover de um lugar para outro, o segundo exemplifica a liberdade de se mover dentro da sociedade, que é, muitas vezes, minada pelas políticas de contenção e pelos processos de exclusão, sejam os que são aparentes, mas, sobretudo, aqueles que são velados dentro das sociedades, como debatido por Sassen.

O que se coloca é que a adaptação não é um status, e, sim, um fenômeno dinâmico. Em outras palavras, um indivíduo pode estar/ser adaptado a uma situação e não a outra, bem como também pode estar adaptado naquele espaço-tempo, mas ao considerarmos a velocidade das mudanças ambientais, isso significa que a capacidade de adaptação é intrínseca ao processo social, portanto, à condição humana (PELLING, 2011).

Assim, a migração é adaptação ou aprofundamento da vulnerabilidade? A resposta é que depende das condições prévias do espaço habitado e das pessoas. De qualquer modo, é preciso ter em mente que pensar sobre adaptação requer projetos de respostas imediatas, como sistemas de alarme a desastres imediatos e evacuação organizada, migrações sazonais organizadas, e também para médios e longos prazos, com consolidação de comunidades resilientes física e socialmente. Neste último ponto, vale ainda destacar que são necessárias políticas educacionais em que o entendimento da migração transpasse o senso comum da segurança e dos perigos “culturais”, para entendê-la enquanto um rico processo cultural com benefícios para o conhecimento, respeito aos direitos humanos e às diferenças, diversificação da economia, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das desigualdades socioambientais no contexto do Antropoceno não ocorre de forma aleatória ou naturalizada. Pelo contrário, trata-se de um processo estrutural e político, que deriva de relações de poder históricas e da forma como os territórios e os corpos são desigualmente valorizados ou descartados no sistema capitalista global. Neste sentido, este trabalho busca fornecer uma breve discussão sobre os desafios colocados pelas interpretações hegemônicas, destacando, portanto, um viés a partir do Sul Global.

Os dados analisados a partir da base EM-DAT evidenciam que a frequência e intensidade dos desastres ambientais aumentaram de forma significativa desde a década de 1940, com impacto em grande parte dos países do Sul Global. Não só a quantidade de desastres, mas também o número de pessoas afetadas se revelam expressivos, indicando exposição aos riscos e elevados níveis de desigualdade.

O estudo de caso das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 exemplifica, mesmo que de forma reduzida, esse panorama global resultante de fatores históricos, como um processo de urbanização desordenado e ausência de políticas públicas adequadas de prevenção e gerenciamento de riscos. Além disso, também deixa claro que a vulnerabilidade não acontece apenas antes do evento climático, mas também durante e depois, como as condições dos abrigos e a perda dos meios de vida.

Os limites planetários mostram que a zona operacional de segurança do planeta foi ultrapassada e por isso o desafio é construir uma política climática que articule os limites planetários aos direitos sociais.

O fenômeno das migrações ambientais deve ser compreendido dentro dessa lógica de múltiplas vulnerabilidades. Não se trata de deslocamentos espontâneos ou esporádicos, mas de processos profundamente conectados a estruturas globais de expropriação e exclusão. Essa dinâmica demanda respostas sistêmicas, tanto no campo político como no acadêmico, na construção do entendimento sobre as migrações ambientais como interdisciplinares e multifacetadas, assim como o conceito de adaptação para a reconstrução de territórios e a resiliência das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the crisis of the earth system**. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

CRUTZEN, Paul. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002.

DAMACENA, Fernanda; OLIVEIRA, Francine; DÖRR, Julia. Direito à moradia, ocupação de áreas de risco e desastre “natural” à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 8, p. 270-297, 2017.

EISELE, Ines. Quais foram as falhas que levaram à tragédia no Rio Grande do Sul. **UOL**. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/noticias/deutsche-welle/2024/05/16/enchentes-no-rio-grande-do-sul-o-que-deu-errado.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

- EM-DAT: The BHA/CRED International Disaster Database., UCLouvain, 2025, Brussels, Belgium. 2022. Disponível em: www.emdat.be or <https://www.emdat.be/publications/>
Email: contact@emdat.be . s.d.a.
- FOSTER, John Bellamy. Marxism in the Anthropocene: dialectical rifts on the Left. **International Critical Thought**, v. 6, n, 3, p. 393-421, 2016.
- GEMENNE, François. The Anthropocene and its victims. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (eds.) **The Anthropocene and the global environmental crisis**. Londres e New York: Routledge, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sobre o Rio Grande do Sul. 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- HUNTER, Lori; LUNA, Jessie; NORTON, Rachel. Environmental dimensions of migration. **Annu. Rev. Sociol.** 2015.
- IDMC. Global Report on Internal Displacement - GRID 2022. **Relatório**. Genebra: Internal Displacement Monitoring Centre, 2023.
- IDMC. Global Report on Internal Displacement - GRID 2023. **Relatório**. Genebra: Internal Displacement Monitoring Centre, 2024a.
- IDMC. **Dados do Rio Grande do Sul. 2024b**. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/countries/brazil/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- JOHNSON, Craig. Climate, migration and displacement: Exploring the politics of preventative action. In: MCLEMAN, Robert; GEMENNE, François (eds.) **Routledge handbook of environmental displacement and migration**. Londres: Routledge International Handbooks, 2018.
- JORNAL DA USP. Chuvas no Rio Grande do Sul devastam o Estado, provocando mortes e o deslocamento de populações. *Jornal da USP*, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/chuvas-no-rio-grande-do-sul-devastam-o-estado-provocando-mortes-e-o-deslocamento-de-populacoes/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- MOORE, Jason. **Capitalism in the web of life**. Londres: Verso, 2015.
- MOORE, Jason. The Rise of Cheap Nature. MOORE, Jason. (Editor). **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, Jason. World- ecology: a global conversation. **Sociologia urbana e rural**, n. 120, p. 9 - 21, 2019.

PAZ, Maurício. 'Não vamos mais voltar': 3 a cada 10 moradores do RS pensam em mudar de casa em razão de eventos climáticos, diz pesquisa. **G1 RS**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/23/3-a-cada-10-moradores-do-rs-pensam-em-mudar-de-casa-em-razao-de-eventos-climaticos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 24 de Junho de 2024.T

PELLING, Mark. **Adaptation to Climate Change: from resilience to transformation**. Londres e Nova York: Routledge, 2011.

RECKZIEGEL, Bernardete. **Levantamento dos desastres desencadeados por eventos naturais adversos no estado do Rio Grande do Sul no período de 1980 e 2005**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Santa Maria-RS, 2007.

ROCKSTRÖM, Johan; GAFFNEY, Owen. **Breaking Boundaries: the science of our planet**. Nova York: DK Publishing, 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Londres: Harvard University Press, 2014.

WILL, Steffen; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paulo; McNEILL, John. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences, **The Royal Society**, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 9, p. 3631-3644, set. 2014.

WANG-ERLANDSSON, Lan *et al.* A planetary boundary for green water. **Nature Reviews Earth & Environment**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 380-392, 26 abr. 2022.

ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin Neil; WILLIAMS, Mark; BARNOSKY, Anthony. When did the Anthropocene begin? A mid-twentieth century boundary level is stratigraphically optimal. **Quaternary International**, [s.l.], v. 383, p. 196-203, out. 2015. Elsevier BV.

RESUMO

Este artigo debate como a crise ambiental contemporânea, intensificada pela Grande Aceleração, produz e reproduz vulnerabilidades no Sul Global, o que impulsiona as migrações ambientais. A partir de uma perspectiva crítica dos conceitos de Antropoceno e Capitaloceno, apresentamos análise de dados globais dos desastres (EM-DAT) e estudo de caso das enchentes no estado do Rio Grande do Sul em 2024. A discussão sugere que as migrações ambientais são parte de um processo sistêmico de exploração histórica de territórios e populações marginalizadas, segundo a lógica das chamadas “naturezas baratas”, o que aprofunda desigualdades e limita capacidades adaptativas. Conclui-se o debate com questionamentos sobre a adaptação e a necessidade de políticas públicas que a entendam como estratégia de sobrevivência, especialmente em um contexto de constantes e rápidas transformações.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Migrações Ambientais; Naturezas baratas; Vulnerabilidade; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This article examines how the contemporary environmental crisis, intensified by the Great Acceleration, produces and reproduces vulnerabilities in the Global South, thereby driving environmental migration. Drawing on a critical perspective of the concepts of the Anthropocene and the Capitalocene, it presents an analysis of global disaster data (EM-DAT) alongside a case study of the 2024 floods in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The discussion suggests that environmental migration is part of a systemic process of historical exploitation of territories and marginalized populations, in line with the logic of so-called “cheap natures,” which deepens inequalities and limits adaptive capacities. The paper concludes by raising questions about adaptation and emphasizing the need for public policies that recognize it as a legitimate survival strategy, particularly in a context of rapid and ongoing socio-environmental transformations.

Keywords: Environmental crisis; Environmental migration; Cheap natures; Vulnerability; Rio Grande do Sul

Migração e justiça ambiental: dinâmicas de expulsão e resistência em contextos periféricos

Migration and environmental justice:
dynamics of expulsion and resistance in
peripheral contexts

*Wagner Alexandre Siteo**

1 INTRODUÇÃO¹

As mudanças climáticas representam uma das questões socioambientais mais urgentes da actualidade. Elas se caracterizam por alterações de longo prazo nos padrões meteorológicos, impulsionadas tanto por fatores naturais quanto pela ação humana, especialmente desde a Revolução Industrial. O aumento das concentrações de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), tem levado a um aumento da temperatura global, à acidificação dos oceanos e a uma maior frequência de eventos climáticos extremos (IPCC, 2023). Essa complexidade demanda uma abordagem multidisciplinar.

Este artigo busca analisar as inter-relações entre mudanças climáticas, migração e justiça ambiental, destacando os impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis no Brasil, em países africanos e nas regiões da América Latina e do Caribe. Nesse contexto, a migração ganha uma nova dimensão com o surgimento da migração ambiental, fenômeno reconhecido por organismos internacionais. Essa migração pode ser resultado de desastres

* Docente, investigador e profissional focado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, com especial interesse em políticas públicas. Doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Maputo, Mestre em População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane e Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9806-1388>

repentinos ou de processos graduais, como desertificação e elevação do nível do mar. Apesar da ausência de um estatuto legal para “refugiados climáticos”, sua importância tem crescido na formulação de políticas públicas.

A justiça ambiental é fundamental para entender a intersecção entre degradação ambiental e desigualdades sociais. Originada no movimento social dos anos 1980, essa noção revela que os ônus ambientais recaem desproporcionalmente sobre grupos marginalizados, como comunidades indígenas e populações de baixa renda (ACSELRAD, 2010). No Brasil, a crítica à injustiça ambiental expõe a vulnerabilidade de grupos que enfrentam riscos ambientais e a sua exclusão de processos decisórios.

Globalmente, as mudanças climáticas têm efeitos assimétricos. Países industrializados, responsáveis por uma parcela significativa das emissões, possuem maior capacidade de adaptação, enquanto nações do Sul Global, que contribuem menos para as emissões, enfrentam os impactos mais severos (PNUD, 2022). Na África, a interação entre mudanças climáticas e fatores como conflitos e insegurança alimentar intensifica a vulnerabilidade, especialmente em regiões como o Sahel, onde a seca tem forçado deslocamentos (ZOETEMAN, 2020).

No Brasil, a biodiversidade enfrenta desafios únicos. O desmatamento na Amazônia, a urbanização acelerada e as secas no Nordeste resultam em deslocamentos internos e impactam a saúde pública e a segurança hídrica. Esses efeitos recaem desproporcionalmente sobre trabalhadores rurais e comunidades vulneráveis, evidenciando um quadro de injustiça ambiental.

Assim, a relação entre mudanças climáticas, migração e justiça ambiental requer uma análise integrada que reconheça suas causas estruturais. A mobilidade humana, tanto no Brasil quanto na África, emerge como uma estratégia de sobrevivência que reflete desigualdades socioeconômicas crônicas. A promoção da justiça ambiental e a mitigação dos impactos climáticos dependem de políticas públicas intersetoriais e do fortalecimento de iniciativas comunitárias. Dessa forma, as mudanças climáticas não são apenas um fenômeno ambiental, mas também uma questão de direitos humanos, exigindo um compromisso com a equidade socioambiental.

2 METODOLOGIA

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica e análise documental. O desenho metodológico privilegia a integração entre ciências ambientais, ciências sociais e estudos de direitos humanos, com o objetivo de compreender as inter-relações entre mudanças climáticas, migração e justiça ambiental.

A consulta bibliográfica foi a principal estratégia para o levantamento de dados, utilizando fontes acadêmicas como livros, artigos e relatórios técnicos. O foco foi em publicações recentes (pós-2018) de relevância reconhecida. Para isso, foram utilizados repositórios e bases de dados como Scopus, Web of Science e SciELO, além de documentos de organismos internacionais, como o IPCC e a OIM.

A seleção das referências seguiu critérios rigorosos de relevância e metodologia, evitando fontes opinativas sem embasamento empírico. Também foram analisadas normas jurídicas e dados estatísticos de organismos como o Banco Mundial e o PNUD, que são essenciais para contextualizar as emissões e os fluxos migratórios. A análise envolveu uma leitura crítica e a sistematização temática das informações, permitindo a identificação de padrões e lacunas na pesquisa. Essa abordagem sustentou as argumentações do estudo, proporcionando uma compreensão mais abrangente do tema em questão.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO FACTOR ESTRUTURANTE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

As mudanças climáticas, longe de constituírem um fenômeno meramente ambiental, assumem um caráter profundamente político e social, atuando como um vetor estruturante de desigualdades e de conflitos socioambientais em múltiplas escalas. A literatura contemporânea vem reiteradamente destacando que seus impactos não se distribuem de forma uniforme no espaço e no tempo, mas seguem padrões determinados por estruturas históricas de poder, desigualdade econômica e exclusão territorial (HARVEY, 2010b; PNUD, 2022). Em contextos marcados por vulnerabilidades preexistentes, a variabilidade climática intensifica tensões latentes e pode deflagrar processos de deslocamento forçado ou, paradoxalmente, de imobilidade involuntária.

3.1 Clima, vulnerabilidade e conflito

A intensificação de eventos extremos como secas, inundações, tempestades, incêndios florestais tem implicações diretas sobre a segurança alimentar, a disponibilidade hídrica e a habitabilidade de territórios inteiros. Segundo o IPCC (2023), o aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais já está associado ao aumento da frequência e intensidade desses eventos, afetando desproporcionalmente regiões tropicais e subtropicais. Nessas áreas, a dependência de atividades agropecuárias sensíveis ao clima

torna comunidades inteiras particularmente vulneráveis, não apenas a perdas econômicas imediatas, mas também à desestruturação de modos de vida tradicionais.

A noção de vulnerabilidade diferencial (BLAIE et al., 1994) é central para compreender por que populações pobres, povos indígenas, comunidades quilombolas e periferias urbanas experimentam impactos desproporcionais. A exposição a riscos climáticos, quando combinada à ausência de políticas públicas de proteção e adaptação, cria um terreno fértil para conflitos socioambientais. Esses conflitos podem emergir da disputa por recursos escassos como água e terras cultiváveis ou da resistência a projetos de adaptação e mitigação que, por sua natureza excludente, reproduzem injustiças ambientais.

4 DESLOCAMENTOS FORÇADOS: QUANDO A MIGRAÇÃO É A ÚNICA SAÍDA

O conceito de migração ambiental, embora ainda não consolidado juridicamente, abarca deslocamentos motivados, total ou parcialmente, por alterações ambientais adversas. Myers (2002) estima que, até 2050, o mundo poderá ter mais de 200 milhões de pessoas deslocadas por razões ambientais, embora as projeções variem conforme os critérios metodológicos adotados. Esses fluxos podem ser internos, quando permanecem dentro das fronteiras nacionais, ou internacionais, quando implicam travessia de fronteiras políticas.

No Brasil, a seca prolongada no semiárido nordestino constitui um exemplo emblemático de deslocamento forçado. Estudos apontam que, entre 2012 e 2017, estiagens severas provocaram a migração de milhares de famílias, sobretudo de pequenos agricultores e trabalhadores rurais (MARIN; SANTOS, 2019). A incapacidade de manter atividades produtivas devido à escassez hídrica compromete não apenas a subsistência, mas também vínculos comunitários e identidades territoriais.

Em países africanos, particularmente na região do Sahel, a conjunção de degradação ambiental e instabilidade política tem gerado fluxos migratórios complexos. A redução das chuvas e a desertificação afetam pastores nômades e agricultores de subsistência, alimentando conflitos intercomunitários pela posse e uso da terra (ZOETEMAN, 2020). A competição por recursos, nesse contexto, pode degenerar em violência armada, gerando ondas adicionais de deslocamento.

4.1 Imobilidade forçada: quando não é possível migrar

As mudanças climáticas, por um lado, podem catalisar fluxos migratórios, mas, por outro, também aprisionam populações em territórios degradados. O conceito de “trapped populations” (BLACK; COLLYER, 2014) descreve comunidades que, apesar de estarem expostas a altos riscos ambientais, carecem de meios econômicos, sociais ou políticos para migrar. Nesse contexto, a vulnerabilidade assume um duplo aspecto: os indivíduos permanecem em áreas de risco e enfrentam a erosão progressiva das condições de vida.

Na Amazônia brasileira, comunidades ribeirinhas afetadas por alterações no regime hidrológico, como cheias intensas e secas prolongadas, frequentemente não dispõem de infraestrutura, recursos financeiros ou redes de apoio para se deslocar (SANTOS, 2022). O autor acrescenta que este cenário é agravado pela falta de políticas públicas efetivas que facilitem a realocação ou garantam meios de adaptação local. De maneira semelhante, em países insulares da África e do Caribe, ameaçados pela elevação do nível do mar, as limitações econômicas e logísticas tornam a migração um privilégio inacessível para amplos segmentos da população.

Além disso, a impossibilidade de fuga é exacerbada por factores como altos índices de corrupção e desvios de recursos destinados ao apoio a refugiados. Nesse sentido, calamidades e catástrofes ambientais se transformam em fontes de riqueza para muitos dirigentes africanos, enquanto guerras e desastres naturais geram bilionários em meio à miséria e à ruína. Assim, fica evidente que a imobilidade nesse contexto é deliberadamente criada e provocada por agentes que deveriam estar comprometidos com a resolução dos problemas.

4.2 Conflitos socioambientais e injustiça climática

Os conflitos socioambientais resultantes das mudanças climáticas estão intimamente ligados à injustiça climática, que se refere à distribuição desigual dos custos e benefícios das mudanças e das políticas climáticas (ROBINSON; CARVER, 2019). No Brasil, projetos de infraestrutura e expansão agroindustrial frequentemente deslocam comunidades tradicionais, sob a justificativa de promover o “desenvolvimento” e a “modernização” da produção. Empreendimentos como a construção de barragens e a instalação de grandes parques eólicos ou solares, embora associados à transição energética, podem reproduzir padrões históricos de espoliação territorial (PORTO, 2012).

Em muitos países africanos, a implementação de projetos de adaptação mal planejados também pode acentuar as desigualdades. A criação de áreas de conservação ambiental, por exemplo, tem levado à expulsão de comunidades

que dependiam tradicionalmente dessas terras para sua subsistência, sem compensações adequadas ou alternativas viáveis (BENJAMINSEN; SVARSTAD, 2010). Apesar de os países africanos contribuírem pouco para a degradação ambiental, eles são frequentemente pressionados a mais participar da reparação desse fenômeno. Essa situação se torna injusta, uma vez que os combustíveis fósseis são mais rentáveis e produtivos. Os países desenvolvidos, que extraíram esses recursos do continente africano para seu próprio desenvolvimento, deveriam agora assumir uma maior responsabilidade, utilizando energias limpas, que se mostram menos eficientes e rentáveis.

Além disso, os países ocidentais na sua maioria privam os países em desenvolvimento, como os da África, do acesso à tecnologia necessária para a transformação de seus recursos. Assim, os países africanos têm dificuldade em desenvolver tecnologias locais para explorar e transformar seus próprios recursos. Neste contexto, é fundamental que esses países avancem em seu desenvolvimento sem serem forçados a retroceder, especialmente até que alcancem um nível de desenvolvimento que os liberte do jugo colonial ainda presente em diversas esferas.

5 MIGRAÇÃO INDUZIDA POR DESASTRES E EXPANSÃO PRODUTIVA

A migração contemporânea induzida por factores ambientais resulta, em grande medida, de dois processos de natureza interligada: os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas e a reconfiguração territorial imposta pela expansão agroindustrial e pela concentração fundiária (PEREIRA, 2018). Para o autor, esses vetores, embora distintos, frequentemente atuam de forma sinérgica, deslocando populações inteiras e redefinindo os usos e sentidos do território. No contexto latino-americano e africano, tais processos adquirem contornos específicos, marcados por desigualdades históricas, assimetrias de poder e vulnerabilidades socioeconômicas profundas.

5.1 Eventos extremos e deslocamentos imediatos

Os eventos climáticos extremos, como inundações súbitas, ciclones tropicais, estiagens prolongadas, deslizamentos de encostas e incêndios florestais, têm sido responsáveis por deslocamentos abruptos e massivos de populações. De acordo com o *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC, 2023), cerca de 32,6 milhões de pessoas foram deslocadas internamente no mundo em 2022 devido a desastres naturais, número que supera o deslocamento por conflitos armados no mesmo período. Esses

deslocamentos, embora frequentemente temporários, podem tornar-se permanentes quando a infraestrutura destruída e a degradação ambiental inviabilizam o retorno.

No Brasil, eventos como as enchentes no Vale do Itajaí (Santa Catarina), em 2008, e as inundações no estado da Bahia, em 2021, exemplificam a magnitude desse fenômeno. Em ambos os casos, milhares de famílias perderam suas moradias e meios de subsistência. A ausência de planejamento urbano adequado e a ocupação de áreas de risco, aliadas à insuficiência de políticas de mitigação e adaptação, contribuem para que tais eventos tenham efeitos devastadores sobre populações vulneráveis (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009).

Na África, ciclones como Idai e Kenneth (2019) devastaram Moçambique, Zimbábue e Maláui, deixando centenas de milhares de pessoas desalojadas. Esses eventos não apenas destroem habitações e infraestrutura, mas também comprometem a agricultura de subsistência, que é a base econômica de amplas regiões rurais (UNOCHA, 2019). No caso moçambicano, as perdas agrícolas agravaram a insegurança alimentar e levaram a movimentos migratórios internos para centros urbanos, onde a absorção socioeconômica é limitada.

5.2 Expansão agroindustrial e concentração fundiária

Se os eventos extremos provocam deslocamentos súbitos e visíveis, a expansão agroindustrial e a concentração fundiária induzem um processo mais silencioso e gradual de migração. No Brasil, a modernização conservadora do campo, intensificada a partir da década de 1970, resultou na substituição de pequenas propriedades por grandes empreendimentos voltados para a produção de commodities agrícolas, como soja, milho, cana-de-açúcar e carne bovina. Esse processo, amplamente estudado por (2012), tem provocado a expulsão de agricultores familiares e comunidades tradicionais, que perdem o acesso à terra e são forçados a buscar novas oportunidades em áreas urbanas.

A concentração fundiária, medida pelo índice de Gini agrário, mantém-se elevada no país: segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), apenas 1% dos proprietários detém quase metade de toda a área agrícola. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia e no Cerrado não se dá apenas pela compra e incorporação de terras, mas também por mecanismos coercitivos, como a grilagem, a pressão econômica e a violência direta (CPT, 2022). Tais práticas têm efeito direto sobre a mobilidade populacional, expulsando famílias de territórios historicamente ocupados.

Na África subsaariana, processos análogos têm sido observados, especialmente em países como Etiópia, Gana e Moçambique, onde programas de incentivo ao agronegócio e acordos de *land grabbing* envolvendo empresas estrangeiras deslocaram milhares de agricultores de subsistência (WHITE et al., 2012). Em Moçambique, a concessão de grandes áreas para monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, associada à instalação de megaprojetos de mineração, tem causado não apenas deslocamentos forçados, mas também transformações profundas na organização socioeconômica local (BORGES; SALGADO, 2021).

5.3 Interações entre eventos extremos e expansão produtiva

É importante salientar que eventos extremos e expansão agroindustrial frequentemente interagem de forma cumulativa. Por exemplo, a seca prolongada pode levar pequenos produtores ao endividamento e, posteriormente, à venda de suas terras a grandes empresas agrícolas. Esse duplo processo ambiental e econômico reforça o ciclo de deslocamento e marginalização. No semiárido brasileiro, a conjunção de estiagens severas e políticas de incentivo ao agronegócio irrigado tem contribuído para a concentração de terras férteis e para a expulsão de comunidades camponesas (PEREIRA; GOMES, 2018).

Na África, em regiões como o Corno de África, secas recorrentes forçam pastores nômades a abandonar rotas tradicionais de pastoreio. A degradação dos ecossistemas, por sua vez, facilita a apropriação dessas áreas por empresas agrícolas e de mineração, alterando radicalmente a relação entre comunidades e território (OMAR, 2020).

5.4 Brasil Vs África: emissões e impactos

Embora o Brasil e os países africanos compartilhem processos semelhantes de deslocamento ambiental, existem diferenças marcantes no papel que desempenham na crise climática. De acordo com a Tabela 1 abaixo, os países africanos são, em geral, responsáveis por uma fração mínima das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), mas estão entre os mais vulneráveis aos seus impactos. Por outro lado, o Brasil, embora situado no Sul Global, figura entre os dez maiores emissores mundiais, principalmente devido ao desmatamento e à agropecuária (SEEG, 2023).

Tabela 1 - Dados comparativos Brasil e África:

País / Região	Emissões de GEE (MtCO ₂ e, 2021)	Participação global (%)	Principais fontes
Brasil	2 420	4,6	Desmatamento, agropecuária
África do Sul	452	0,9	Energia fóssil, indústria
Moçambique	19	0,04	Agricultura, uso da terra
Nigéria	126	0,24	Energia, agricultura
África (total)	~1 500	3	Agricultura, energia
Mundo	53 800	100	Diversas

Fonte: Autor com base no SEEG (2023) e World Resources Institute (2023a).

Essa disparidade evidencia o paradoxo central da justiça climática: as populações que menos contribuem para o problema são frequentemente as mais afetadas por seus efeitos e têm menor capacidade adaptativa.

6 RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A migração induzida por desastres e pela expansão produtiva não é um processo passivo. Em diversas regiões do Brasil e da África, comunidades têm se organizado para resistir à expulsão e reivindicar seus direitos. No Brasil, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm desempenhado papel central na defesa do direito à terra e na denúncia da violência no campo. Em Moçambique, organizações como a União Nacional de Camponeses (UNAC) atuam contra projetos de *land grabbing* e defendem a agricultura familiar como base para a soberania alimentar.

Essas mobilizações revelam que a migração, embora muitas vezes inevitável, pode ser mitigada ou reconfigurada por políticas públicas inclusivas e pela participação social. A resistência não elimina a pressão estrutural imposta por eventos extremos e pela expansão agroindustrial, mas abre espaço para alternativas territorializadas de desenvolvimento, que considerem a diversidade cultural e ecológica de cada região.

Pode-se constatar que a migração induzida por desastres e pela expansão produtiva é um fenômeno multifacetado, no qual fatores ambientais e econômicos se entrelaçam, frequentemente potencializando-se mutuamente. No Brasil e na África, o resultado é a reconfiguração de territórios, a erosão de modos de vida e a intensificação das desigualdades

socioambientais. A compreensão dessa dinâmica exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de integrar dados climáticos, análises socioeconômicas e estudos de mobilidade humana.

O combate a este fenômeno não se resume à mitigação das emissões ou à prevenção de desastres. Requer, sobretudo, uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento vigente, sobre a concentração de recursos e sobre o papel das políticas públicas na proteção das populações vulneráveis. Nesse sentido, as comparações entre Brasil e países africanos reforçam a urgência de estratégias de adaptação e de justiça climática que transcendam fronteiras nacionais.

7 GRANDES INTERVENÇÕES TERRITORIAIS COMO CAUSA DE EXPULSÕES

As grandes intervenções territoriais compreendendo projetos de infraestrutura, mineração e iniciativas de transição energética consubstanciam-se em mecanismos contemporâneos de expulsão populacional e de desestruturação de territórios. Esses empreendimentos, apesar de muitas vezes justificados como indutores de “desenvolvimento sustentável” ou modernização, frequentemente resultam na violação de direitos territoriais, na desterritorialização de comunidades indígenas e tradicionais e na reprodução de padrões sistêmicos de injustiça ambiental.

7.1 Infraestrutura e mineração: forças desabrigadas e esquecidas

A construção de grandes obras de infraestrutura, como barragens hidrelétricas, representa um vetor antigo e ainda expressivo de expulsão no Brasil. A Usina de Belo Monte, tida como uma das maiores da América Latina, foi responsável por movimentar mais de 100 mil pessoas e deslocar, de forma forçada, mais de 20 mil indivíduos, majoritariamente de populações rurais, indígenas e ribeirinhas (IPCC, 2023; WRI, 2023 fonte usada como referência teórica e comparativa) além do que o impacto ambiental e cultural associado a essa desterritorialização é profundo.

No espectro da mineração, o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) ilustram, com brutalidade, os impactos sociais e territoriais dessa atividade. Relatos qualitativos destacam o sofrimento gerado pela desterritorialização abrupta, a ruptura dos vínculos com o território e o luto pela perda de lugares de existência simbólica.

Além dos desastres, a mineração a céu aberto promove transformação profunda da paisagem, como observado em Itabira e Congonhas, e tem sido responsável por expulsões silenciosas: a limpeza dos solos, abertura de cratera, expansão urbana descontrolada e poluição do ar compeliram a remoção de comunidades inteiras.

7.2 Transição energética

A extração de minerais críticos como lítio e nióbio, necessários à transição energética, acarreta conflitos territoriais significativos. Comunidades no Vale do Jequitinhonha (MG) relatam efeitos adversos ao bem-estar social, desde odores insuportáveis até violências simbólicas derivadas da presença mineradora. Entre 2020 e 2023, foram registradas 348 ocorrências de violações de direitos relacionados à mineração de minerais críticos, afetando aproximadamente 101 mil pessoas entre pequenos proprietários rurais, indígenas e trabalhadores (respectivamente 23,9 %, 9,8 %, 12,1 %).

Esses casos revelam o paradoxo da transição energética: ao mesmo tempo em que busca mitigar emissões, ele reproduz práticas excludentes e predatórias, alicerçadas em um contexto de “zonas de sacrifício”, territórios sacrificados em nome de interesses corporativos.

Tabela 2 - Comparação de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) por região

Região / Categoria	Emissões totais de GEE (2023, GtCO ₂ e)	Emissões per capita (tCO ₂ e)
Mundo total	53,0 GtCO ₂ e	—
Brasil	(entre os maiores emissores)	~6,05 tCO ₂ e (em comparação)
América Latina & Caribe	(valor agregado baixo)	(per capita geralmente mais baixo)
África (continente)	Menor fração das emissões globais	Emissão per capita reduzida
Países desenvolvidos (EUA, UE etc.)	Altíssima per capita	EUA: ~17,6 tCO ₂ e; UE: ~7,26 tCO ₂ e

Fonte: Autor com base no SEEG (2023) e World Resources Institute (2023a).

De acordo com a tabela 2, a desigualdade nas emissões evidencia a injustiça climática: regiões menos responsáveis pelas emissões, como partes da África, América Latina e Caribe, enfrentam maior vulnerabilidade, escassa capacidade adaptativa e de resiliência. Em contraste, territórios como o Brasil, que são simultaneamente fontes significativas de emissões e vítimas dos impactos climáticos, sofrem com intervenções estruturais. Para eliminar essas emissões, é fundamental combater as políticas interventivas internacionais e a manutenção de um poder hegemônico mundial (WORLD RESOURCES INSTITUTE, 2023b).

A continuidade da produção e diversificação na fabricação de inseticidas e o processo de enxerto de plantas para agricultura, junto ao cruzamento de raças de animais para uso humano no processo agropecuário, ocorrem em paralelo ao aumento da produção de materiais prejudiciais, como armamento nuclear, a sementes de uso único e inseticidas que degradam não apenas os solos, mas também o ambiente, tornando-se fatais para os criadores após alguns anos. Sem uma união real de esforços entre os atores desses setores, não haverá um desenvolvimento efetivo.

Além disso, há relatos de que as previsões e os dados estatísticos sobre calamidades em muitas regiões são manipulados por organizações com agendas contrárias ao desenvolvimento. Essa manipulação compromete a formulação de políticas adequadas e a implementação de soluções eficazes para os desafios enfrentados por comunidades vulneráveis. Portanto, é crucial promover uma colaboração genuína e sustentável entre todos os envolvidos para que possamos avançar em direção a um futuro mais justo e resiliente.

8 POLÍTICAS PÚBLICAS: MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

8.1 Panorama das políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

As políticas públicas destinadas à mitigação das mudanças climáticas e à adaptação aos seus impactos tornaram-se um eixo central das agendas ambientais e sociais em escala global. No entanto, apesar dos avanços normativos e institucionais, persistem lacunas importantes quanto à integração efetiva da justiça ambiental e dos direitos das populações mais vulnerabilizadas, especialmente aquelas afetadas por deslocamentos forçados e vulnerabilidades socioambientais.

No Brasil, o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA) representa um marco institucional desde sua aprovação em 2016, buscando articular medidas de resposta aos riscos climáticos em setores estratégicos, como agricultura, recursos hídricos e saúde pública (MMA, 2016). Todavia, as críticas apontam que o PNA não incorpora suficientemente os aspectos relacionados à proteção dos direitos territoriais e à reparação das comunidades impactadas por grandes projetos (COSTA; BARROS, 2021). A falta de mecanismos claros para a participação efetiva das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas evidencia um hiato entre a política formal e as práticas concretas.

Em nível regional, os Estados brasileiros apresentam diversidade na incorporação das políticas climáticas. Estados da Amazônia Legal, como Pará e Amazonas, possuem planos próprios, mas enfrentam desafios relacionados à fiscalização, transparência e cumprimento das medidas, sobretudo diante da

expansão do agronegócio e dos desmatamentos ilegais (SANTOS et al., 2022). Esse quadro se soma às frequentes denúncias de violações socioambientais relacionadas a empreendimentos de mineração, hidrelétricas e infraestrutura, que amplificam os riscos de deslocamentos forçados e conflitos.

Na África, países como Moçambique e Etiópia têm desenvolvido estratégias nacionais para a adaptação climática, muitas vezes apoiadas por organismos internacionais, como o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund). Contudo, há evidências de que as políticas nacionais ainda carecem de incorporação robusta das vozes comunitárias, reproduzindo modelos centralizados e pouco participativos, o que compromete a efetividade e a justiça dessas medidas (MBIYA et al., 2023). Além disso, a capacidade técnica e financeira reduzida limita o alcance dos programas de mitigação, gerando dependência de cooperações externas e restrições para políticas soberanas.

8.2 Lacunas e desafios na promoção da justiça ambiental

A justiça ambiental, entendida como o direito de todas as populações a um ambiente saudável, seguro e culturalmente apropriado (SCHLOSBERG, 2007), ainda é pouco integrada nas políticas públicas voltadas para mudanças climáticas. Isso se reflete na insuficiência de estratégias que promovam a reparação dos direitos das populações deslocadas por intervenções territoriais, na ausência de mecanismos de compensação eficazes e no descaso com a preservação dos territórios ancestrais.

A dificuldade de tradução da justiça ambiental em políticas concretas revela-se, por exemplo, na ausência de protocolos claros para o reassentamento de comunidades removidas por obras públicas ou projetos privados. Os casos do deslocamento de comunidades em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ou do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho ilustram o déficit em termos de participação social e compensação justa (RODRIGUES; PEREIRA, 2021).

Outro aspecto crítico é o reconhecimento dos impactos múltiplos e interseccionais sofridos pelas comunidades: pobreza, racismo estrutural, violência de gênero e discriminação cultural amplificam os efeitos das mudanças climáticas e dificultam o acesso a direitos e reparação. Assim, a intersecção entre justiça ambiental e justiça social deve guiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas (PEREIRA et al., 2020).

9 ESTUDOS COMPARATIVOS E ARGUMENTAÇÃO CRÍTICA

Comparativamente, países desenvolvidos demonstram maior capacidade institucional para implementar políticas climáticas integradas e inclusivas, com maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, e

maior engajamento comunitário em processos decisórios (OECD, 2023). Todavia, tais países continuam enfrentando críticas pela insuficiência das reduções de emissões e pelo fracasso em compensar as responsabilidades históricas sobre a crise climática.

Já em contextos latino-americanos e africanos, a dependência econômica, vulnerabilidades sociais e déficits institucionais dificultam avanços estruturais, impondo desafios para a justiça ambiental. Apesar disso, iniciativas locais de adaptação, muitas vezes vinculadas a saberes tradicionais, demonstram resiliência e inovação, que são aspectos pouco valorizados em formulações convencionais (NUNES; OLIVEIRA, 2023).

A crítica fundamental reside no fato de que muitas políticas públicas ainda são elaboradas sob a lógica do “desenvolvimento sustentável” como uma síntese harmoniosa, ignorando os conflitos de interesse e a distribuição desigual dos custos e benefícios. Assim, o enfrentamento das mudanças climáticas requer o reconhecimento das contradições inerentes ao sistema capitalista e o redirecionamento das políticas para um paradigma de justiça ambiental efetiva (HARVEY, 2010a; PEREIRA, 2021).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste trabalho revela que mudanças climáticas, migração ambiental e justiça ambiental estão interligadas e se manifestam de forma desigual entre países e regiões. No Brasil e em várias nações africanas, eventos climáticos extremos, aliados à expansão agroindustrial e à concentração fundiária, geram deslocamentos forçados e situações de imobilidade involuntária. Essas dinâmicas reconfiguram territórios e modos de vida, aprofundando desigualdades históricas e vulnerabilidades sociais.

Eventos como secas, inundações e ciclones destacam a fragilidade das infraestruturas urbanas e rurais, especialmente na ausência de políticas públicas eficazes. Essas crises desestabilizam economias locais e comprometem a segurança alimentar, afetando desproporcionalmente grupos marginalizados, como comunidades rurais e povos indígenas.

A expansão agroindustrial, impulsionada por interesses globais e apoiada por políticas que favorecem grandes empreendimentos, atua como um vetor de deslocamentos. No Brasil, isso é evidente na Amazônia e no Cerrado, onde a conversão de ecossistemas para monoculturas resulta na expulsão violenta de comunidades tradicionais. Na África, práticas como o “land grabbing” e megaprojetos em países como Moçambique e Etiópia levam à perda de terras férteis e desarticulam economias locais.

Esse contexto cria um ciclo de vulnerabilização, onde as comunidades já precarizadas se tornam ainda mais expostas a riscos. O paradoxo da justiça climática se torna evidente: as populações menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa são as mais afetadas.

NOTA

¹ Texto redigido em português de Portugal. Nota do editor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR.

COMIGRRAR - conferência nacional: propostas prioritárias. Brasília: ACNUR / MJSP, 2024.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR.

Mulheres refugiadas lideram organizações comunitárias no Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/historias/mulheres-refugiadas-lideram-organizacoes-comunitarias-no-brasil>. Acesso em 28 mar. 2025.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental:** ação coletiva e estratégias de resistência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

ARTAXO, P. **Mudanças climáticas e o Brasil:** riscos e oportunidades. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

BENJAMINSEN, T. A.; SVARSTAD, H. Quests for equity in Norwegian conservation policy. *Environmental Values*, v. 19, n. 3, p. 335-354, 2010.

BLACK, R.; COLLYER, M. Populations ‘trapped’ at times of crisis. **Forced Migration Review**, v. 45, p. 52-55, 2014.

BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B. **At risk:** natural hazards, people’s vulnerability and disasters. Londres: Routledge, 1994.

BORGES, L.; SALGADO, C. Megaprojetos, mineração e deslocamentos em Moçambique: impactos socioambientais e resistências. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 209-234, 2021.

CARE. **Gender equality in climate action.** Genebra: CARE International, 2020. Disponível em: <https://www.care-international.org/>. s.d.a

CARITAS (relato via fórum). Capacidade excedida em casas de passagem no Acre. Comentário em plataforma online, sem data (citação indireta via Reddit).

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **COMIGRRAR - conferência nacional:** propostas prioritárias. Brasília: ACNUR / MJSP, 2024.

- CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 4. ed. New York: Guilford Press, 2009.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT, 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT, 2022.
- COSTA, F. S.; BARROS, A. C. A. Desafios na implementação do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas no Brasil. **Revista Brasileira de Política Ambiental**, v. 25, n. 3, p. 45-67, 2021.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010a.
- HARVEY, D. **The enigma of capital**: and the crises of capitalism. Londres: Profile Books, 2010b.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IDENTIDADE HUMANA. **2ª COMIGRAR** - Conferência Livre Nacional. São Paulo: Identidade Humana / CAMI, abr. 2024.
- INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE - IDMC. **Global Report on Internal Displacement 2023**. Genebra: IDMC, 2023.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION - IOM. **World migration report 2022**. Genebra: IOM, 2022.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Sixth Assessment Report**. Genebra: IPCC, 2023.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 26, n. 1, p. 131-161, 2009.
- MARIN, V. A.; SANTOS, M. J. S. Seca e migração no semiárido: uma análise socioambiental. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 36, p. 1-26, 2019.
- MARTINS, J. L.; SOUSA, M. P. Financiamento climático e justiça ambiental: desafios e perspectivas. **Revista de Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 2, p. 101-120, 2022.

- MBIYA, J.; KATSHUNGU, J.; KAMWENDA, L. Políticas de adaptação às mudanças climáticas na África Subsaariana: avanços e desafios. **Journal of African Environmental Studies**, v. 14, n. 1, p. 78-96, 2023.
- MISSÃO PAZ. **Casa do Migrante e rede de acolhimento**. São Paulo: CPMM, 2015 (acervo histórico).
- MYERS, N. Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st century. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v. 357, n. 1420, p. 609-613, 2002.
- NUNES, R. F.; OLIVEIRA, S. T. Saberes tradicionais e adaptação climática: experiências comunitárias na América Latina. **Revista Latinoamericana de Medio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 22-39, 2023.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Climate Policy Review 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. **Estratégia de Interiorização - Operação Acolhida**. Brasília: OIM-Brasil, 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. **Migração, meio ambiente e mudança do clima**. Brasília: OIM-Brasil, 2023.
- OMAR, S. Land degradation, climate change and conflict in the Horn of Africa. **African Security Review**, v. 29, n. 1, p. 50-65, 2020.
- PAIXÃO, F.; GIOVANAZ, D. **Conflitos em territórios afetados pela mineração escancaram contradições da transição energética**. ISA, 2024.
- PEREIRA, L. **Justiça ambiental e desigualdades sociais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.
- PEREIRA, M. A. S.; LIMA, R. J.; SOUZA, T. R. Mudança climática, justiça social e vulnerabilidades: um diálogo interdisciplinar. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 11, n. 2, p. 215-234, 2020.
- PEREIRA, M. S.; GOMES, L. F. Seca, agronegócio e migração no semiárido: conexões e contradições. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 30, p. 130-155, 2018.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2022**. Nova York: PNUD, 2022.
- PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1401-1414, 2012.

- ROBINSON, M.; CARVER, T. **Climate justice**: hope, resilience, and the fight for a sustainable future. Londres: Bloomsbury, 2019.
- RODRIGUES, C.; PEREIRA, D. Impactos socioambientais de grandes obras e o déficit na reparação de direitos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, p. 88-102, 2021.
- RODRIGUES, L. **“Relatório indica conflitos envolvendo transição energética e mineração”**. Agência Brasil, 14 set. 2024.
- SANTOS, M. A. de L.; ARAÚJO, A. S. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. **Saúde em Debate**, 44(spe2), p. 262-271, 2021.
- SANTOS, R.; SILVA, G.; MORAES, L. Fiscalização ambiental na Amazônia: desafios contemporâneos. **Revista Amazônica de Estudos Ambientais**, v. 8, n. 3, p. 150-168, 2022.
- SCHLOSBERG, D. **Defining environmental justice**: theories, movements, and nature. New York: Oxford University Press, 2007.
- SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA - SEEG. **Emissões brasileiras de GEE e suas implicações para políticas públicas**. São Paulo: SEEG, 2023.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC. **Nationally determined contributions synthesis report**. Bonn: UNFCCC, 2021.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS - UNOCHA. **Southern Africa**: Tropical Cyclones Idai and Kenneth. Nova Iorque: UNOCHA, 2019.
- WHITE, B.; BORRAS JR., S. M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WOLFORD, W. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.
- WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Climate Data Explorer**. Washington, D.C.: WRI, 2023a.
- WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Emissões per capita de GEE e comparativos por país**. Washington, D.C.: WRI, 2023b.
- ZOETEMAN, B. C. J. Climate change and human migration in Africa. **Environmental Development**, v. 33, p. 100504, 2020.
- ZOETEMAN, B. C. J. Climate change and human migration in Africa. **Environmental Development**, v. 33, p. 100504, 2020.

RESUMO

Este artigo analisa as inter-relações entre mudanças climáticas, migração e justiça ambiental, destacando os impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis no Brasil, em países africanos e nas regiões da América Latina e do Caribe. Parte-se da constatação de que muitos países desenvolvidos consolidaram seu crescimento econômico por meio da exploração intensiva de combustíveis fósseis, prática que, frequentemente, envolveu a exploração de recursos em países africanos. Atualmente, enquanto esses países buscam alcançar níveis equivalentes de desenvolvimento, emergem políticas globais que incentivam a transição para energias limpas, menos acessíveis e menos rentáveis para as economias em desenvolvimento, suscitando um debate sobre justiça climática e equidade energética. A metodologia utilizada é uma revisão bibliográfica crítica, que contempla fontes acadêmicas, relatórios internacionais, dados governamentais e análises comparativas entre contextos regionais diversos. Estudos de caso sobre expulsões causadas por grandes intervenções territoriais, como mineração, infraestrutura e transição energética, são integrados à análise, junto às estratégias de resistência articuladas por sindicatos, associações religiosas, coletivos migrantes e organizações da sociedade civil em cooperação com organismos internacionais. Os resultados revelam uma desigualdade estrutural na distribuição dos impactos climáticos e ambientais, agravada por modelos de desenvolvimento predatórios que impulsionam deslocamentos forçados. Ressaltam, ainda, a importância da mobilização social e da inclusão participativa nas políticas públicas para promover justiça ambiental e reparação efetiva. Conclui-se que a superação desses desafios demanda a incorporação da justiça social e ambiental como princípios fundamentais nas políticas públicas, reconhecendo os direitos e a dignidade das populações afetadas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Migração ambiental; Justiça ambiental.

ABSTRACT

This article analyzes the interrelationships between climate change, migration, and environmental justice, highlighting the disproportionate impacts on vulnerable populations in Brazil, African countries, and the Latin American and Caribbean regions. It begins with the observation that many developed countries have consolidated their economic growth through the intensive exploitation of fossil fuels, a practice that often involved the exploitation of resources in African countries. Currently, as these countries strive to achieve equivalent levels of development, global policies are emerging that encourage the transition to clean energy sources, which are less accessible and less profitable for developing economies, sparking a debate on climate justice and energy equity. The methodology used is a critical literature review, which includes academic sources, international reports, government data, and comparative analyses across diverse regional contexts. Case studies on evictions caused by major territorial interventions, such as mining, infrastructure, and energy transition, are integrated into the analysis, along with resistance strategies articulated by unions, religious associations, migrant collectives, and civil society organizations in cooperation with international organizations. The results reveal a structural inequality in the distribution of climate and environmental impacts, exacerbated by predatory development models that drive forced displacement. They also highlight the importance of social mobilization and participatory inclusion in public policies to promote environmental justice and effective reparations. The conclusion is that overcoming these challenges requires the incorporation of social and environmental justice as fundamental principles in public policies, recognizing the rights and dignity of affected populations.

Keywords: Climate change; Environmental migration ; Environmental justice.

Cuerpo-Territorios in motion: climate (im)mobilities in light of international advisory opinions

Cuerpo-Territorios em movimento: (i)mobilidades climáticas à luz de opiniões consultivas internacionais

*Vesper Noschese T. V. Junqueira**

1 INTRODUCTION

Environmental disasters and climate change disproportionately affect Indigenous, Afro-descendant, and other historically marginalized populations, exposing the uneven impacts of ecological degradation across bodies and territories (IPCC, 2023). In 2024 alone, over 9.8 million people were displaced by environmental events in the world (IDMC, 2025), illustrating the scale of climate-induced mobility. Yet, migration is rarely driven solely by environmental factors; socio-economic inequality, colonial legacies, and structural violence intersect with ecological disruption to shape patterns of displacement and “trapped populations”. Despite these complexities, public and political narratives often frame climate-affected populations as helpless or threatening, justifying militarized, neglectful, or exclusionary interventions.

Rooted in Indigenous and decolonial thought, the notion of *cuerpo-territorio* offers a critical lens for examining climate mobility by treating body and territory as inseparable sites of vulnerability and resistance, shaped by colonialism, racialized hierarchies, and gendered violence. In contrast, existing legal and policy frameworks, such as the Cancun Agreements, tend to address climate mobility in abstract, technocratic terms, often overlooking the embodied and intersecting struggles faced by those most affected.

* Vesper Noschese T. V. Junqueira is a Brazilian lawyer and Master’s candidate in International and Development Studies at the Geneva Graduate Institute (Switzerland), specializing in Environment and Sustainability. Their research and advocacy work focuses on decolonial, human rights-based approaches to adaptation and loss and damage, with particular attention to climate (im)mobilities and its intersections with race, gender, and sexuality. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1579-3428>

This article engages with interdisciplinary literature on decoloniality, racial capitalism, and Indigenous epistemologies to explore how the *cuerpo-territorio* framework can enrich our understanding of climate (im)mobility in Latin America. It begins by examining the ways in which recent advisory opinions issued by the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR) and the International Court of Justice (ICJ) have addressed the theme, before turning to case studies of populations facing displacement and immobility in the context of environmental crises. For the purposes of this analysis, climate (im)mobile *cuerpo-territorios* are understood as communities whose mobility, or inability to move, remains inseparable from embodied, territorial, and relational experiences.

The remainder of this article proceeds as follows: Section 2 outlines the theoretical foundations of climate (im)mobilities and *cuerpo-territorio* and situates it within the broader discourse of climate justice and decolonial thought. Section 3 examines emerging legal approaches to climate displacement in Latin America through Advisory Opinions from international courts, highlighting gaps in recognition of embodied territoriality. Section 4 presents a Latin American case study of climate (im)mobile populations, demonstrating how the *cuerpo-territorio* lens illuminates experiences overlooked by conventional approaches. Section 5 concludes by arguing that centering embodied territoriality in climate justice frameworks can open new pathways for reparations, rights-based protection, and emancipatory responses to displacement.

2 CLIMATE MOBILITY AND *CUERPO-TERRITORIO*: THEORETICAL FRAMEWORKS

2.1 (im)mobility: core definitions

Although there is no internationally accepted definition for persons on the move due to environmental drivers, the legally-binding Cancun Agreements on climate change adaptation identify three forms of “climate change induced” movement: displacement, migration, and planned relocation. The International Organization for Migration (IOM) has defined climate migration as

The movement of a person or groups of persons who, predominantly for reasons of sudden or progressive change in the environment due to climate change, are obliged to leave their habitual place of residence, or choose to do so, either temporarily or permanently, within a State or across an international border. (IOM, 2019).

This expansive definition reflects the current state of the field: while recognition of climate-related movement is expanding, forecasting models remain in their infancy and cannot yet produce precise predictions, given the complexity and uncertainty of human mobility under climate stress (SCHEWEL et al., 2024).

Precisely because numbers and projections remain uncertain, the focus must shift to the political and policy responses that attempt to govern climate mobility. However, as Gonzalez (2021) argues, these responses, rather than reducing vulnerability, often entrench it. The national-security response frames migration as a threat, obscuring its structural links to global environmental change while legitimizing the militarization of borders (GONZALEZ, 2021). Even the ostensibly benevolent humanitarian response reduces displaced people to passive victims in need of rescue, reinforcing paternalistic narratives that erase Northern culpability and sidestep claims for climate justice (GONZALEZ, 2021). In doing so, such approaches not only reproduce racial and gender inequities but also enable the Global North to evade responsibility for the very injustices it has helped create.

Moving on, displacement occurs when people are forced to leave their homes or usual places of residence because of disasters or to avoid immediate and foreseeable natural hazards (Nansen Initiative, 2015). Thus, climate displacement refers to those who move, either temporarily or permanently, within their own country or across borders due to sudden or slow-onset climate impacts such as sea-level rise, drought, or desertification (GONZALEZ, 2020). Importantly, Gonzalez (2021) also highlights that those most vulnerable to these climate-related disasters are predominantly non-white populations, groups who often live in highly exposed areas that face disproportionate risks from hurricanes, floods, drought, desertification, and rising seas. In this context, factors such as race, class, gender, indigeneity, and migration status intersect to shape who is most exposed and least able to respond to climate displacement.

Finally, drawing from the observations made by Durand-Delacre *et al.* (2023), planned relocation can be defined as a deliberate, organized, and typically permanent process in which a group or community, rather than isolated individuals or households, is assisted by external actors, most often governmental bodies or non-governmental organizations, to move from their place of habitual residence to a safer location. It differs from other forms of human mobility, such as displacement or voluntary migration, in that it is: (i) collective in nature; (ii) coordinated and facilitated through institutional or organizational support; and (iii) primarily undertaken in anticipation of, or in response to, specific hazards and vulnerabilities (DURAND-DELACRE *et al.*, 2023). It is generally regarded as a measure of last resort, owing to its potential to disrupt social cohesion, livelihoods, and cultural heritage.

Although the Cancun Agreements constitute one of the most comprehensive legally binding frameworks on climate-related mobility, they reflect what Schewel (2019) calls a “mobility bias”: a disproportionate focus on the causes and effects of movement while neglecting the social forces shaping immobility. This bias reduces those who remain in high-risk areas to “trapped populations,” defined by the IOM (2019) as individuals unable to migrate yet exposed to heightened vulnerability.

Justice-based approaches call for greater attention to immobility and agency. Farbotko’s (2023) study of Funafala, Tuvalu, shows that communities often prioritize ontological security, relying on local knowledge and exercising political agency. She further develops the notion of “anti-displacement mobilities” (2022), where ideas, people, and materials circulate as forms of resistance to external narratives framing displacement as inevitable.

By widening the lens beyond movement to include immobility and resistance, the concept of climate (im)mobilities offers a more nuanced account. As Boas, Farbotko, and Bukari (2024) argue, mobilities are both shaped by and constitutive of power relations. They are “scripted” not only by climate hazards but also by political and institutional responses, from state-led relocation schemes to policies encouraging settlement in risk-prone areas (LINDEGAARD, 2018; WARNER & WIEGEL, 2021; ZICKGRAF, 2019).

Thus, climate (im)mobility must be understood as simultaneously about bodies—how they are moved, immobilized, and represented—and about territories—how land, water, and ecosystems are governed, claimed, or abandoned.

a. Cuerpo-Territorio

In recent years, Latin American feminist thought has generated conceptual frameworks that challenge dominant Western epistemologies by centering the lived experiences and struggles of Indigenous women. Lorena Cabnal, a Maya Q’eqchi’ and Xinka community feminist from Guatemala, conceptualizes the *cuerpo-territorio* (body-territory) as an indivisible and contested space where multiple systems of oppression, such as race, class, and gender converge. For Cabnal, the body of an Indigenous woman is not merely a personal or biological entity: it is a territory in its own right, historically and presently subject to invasion, dispossession, and violence, much like the ancestral lands of her people (CABNAL in LÓPEZ, 2018). This cycle of violence is both historical—rooted in colonial invasion, sexual violence, and cultural erasure—and contemporary, manifesting in feminicides, sexual assaults, and the extractivist plundering of Indigenous territories.

Thus, Cabnal’s *cuerpo-territorio* is not a static metaphor but a *praxis*: defending the body and defending the land are mutually constitutive struggles, and healing is integral to sustaining resistance against patriarchal,

colonial, and neoliberal systems. *Cuerpo-territorio* also engages the notion of “territory” through a distinctly Latin American approach, encompassing a multi-layered set of meanings that:

weave together the ancestral cosmologies of Indigenous and rural communities, the nation-state’s perspective on ownership and governance of what is often termed ‘natural resources,’ and the territorial defence movements organised by urban and rural communities affected by extractive practices (SALGADO, 2024, p.204).

Over time, the concept has been shaped by diverse strands of Latin American feminism, and, as a methodology, *cuerpo-territorio* functions as a living practice, fostering the exchange of collective and individual experiences linked to displacement and struggles for territorial defense (SALGADO, 2024). Beyond Indigenous frameworks, it resonates across various spheres such as queer and Afro-diasporic perspectives. Meireles (2025) observes a common thread in these diverse contexts: an intentional effort to move away from modern and colonial understandings of the body (typically cisgender and male) that tend to reduce it, almost automatically and prior to individual experience, to a biological, individual, homogeneous, isolated, neutral, and whitened subject.

Thus, the *cuerpo-territorio* concept fundamentally challenges dominant Western separations of body and land, nature and culture, individual and collective, offering an embodied framework essential to analyzing climate (im)mobility. Understanding it means understanding how colonialism, capitalism, patriarchy, and racism converge to dispossess both bodies and territories, complexifying simplistic notions of climate displacement as mere physical movement. Recognizing the embodied and territorial dimensions of (im)mobility reveals how forced migration, immobility, and resistance are entangled with struggles for bodily autonomy, communal wellbeing, and ecological justice.

b. (Im)mobile Cuerpo-Territorio

While *cuerpo-territorio* and climate (im)mobility research remain in relatively early stages of theoretical and methodological development, their intersection is conceptually compelling. As it was established, the *cuerpo-territorio* framework originates in Indigenous ecofeminist struggles, which conceive the body and land as an ontological continuum and insist on their defence as inseparable political acts. Emerging from collective resistance to extractivism, this notion addresses precisely those structural

drivers (environmental degradation, dispossession, and socio-ecological exploitation) that shape contemporary climate (im)mobility. Linking these two fields is therefore not only analytically coherent but politically necessary, especially for research that seeks to account for the historical and ongoing coloniality of climate displacement and forced immobility.

Rosa dos Ventos Lopes Heimer's Travelling Cuerpo-Territorios methodology (2022) offers a rigorous decolonial feminist geographical approach that can serve as a methodological bridge between these domains. Developed in the context of her doctoral research on Latin American migrant women's experiences of intimate partner violence and state violence in England, the methodology reconfigures the body as the first and foundational territory from which to analyse migration, violence, and resistance. It directly challenges the epistemic and ontological separations between mind, body, and territory embedded in Western rationality (LOPES HEIMER, 2022), privileging instead an embodied, relational, and multi-scalar understanding of socio-political processes.

The original purpose of Heimer's methodology was twofold. First, it aimed to counter the methodological nationalism and epistemic extractivism prevalent in Global North migration research, particularly in studies of gender-based violence, which often reproduce culturalist stereotypes and frame migrant women primarily as passive victims. By grounding her method in *cuerpo-territorio*, Heimer sought to recognise participants as epistemic subjects and co-producers of knowledge, thereby resisting the objectification and decontextualisation of their experiences. Second, the method sought to document and analyse how multiple forms of violence (intimate, institutional, and structural) are inscribed on and through migrant women's bodies, while also revealing the embodied nature of their resistance.

This methodological framework is particularly well suited to the study of climate (im)mobility. An adaptation — (Im)mobile *Cuerpo-Territorios* — would document the embodied effects of both movement and enforced stasis in the context of environmental change. On and through the body, this methodology would trace the corporeal imprints of climate hazards, alongside the physical and emotional impacts of displacement journeys, border controls, immobility and relocation processes, along with intergenerational accumulation of oppressions in regard to race, gender, sexuality, etc.

Heimer (2022) demonstrates that the methodology of Travelling Cuerpo-Territorios not only exposes the intimate inscriptions of migration and violence on the body, but also elucidates how these embodied marks are produced and reproduced through necropolitical state policies that render certain lives disposable (MBEMBE, 2003).

It is precisely in this tension that the Advisory Opinions of the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR) and the International Court of Justice (ICJ) on climate change intervene. These opinions grapple with the question of how international law should respond when environmental degradation and climate impacts force people to move, or trap them in place, challenging the existing necropolitical order of borders.

Bridging forward, situating these legal developments within a *cuero-territorio* lens makes it possible to read the IACtHR and ICJ opinions not merely as legal documents, but as interventions that contest embodied forms of climate violence, reframe mobility as a site of rights-claiming, and open normative space for the recognition of both movement and staying as acts of territorial defence.

3 (IM)MOBILITY IN INTERNATIONAL LAW

A significant gap persists in international law regarding the legal protection of individuals affected by climate-related (im)mobility. While persons fleeing in the context of adverse effects of climate change and disasters may, in certain circumstances, present valid claims for refugee status under the 1951 Refugee Convention, there are no specific legal provisions addressing such claims (UNHCR, 2020). As with any other case, applicants must demonstrate that they meet the criteria established in Article 1A (2) of the Convention, which, interpreted according to its ordinary meaning, context, and object and purpose, requires a well-founded fear of persecution based on one or more protected grounds, coupled with the inability or unwillingness of the country of origin to provide protection.

In practice, as Scopp (2025) observes, the exclusion of climate-related displacement from the 1951 Convention leaves such persons in a state of legal limbo. Without explicit recognition, they are often unable to access the rights and safeguards afforded to “conventional” refugees, as courts have generally resisted an expansive interpretation of the Convention to encompass those displaced by climate impacts.

With the rise of international climate litigation, the period from 2023 to 2025 marked a pivotal moment in climate jurisprudence, with parallel advisory opinion proceedings initiated before the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR) and the International Court of Justice (ICJ).

In January 2023, Chile and Colombia jointly requested the IACtHR to clarify states’ obligations to address the climate emergency under international human rights law, invoking Article 64 of the American Convention on Human Rights. Two months later, in March 2023, following sustained advocacy by youth from Small Island Developing States, the United

Nations General Assembly unanimously requested the ICJ to opine on states' duties concerning climate change under a broad array of legal instruments, including the UN Charter, the principal human rights covenants, the UNFCCC, the Paris Agreement, and UNCLOS.

While advisory opinions lack binding force, they function as “Rosetta Stones” for interpreting ambiguous treaty obligations, guiding both domestic and international decision-making on climate governance (TIGRE & ROCHA, 2025, p. 5). In doing so, they frequently shape the development of international norms, inform state practice, and influence future jurisprudence, making these proceedings a significant step in defining the legal contours of state responsibility for climate action.

3.1 OC-32/25 - Inter-American Court of Human Rights

The Inter-American Court of Human Rights' (IACtHR) recent Advisory Opinion situates climate (im)mobility within a broader human rights architecture that treats the climate emergency not as an environmental anomaly but as a structural crisis with differentiated, intersectional impacts. The Court recognizes that climate change, through both sudden-onset disasters and slow-onset processes, disproportionately affects groups already subject to entrenched discrimination, including women, girls, Indigenous Peoples, Afro-descendant communities, LGBTQIA+ persons, older adults, persons with disabilities, and those in situations of poverty or displacement (paras. 389, 594–596). Drawing on an intersectional framework (para. 592), the Court underscores that these vulnerabilities are not isolated but mutually reinforcing, limiting the adaptive capacity of those affected and necessitating the inclusion of differentiated measures in all State actions to achieve substantive equality (para. 596).

Within this framework, the Court develops a nuanced approach to climate mobility, adopting the Office of the High Commissioner for Human Rights' categorization of climate change as a driver of human mobility across four scenarios: sudden-onset disasters, gradual environmental degradation, planned relocation from high-risk areas, and displacement linked to climate-related violence or unrest (paras. 415, 692). Crucially, the Court also touches on immobility, both involuntary, where structural barriers prevent movement, and voluntary, where cultural, social, or economic ties anchor people to place despite escalating risks (paras. 419). It rejects a purely humanitarian or securitized framing, instead locating mobility and immobility within the enforceable guarantees of freedom of movement under Article 22 of the American Convention and Articles VIII and XXVII of the American Declaration, including protection from *de facto* restrictions arising from State inaction (paras. 414, 689).

The Court's reasoning advances three key normative principles. First, it acknowledges both internal and cross-border climate displacement, recognizing that while most displaced persons remain within their countries, international movement occurs and faces significant legal protection gaps that can undermine peace and exacerbate conflict linked to climate displacement (para. 420–421). Second, it imposes “enhanced due diligence” obligations on States, mandating the proactive incorporation of displacement prevention, planned relocation, and protection measures into sustainable development, adaptation, and mitigation policies (paras. 422–425).

Third, the Court affords special protection to groups with distinct territorial and cultural ties, particularly Indigenous Peoples, regardless of formal property rights, requiring equivalent-quality land and cultural safeguards during relocation and designating relocation as a last resort (paras. 425, 427, 429). States must establish adequate legal frameworks for planned relocations aligned with international and regional human rights standards, define institutional responsibilities, and provide comprehensive reparations to affected persons. They are also obliged to guarantee the voluntary right to return when feasible and to facilitate the recovery of land, housing, property, and possessions for those displaced or returning (para. 430).

Furthermore, the Court stresses the necessity of effective international cooperation in addressing displacement, migration, and planned resettlement caused by climate change. Cross-border mobility requires common strategies based on multilateralism and cooperation at international and regional levels (paras. 431, 433). States must create domestic legal and administrative mechanisms to ensure the legal and humanitarian protection of climate-displaced persons crossing international borders (para. 433).

The Advisory Opinion deepens its rights-based approach by linking climate governance to the dismantling of structural inequalities. It addresses the heightened risk of gender-based violence during and after disasters (para. 614), noting that emergencies exacerbate gendered divisions of labor, disproportionately burden women and girls with survival responsibilities, and expose them to sexual and physical violence. States are thus obligated to prevent, investigate, and sanction GBV in disaster contexts, and to mainstream gender and intersectional perspectives across all climate and disaster policies. Notably, the Opinion extends explicit protection to LGBTQIA+ (specifically gender-diverse) people (para. 618), requiring non-discriminatory healthcare, safe and inclusive shelters, and protection from harassment (para. 590).

These substantive protections are reinforced by robust procedural and structural duties, including the obligation to collect and analyze disaggregated data by gender, age, disability, ethnicity, income, and geography (paras. 512–513), conduct differentiated risk assessments, and

monitor health, housing, and livelihood vulnerabilities among marginalized groups (paras. 508, 594–596). The Court emphasizes that failure to implement such measures is not a mere policy lapse, but a violation of international human rights law (para. 591).

From the perspective of *cuerpo-territorio*, the Inter-American Court of Human Rights' Advisory Opinion constitutes a profound legal and conceptual advancement by explicitly linking the bodily experiences of vulnerable populations to their territorial and environmental contexts amid the climate crisis. The Court's recognition of intersectional vulnerabilities, spanning gender, ethnicity, indigeneity, sexual orientation, disability, and socioeconomic status, illuminates how the body and territory are inseparable sites where structural violence, discrimination, and climate impacts converge, reinforcing conditions of (im)mobility. By positioning both mobility and immobility as rights-protected phenomena, the Opinion challenges dominant paradigms that frame displacement merely as humanitarian or security issues, instead embedding freedom of movement and rootedness within an expansive human rights framework.

3.2 Advisory Opinion on the Obligations of States in respect of Climate Change - International Court of Justice

In contrast to the Inter-American Court of Human Rights' (IACtHR) rich, expansive, and socially grounded treatment of human mobility and immobility in the context of climate change, the International Court of Justice (ICJ) adopts a markedly more restrained and cautious approach. The ICJ addresses climate-induced displacement in a single paragraph (para. 378) stating that:

The Court considers that conditions resulting from climate change which are likely to endanger the lives of individuals may lead them to seek safety in another country or prevent them from returning to their own. In the view of the Court, States have obligations under the principle of non-refoulement where there are substantial grounds for believing that there is a real risk of irreparable harm to the right to life in breach of Article 6 of the ICCPR if individuals are returned to their country of origin (ICJ, para. 378; citing Human Rights Committee, *Teitiota v. New Zealand*, 2019, para. 9.11).

This articulation directly builds on the precedent set by the 2019 *Teitiota v. New Zealand* case, wherein Ioane Teitiota, a Kiribati national, argued that climate change-induced saltwater intrusion, freshwater scarcity, and violent

land disputes had rendered his homeland uninhabitable. While the UN Human Rights Committee acknowledged that climate change can imperil the right to life, it ultimately concluded that Teitiotā's personal risk did not meet the threshold of imminence required for protection.

In a timely and insightful analysis, Lena Riemer (2025) highlights the ICJ's landmark acknowledgment of non-refoulement obligations in climate displacement cases, emphasizing its reliance on *Teitiotā* to affirm that climate change can trigger international duties preventing forced return to life-threatening conditions. Significantly, the ICJ embraces a "real risk" standard rather than requiring imminence, thereby clarifying a previously ambiguous legal criterion. Although this represents a significant, if limited, step forward in fortifying protections for climate-displaced persons, it signals a nascent judicial consensus increasingly attuned to the legal consequences of climate-related harms (RIEMER, 2025).

Nonetheless, Riemer (2025) critiques the ICJ for largely overlooking broader dimensions of climate displacement, despite its explicit acknowledgment in the United Nations General Assembly's resolution. The Court missed critical opportunities to articulate positive state obligations (including admission procedures, individualized risk assessments, and safeguards against indirect refoulement) particularly in scenarios such as sea-level rise resulting in entire territories becoming uninhabitable. Moreover, the ICJ's failure to engage with more progressive regional jurisprudence, especially the Inter-American Court of Human Rights' comprehensive Advisory Opinion OC-32/25, constrains its capacity to offer nuanced guidance on temporally sensitive and differentiated protection measures (RIEMER, 2025).

Further, Riemer (2025) observes that the ICJ's cautious and hedged language stands in contrast to the robust scientific consensus on ongoing climate displacement, thereby diminishing the urgency reflected in other international legal and policy instruments. While the ICJ's framing advances protection frameworks by discarding imminence requirements in favor of a risk-based approach, it neglects crucial aspects of climate mobility such as internal displacement, voluntary migration, planned relocation, and involuntary immobility. The absence of intersectional vulnerability analysis and insufficient incorporation of evolving human rights standards reveal missed opportunities for establishing a more comprehensive and effective legal response to climate-induced displacement (RIEMER, 2025).

From a *cuerpo-territorio* perspective, the ICJ's opinion is ambivalent: it affirms States' binding duties and recognizes that climate harm reaches the scale of bodies, but it remains formal and untethered to the lived, territorial realities that *cuerpo-territorio* foregrounds. The Court's "real risk" framing clarifies a protection threshold, yet the opinion stops short of naming or

remedying the differentiated, embodied harms experienced by Indigenous peoples, racialized communities, women, trans persons, people with disabilities, and those rendered immobile by structural constraints.

4 DISSIDENT (IM)MOBILE *CUERPO-TERRITORIO*: THE INVENTION OF SPACE BEYOND BINARISM

Territories are never neutral; they are spaces of governance and control. In his research with LGBTQIA+ individuals in São Paulo (Brazil), Souza (2022) shows that queer and trans people do not merely inhabit space but actively territorialize it through their bodily presence. Everyday resistance emerges precisely where systematic violations, across family, education, prisons, and public health, attempt to delegitimize or erase them. The governance of one's own body, then, becomes a totalizing and multidimensional struggle, in which conflicts unfold both in material terms (the body as territory) and in symbolic terms (ideological disputes over the meaning of gendered and sexualized existence) (SOUZA, 2022).

Souza's ethnography work further highlights how trans and *travesti*¹ lives are continually subjected to processes of deterritorialization, whereby social institutions, religion, education, culture, economy, family, seek to undermine bodily autonomy and self-representation. Passability, as he notes, mediates both access to space and exposure to violence, while transphobic crimes aim not only to destroy individual lives but also to annihilate the symbolic and political force carried by those bodies (SOUZA, 2022).

Applied to gender-diverse and queer lives, the *cuerpo-territorio* framework exposes how dissident bodies function as vectors of subversion: in inventing themselves, they invent space, reshaping both corporeal and environmental terrains into territories of dispute. This dispute does not occur in abstraction, but is materially intensified in contexts of socio-environmental crisis. Climate disasters, in particular, as noted by the IACtHR, highlight the intersections between environmental vulnerability, structural inequality, and systemic violence against marginalized populations.

The April 2024 floods in the Brazilian state of Rio Grande do Sul starkly illustrate the convergence of climate disasters, structural inequality, and systemic violence against marginalized communities. Affecting 471 municipalities, killing over 170 people, and displacing more than 600,000, the floods struck hardest in socioeconomically vulnerable, predominantly Afro-descendant areas (Brazilian Civil Defense; Observatório das Metrópoles). Trans and *travesti* people, whose bodies are already subject to intersecting regimes of social, institutional, and political violence, were hit hard.

As documented by the Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025), recent years have seen an escalation of anti-trans legislative agendas in Brazil, driven by far-right actors, against the backdrop of Brazil leading the world in trans murders for sixteen consecutive years, with most victims being young, Black, poor, and from the Northeast, often killed with extreme cruelty in public spaces.

Initially, as Acácio *et al.* (2025) observe, there was a perception among flood survivors that they were “all in the same boat.” However, as the crisis unfolded, the differentiated impact on marginalized groups became evident, echoing Malcolm Ferdinand’s (2022) “slave ship” metaphor: while humanity may face the same storm of climate change, some are confined to the hold while others stand on deck. For trans and *travesti* people, the rising waters interacted with the cumulative processes of exclusion that predate disasters, producing distinct vulnerabilities. ANTRA’s (2025) documentation points to structural discrimination amplifying risks during crises, systemic exclusion from healthcare, housing, and social assistance, intensified transphobia in emergency contexts, including denial of access to shelters, and the absence of provisions for gender-affirming healthcare, identity-appropriate hygiene products, and mental health support.

At the height of the floods, trans-centered collective responses emerged as critical infrastructures of survival. *AjudaTrans-RS (TransHelp–Rio Grande do Sul)*, created through grassroots mobilization, operated primarily via social media to connect affected trans people with trans and allied volunteers (DAHLEM, 2025). Looking at gaps from official humanitarian distributions, it facilitated the donation and delivery of essentials, including gender-affirming supplies such as binders, hormone therapy, and identity-appropriate hygiene products. The initiative also mobilized licensed therapists to provide mental health support and coordinated temporary shelter arrangements in safe, trans-affirming environments. By centering trans agency in both the design and execution of relief efforts, *AjudaTrans-RS* not only addressed immediate needs but also disrupted the paternalistic and exclusionary logic of state-led disaster responses (DAHLEM, 2025).

Abrigo Renascer emerged as a more permanent reaction to environmental transphobia, a term that refers to the phenomenon whereby cissexist and cisheteronormative norms, in interaction with historical inequalities of gender, race, class, and territory, deepen the vulnerability of trans populations in times of disaster (MORETHSON *et al.*, 2025). Founded after repeated reports of violence, humiliation, and denial of shelter in mainstream emergency facilities, *Abrigo Renascer* was conceived explicitly as a space free from transphobia, structured to ensure dignified reception (*acolhimento digno*) and the affirmation of gender identities. Located in Porto

Alegre, the shelter prioritized those evacuated from neighborhoods such as Floresta, an area historically associated with sex work, where trans women and *travestis* are overrepresented due to systemic barriers to education and formal employment. During the evacuation there were reports of trans people being deliberately rescued last, only to face rejections from shelters that cited “lack of space” despite admitting cisgender individuals from the same rescue groups (MORETHSON et al., 2025).

In addition to providing physical safety, *Abrigo Renascer* served as a community hub where residents could access legal aid, health services, and collective decision-making about the shelter’s governance, thereby transforming the function of “refuge” from passive relief to active empowerment (MORETHSON et al., 2025).

This case exemplifies the dynamics of (im)mobile *cuerpo-territorios*. Trans and *travesti* bodies, often Black, poor, and marked by historical patterns of oppression, were not only disproportionately affected by the material destruction of the floods, but were actively immobilized by discrimination. They were left without resources, delayed in rescue operations, and excluded from shelter precisely because of how their bodies are socially read and regulated. This enforced immobility coexisted with forced displacement, producing a double bind in which movement itself became a site of violence. Simultaneously, the emergence of trans-centered alternative shelters and mutual aid networks demonstrates how territory can be reconfigured to meet the specific needs of these bodies.

By centering trans knowledge, social networks, and embodied experiences, initiatives such as *AjudaTrans-RS* and *Abrigo Renascer* operate as forms of autonomous territorial practice: they contest exclusionary spatial logics and generate queer geographies in which safety, care, and identity affirmation are inseparable from material shelter. These interventions showcase the ways in which marginalized bodies can actively shape, claim, and transform space in response to environmental and social precarity.

A critical obstacle in addressing these dynamics is the lack of intersectional and disaggregated data. As Acácio *et al.* (2025) stress, trans people and *travestis* are often rendered “unseen” and “erased” from official registries, impeding the provision of support tailored to their specific needs, and obstructing access to healthcare, protection, and social assistance. Such invisibilization directly contravenes the IACTHR’s OC-25, which affirmed States’ binding obligations to adopt urgent mitigation and adaptation measures with special attention to the most vulnerable populations, especially LGBT+ people, and underlined the necessity of producing and utilizing intersectional data.

Applying this standard, the exclusion of trans people in disaster contexts constitutes not only a failure of social policy but also a violation of States' human rights obligations. The 2024 Rio Grande do Sul floods thus make visible the urgent need for climate and disaster governance frameworks that integrate gender diversity, racial justice, and the lived realities of (im)mobile *cuerpo-territorios*, while recognizing the political and spatial agency of trans communities in reshaping territory.

5 CONSIDERATIONS

Integrating the framework of *cuerpo-territorio* into the analysis of climate (im)mobility disrupts dominant humanitarian, securitarian, and migration-management paradigms (GONZALEZ, 2022) by centering the embodied, territorial, and lived realities of those most affected. As both a methodology and an epistemological lens, *cuerpo-territorio* is a product of the tensions between Western-imperialist cosmovisions, which conceptualize territory as property, nature as commodity, and bodies as hierarchically devalued according to race and gender, and alternative eco-feminist Indigenous and marginalized worldviews that insist on relationality, reciprocity, and the inseparability of body and land.

This epistemic movement opens productive ground for discussions on climate reparations and legal pluralism, particularly in light of recent Advisory Opinions, which provide fertile material for rethinking the scope of protection in international law. In contexts where political consensus remains elusive, courts hold a crucial role in interpreting existing legal frameworks expansively, extending their protection to populations affected by climate (im)mobility and thereby creating possibilities for more grounded and globally resonant rulings.

The Latin American case studies of trans communities in Brazil illustrate how (im)mobile *cuerpo-territorios* not only endure but actively contest climate violence. Trans-centered initiatives have generated inclusive territorial practices that prefigure alternative ways of inhabiting and governing space. Extreme weather events, while exposing deep structural vulnerabilities, also act as disruptive shocks that unsettle the *status quo* and enable, even if temporarily, new forms of collective organization and imagination to emerge. Such experiences reveal that legal protection cannot be disentangled from broader political claims over territory, identity, and survival; rather, climate governance must be grounded in differentiated, community-led approaches that emerge precisely through these crises, offering glimpses of alternative worlds already in the making.

Further research on (im)mobile *corpo-territórios* is necessary to deepen understandings of how environmental change, displacement, and immobility are simultaneously embodied and territorialized. Such inquiry, however, must avoid epistemic extractivism by centering subaltern knowledge systems and respecting the autonomy of the communities whose experiences it engages. A *corpo-território* perspective insists that intersectionality is not an optional supplement but a constitutive dimension of climate (im)mobility, demanding sustained attention to race, gender, sexuality, class, and indigeneity. At the same time, it accentuates the urgency of reparations, not as charity, but as a legal and political obligation, anchored in the perspectives of those historically subjected to dispossession and environmental harm. Reframing climate (im)mobility governance through these principles redefines justice as the simultaneous restoration of bodily integrity, territorial sovereignty, and ecological balance.

NOTE

¹ Latin-American gender identity that describes people who were assigned male at birth, but recognize themselves as belonging to the female gender, while not claiming the identity of a woman (ANTRA, 2018). As Martínez and Vidal-Ortiz (2021) argue, *travesti* is foremost a political identity, one that interrogates and mobilizes intersecting hierarchies of sexuality, race, class, and beyond, as a means of demanding radical social transformation through collective action.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- ACACIO, N.; DREISSIG, J. F.; CRUZ, L. P.; FREITAS, M. L. S.; SARAIVA, E. S. Vulnerabilidades, transgeneridade e crise climática: um olhar sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. In: SARAIVA, E. S. et al. (Orgs.). **Transfobia ambiental: a exclusão veio antes da água**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.
- BENEVITES, B. G.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- BOAS, I.; FARBOTKO, C.; BUKARI, K. N. The bordering and rebordering of climate mobilities: towards a plurality of relations, **Mobilities**, 19:3, 521-536, 2024.
- BOAS, I.; WIEGEL, H.; FARBOTKO, C.; WARNER, J.; SELLER, M. Climate mobilities: migration, im/mobilities and mobility regimes in a changing climate. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 48, n. 14, p. 3365–3379, 2022.

- CABNAL, L. **Sanar y defender el territorio-cuerpo-tierra**. Interview by Eugenia López, June 26, 2018. Disponível em: «<https://avispa.org/lorena-cabnal-sanar-y-defender-el-territorio-cuerpo-tierra>.»
- CAWAYU, A.; VERTOMMEN, S. Cuerpo-Territorio/Body-Territory. **Kohl: a Journal for Body and Gender Research**, v. 11, n. 1, p. 8–8, 2024.
- CRESSWELL, T. Towards a Politics of Mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, 28 (1): 17–31, 2010.
- DAHLEM, T. C. Ajudatrans-RS: Rede de afeto, cuidado e resistência. In: SARAIVA, E. S. et al. (Orgs.). **Transfobia ambiental: a exclusão veio antes da água**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.
- DAHLEM, T. C.; MORETHSON, D.; CRYSTAL, G.; NITIBAILOFF, N.; MORETHSON, W. Abrigo Renascer: relato de experiências no combate à transfobia ambiental nas fortes chuvas de Porto Alegre em 2024. In: SARAIVA, E. S. et al. (Orgs.). **Transfobia ambiental: a exclusão veio antes da água**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.
- DURAND-DELACRE, D. et al. **Integrating planned relocation in national climate action**: Five key insights for consideration by governments and policymakers. Policy Brief No 13, Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS), United Nations University, 2023.
- FERDINAND, M.; SMITH, A. P. **Decolonial ecology**: Thinking from the Caribbean world. Cambridge: Polity Press, 2022.
- FERRIS, E. **Climate change & displacement**: What we know, what we don't know, what we need to figure out. Perry World House, University of Pennsylvania, 2020.
- GAGO, V. **Feminist international**: how to change everything. Verso, 2020.
- GONZALEZ, C. G. Racial Capitalism, Climate Justice, and Climate Displacement. **Oñati Socio-Legal Series, symposium on Climate Justice in the Anthropocene**, volume 11(1), pp. 108-147, 2021.
- Internal Displacement Monitoring Centre - IDMC. **Global Report on Internal Displacement 2025**. Internal Displacement Monitoring Centre, 2025. <https://doi.org/10.55363/IDMC.XTGW2833>
- Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC. **Climate Change 2023**: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2023. pp. 35-115, doi: 10.59327/IPCC/AR6-978929169164

- MALLICK, B.; SCHANZE, J. Trapped or voluntary? non-migration despite climate risks. **Sustainability**, v. 12, n. 11, p. 1–6, 2020.
- MARTÍNEZ, J.; VIDAL-ORTIZ, S. Travar el saber: Travesti-Centred Knowledge-Making and Education. **Bulletin of Latin American Research**, v. 40, p. 665–678, 2021.
- MCADAM, J., & FERRIS, E. Planned relocations in the context of climate change: Unpacking the legal and conceptual issues. **Cambridge Journal of International and Comparative Law**, 4(1), 137–166, 2015.
- MEIRELES, F. **Corpo-território**: práticas artísticas e ativismo indígena. Mecila Working Paper Series, n. 80. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality Inequality in Latin America, 2025.
- RIEMER, L. **A single paragraph's promise**: The ICJ's advisory opinion on climate change and the understated question of human displacement. Columbia Law School Sabin Center for Climate Change Law Blog. Disponível em: «<https://blogs.law.columbia.edu/climatechange/2025/07/26/a-single-paragraphs-promise-the-icjs-advisory-opinion-on-climate-change-and-the-understated-question-of-human-displacement/>»
- SALGADO, A. R. The body as territory: a movement perspective. **Studies in Theatre and Performance**, v. 44, n. 1, p. 201-217, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14682761.2024.2342716> . S/D/A.
- SARAIVA, E. S.; DREISSIG, J. F.; CRUZ, L. P.; FREITAS, M. L. S.; ACACIO, N. (Orgs.). **Transfobia ambiental**: a exclusão veio antes da água. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.
- SCHEWEL, K. Understanding Immobility: Moving Beyond the Mobility Bias in Migration Studies. **International Migration Review**, 54(2), p. 328-355, 2019.
- SCHEWEL, K., DICKERSON, S.; MADSON, B.; ALVERIO, G. N. How well can we predict climate migration? A review of forecasting models. **Front. Clim.** vol. 5, 2024.
- SERRAGLIO, D. A., DE FREITAS, T. B., BROETTO, V., LAUDA-RODRIGUEZ, Z., PINHEIRO, G. M., & Ramos, E. P. The submerged state of Rio Grande do Sul: considerations on disaster displacements. **South American Network for Environmental Migration (RESAMA)**, 2024.
- SOUZA, W. V. F. “Meu corpo é meu território”: por uma abordagem do corpo como território. **ENTRE-LUGAR**, v. 13, n. 25, p. 15–40, 2022.
- TIGRE, M. A.; ROCHA, A. (eds.). The Role of Advisory Opinions in International Law in the Context of the Climate Crisis. Brill, 2025. Série: Livros eletrônicos de Direito Internacional on-line. Coleção 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE –
UNFCCC. **Technical guide on integrating human mobility and climate change linkages into relevant national climate change planning processes**: addressing human mobility related challenges and opportunities in the context of climate change: a supplement to the UNFCCC National Adaptation Plan technical guidelines. Bonn: UNFCCC, 2024. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/WIM_ExCom_human-mobility_TFD_2024.pdf. s.d.a.

ABSTRACT

This article examines how the decolonial ecofeminist framework of *cuerpo-territorio* can deepen understandings of climate (im)mobility in Latin America by linking embodied, territorial, and relational experiences of displacement and immobility. It analyzes recent advisory opinions by the Inter-American Court of Human Rights and the International Court of Justice, situating them within broader debates on the legal protection of climate-displaced persons. Latin American experiences, particularly those of trans and travesti populations in Brazil affected by the 2024 Rio Grande do Sul floods, illustrate how extreme climate events both expose structural vulnerabilities and create openings for alternative forms of collective organization and territorial practice. By expanding on *cuerpo-territorio*, the article argues for climate governance rooted in differentiated, community-led approaches that recognize intersectionality, resist epistemic extractivism, and frame reparations not as charity but as legal and political obligation. Ultimately, it proposes that law, when informed by embodied territoriality, can become a tool for ecological and decolonial justice.

Keywords: Climate (Im)mobility; *Cuerpo-Territorio*; Climate Justice; Decoloniality; International Advisory Opinions; Trans and Travesti Communities.

RESUMO

Este artigo examina como o marco ecofeminista decolonial do *cuerpo-territorio* pode aprofundar os entendimentos sobre a (i)mobilidade climática na América Latina, ao relacionar experiências corporificadas, territoriais e relacionais de deslocamento e imobilidade. Analisa pareceres consultivos recentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça, situando-os em debates mais amplos sobre a proteção jurídica de pessoas deslocadas pelo clima. As experiências latino-americanas, particularmente as de populações trans e travestis no Brasil afetadas pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, ilustram como eventos climáticos extremos simultaneamente expõem vulnerabilidades estruturais e criam aberturas para formas alternativas de organização coletiva e práticas territoriais. Ao expandir o conceito de *cuerpo-territorio*, o artigo defende uma governança climática baseada em abordagens diferenciadas e conduzidas pelas próprias comunidades, que reconheçam a interseccionalidade, resistam ao extrativismo epistêmico e enquadrem a reparação não como caridade, mas como obrigação jurídica e política. Em última instância, propõe que o direito, quando informado pela territorialidade corporificada, pode se tornar uma ferramenta de justiça ecológica e decolonial.

Palavras-chave: (I)Mobilidade Climática; *Cuerpo-Território*; Justiça Climática; Decolonialidade; Pareceres Consultivos Internacionais; Comunidades Trans e Travestis.

Entre la tierra y el mar: desafíos de habitabilidad frente a la crisis climática en el territorio Gunayala

Between land and sea: habitability challenges amidst the climate crisis in the Gunayala territory

*Daniela Paredes Grijalva**

*Alessandra Naar***

*Adalberto Diginya Hernández Thompson****

*Sagla Celestiano Garrido*****

1 INTRODUCCION¹

En los últimos veinte años ha crecido de manera significativa la literatura científica y popular sobre el nexo entre movilidad humana — ya sea migración, desplazamiento o reasentamiento — y la crisis climática (BUNCHUAY-PETH, 2025). En sus primeras etapas, gran parte de esta producción se caracterizó por enfoques ambientalmente deterministas y simplificados, donde el cambio climático se presentaba como una causa directa de la migración forzada de decenas de millones (MYERS, 1997). Con el tiempo, y a medida que aumentaron los estudios de caso y los hallazgos, así como la difusión de este debate en diversas esferas de política pública (agricultura, ciudades, seguridad, entre otras), ha emergido una visión más matizada (BOAS, WIEGEL et al 2022; HOFFMANN, ŠEDOVIČ y VINKE, 2021).

Hoy se reconoce que los efectos adversos del cambio climático son un factor clave, pero siempre en interacción con dimensiones económicas, sociales y culturales que influyen en los procesos de decisión de migrar o de no

* Global (De)Centre y Universidad de Viena.

Correo electrónico: daniela.paredes.grijalva@univie.ac.at

** Universidad de Viena y Asociación de Mujeres Artistas de Austria (VBKÖ)

Correo electrónico: alessandra.naar@gmail.com

*** Universidad de Panamá, Miembro de la nación Gunadule y Arquitecto Independiente

Correo electrónico: adalberto.hernandez@uo.ac.pa

**** Autoridad tradicional de la comunidad de Ukupa en Gunayala.

migrar (BLACK, ADGER et al, 2011). También se reconoce que hay diferentes formas de migrar y habitar, una de ellas siendo la perspectiva translocal (PAREDES GRIJALVA y DINIEGA, 2022; GREINER, PETH, y SAKDAPOLRAK, 2014). Contribuciones que se centran en la autodeterminación de las comunidades, permitiendo que sean ellas quienes decidan el uso de su propia terminología (PAREDES GRIJALVA y DINIEGA, 2022) y si se van o se quedan en sus propios términos (SULIMAN, FARBOTKO et al, 2019; PAREDES GRIJALVA y DINIEGA, 2022).

Retomamos el enfoque que identifica la interacción entre riesgo climático, gobernanza, recursos y agencia comunitaria como factores que configuran reubicación e (in)movilidades (PIGGOTT-MCKELLAR & McMICHAEL, 2021). Este marco informa nuestra lectura del caso Ukupa, aunque aquí privilegiamos una aproximación situada desde ontologías Gunadule.

Foto 1. Dualidad del hábitat gunadule - entre la tierra y el mar



La imagen ilustra la dualidad del hábitat gunadule: la estabilidad de las estructuras comunitarias frente a la fluidez del medio marítimo, elemento indispensable para el intercambio y la soberanía territorial. Fotografía: Aris Mariota, 2024

En Abya Yala², factores importantísimos son las enormes desigualdades producto de procesos históricos como el colonialismo y sus continuidades como el capitalismo extractivista relacionado al modo imperial de vida (Brand y Wissen 2021). El cambio climático se entrelaza entonces con la movilidad humana de formas directas, como las evacuaciones inmediatas frente a un desastre, e indirectas, como la pérdida de ingresos por

agricultura fallida, marcadas por las fuertes desigualdades sociales. Entre los efectos adversos del cambio climático se destacan las sequías, inundaciones, olas de calor y el aumento del nivel del mar, eventos que pueden provocar desplazamientos inmediatos o lentos (Forero, Wiegel et al. 2025; Yamamoto, Serraglio et al., 2021).

Según las proyecciones de un modelo, la movilidad climática en el Caribe para el año 2030 podría ser influenciada en un 52 % por la temperatura, en un 22 % por desastres, y en un 20 % por el aumento del nivel del mar (GCCMI 2023). Cabe resaltar que la región del Caribe es una de las más expuestas a los efectos adversos del cambio climático, también como una de las regiones donde más costos generan los desastres climáticos en comparación a su PIB (MARCHITTO, CONDE et al, 2023).

La región está expuesta a 6 de los 7 riesgos clave que el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC) clasifica con confianza media y alta, incluidos el aumento del nivel del mar, tormentas y erosión costera. Se estima que, en la región, la temperatura se incrementará entre 2 y 2.5 grados, muy por encima de la meta mundial de 1.5°C (IPCC AR6 WGI, 2021). Véase la Tabla 1.

Tabla 1 - Key risks by subregion in Central and South America

key risks by subregion in Central and South America	
Key risks	
☀️ (1) Risk of food insecurity due to frequent/extreme droughts • Central and South America (<i>Medium confidence</i>)	
🏠 (2) Risk to life and infrastructure due to floods and landslides • CA, NWS, NSA, SAM, SES, SWS (<i>Medium confidence</i>)	
💧 (3) Risk of water insecurity • CA, NWS, SAM, NES, SES, SWS (<i>High confidence</i>)	
🦟 (4) Risk of severe health effects due to increasing epidemics (in particular vector-borne diseases) • CA, NWS, NSA, SAM, NES, SES, SWS (<i>High confidence</i>)	
⚠️ (5) Systemic risks of surpassing infrastructure and public service systems • Central and South America (<i>Medium confidence</i>)	
🌴 (6) Risk of large-scale changes and biome shifts in the Amazon • NSA, SAM, NES (<i>Medium confidence</i>)	
🪸 (7) Risk to coral reef ecosystems due to coral bleaching • CA, NSA, NES (<i>High confidence</i>)	
🌊 (8) Risk to coastal socio-ecological systems due to sea level rise, storm surges and coastal erosion • CA, NWS, NSA, NES, SES, SWS, SSA (<i>Medium confidence</i>)	

Mean temperature change
 Model projection CMIP6, period 2081–2100,
 scenario SSP2 4.5, Baseline 1998–2005

>3.0°C
 2.5°C
 2.0°C
 1.5°C
 1.0°C
 0.9°C

Central America (CA) •
 Northwestern South America (NWS) • Northern South America (NSA) • South America Monsoon (SAM) • Northeastern South America (NES) •
 Southwestern South America (SWS) • Southeastern South America (SES) • Southern South America (SSA)

Fuente: Ranasinghe et al (2021) como parte del 6º Informe del IPCC. Capítulo 12.

Este artículo se distancia de proyecciones cuantitativas sobre “cuántos migrantes” habrá en “cuántos años” y se enfoca en cómo se migra, resiste y cómo se busca habitar con dignidad a través de las movilidades e inmovilidades (BOAS et al, 2022). Desde esta perspectiva y con un enfoque decolonial — entendiendo con Quijano (2000) la persistencia de jerarquías epistémicas y de poder inscritas en la colonialidad, y siguiendo a Escobar (2018) en la necesidad de reconocer ontologías relacionales y pluriversos territoriales, centramos la epistemología y la ontología Gunadule — las formas de saber y ser de este pueblo — como marcos analíticos legítimos para explorar la relacionalidad entre seres humanos, territorio y transformaciones socioambientales en tiempos de crisis climática. Con este lente, narramos el proceso de reasentamiento en curso de la comunidad de Ukupa, en Gunayala en la costa norte de Panamá, desencadenado por inundaciones severas en diciembre de 2024.

Nos preguntamos: ¿Qué papel desempeñan los saberes y ontologías Gunadule en la toma de decisiones sobre migrar, permanecer o reubicarse?, ¿qué implica este proceso en términos de continuidad cultural y territorial? Combinamos una revisión de literatura con entrevistas y la documentación de voces de la comunidad Gunadule. El equipo está conformado por antropólogas, un arquitecto y miembros de la propia comunidad. Esta aproximación busca respetar la ontología y epistemología Guna, situando sus saberes y prácticas en el centro del análisis, y asegurando que las interpretaciones reflejen las experiencias y prioridades de la comunidad frente al reasentamiento y los desafíos climáticos.

2 LA POBLACIÓN GUNADULE Y EL TERRITORIO

La población Gunadule ha habitado tradicionalmente las riberas de los grandes ríos como el Tuira (Duilewala), el Atrato (Amuggadiwar) y el Chucunaque, entre otros. Con la llegada del invasor waga (no Indígena), poco a poco fueron saliendo de sus territorios ancestrales. Desde hace aproximadamente 250 años han llegado a ocupar los territorios costeros e insulares de lo que es hoy la República de Panamá. La presencia histórica del pueblo Guna abarca amplias zonas de la selva tropical del Darién, tanto en la costa norte como en la selva del sur, territorios que hoy comprenden la Comarca Guna Yala, la Comarca Kuna de Madungandí, la Comarca de Wargandí y las tierras ancestrales de Dagargunyala, incluyendo las comunidades de Paya y Púcuro, además de asentamientos en el actual territorio colombiano, como el resguardo de Necoclí.

Según las investigaciones históricas (CASTILLO, 2023), los primeros asentamientos Guna, durante el siglo XVII y los posteriores, fueron fundamentales en la lucha por la defensa territorial. Esta lucha culminó, en el

siglo XIX, con el reconocimiento del territorio por parte de la Gran Colombia como la Comarca Tule Nega, otorgado a la Nación Guna Dule.

Tras la disolución de la Gran Colombia y el establecimiento de Panamá como estado independiente en 1903, el pueblo Guna enfrentó una intensificada represión y violencia estatal y múltiples formas de agresión, incluyendo explotación laboral, encarcelamientos injustificados, asesinatos y la expropiación de tierras perpetradas por las fuerzas policiales panameñas, como parte de una política sistemática para asimilar forzosamente a la población Gunadule. En 1920, en la comunidad de Narganá, la policía nacional despojaba brutalmente a las mujeres Gunas de sus molas (vestimenta), cortaba sus wini (adornos de cuentas) y arrancaba sus olasu (anillos nasales).

En febrero de 1925, comunidades a lo largo de Gunayala se alzaron en un levantamiento armado bajo el liderazgo de Nele Kantule y Simral Colman (Ologindibbblele) contra las fuerzas policiales panameñas, en lo que se conoce como la Revolución Dule. La revolución culminó con la firma del tratado de paz, que prometió la retirada de la fuerza policial de las comunidades y estableció compromisos de autonomía cultural y política que representarían las bases para el reconocimiento de su soberanía territorial: la creación de la comarca de San Blás en 1938 (actualmente “Kuna Yala”, Guna Yala o Gunayala). Si bien esta ha sido una victoria en términos de soberanía, implica en la práctica desafíos en la implementación efectiva de respeto a sus modos de vida a la par de la obligación del Estado de proveer ciertos servicios.

2.1 Ukupa: una comunidad sobre tierra y en movimiento

Foto 2 - Imagen satelital de Ukupa, Río Playón Grande en Agosto 2025.



Fuente: Google Earth 2025.

Foto 3. Imagen satelital de Ukupa, Río Playón Grande en agosto, 2025.



Fuente: Google Earth 2025.

Ukupa (Uggubba), en la parte central de la comarca Gunayala y perteneciente al corregimiento de Ailigandí, fue fundada por agricultores de Uggubseni que, a inicios del siglo XX, visitaban periódicamente sus fincas hasta decidir establecer allí sus viviendas. Esta dinámica es un ejemplo de movilidad humana vinculada a dimensiones ambientales. Aunque siempre fue una comunidad asentada en tierra firme, ha estado semirrodeada por agua: cercana al mar y al río, habitaba en la orilla sin ser isla, en un pacto ancestral con el entorno. Con el tiempo, el río Playón Grande ha cambiado su curso, alejándose de la comunidad de Ukupa y dejando un meandro que ya no desemboca en el mar, como se puede apreciar en la fotografía satelital.

Durante este tiempo han habitado este territorio adaptándose a sus ritmos, posibilidades y limitaciones. Alrededor de 170 familias se dedican principalmente a la artesanía: los hombres en tallados de madera, la construcción de las canoas y los canaletes (remos); y las mujeres en cestería, la confección de mola y las hamacas. Entre los meses de abril a octubre, las lluvias intensas alimentan los cultivos y renuevan las fuentes de agua; en la temporada seca, a finales de octubre hasta el mes de marzo, las faenas se concentran en pesca, mantenimiento de casas, artesanías y la preparación de las parcelas de cultivos comunales, grupales y familiares.

3 COSMOVISIÓN Y RELACIONALIDAD CON LA MADRE TIERRA Y ABUELA MAR

En este sentido, la historia oral Guna y los relatos de creación resultan esenciales para comprender la relación entre los seres (humanos) y su entorno. La Madre Tierra asume un papel protagónico en la historia de la creación del universo, el Babigala. Es decir, la tierra actúa como agente que responde directamente y ejerce poder real en relación con los seres vivos que la habitan, lo cual ofrece enseñanzas sobre la responsabilidad humana, sufrimiento y rebelión a través de cuatro etapas de regeneración hasta llegar a la etapa actual de la tierra: Abiayala, la tierra en su forma de madurez máxima.

En el Babigala, el mito fundacional Guna que ha sido transmitido por los abuelos, se narra cómo las fuerzas creadoras Baba y Nana formaron a Nabgwana, o Ologwadule, dos de los ocho nombres Gunas para la Madre Tierra y sus manifestaciones (WAGUA, 2011: 352). Le dieron vida a las flores y crearon los grandes ríos Olodulasgundiwala y Oloburgandiwala. La tierra pasó por diferentes etapas. Al inicio había una abundancia de vida y así Baba y Nana enviaron defensores y guardianes para cuidar de Nabgwana, la Tierra.

Cuando Biler, Bursob y sus hijos se descuidaron de Nabgwana, el mundo cayó en caos, oscuridad y sufrimiento. Con el nombre Oloiidili se referencia a la Madre Tierra en su grandeza. Como ha recopilado Aiban Wagua (2011), “ante ella nos sentimos pequeños. Nos da seguridad, y al mismo tiempo, miedo (iii: sacudida, miedo). Por un lado, sabemos que ella es madre generosa, y por otro lado, nos equilibra y exige el cumplimiento de los deberes para con ella y con los demás hermanos, y que a falta de eso, nos puede sepultar sin piedad bajo los mismos escombros que producimos.” (WAGUA, 2011, p. 352)

Los abuelos cuentan que los antepasados llegaron desde sus tierras, más allá de las montañas hasta el gran río Duilewala (hoy río Tuira), llevando semillas de otoi, maíz y caña. Algunos antepasados incluso nacieron en el río, fueron hombres-peces o fueron criados por criaturas de agua y de tierra como Muu Ologwebloyai, la abuela sapo (WAGUA, 2011). Desde allí se dispersaron a otros ríos, como el río Ukupa (Uggubba), pero con el mar al alcance: un pacto para convivir con la Madre Tierra y la Abuela Mar. Desde entonces, partiendo de las historias de los grandes abuelos Orgun y Giggadiryai, se transmiten las enseñanzas del Babigala hasta nuestros días.

Así las referencias al agua, tanto en forma de ríos como de mar (muu billi), vienen a ser pilares en la tradición oral Guna para comprender el origen, la identidad y las trayectorias de su pueblo en relación con el agua. Hoy, con el mar que sube y los ríos que cambian, las mismas aguas y tierras que fueron

hogar de los antepasados marcan la ruta de la migración Guna, recordando que cada traslado es también un aprendizaje sobre cómo seguir viviendo en conexión con la Madre Tierra y la Abuela Mar. Esta comprensión de entidades activas y responsivas ofrece un marco fundamental para entender la crisis y las amenazas actuales no como un fenómeno físico aislado, sino como procesos culturales, espirituales y de equilibrio socioecológico.

Las predicciones científicas son claras: el nivel del mar seguirá subiendo, los eventos climáticos extremos aumentarán y varias islas y territorios costeros de Gunayala estarán bajo el nivel del mar en algunas décadas. La sabiduría popular y la ciencia están de acuerdo: los efectos adversos del cambio climático se deben a un modelo que descuida las relaciones espirituales y materiales con la naturaleza. Con atención especial al mar, el escritor e investigador Guna Atilio Martínez (2012) ilustra la importancia de mantener el equilibrio entre todo aquello que forma parte de nuestro ecosistema:

Los abuelos dicen que todo se complementa sobre la madre tierra. El agua dulce de los ríos necesita del agua salada, y se fortalecen mutuamente, corren mejor; los manglares tienen necesidad de algas blanditas para que los peces puedan arrimarse a lamer sus raíces; la superficie del mar necesita de la luna, de la brisa, para que las olas tomen su forma y su fuerza. En el mar todo está vivo: Muu Gwilosob, Muu Arwasob, Muu Sibugalisob... cuidan y administran los mares y se complementan unas a otras, y están vivas. Todas actúan en doble dirección, cuando los humanos viven en armonía con la naturaleza, ellas actúan como tiernas abuelitas, pero cuando los humanos pierden el control y violentan a las criaturas de la madre tierra, ellas ya no se comportan como abuelitas, sino que toman ortigas en sus manos y castigan con violencia. (MARTÍNEZ, 2012, p.1)

De forma similar Evelio López Morales, residente de Gardi Sugdub, habla de “ un relato que dice que cuando el pueblo no valora lo suyo, hay cambios, que la Madre Tierra se rebela contra la comunidad. Por lo tanto, hay que tener presente los valores, la espiritualidad, la cultura.” (VIORY, 2024, s/p.)

Los ecosistemas funcionan como redes interdependientes donde los flujos de agua, energía y biodiversidad sostienen la vida humana y no humana. El IPCC advierte que estos equilibrios se encuentran bajo creciente presión debido al cambio climático, el aumento del nivel del mar, la pérdida de biodiversidad y la degradación de hábitats críticos como los manglares y arrecifes de coral (IPCC AR6 WGII, 2022).

Sin embargo, más allá de los diagnósticos científicos, los pueblos originarios han transmitido por generaciones un entendimiento de estas interconexiones, reconociendo a ríos, mares y bosques como entidades vivas y activas. Así, los conocimientos ancestrales dialogan con la ciencia contemporánea: mientras la una ofrece mediciones y proyecciones sobre riesgos y umbrales, la otra aporta visiones de equilibrio socioecológico y prácticas de cuidado que recuerdan que toda intervención humana debe mantener la reciprocidad con la Madre Tierra.

4 IMPACTOS AMBIENTALES RECIENTES

En 2024, cuando por primera vez la temperatura global promedio superó los 1,5 °C sobre niveles preindustriales, el calentamiento incrementó el vapor de agua en la atmósfera y con ello la intensidad de lluvias extremas y tormentas en todo el mundo (COPERNICUS, 2025). Para Gunayala, se ha documentado un aumento de temperaturas, del nivel del mar, así como un aumento de los eventos climáticos extremos (CÁRDENAS CASTILLERO, PATON et al. 2023; MINISTERIO DE AMBIENTE, 2023). Investigaciones de biólogos marinos evidencian un alarmante aumento del nivel del mar en Gunayala: entre 1907 y 2000, el incremento fue de 200 mm, y en los últimos 23 años se ha acelerado a 240 mm por año (GUZMÁN, GUEVARA y CASTILLO, 2003).

Además, mediante fotografías aéreas, documentaron una pérdida promedio anual de 1.105 m² de superficie terrestre (*idem*). Se estima que, para el 2030, el nivel del mar en la costa caribe de Panamá aumente entre 0.20 y 0.35 metros, mientras que, para 2050, el promedio es 0.78 (NASA, 2023). En resumen, las condiciones de habitabilidad de ciertas áreas de Guna Yala están siendo amenazadas por los combinados efectos de las múltiples crisis de nuestro tiempo—el capitalismo, el militarismo, el racismo, el autoritarismo, entre ellas y de manera importante el complejo colapso climático. En concreto, esto se ve en la saturación del suelo y el aumento de salinidad de la tierra, cuya capacidad de sostener plantas y animales vinculados a los modos de vida Guna se ve reducida significativamente.

Desde 2010, las lluvias extremas se han intensificado y, en ocasiones, el mar ha ganado terreno, erosionando zonas de cultivo y amenazando viviendas. Estos cambios, a veces graduales y otras súbitos, han modificado no solo el paisaje, sino también las formas de trabajo, de movilidad y de cuidado del lugar, enlazando a Ukupa con otras comunidades en el mundo que enfrentan transformaciones profundas en su clima y en todo lo que está relacionado con él. En diferentes lugares del mundo, el cambio climático y otros cambios ambientales se entrelazan con la movilidad humana,

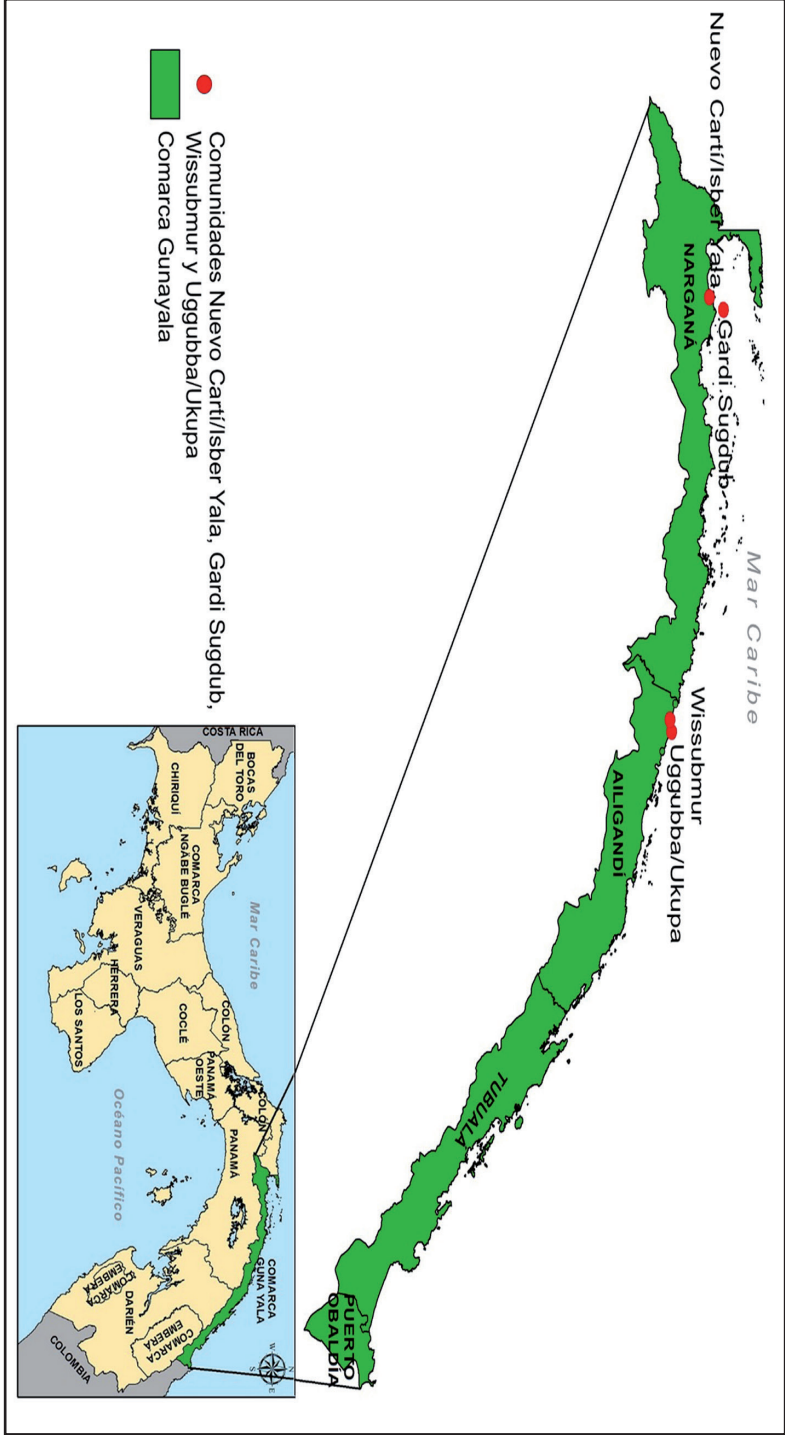
adoptando formas y consecuencias específicas según cada contexto. Es fundamental que tanto la investigación científica como los esfuerzos de incidencia política reconozcan que estas interacciones tienen formas y consecuencias particulares en cada lugar.

En Ukupa, el resultado de los cambios ambientales ha sido devastador: las tierras se han salinizado, y los cultivos se ven seriamente afectados; los plataneros y yucales que antes crecían cerca de las viviendas se están muriendo, y la alta salinidad del subsuelo afecta también el crecimiento de árboles frutales y otras especies vegetales, poniendo en riesgo la seguridad alimentaria y la permanencia de las familias en su territorio ancestral. La tierra que por más de 70 años ha sustentado a esta comunidad hoy presenta grietas profundas, y las aguas subterráneas han emergido a la superficie, alterando la estabilidad del terreno. La resistencia del suelo ha disminuido drásticamente, volviéndolo inadecuado para soportar el peso de nuevas viviendas. Los hogares ya no se sostienen sobre un terreno seco. Bajo estas condiciones, ¿se puede aún hablar de “tierra firme”?

5 “LA MUDANZA”: PROCESOS DE REUBICACIÓN

En junio de 2024, alrededor de 300 familias de la isla Gardi Sugdub se trasladaron a la urbanización Nuevo Cartí (Isber Yala), un reasentamiento construido por el Estado panameño a través del programa Techo Esperanza-MIVIOT, con una inversión de 12,2 millones de balboas y un avance reportado del 91 % a finales de 2023 (MIVIOT, 2023). La decisión de reubicarse había sido tomada por la comunidad en 2010 por la “Comisión de la Barriada”, motivada tanto por el aumento del nivel del mar y eventos climáticos extremos como por la falta de espacio habitable en la isla, percibida por muchos como el problema más inmediato (FELIPE y TOMASELLI, 2021; DISPLACEMENT SOLUTIONS, 2014).

Mapa 1 - Comunidades Nuevo Carti/Isber Yala, Gardi Sugdub, Wissubmur Y Uggubba/Ukupa



Fuente: Mapa de Gunayala basado en datos de Cáceres Carrera et al. (2024) y Human Rights Watch (2023) y modificado por Alessandra Naar (2024).

En junio de 2024, alrededor de 300 familias de la isla Gardi Sugdub se trasladaron a la urbanización Nuevo Cartí (Isber Yala), un reasentamiento construido por el Estado panameño a través del programa Techo Esperanza-MIVIOT, con una inversión de 12,2 millones de balboas y un avance reportado del 91 % a finales de 2023 (MIVIOT, 2023). La decisión de reubicarse había sido tomada por la comunidad en 2010 por la “Comisión de la Barriada”, motivada tanto por el aumento del nivel del mar y eventos climáticos extremos como por la falta de espacio habitable en la isla, percibida por muchos como el problema más inmediato (FELIPE y TOMASELLI, 2021; DISPLACEMENT SOLUTIONS, 2014).

Históricamente, los Guna se trasladaron hace unos 150 años desde tierra firme a las islas para escapar de enfermedades como malaria y fiebre amarilla; hoy, la reubicación al continente implica retomar un territorio del que antes habían salido. Aunque el proyecto incluye espacios culturales como la Casa del Congreso y la Casa de la Chicha, las viviendas de 53 m² no responden a las formas de vida Guna, caracterizadas por casas abiertas, de mayor tamaño y con materiales que permiten ventilación cruzada. Además, el diseño urbano no incorpora plenamente la estructura social y espacial tradicional de las comunidades Guna (HERNÁNDEZ THOMPSON y SARSANEDA DEL CID, 2025). Persisten también preocupaciones sobre la reaparición de enfermedades transmitidas por mosquitos, así como sobre la gestión del agua, residuos y medios de vida en el nuevo asentamiento.

La Isla de Gardi Sugdub es una comunidad a la que todos llegan. La isla de Gardi Sugdub es la primera que se divisa al llegar a la comarca Gunayala. Es la puerta de entrada para quienes visitan sus islas, ya que los puertos Dibin y Niga Kantule son los puntos de llegada para todo viajero. Actualmente, en Gardi Sugdub no hay espacio disponible para construir nuevas viviendas. Como no hay espacio para construir casas, entonces los jefes, los saglas, pensaron que sería mucho mejor ir a la tierra firme. Entonces la comunidad de Gardi Sugdub es consciente de los cambios. Por lo tanto busca la forma de cómo sobrevivir. Entonces la misma comunidad se organizó para trasladarse. Evelio López Morales, residente de Gardi Sugdub (VIORY, 2024, s.p.).

El dilema de quedarse o reubicarse no es exclusivo de Gardi Sugdub. Al menos otras diez comunidades, como Ukupa, enfrentan el mismo debate. Se estima que al menos 28,000 Gunadules podrían necesitar reubicarse, esto sin incluir la diáspora que vive en las ciudades, pudiendo ser un total de 40,000 personas. En respuesta a las inundaciones recurrentes — provocadas tanto

por lluvias extremas como por mareas altas — Ukupa inició hace siete meses un proceso de reubicación planificada. Si bien los cambios ambientales que amenazan la habitabilidad del sitio se han observado al menos desde el año 2000, en los últimos años estos impactos se han intensificado, transformando un problema antiguo en una urgencia creciente. En este sentido, casos como el de Gardi Sugdub evidencian que la reubicación planificada en Gunayala es un proceso largo, complejo y marcado por la tensión entre proteger la vida y preservar la identidad territorial.

5.1 Dinámicas fluviales y vulnerabilidad costera: la inundación de diciembre 2024 en Ukupa

La comunidad de Ukupa (Uggubba), situada en el continente y no en una isla como la mayoría de las comunidades de Gunayala, ha enfrentado a lo largo de las últimas décadas severos impactos ambientales. Entre ellos destacan las inundaciones recurrentes y los problemas de salud pública asociados al estancamiento de aguas, como la proliferación de malaria. El sagla Celestiano Garrido recuerda que, ya en la década de 1970, se advertían dificultades relacionadas con la presencia constante del agua, lo que hacía evidente la necesidad de considerar una futura reubicación.

No obstante, en aquel entonces existía una fuerte resistencia comunitaria a trasladarse a otro lugar. Desde el año 2000, la situación se ha intensificado: se han registrado al menos cinco inundaciones de gran magnitud que han comprometido la habitabilidad del territorio, configurando un patrón de riesgo ambiental que exige atención y una planificación integral.

El año 2024 fue el cuarto peor registrado en Panamá en cuanto a lluvias e inundaciones, en gran parte como respuesta al fenómeno de El Niño de ese año, considerado uno de los más intensos — posiblemente el cuarto más fuerte en la historia reciente. Los suelos alcanzaron niveles de saturación entre el 90 % y el 100 %, lo que provocaba que incluso precipitaciones leves tuvieran efectos devastadores (FICR, 2024).

Las inundaciones ocurridas en Arigandí, Ukupa y otras comunidades de Guna Yala, a finales de 2024, fueron resultado de una combinación de fenómenos meteorológicos propios de la temporada, como los vientos alisios que generan aumento del oleaje, intensificados en esta ocasión por la inestabilidad atmosférica del Caribe, junto con los efectos acumulativos del cambio climático, que agravan la vulnerabilidad de las poblaciones costeras e insulares. En este contexto, la Agencia Nacional de Gestión de Riesgos (SINAPROC) emitió, el 19 de diciembre, un aviso de vigilancia — más no una alerta — para diez áreas del país, incluida la Comarca Guna Yala, vigente al menos hasta el 23 de diciembre (SINAPROC, 2024). Cabe señalar que, según

la NOAA, la temporada de huracanes del Atlántico 2024 presentó un 85 % de probabilidad de ser superior a lo normal, con la expectativa de hasta 25 tormentas con nombre y hasta 7 huracanes de gran intensidad, lo que reforzaba el escenario de alta exposición a eventos extremos.

El 23 de diciembre de 2024, a vísperas de Nochebuena, Ukupa sufrió una inundación particularmente grave, provocada por el desbordamiento del río y el aumento del nivel del mar, que dejó áreas prácticamente inhabitables. Usualmente el río Playón Grande, uno de los más grandes de la comarca, anuncia que está creciendo lo que da tiempo a que las personas se preparen. Esa noche no fue así. Desde las nueve de la noche comenzaron a abrirse casi tres canales dentro de la comunidad: el agua ingresó y “atacó por ambos lados”. Hacia las dos de la madrugada, las primeras casas empezaron a ceder ante el suelo inestable. Aunque se logró evacuar a toda la población, apenas hubo tiempo de salvar pertenencias materiales. Esa noche no durmió nadie. Tras este evento, la comunidad, que ha habitado Ukupa por casi un siglo, tomó la decisión colectiva de trasladarse a un terreno cercano y más elevado, denominado Wissubmur (Hernández, 2025). En los días siguientes, comunidades vecinas acudieron a apoyar el refuerzo de las viviendas allí donde fue posible, adaptándolas de manera “temporal” hasta completar la mudanza. Desde entonces han transcurrido ocho meses (momento de escritura: agosto de 2025). Durante este tiempo, la población cuyas casas fueron afectadas “no duerme” y describe la situación como desesperante y urgente.

Foto 4 - Ugguba/Ukupa antes de las inundaciones de diciembre 2024.



Foto: Sagla Celestiano Garrido.

Foto 5 - Ugguba/Ukupa después de las inundaciones de diciembre 2024.



Foto: de Sagla Celestiano Garrido.

5.2 “Con o sin apoyo nos vamos a mudar”: el proceso de reubicación de Ukupa 2024/2025

La situación actual es extrema en términos biofísicos y sociales. EL SINAPROC ha hecho una visita ocular y confirmado el altísimo riesgo, haciendo una serie de recomendaciones en cuanto a distancia de vías acuíferas. Con su experiencia directa y esta evaluación estatal, la comunidad ha decidido de manera colectiva que la mudanza se hace, con o sin apoyo gubernamental. “Cuando truenan allá, llueve, la gente ya no duerme, ya están pendientes, ya la gente está inquieta, ya hay una desesperación. Así que la gente está decidida a mudarse.” (GARRIDO, 2025)

Las negociaciones comunitarias con los saglas, líderes Guna, derivaron en la planificación del traslado. Existe algo de resistencia sobre todo en población adulta mayor. Hasta ahora no se ha completado el reasentamiento autónomo de las familias, ya que las viviendas definitivas aún están en proceso y se continúa trabajando con las autoridades para definir acuerdos claros. En conversaciones sostenidas con las autoridades de Ukupa y los líderes comunitarios, se ha evidenciado la importancia de fortalecer el diálogo directo y no mediado con el Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial (MIVIOT) para asegurar que los diseños de las viviendas y la organización del espacio urbano respondan de manera adecuada a las necesidades de la comunidad (MIVIOT 2025).

La principal preocupación radica en la falta de comprensión de las verdaderas necesidades de los pobladores en este nuevo asentamiento. No ha habido suficientes reuniones de consulta ni espacios de diálogo para intercambiar opiniones sobre los diseños de las viviendas y la organización del espacio urbano, lo que ha generado la percepción de que el proyecto responde a un modelo de “barriada urbana”, similar a los desarrollos habitacionales como “Techo de Esperanza”, sin identidad propia.

La construcción de viviendas acorde a las formas Gunadule no puede realizarse de manera rápida, según informan las autoridades. Tras ocho meses de emergencia, la comunidad ha tenido que ceder y aceptar materiales de construcción ajenos a sus prácticas tradicionales, conscientes de que estos generan condiciones de asedio y calor. A mediados de agosto de 2025, el MIVIOT anunció un acuerdo con la comunidad Ukupa en el que el Estado proveería materiales como cemento y techos prefabricados, mientras que la comunidad aportaría la mano de obra (MIVIOT Noticias, 2025).

Sin embargo, como señala la comunidad, aún falta que el MIVIOT garantice la presencia de técnicos que puedan liderar la construcción adecuada con estos materiales. La experiencia de Gardi Sugdub, Nuevo Cartí, demuestra que la imposición de modelos de vivienda de catálogo resulta inadecuada e inefectiva. Este caso evidencia la necesidad de respetar el derecho de las comunidades a decidir cómo migrar y cómo vivir dignamente, señalando las limitaciones de los sistemas de políticas públicas para responder a sus realidades culturales y ambientales, o, en otras palabras, una continuación colonial de modelos eurocéntricos (JOHNSON, 2025).

El sagla Celestiano Garrido ha sido enfático en su defensa de una planificación que respete los conocimientos ancestrales y la estructura urbana tradicional Guna. Esto implica tres calles principales orientadas de este a oeste y calles secundarias de norte a sur, siguiendo las cotas del terreno y conservando la vegetación existente. En el centro debe ubicarse el Onmaggednega, o gran Casa de Reunión, como núcleo social y cultural, junto a la Casa de la Chicha y la Casa de la Danza. Las infraestructuras como la escuela, el centro de salud y las iglesias se ubicarían fuera del centro nodal para no interferir en la vida cotidiana y espiritual del pueblo Guna. La comunidad también ha planteado la necesidad de que los modelos de vivienda consideren sus costumbres y estilos de vida, ya que las casas tradicionales Guna, hechas con materiales locales como la caña, son abiertas y bien ventiladas, adaptadas al clima y a familias numerosas.

Asimismo, la conexión entre las casas y los espacios agrícolas es fundamental para la vida diaria y social. Por ello, la comunidad propone que arquitectos e ingenieros Guna colaboren en el diseño de los nuevos asentamientos, asegurando que las viviendas y la planificación urbana

sean culturalmente apropiadas y funcionales. Este enfoque permitiría una transición armoniosa hacia Wissubmur, respetando la identidad y los conocimientos ancestrales, y garantizando que la reubicación se adapte a las necesidades reales de las familias de Ukupa.

6 CUESTIONES DE JUSTICIA

Actualmente se está elaborando una propuesta de ley que busca garantizar que las construcciones en territorios indígenas respeten el contexto cultural, ambiental y social de cada pueblo, incluyendo el uso de materiales tradicionales y diseños acordes a sus formas de vida. Esta iniciativa cuenta con la participación del Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial (MIVIOT) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Cabe destacar que el BID³, en el año 2017, desarrolló una propuesta investigativa para promover infraestructuras con pertinencia cultural en comunidades indígenas Ngäbe-Buglé, Emberá Wounaan y Guna, enfocándose principalmente en centros de salud y Centros de Atención Integral a la Primera Infancia (CAPI), adaptados a las particularidades culturales, territoriales y lingüísticas de cada grupo.

Otro elemento fundamental, que respalda las iniciativas de proyectos en comunidades indígenas en Panamá, es la Ley sobre el Consentimiento Libre, Previo e Informado (CLPI). Esta normativa establece que todo proyecto, plan o intervención que afecte directa o indirectamente a los pueblos indígenas debe realizarse con su conocimiento, participación activa y autorización formal. El CLPI garantiza que las comunidades sean consultadas de manera oportuna, transparente y culturalmente adecuada antes del inicio de cualquier proyecto en sus territorios. Este principio no solo protege los derechos colectivos, sino que también promueve la sostenibilidad y la legitimidad de los proyectos al reconocer la autodeterminación de los pueblos indígenas.

En Gunayala, las dimensiones de la justicia ambiental se hacen visibles en distintos planos. En términos de distribución, los impactos climáticos recaen con mayor fuerza sobre pueblos históricamente marginados, cuyas viviendas y territorios resultan más vulnerables a inundaciones y erosión costera. La dimensión de reconocimiento se expresa en las tensiones entre las viviendas “de catálogo” impulsadas por el Estado y la concepción Guna de la *nega* como espacio de vida, cuidado y relación espiritual con el territorio. Finalmente, la dimensión de procedimiento se ve cuestionada por falencias en la implementación del Consentimiento Libre, Previo e Informado, con procesos de consulta tardíos y una planificación fragmentada que limita la participación plena de las comunidades.

Más allá de Gunayala, instancias regionales como la CIDH han declarado que la movilidad climática constituye un asunto de derechos humanos, como el derecho a migrar, permanecer o no ser desplazado, y estableciendo que los Estados deben prevenir, proteger y reparar en todas las etapas. La reubicación sólo puede considerarse como último recurso y debe garantizar plenamente los derechos culturales, sociales y territoriales, especialmente de pueblos indígenas y comunidades tradicionales (Gini 2025).

A nivel internacional, la reciente opinión consultiva de la Corte Internacional de Justicia deja en claro la responsabilidad de los Estados frente a los desplazamientos vinculados al cambio climático, incluyendo la posibilidad de exigir reparaciones a los países emisores de gases contaminantes (ICJ 2025). Finalmente, una perspectiva centrada en derechos humanos hace el llamado al gobierno panameño de establecer políticas públicas claras que incluyan a las comunidades en los procesos de reasentamiento en lugar de prácticas ad hoc (BOWER, 2025).

6.1 Reubicaciones en el contexto del cambio climático: una visión global

La situación en Gunayala, ejemplificada por la reubicación de los Guna desde islas como Gardi Sugdub hacia Nuevo Cartí y la necesidad urgente de traslado en comunidades continentales como Ukupa, ilustra las tensiones fundamentales de los procesos de reubicación planificada por cambio climático, como lo señalan Gini y colaboradores (2024). Estos procesos también ponen de relieve los desafíos en la aplicación de marcos normativos globales, como los Principios de la Península sobre el Desplazamiento por el Clima (DISPLACEMENT SOLUTIONS, 2014) o los esfuerzos de la Plataforma sobre Desplazados por desastres, que enfatizan el derecho a permanecer en el hogar el mayor tiempo posible, mantener vínculos con la tierra de origen y garantizar obligaciones estatales.

Las tensiones en Gunayala se evidencian en tres dimensiones clave. Primero, **la concepción del riesgo y la habitabilidad**: el hogar tradicional Guna (nega) es un espacio vivo y espiritual, diseñado con ventilación cruzada y amplios espacios (90 a 200 m²) para familias numerosas y hamacas, mientras que las casas estatales en Nuevo Cartí (53 m², de PVC o concreto) resultan pequeñas, calurosas y culturalmente inadecuadas, incrementando costos de electricidad y limitando la vida familiar. Segundo, **la consulta y propiedad comunitaria**: aunque Gardi Sugdub inició su reubicación en 2010, la planificación estatal fue fragmentada y la consulta insuficiente, con decisiones de diseño ya avanzadas cuando se dialogó con la comunidad; Ukupa también expresó la necesidad de diseños que integren caminos y espacios vitales para la vida social. Tercero, los **marcos de políticas y financiamiento**: proyectos

aislados, como escuelas y centros de salud, no forman parte de un plan integral y coordinado; la falta de apoyo consistente y recursos adecuados ha obstaculizado los esfuerzos del Congreso General Guna, evidenciando la necesidad de enfoques integrados y sostenidos (PDD 2021).

Para garantizar una reubicación ética y digna, esta debe ir más allá de la provisión de refugio, adoptando un enfoque holístico que preserve la identidad cultural, los conocimientos tradicionales y la cosmovisión de las comunidades. Esto incluye un consentimiento libre, previo e informado en todas las etapas, la participación activa de las comunidades en la toma de decisiones y la colaboración de arquitectos e ingenieros indígenas que comprendan sus necesidades (HERNANDEZ, 2025; BOWER, DELACRE et al, 2025). Un compromiso a largo plazo debe asegurar viviendas y servicios culturalmente apropiados, medios de vida sostenibles y la preservación de la cohesión social y prácticas tradicionales, superando intervenciones fragmentadas y promoviendo soluciones basadas en derechos humanos que fortalezcan la autodeterminación y el bienestar de las poblaciones reubicadas.

7 TENSIONES: ENTRE EL ARRAIGO Y LA COMUNIDAD

La tensión central se hace evidente: trasladarse tierra adentro para proteger la vida o permanecer para cuidar la memoria y la identidad y las relaciones con la naturaleza? El derecho a la reubicación digna entra en conflicto con el derecho al arraigo ancestral. ¿Qué hacer ante esta dinámica? Nuevamente comprender la relacionalidad entre los Gunadule y el territorio como algo dinámico, extiende posibilidades. En particular para la comunidad de Ukupa, el nuevo sitio Wissubmur, se encuentra apenas a una media hora caminando. Es un reasentamiento cercano, donde si bien hay cambios no hay desarraigo total del territorio.

Lo que está más en riesgo es la forma de construir este nuevo asentamiento. Si los planificadores del MIVIOT no realizan visitas al territorio ni sostienen reuniones con arquitectos, ingenieros y expertos que comprendan las prácticas ancestrales del pueblo Guna, será imposible desarrollar una propuesta que responda verdaderamente a las necesidades y particularidades de estas familias. Las soluciones estandarizadas, descontextualizadas y sin participación comunitaria no solo corren el riesgo de fracasar, sino que también pueden afectar negativamente la identidad y cohesión social del pueblo reasentado.

Anne-Catherine Chardon (2008) enfatiza la necesidad de adoptar un enfoque integral del hábitat en los procesos de reasentamiento, el cual considere de manera articulada los aspectos sociales, económicos, culturales

y físico-espaciales. En esa misma línea, subraya la importancia de distinguir entre “casa” y “vivienda”, proponiendo un enfoque holístico que no se limite a la infraestructura física, sino que también contemple las dinámicas sociales, las oportunidades económicas, la continuidad cultural y la preservación del tejido comunitario desde la visión y realidad de los pueblos indígenas. Solo a través de una planificación participativa, situada y culturalmente pertinente, será posible construir soluciones que no sólo respondan a una necesidad de vivienda, sino que fortalezcan la vida colectiva y el derecho al territorio del pueblo Guna (HERNÁNDEZ, 2025). Aquí se visibiliza la tensión entre autonomía y subalternidad con el Estado. En este contexto es importante observar cuidadosamente y evaluar contextualmente la manera en que los reasentamientos en contextos de desastre y cambio climático se dan: si, cómo preguntan Felipe Pérez y Tomaselli, fungen como herramienta o como amenaza. La comunidad está decidida “con o sin apoyo nos mudamos” pero la cooperación entre ambos actores aún deja mucho que desear. En este sentido sería una reubicación consensual, pero sin apoyo adecuado (BOWER, DURAND-DELACRE et al, 2025).

Cómo cuentan los abuelos en el Babigala, el equilibrio de la Madre Tierra y todo aquello que forma parte de ella debe ser cuidado. Cuando ese equilibrio es violentado, las fuerzas del mar, las abuelas Muu Gwilosub, Muu Arwasob y Muu Sibugalisob, despliegan su poder y hacen sentir su furia. Y, sin embargo, Ukupa no piensa en ruptura ni en abandono. Más bien, la canoa como metáfora, sigue estando presente: no zarpa, pero tampoco se hunde. La comunidad considera su memoria como una canoa que puede flotar en ambos territorios siempre que se la mantenga viva. Mientras tanto, se preparan para un modelo de reubicación donde lo cultural, lo espiritual y lo climático se entrelazan. Se reafirma el derecho a moverse sin renunciar a la identidad y en condiciones de dignidad, las cuales en la situación actual (agosto, 2025) de vulnerabilidad post inundaciones no están garantizadas.

8 A MANERA DE CIERRE: RECONFIGURACIÓN COMUNITARIA Y FUTUROS POSIBLES

Este artículo mostró que el proceso de reubicación de Ukupa no puede entenderse únicamente como respuesta a los impactos del cambio climático, sino como la continuidad de una relación histórica, espiritual y material con la Madre Tierra y la Abuela Mar. La decisión comunitaria de trasladarse, *la mudanza*, revela que la habitabilidad, para el pueblo Gunadule, no es un estado fijo sino una relación dinámica que se recrea a través del movimiento, el cuidado, la reciprocidad y el equilibrio. Asimismo, evidencia

cómo los saberes y ontologías Guna informan directamente la evaluación del riesgo, las formas de preparación y las prácticas de movilidades así como las expectativas de un futuro digno.

El caso de Ukupa confirma que las movilidades climáticas indígenas no responden a narrativas de desplazamiento inevitable, sino a decisiones colectivas situadas, guiadas por memorias, responsabilidades intergeneracionales y modos propios de habitar que articulan movilidad e inmovilidad. Con la reubicación de Gardi Sugdub como una de las primeras reubicaciones planificadas en el contexto del cambio climático de Abya Yala tenemos algunas lecciones que aprender.

No es solo la inmediatez de las inundaciones u otros impactos del cambio climático; un análisis desde la ecología política y la sabiduría ancestral Guna revela un desequilibrio más profundo entre cómo vivimos los humanos, nuestros sistemas económicos, políticos y sociales, y cómo coexistimos con los demás seres del planeta. Como nos recuerda el elemento fluido y dinámico del agua en la tradición oral Guna, desatender estos vínculos tiene consecuencias sociales y ecológicas: la Abuela Mar puede sacar ortigas y castigar.

Las aproximadamente 150 familias de Ukupa enfrentan vulnerabilidades climáticas, pero también sociales, que se deben a un historial de ausencia del Estado en la garantía de servicios y derechos fundamentales, en el contexto de las múltiples crisis de nuestros tiempos. El sistema capitalista y el modo imperial de vida continúan perpetuando las inequidades Norte-Sur (BRANDt y WISSEN, 2022). En este contexto, si bien han habido avances, los instrumentos internacionales para combatir el cambio climático y aquellos para regular migraciones se quedan cortos de efectivamente cubrir esta brecha. La epistemología y ontología Guna ofrecen, en cambio, un marco para interpretar los riesgos y guiar respuestas comunitarias, no como fatalismo sino como acción consciente para proteger la vida y la comunidad, mudarse para una vida mejor.

En la cosmovisión Guna la vida fluye como el agua, con mareas y caudales. La idea de habitabilidad fija no responde ni a esta cosmovisión ni a las realidades puestas por la crisis climática. La reubicación se convierte en expresión de esta filosofía de vida en movimiento, en sincronía. La tradición Guna recuerda que vida y muerte están entrelazadas: cuando alguien muere, su espíritu viaja por los ríos sagrados hasta la morada de Baba y Nana. Este vínculo informa cómo se piensa y planifica la vida comunitaria, incluso en el reasentamiento.

En este umbral entre quedarse e irse, la comunidad de Ukupa no idealiza la permanencia, consciente de los riesgos, ni aborda el traslado con fatalismo. Caminan con la mirada puesta en la Abuela Mar y la Madre Tierra, buscando

hacer del nuevo suelo un lugar donde las voces de los abuelos sigan cantando el origen del pacto, y donde la memoria, los saberes y la vida Guna puedan continuar fluyendo. La reubicación, en los términos que la comunidad decide e idealmente con apoyo adecuado y oportuno por parte de instituciones estatales, entonces es simultáneamente una estrategia de adaptación, una reafirmación cultural y un actor político que centra la epistemología y ontología Guna.

Como explica Celestiano Garrido, sagla de la comunidad de Ukupa: “Es buscar un lugar mejor para nuestras generaciones. Los viejos nos vamos, pero queremos que nuestros hijos queden bien ubicados.” Y lo recuerda Magdalena Martínez de Gardi Sugdub:

Siempre hemos vivido con la naturaleza y sabemos cómo estar con la naturaleza en sí. ...ya nuestros abuelos sabían cómo hacer para poder convivir con el mar. Nosotros los Gunas llamamos a la tierra nuestra madre. Es aquella que nos amamanta. Entonces nosotros convivimos con ella y por eso la amamos. Magdalena Martínez de Alen, residente de Gardi Sugdub (VIORY, 2024)

9 CONSIDERACIONES FINALES

El proceso de reasentamiento, o *la mudanza* como lo nombra la propia comunidad, se configura, ante todo, como una lucha por derechos fundamentales: al territorio, al consentimiento informado, a la vivienda adecuada y a la autodeterminación. A lo largo de este artículo mostramos que, si bien los impactos climáticos recientes han acelerado la urgencia del traslado, la situación de Ukupa no puede comprenderse únicamente como una respuesta al cambio climático. Es, más bien, la manifestación contemporánea de desigualdades históricas asociadas al abandono estatal, las limitadas políticas públicas y la continuidad de modelos de desarrollo ajenos al contexto cultural Gunadule.

La experiencia de Ukupa evidencia que las soluciones estatales han sido, hasta el momento, inadecuadas. Es crucial primero que los agentes gubernamentales, particularmente MIVIOT, reconozcan los esfuerzos repetidos del pueblo de Ukupa para establecer una colaboración justa y sensible a sus necesidades. A pesar del llamado de la comunidad para que se realice el levantamiento topográfico esencial para construcción de vivienda y asignación de tierras, este aún no se ha dado.

Si bien las comunicaciones públicas del MIVIOT afirman una lógica de colaboración, estas no encuentran una correspondencia directa en las narrativas locales de las familias afectadas. Ello apunta a la pluralidad

interna de los procesos de representación, en la medida en que, aunque algunos representantes indígenas o personas mediadoras participen en instancias de planificación estatal, persisten brechas en la percepción de una representatividad plenamente satisfecha entre los residentes. La autoridad tradicional de Ukupa solicita al gobierno materiales de construcción, apoyo técnico y mano de obra para la mudanza. Al mismo tiempo, el diseño espacial de la nueva comunidad debe responder a la ontología Gunadule: la Casa del Congreso como nodo central, con instituciones como iglesia, escuela y campos de cultivo en la periferia, recuperando así prácticas ancestrales de la organización territorial Guna.

El caso de Ukupa también ofrece contribuciones claras para los estudios sobre movilidades climáticas y ambientales. Contrario a los discursos deterministas que presentan estos movimientos como inevitables o pasivos, aquí observamos agencia comunitaria, memoria territorial y decisiones colectivas situadas. La reubicación no se entiende como ruptura, sino como reconfiguración del territorio y continuidad cultural hacia un futuro más sostenible. La noción de habitabilidad que emerge es relacional: no se restringe al suelo físico, sino a los vínculos entre familias, espacios rituales, estructuras sociales y los seres que habitan el entorno.

En este sentido, Ukupa desafía los modelos que entienden la reubicación como una mera solución técnica; en cambio, muestra que se trata de una práctica política, ecológica y espiritual. Por ello es necesario ampliar la concepción sobre procesos de reubicación autodirigidos y liderados localmente, y que estos procesos deben combinarse con financiamiento y apoyo externo (por ejemplo, del Estado).

Por lo tanto, los marcos de reubicación deben centrar a las comunidades afectadas como agentes primarios capaces de desarrollar y dirigir su propia reubicación, relegando a los actores externos al rol de facilitadores financieros, de recursos etc. Esto aplica especialmente a comunidades indígenas donde las epistemologías, la continuidad histórica y toma de decisiones locales han sido históricamente negadas y marginalizadas.

Asimismo, la experiencia de Ukupa subraya las limitaciones estructurales que enfrentan las comunidades indígenas al intentar implementar una reubicación consensuada. A pesar de que múltiples condiciones están a favor de una reubicación oportuna incluyendo el territorio disponible, la conexión ancestral con el nuevo territorio y el consentimiento comunitario colectivo a la mudanza, el proceso se encuentra parcialmente estancado por fragilidades institucionales, financiamiento inestable y una gobernanza fragmentada. En el caso de Ukupa, la comunicación y coordinación fragmentada de parte del proyecto de reubicación gubernamental en desarrollo y sus estructuras burocráticas han creado alienación entre las personas afectadas, interlocutores y altos funcionarios.

Tal como se observa en otros casos de movilidad climática en Abya Yala, la responsabilidad de adaptarse no debería recaer en las poblaciones más afectadas, sino en políticas públicas robustas que garanticen apoyo oportuno y sostenido. Ello exige superar las intervenciones *ad hoc* y avanzar hacia marcos integrales que articulen infraestructura, autonomía territorial y continuidad cultural en consonancia con los Principios de la Península y los lineamientos de la Plataforma sobre Desplazamiento por Desastres, así como con los estándares interamericanos que reconocen la movilidad climática como asunto de derechos humanos como hemos señalado en este artículo.

Estos procesos y las tensiones que generan entre resistencia comunitaria y la responsabilidad del Estado así como de la comunidad internacional evidencian que no puede recaer la tarea de adaptación al cambio climático sobre las poblaciones más vulnerables. Asimismo, los reasentamientos de pueblos indígenas confrontan distintos modelos de desarrollo, ponen a prueba la justicia climática y sus avances en temas de movilidad humana y se desafía también la manera en que se reconoce y valora la epistemología y ontología indígena en la toma de decisiones.

Finalmente, los aprendizajes del caso señalan que una política pública justa debe integrar al menos tres dimensiones: justicia climática, garantizando que quienes menos han contribuido al calentamiento global accedan a condiciones dignas de adaptación; justicia epistémica, reconociendo y valorando los conocimientos y ontologías Gunadule como guía para habitar entre tierra y mar; y justicia de movilidades, que incluye el derecho a permanecer y a reubicarse según tiempos, términos y decisiones comunitarias. La fuerza del pueblo Gunadule reside precisamente en esas formas de ser y saber, que han sido históricamente marginalizadas, pero que constituyen hoy una referencia imprescindible para imaginar respuestas éticas y culturalmente pertinentes ante la crisis climática.

El caso de Ukupa muestra que proteger la vida en tiempos de transformación ecológica implica también proteger mundos en plural: sus memorias, sus relaciones y sus futuros. La reubicación, cuando es autodeterminada y acompañada adecuadamente, no es solo una estrategia de adaptación; es una reafirmación de soberanía cultural en un tiempo en que la resiliencia indígena es central para repensar la habitabilidad y la justicia en un planeta en movimiento y cambios.

NOTAS

¹ El presente artículo fue concluido en agosto de 2025 y analiza la situación territorial según los datos recolectados hasta esa fecha. Con posterioridad al cierre de la investigación, se han producido cambios significativos en la región, particularmente en relación con la adopción de nuevos modelos de vivienda gubernamentales ante la precariedad habitacional. Por rigor metodológico, estas transformaciones recientes no han sido integradas en el análisis.

² Abya Yala o Abiayala es la palabra en Dulegaya (idioma Guna) para referirse al continente americano y América Latina. Es formada usando Abe (sangre) y Yala (territorio), donde Abiayala puede entenderse como “tierra preferida”, “tierra salvada” o “tierra madura”. Según el Babigala, Abiayala denomina la última etapa regenerativa por la cual pasó la madre tierra (WAGUA, 2011: 315; MARTÍNEZ, 2012: 16).

³ En el marco del proyecto “Reduciendo la Brecha de la Pobreza: Mejora en la Calidad de los Servicios a través de la Adecuación Cultural y la Estrategia Territorial” (PN-T1147)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACK, R. *et al.* The effect of environmental change on human migration. **Global Environmental Change**, v. 21, n. S1, p. S3-S11, 2011.
- BOAS, I. *et al.* Climate mobilities: migration, im/mobilities and mobility regimes in a changing climate. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 48, n. 14, p. 3365–3379, 2022.
- BOWER, E. *et al.* Priorities for consent-based and well-supported climate relocations. **Nature Communications**, v. 16, n. 5412, 27 June 2025.
- BOWER, E. **Panama**: floods show need for planned relocation policy. Human Rights Watch, 17 ene. 2025. Disponível em: [hrw.org](https://www.hrw.org).
- BRAND, U.; WISSEN, M. **Modo de vida imperial**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.
- BUNCHUAY-PETH, S. “**The rise of publications on environmental migration and (im) mobilities**”. CliMoHub, 2025. Disponível em: climohub.org.
- CÁCERES CARRERA, L. *et al.* Correction: Detection through the use of RT-MqPCR of asymptomatic reservoirs of malaria in samples of patients from the indigenous Comarca of Guna Yala, Panama: Essential method to achieve the elimination of malaria. **PLOS ONE**, v. 20, n. 8, e0329753, 2024.
- CÁRDENAS CASTILLERO, G. *et al.* **The dynamics of climate change science and policy in Panama**: A Review. Research Square, 2023. Pré-publicação.

COMARCA GUNA YALA. **Comarca Guna Yala**. [S. l.], [202-?]. Disponível em: <https://www.gunayala.org.pa/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

COPERNICUS. **Copernicus**: 2024 is the first year to exceed 1.5°C above pre-industrial level. Climate Change Service, 10 jan. 2025. Disponível em: [copernicus.eu](https://climate.copernicus.eu).

DE LEÓN, C. **¿Adónde van los cayucos cuando envejecen?** Inawinapi, 1 ago. 2009. Disponível em: inawinapi.com. Acesso em: 15 ago. 2025.

DISPLACEMENT SOLUTIONS. **Panama**: the peninsula principles in action. UNFCCC, jul. 2024. Disponível em: unfccc.int.

ESCOBAR, A. **Designs for the pluriverse**: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y DE LA MEDIA LUNA ROJA (FICR). **Panama**: Floods - DREF Final Report (MDRPA020). ReliefWeb, 2024. Disponível em: reliefweb.int.

FELIPE PÉREZ, B.; TOMASELLI, A. Indigenous Peoples and climate-induced relocation in Latin America and the Caribbean: Managed retreat as a tool or a threat? **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 11, n. 3, p. 352–364, 2021.

FORESIGHT REPORT. **Migración y cambio climático global**: retos y oportunidades futuras. Gobierno del Reino Unido, 2011. Disponível em: www.gov.uk.

FORERO, J. *et al.* **(In)Movilidad humana en el contexto del cambio climático**: Evidencia desde América Latina y el Caribe y Recomendaciones para la Región Andina. Migración, Medio Ambiente y Cambio Climático: Serie de Notas de Políticas, v. 1, ed. 6. [S. l.]: Organización Internacional para las Migraciones, 2025.

GINI, G. *et al.* Navigating tensions in climate change-related planned relocation. **Ambio**, v. 53, n. 9, p. 1262–1266, 2024.

GINI, G. **Movilidad humana y crisis climática**: diálogos entre la Opinión Consultiva OC-32/25 de la Corte IDH y la Resolución 2/24 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. RESAMA, 23 ago. 2025. Disponível em: resama.org.

GREATER CARIBBEAN CLIMATE MOBILITY INITIATIVE. **Data Explorer**. 2023. Disponível em: climatemobility.org.

GREINER, C.; PETH, S. A.; SAKDAPOLRAK, P. Deciphering migration in the age of climate change: Towards an understanding of translocal relations in social-

ecological systems. In: GESING, F.; HERBECK, J.; KLEPP, S. (ed.). **Denaturalizing climate change: migration, mobilities and space**. Bremen: Universität Bremen, 2014. p. 23–32.

HERNÁNDEZ THOMPSON, A. D. **Ukupa en Emergencia**: La Comunidad Kuna en tierra firme que el Agua está borrando del mapa. LinkedIn, 7 feb. 2025.

HERNÁNDEZ THOMPSON, A. D. En Ríos de Agua Viva. [Entrevista cedida a] J. F. Sarsaneda Del Cid. **Radio Hogar**, Panamá, 7 ago. 2025. Programa de rádio.

HOFFMANN, R.; ŠEDOVIČ, B.; VINKE, K. Improving the evidence base: A methodological review of the quantitative climate migration literature. **Global Environmental Change**, v. 71, 102367, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **El mar se está comiendo la tierra debajo de nuestras casas**: ante el hacinamiento y el cambio climático en Panamá. 31 jul. 2023. Disponível em: hrw.org.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Obligations of States in respect of climate change (Request for Advisory Opinion)**. Haia: ICJ, 2025. Disponível em: icj-cij.org.

JOHNSON, K. **Fórum Movimentos Pela Regeneração** – Sociobioeconomia e Povos Indígenas. SescBrasil, 9 ago. 2025. 1 vídeo (6942 s). Disponível em: youtube.com.

MARCHITTO, B. *et al.* **Climate risks for Latin America and the Caribbean**: are banks ready for the green transition? European Investment Bank, 2023. Disponível em: eib.org.

MARTÍNES MAURI, M. La autonomía indígena en tiempos de pandemia. Panamá, la comarca de Gunayala y la COVID-19. **Revista catalana de dret ambiental**, v. 11, n. 2, 2020.

MARTÍNEZ, A. **El legado de los abuelos**. Equipo EBI Guna, 2012. Disponível em: gunayala.org.pa.

MARTÍNEZ, A. La identidad guna/Dulemar burba. **Karakol: drü, duré, guebe, kokom, korogo, morbeb, shklirgwa**, v. 1, n. 1, p. 37-47, 2021. Universidad Especializada de las Américas, Panamá.

MECANISMO DE GOBERNANZA TERRITORIAL. **Territorio piloto**: Comarca Guna Yala. [S. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: mecanismodegobernanzaterritorial.org. Acesso em: 13 ago. 2025.

- MINISTERIO DE AMBIENTE. **Cuarta comunicación nacional sobre cambio climático en Panamá**. Panamá: Ministerio de Ambiente, 2023. Disponível em: miambiente.gob.pa.
- MIVIOT NOTICIAS. **Continúa proyecto de nuevo desarrollo habitacional en Ukupa de Guna Yala**. Ministerio de Vivienda y Ordenamiento Territorial (MIVIOT), 11 ago. 2025. Disponível em: miviot.gob.pa. Acesso em: 15 ago. 2025.
- MYERS, N. Environmental Refugees. **Population and Environment**, v. 19, n. 2, p. 167–182, 1997.
- NASA. **Sea level projection tool**. NASA, 2023. Disponível em: nasa.gov.
- ORÁN, R.; WAGUA, A. **Gayamar sabga**: Diccionario escolar gunagaya-español. Equipo EBI Guna, [s. d.]. Disponível em: gunayala.org.pa.
- PAREDES GRIJALVA, D.; DINIEGA, R. Thinking of Environmental Migration through Translocality & Mobilities. In: SCHIOCCHET, L.; NÖLLE-KARIMI, C. (ed.). **Forced Migration Studies: Current Interventions**. 13. ed. [S. l.]: ROR-n Plattform, 2022. v. 1, p. 177-187.
- PIGGOTT-MCKELLAR, A. E.; MCMICHAEL, C. The immobility-relocation continuum: Diverse responses to coastal change in a small island state. **Environmental Science and Policy**, v. 125, p. 105–115, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.
- RANASINGHE, R. *et al.* Climate Change Information for Regional Impact and for Risk Assessment. In: INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2021: the physical science basis. contribution of working group I to the sixth assessment report of the intergovernmental panel on climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 1767–1926.
- SISTEMA NACIONAL DE PROTECCIÓN CIVIL. **Aviso de vigilancia Lluvias y tormentas significativas sobre el territorio panameño**. Sinaproc, 19 dic. 2024. Disponível em: sinaproc.gob.pa.
- SULIMAN, S. *et al.* Indigenous (im) mobilities in the anthropocene. **Mobilities**, v. 14, n. 3, p. 305-321, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17450101.2019.1607590>.
- VELARDE CHIARI, A. J. **Construyamos un puente** (Antología; 31 poetas panameños nacidos entre 1957 y 1983). Panamá: Universidad Tecnológica de Panamá, 2003.

VIORY. **We have always lived with nature:** Families evacuate Gardi Sugdub as Panama island grapples with rising sea levels. Direção: A. Mariota. [S. l.]: Viory, 6 jun. 2024. 1 vídeo. Disponível em: https://www.viory.video/en/videos/a3005_06062024/we-have-always-lived-with-nature-families-evacuate-gardi-sugdub-as-panama-island-grapples-with-rising-sea-levels. Publicado pelo canal Viory.

WAGUA, A. **Así lo vi y así me lo contaron:** Datos de la Revolución Guna de 1925, versión del Sagladummad Inakeliginya y de gunas que vivieron la revolución de 1925. 2. ed. Panamá: Proyecto de Educación Bilingüe Intercultural en los Territorios Gunas de Panamá, Fondo Mixto Hispano-Panameño de Cooperación, 2007. Disponível em: <https://www.gunayala.org.pa/Asi%20lo%20Vi,%20Asi%20me%20lo%20Contaron.pdf>.

WAGUA, A. **Relatos de mi gran historia/An Igar dummad e ubigan.** Kuna Yala, Panamá: Proyecto de Implementación de Educación Bilingüe Intercultural, 2008. Disponível em: <https://www.gunayala.org.pa/Relatos%20de%20mi%20%20gran%20historia.008.pdf>.

WAGUA, A. **En defensa a la vida y su armonía:** elementos de la espiritualidad guna. Textos del babigala. Panamá: Proyecto EBI Guna / Fondo Mixto Hispano Panameño, 2011.

YAMAMOTO, L. *et al.* **La movilidad humana derivada de desastres y el cambio climático en Centroamérica.** San José: Organización Internacional para las Migraciones, 2021. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/la-movilidad-humana-derivada-de-desastres-y-el-cambio-climatico-en-centroamerica>.

RESUMEN

Este artículo se distancia de proyecciones cuantitativas sobre “cuántos migrantes” habrá en “cuántos años” y se enfoca en cómo se migra, resiste y cómo se busca habitar con dignidad a través de las movilidades e inmovilidades (BOAS et al 2022). Desde esta perspectiva y con un enfoque decolonial – entendiendo con Quijano (2000) la persistencia de jerarquías epistémicas y de poder inscritas en la colonialidad, y siguiendo a Escobar (2018) en la necesidad de reconocer ontologías relacionales y pluriversos territoriales, centramos la epistemología y la ontología Gunadule – las formas de saber y ser de este pueblo – como marcos analíticos legítimos para explorar la relacionalidad entre seres humanos, territorio y transformaciones socioambientales en tiempos de crisis climática. Con este lente, narramos el proceso de reasentamiento en curso de la comunidad de Ukupa, en Gunayala en la costa norte de Panamá, desencadenado por inundaciones severas en diciembre de 2024. Nos preguntamos: ¿Qué papel desempeñan los saberes y ontologías Gunadule en la toma de decisiones sobre migrar, permanecer o reubicarse?, ¿qué implica este proceso en términos de continuidad cultural y territorial? Combinamos una revisión de literatura con entrevistas y la documentación de voces de la comunidad Gunadule. Esta aproximación busca respetar la ontología y epistemología Guna, situando sus saberes y prácticas en el centro del análisis, y asegurando que las interpretaciones reflejen las experiencias y prioridades de la comunidad frente al reasentamiento y los desafíos climáticos.

Palabras-clave: Cambio climático; Movilidades e inmovilidades; Territorio Gunayala; Epistemología y ontología Gunadule

ABSTRACT

This article moves away from quantitative projections regarding “how many migrants” there will be in “how many years” and instead focuses on the processes of migration and resistance, and the pursuit of dignified habitation amidst mobilities and immobilities (Boas et al., 2022). Adopting this perspective and a decolonial approach—drawing on Quijano (2000) to understand the persistence of epistemic and power hierarchies embedded in coloniality, and following Escobar (2018) regarding the need to recognize relational ontologies and territorial pluriverses—we center Gunadule epistemology and ontology (the ways of knowing and being of this people) as legitimate analytical frameworks. These frameworks allow us to explore the relationality between human beings, territory, and socio-environmental transformations in times of climate crisis. Through this lens, we recount the ongoing resettlement process of the Ukupa community in Gunayala, on Panama’s northern coast, which was triggered by severe flooding in December 2024. We ask: What role do Gunadule knowledges and ontologies play in decision-making regarding migration, remaining, or relocation? What does this process entail in terms of cultural and territorial continuity? We combine a literature review with interviews and the documentation of voices from the Gunadule community. This approach seeks to respect Guna ontology and epistemology by placing their knowledges and practices at the center of the analysis and ensuring that interpretations reflect the community’s experiences and priorities regarding resettlement and climate challenges.

Keywords: Climate change; Mobilities and immobilities; Gunayala territory; Gunadule epistemology and ontology.

O Deslocamento e reassentamento induzidos pelo desenvolvimento no contexto do neoextrativismo latino-americano

Development-induced resettlement and displacement in the context of neo-extractivism in Latin America

*Anna Ferri Davis**

1 INTRODUÇÃO

O termo “refugiado ambiental” e seu uso aparecem como ambíguos em diversos âmbitos. Esse termo foi cunhado primeiramente por Lester Brown nos anos 1970 (BLACK, 2001), e firmado em 1985 por Essam El-Hinnawi, no âmbito dos organismos internacionais no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (EL-HINNAWI, 1985).

No entanto, não há um consenso acerca de como esse conceito deve ser usado ou mesmo se devemos usá-lo. Atualmente, a definição aceita de “refugiado” em organismos internacionais se relaciona à fuga de algum tipo de perseguição (ACNUR, 2023). De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, estes são:

peças que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido a grave e generalizada violação de direitos humanos (ACNUR,2023).

* Formada em Relações Internacionais e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP). Colaboradora voluntária da Missão Paz.

Essa definição é baseada na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (ACNUR, 2023), que foi criada em resposta ao contexto específico do pós-Segunda Guerra (BAETA NEVES & OLIVEIRA, 2020). Atualmente, a concessão do refúgio é algo realizado pelos Estados tendo como base essa definição: portanto, a própria palavra é política e o modo como ela é usada também. A terminologia utilizada comumente reflete as relações entre nações.

Dessa forma, o termo “refugiado” tem originalmente uma definição restrita. O surgimento da migração em razão de fatores ambientais e o consequente aparecimento do termo “refugiado ambiental” levantaram um novo debate sobre o refúgio.

De acordo com Avallone (2024), uma das razões por trás da controvérsia sobre o refúgio de forma geral é a falta de profundidade analítica nas definições empregadas pelos grandes organismos internacionais, além da distinção cada vez menor entre migrações forçadas e migrações econômicas.

Ao discorrer sobre esse assunto, Wood (2001) cunhou o termo “ecomigrantes” no lugar de “refugiados ambientais” fundamentalmente por causa da definição restrita de refúgio. O autor também pontua que a escolha do prefixo “eco” tem a vantagem de se referir ao ecológico, mas também ao econômico, pois a migração “ambiental” nunca é somente ambiental, sempre existem fatores econômicos relacionados (WOOD, 2001). Ao mesmo tempo, há autores que salientam a importância do termo “refúgio”, como Agustoni e Maretti (2019). Para estes autores, a palavra “migração” indica que há algo de voluntário no movimento, quando pessoas que estão se deslocando em função de fatores ambientais quase sempre fazem isso porque não há outra opção.

Além disso, atualmente o “refúgio ambiental” é comumente reduzido apenas ao “refúgio climático”. Isso restringe o escopo da compreensão desse deslocamento, facilitando interpretações simplistas da crise ecológica, do próprio deslocamento e da relação entre os dois. Em última análise, é uma forma de despolitizar tanto a destruição ambiental quanto o deslocamento.

Existem muitas formas de devastação ecológica que causam a migração humana, a exemplo do caso deste artigo: deslocados induzidos por grandes projetos de desenvolvimento – como minas extrativistas ou processos de agropecuária – fato também conhecido como o Deslocamento e Reassentamento Induzidos pelo Desenvolvimento (DRID).

Esses deslocamentos ocorrem dentro de países do Sul Global e deles também se originam, em função dos efeitos mais imediatos da destruição ambiental, colocando em questão os ideais do desenvolvimento, e como esses movimentos se encaixam, ou não, no conceito de “refúgio”.

Parte-se do princípio de que o recurso ao termo “refúgio” é importante sobretudo para apontar o caráter involuntário do movimento, e, deste modo, contribuir para que se produzam estudos que olhem esses movimentos migratórios de forma profunda, analítica e crítica. Entendo que esta abordagem facilita a formulação de políticas direcionadas à mitigação desses processos e das suas consequências. Alguns autores afirmam que

É de suma importância conferir a estes deslocados o status de refugiados, pois, além de se reconhecer a existência de violação de direitos humanos – que efetivamente ocorre, mas constantemente é negada – passa-se a implementar mecanismos que visem a restituição de direitos humanos, a fim de que tais afetados possam prosseguir com suas vidas apesar das violações. (BAETA NEVES; OLIVEIRA, 2020, p.25)

Isso já é difícil para os “refugiados climáticos”, mas é ainda mais para os deslocados induzidos pelo desenvolvimento, em que estão diretamente presentes interesses de elites e grandes empresas.

2 DESENVOLVIMENTO E DESTRUIÇÃO ECOLÓGICA

Dentro do sistema internacional, há uma cisão fundamental entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, e existe uma ideia de que o desenvolvimento é o patamar ideal a se alcançar (ACOSTA,2016).

Como afirma Arturo Escobar (1995), o desenvolvimento se tornou postulado no imaginário social internacional, ou seja, não há dúvidas de que o desenvolvimento seja o objetivo geral de todos os países. No entanto, a maioria das nações centrais atingiram seus níveis de desenvolvimento em função da exploração de outros territórios, levando ao subdesenvolvimento dos países do Sul Global, sobre os quais ainda pesa, portanto, o legado do passado colonial (FURTADO, 1961).

A ideia de “desenvolvimento” surge do darwinismo social, que pensa as sociedades em uma linha evolutiva, e além de ser fruto da exploração do Sul Global, surge a partir da cisão entre o ocidente e o resto do mundo.

As Western experts and politicians started to see certain conditions in Asia, Africa, and Latin America as a problem—mostly what was perceived as poverty and backwardness—a new domain of thought and experience, namely, development, came into being, resulting in a new strategy for dealing with the alleged problems. (ESCOBAR, 1995, p.6)

Dessa forma, é uma noção que surge com a colonização. Como afirma Khalili (2025), para os governos coloniais, “‘development’ meant extracting the colonies’ agricultural and mineral resources” (p. 155). Assim, muitas vezes as metrópoles investiam em infraestrutura das colônias através da criação de ferrovias, por exemplo, mas o intuito se relacionava sempre à exportação dos recursos, e existia a noção de que essas obras deveriam beneficiar apenas a metrópole que investiu nelas.

A exemplo disso, Churchill falava que a precondição para esses investimentos era que quaisquer materiais necessários para as obras deveriam vir da Inglaterra (KHALILI, 2025). Dessa forma, esse “desenvolvimento” se relacionava também à criação de mercados para os produtos europeus. O discurso desenvolvimentista atual é, portanto, uma modernização do colonialismo. Assim como o colonialismo, ele é um aparato de produção de conhecimento e exercício de poder para com os países anteriormente colonizados (ESCOBAR, 1995).

Como aponta Furtado, “desenvolvimento”, na sua definição atual, não tem nenhuma relação com a ‘idade’ de uma sociedade, e se relaciona inteiramente com a acumulação de capital de um país (FURTADO, 1974). Além de não levar em conta fatores históricos de exploração e desigualdade, o conceito de “desenvolvimento” se baseia fundamentalmente em questões econômicas.

Com isso, “pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências no plano cultural, de um crescimento exponencial do stock de capital” (FURTADO, 1974, p.14). Ao analisar os programas de “desenvolvimento”, Escobar (1995) afirma que, com o tempo, as condições de vida nas cidades e nos países em que foram instituídos projetos deste tipo foram se deteriorando.

Uma das principais formas com que esses programas afetam as condições de vida das populações é através da destruição ambiental. Relacionando a universalidade do discurso desenvolvimentista com o seu caráter intrinsecamente econômico, Furtado (1974) afirma que “A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização, a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (p. 17). Isso ocorre de muitas formas, sendo os atuais projetos de “desenvolvimento” neoextrativista da América Latina uma forma bastante clara disso.

3 NEOEXTRATIVISMO

Um dos fatores centrais do “subdesenvolvimento” relacionado à criação de relações desiguais entre o centro e a periferia é a estrutura econômica baseada na exportação de produtos primários dos países do Sul Global.

Dentro deste padrão, o extrativismo se apresenta como central, pois define o modo como muitos desses recursos são explorados. Acosta e Brand definem o extrativismo da seguinte forma:

O extrativismo se refere a atividades que removem, na maioria das vezes, de forma intensiva, grandes volumes de recursos naturais, e a cultivos agroindustriais que se utilizam de muitos insumos, com o objetivo de exportar segundo a demanda dos países centrais, sem processamento— ou com processamento limitado— dos produtos. (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 36)

De acordo com Svampa (2019), o extrativismo é característica intrínseca ao capitalismo como economia-mundo, e “producto histórico-geopolítico de la diferenciación-jerarquización originaria entre territorios coloniales y metrópolis imperiales; los unos pensados como meros espacios de saqueo y expolio para el aprovisionamiento de los otros” (SVAMPA, 2019, p. 15)

O neoextrativismo, ou novo extrativismo, refere-se especificamente às atividades de extração no modelo atual do capitalismo financeiro, sobretudo na realidade latino-americana (ACOSTA & BRAND, 2018). Outra importante questão que diferencia os dois termos é que o neoextrativismo presente nas nações do Sul Global segue uma dinâmica que busca redirecionar uma parcela maior do retorno econômico das atividades para a população, processo que se intensificou na América Latina durante a chamada “onda rosa” marcada pela ascensão de governos “progressistas” (MANRIQUE, 2015).

As atividades extrativistas – e a destruição ambiental que acarretam – continuaram a ser realizadas, mas em alguns casos, foram sustentadas por um discurso de nacionalização dos recursos para atingir o “desenvolvimento”. Além disso, uma das características do neoextrativismo é o gigantismo de seus projetos, que têm causado cada vez mais deslocamentos.

O neoextrativismo foi possível no contexto da “onda rosa” tendo em vista o aumento do preço das commodities no mercado internacional no início do século XXI. Com isso:

todos los gobiernos latinoamericanos, más allá del signo ideológico, habilitaron el retorno en fuerza de una visión productivista del desarrollo lo que, junto con la ilusión desarrollista, conllevó la negación y escamoteo de las discusiones de fondo acerca de los impactos sociales, ambientales, territoriales, políticos, del neoextractivismo, así como la desvalorización de las movilizaciones y protestas socioambientales emergentes. (SVAMPA, 2019, p. 24-25).

Assim, a maioria dos governos progressistas tiveram posturas extremamente contraditórias. Falavam mais em temas como direitos indígenas e reforma agrária, mas investiam massivamente na exportação de commodities, o que não apenas remetia ao modelo colonial e colocava esses países à mercê das economias centrais, mas destruía a natureza, afetando grandemente a vida de muitas populações, sobretudo indígenas, muitas das quais foram obrigadas a se deslocar.

4 CAUSAS DO DRID E CASOS NA AMÉRICA LATINA

A principal causa do deslocamento no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento é o sofrimento ambiental, que:

[...] engloba o desastre, pois todo desastre ocasiona sofrimento ambiental, mas nem todo sofrimento ambiental tem por causa um desastre: o sofrimento pode se dar por conta de um fenômeno lento, como a gradual contaminação por poluentes, ao passo que o desastre sempre designa um processo rápido, limitado no tempo e claramente discernível enquanto tal (SOUZA, 2019, p.145).

As múltiplas modalidades deste sofrimento estão na raiz do deslocamento. Auyero e Swistun (2007) trabalham o sofrimento ambiental a partir de ações da Shell em Villa Inflamable na Argentina.

Em seus contatos com os habitantes da região, os autores notaram que muitos dos residentes que ali ficaram aguardam análises dos efeitos da contaminação decorrente das ações da Shell para planos de realocização. Este caso demonstra a falta de estudos sobre as causas do deslocamento induzido pelo desenvolvimento, mas também explicita que, em muitos casos, a realocização acaba se tornando uma espécie de luz no fim do túnel.

A pesquisa também apresenta as relações complexas entre os atores (habitantes, Shell, e o governo). A Shell fundou algumas práticas do que descreveu como “bem-estar” para a população, como um programa de nutrição para mulheres pobres na região (AUYERO & SWISTUN, 2007).

Políticas como essa influenciam muito no modo como a população enxerga a situação em que vive, dividindo os habitantes da região em relação ao projeto (AUYERO & SWISTUN, 2007). Inclusive, muitos negam que haja contaminação ou culpam apenas o governo, sendo que essas situações de sofrimento ambiental, provindo de projetos de “desenvolvimento”, envolvem uma vasta gama de atores que se relacionam de formas complexas.

Outro exemplo emblemático é o da Pascua Lama, uma mina binacional de ouro, situada entre Chile e Argentina. A mina contaminou as reservas glaciais, levando a conflitos e deslocamentos forçados, sobretudo de populações indígenas Diaguitas. Atualmente, a mina se encontra desativada devido à forte resistência por parte de coalizões entre os moradores da região e grupos nacionais e internacionais que combatem projetos como este.

No documentário *El tesoro de América: El oro de Pascua Lama*¹, que trata justamente da mina binacional Pascua Lama, aparece uma entrevista de Peter Munk, fundador da Barrick Gold, empresa canadense que criou o projeto. Durante essa entrevista, ele fala que reconhece os danos da mina para a população local, mas afirma que os ganhos são maiores que as perdas.

Como tantos outros que enriquecem com esses projetos, ele fala das vidas de seres humanos como se fossem dados vazios. Além disso, como já foi dito, na imensa maioria dos casos, os únicos beneficiados são essas grandes empresas e as elites envolvidas. Assim, para essas elites e grandes empresários, o deslocamento é apenas um efeito inevitável para o “desenvolvimento”.

Na maioria dos casos, os deslocados induzidos pelo desenvolvimento são populações indígenas. Isso acontece por algumas razões, entre elas, a marginalização histórica dessas comunidades, refletida na alienação dos seus direitos sociais e sobre a terra. Além disso, por serem populações que, em geral, ocupam áreas rurais longe da mancha de urbanização já estabelecida, elas se encontram em áreas visadas para projetos de “desenvolvimento”.

É também importante citar que é comum que pessoas e comunidades indígenas sintam uma conexão especialmente forte com a terra, fazendo do deslocamento um processo especialmente doloroso, sendo normalmente uma última opção, quando a vivência em determinado território se torna verdadeiramente impossível.

Um caso mais recente e que ainda está em curso é o Arco Mineiro do Orinoco (AMO), na Venezuela, uma região de 112 mil quilômetros quadrados onde uma vasta gama de empresas venezuelanas e internacionais estão presentes, praticando atividades extrativas, causando muita devastação (TERAN-MANTOVANI, 2018) e, conseqüentemente, provocando deslocamentos forçados, sobretudo de populações indígenas, principalmente Warao.

O caso do AMO é bastante emblemático e representativo dos significados da expansão do neoextrativismo na Venezuela. A Venezuela também fez parte da “onda rosa”, elegendo Hugo Chávez em 1998, o qual investiu massivamente na exportação de petróleo, nacionalizando-o, e criando diversas políticas sociais ao mesmo tempo (DAMASCENO & COELHO, 2021).

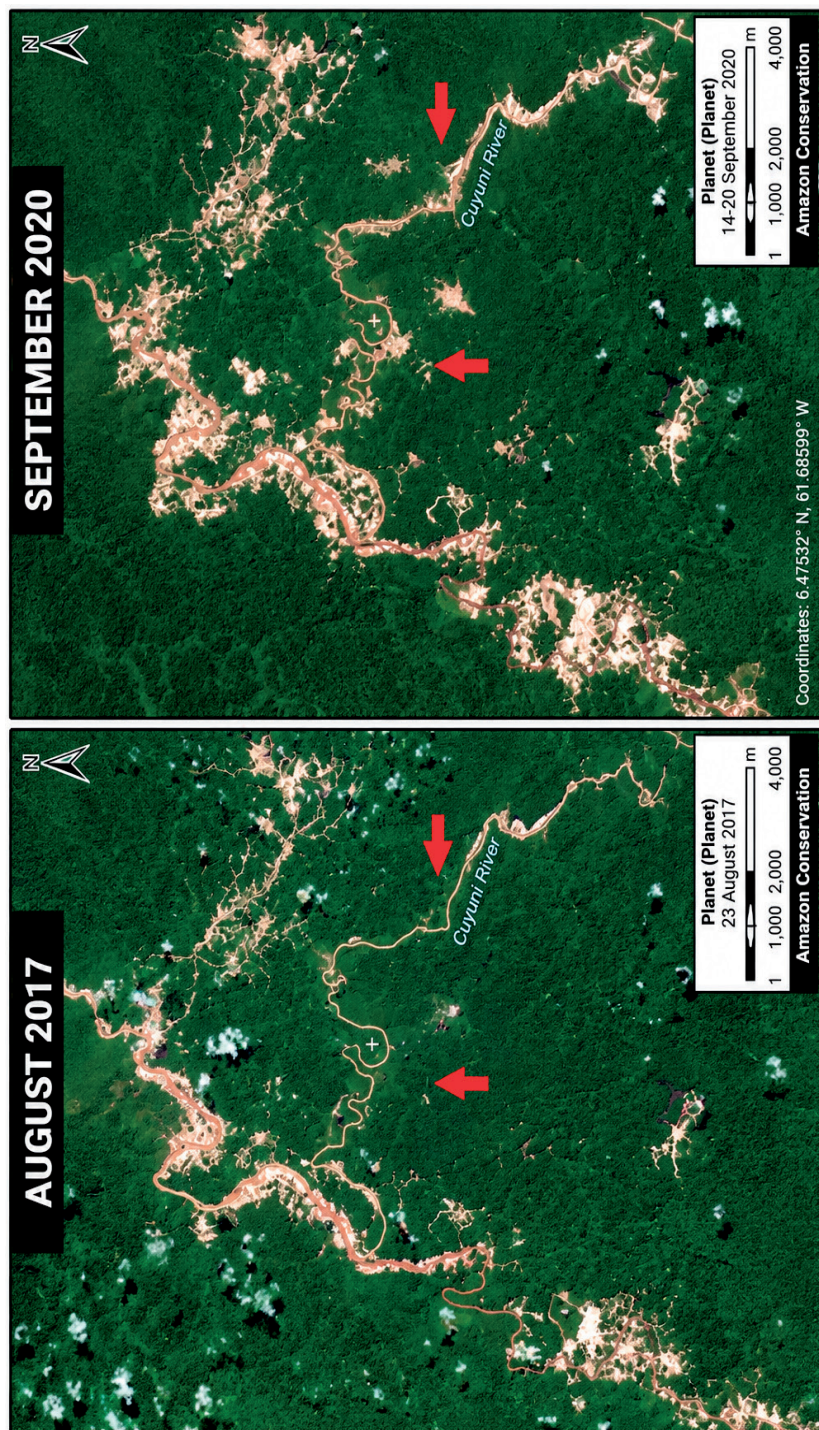
O Arco Mineiro do Orinoco é um projeto que surge em resposta à crise decorrente da queda do preço internacional do petróleo, em 2011. Foi uma tentativa de “diversificar a economia” através da continuidade do modelo de exportação de commodities e destruição da natureza, e com uma presença estrangeira maior.

Os Warao, assim como tantas outras etnias indígenas, sofreram com deslocamentos por diversas vezes ao longo da sua história. A própria mitologia oral do povo Warao conta com histórias diversas sobre expulsão e deslocamento em busca da sobrevivência, como a história da criação do mundo, “Jarayaquera”, que narra um processo migratório provocado por condições precárias de vida e escassez de alimentos (GONZÁLEZ-MUÑOZ, 2019).

É importante pontuar que, para muitas etnias indígenas, a oralidade é de extrema importância para a preservação da cultura, e como aponta González-Muñoz (2019), a dispersão de um povo através da migração forçada é uma forma de impedir essa continuidade cultural na medida em que a organização comunitária é comprometida.

Ainda sobre o caso do Arco Mineiro do Orinoco, a seguinte imagem de satélite demonstra a devastação realizada em um curtíssimo período devido às atividades mineradoras. As duas imagens são do mesmo local na região do Rio Cuyuní, que se situa dentro do AMO:

Figura 1 - Mapa de áreas impactadas pela mineração de ouro na Amazônia andina



Fonte: (MAAP, 2024).²

Nesse caso, e em muitos outros casos, como o da Pascua Lama, o grande problema é a falta de água, ou a contaminação dela, impossibilitando qualquer vivência na região afetada. Assim, surgem muitas doenças causadas pela água contaminada. Além disso, processos de desflorestação podem propiciar a proliferação de outras doenças, como aquelas transmitidas por mosquitos devido à criação de poços de água parada. É importante pontuar também que estas são regiões comumente abandonadas pelo Estado, tornando essas doenças ainda mais perigosas e fatais devido à falta de acesso a tratamentos de saúde.

O deslocamento induzido pelo desenvolvimento ocorre, entretanto, de muitas formas diferentes. Pode ser devido à contaminação da água ou à desflorestação e suas consequências, pode ocorrer de forma controlada pelo Estado antes da instauração de um projeto (reassentamento) – é o caso, por exemplo, do Projeto Aratirí, no Uruguai, de mineração em que o próprio projeto aprovado pelo governo uruguaio, em 2007, que já contava com a retirada das pessoas vivendo ali para iniciar as atividades (UAB, 2023) - e pode, também, ocorrer após um desastre, como nos casos de rompimentos de barragens.

Barragens são “enormes lixões de rejeitos de mineração, que são armazenados para evitar uma maior contaminação ambiental” (ICASURIAGA & BERNARDO, 2020, p. 170) quando elas se rompem, os efeitos são devastadores. Além das centenas de vidas perdidas, o deslocamento forçado é um efeito recorrente. O rejeito tóxico impossibilita qualquer atividade produtiva antes realizada. De acordo com Barros (2022), após o rompimento da barragem de Mariana, 85% das famílias atingidas sofreram com o deslocamento forçado, e, nesse processo, além do estresse do deslocamento sem muito auxílio, ocorreu um empobrecimento dessas massas tendo em vista que viviam em uma área rural, e dependiam de produção da terra.

No entanto, além dos efeitos da destruição ambiental, que são a principal causa do DRID, existem outros fatores que contribuem para esse fenômeno, um dos mais centrais sendo a violência que acompanha a devastação. De acordo com um relatório da CEPAL, entre 2010 e 2012, ocorreram ao menos 226 conflitos ambientais em território indígena na América Latina relacionados a projetos extrativos (CEPAL, 2015).

Tomando como exemplo, novamente, o caso do Arco Mineiro do Orinoco, em 2020, foi publicado um relatório sobre as atividades e violações de direitos humanos no AMO, pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CDH) (ONU, 2020), realizado através de dados e entrevistas com habitantes da região, e, nesse relatório, os indicadores de violência são altíssimos. Grupos armados se utilizam da violência para controlar a região,

implementando punições físicas para aqueles que não seguem as regras estipuladas por esses grupos, e, em alguns casos, essa punição chega a ser assassinato (ONU, 2020).

A violência de gênero também se mostra muito presente no AMO, com um aumento significativo da prostituição e do tráfico sexual – inclusive de adolescentes – na região, desde 2016, ano em que foi inaugurado o AMO (ONU, 2020). Para a realização do relatório, foram entrevistadas muitas pessoas indígenas de diferentes etnias presentes no território ocupado pelo Arco Mineiro do Orinoco, e, nas entrevistas realizadas, informaram à CDH que, sobretudo desde 2018, elas tinham presenciado um aumento de violência e intimidação para com as comunidades (ONU, 2020).

Há também a violência do Estado nos projetos extrativistas na América Latina, que pratica muita repressão às formas de resistência. No caso do Arco Mineiro do Orinoco, foi criada a *Compañía Anónima Militar de Industrias Mineras, Petrolíferas y de Gas* (CAMIMPEG), que se encontra subordinada ao Ministério de Defesa (VELASCO PÁEZ, 2022), refletindo a militarização cada vez mais presente e intensa no governo venezuelano, e dificultando qualquer tipo de mobilização ou protesto sobre as ocorrências dentro do AMO. Além disso, comumente há uma participação estatal na mineração ilegal, que se faz muito forte em projetos como este. O AMO, por exemplo, foi criado com o discurso de combate à mineração ilegal. No entanto, a mineradora estatal Minerven compra ouro e metais de mineração não regulada (EBUS & WROBLESKI, 2018).

Nota-se, portanto, que o deslocamento induzido pelo desenvolvimento ocorre de muitas formas, mas o seu cerne é sempre o mesmo. O prevalecimento de uma visão produtivista, que ignora o bem-estar da população, e assim como outras formas de “refúgio ambiental”, se relacionam grandemente com a injustiça ambiental, com as populações mais vulneráveis sendo as mais atingidas por esses processos. No entanto, os deslocamentos induzidos pelo desenvolvimento são vistos como fatos pontuais, não como reflexo do desenvolvimentismo e seus desdobramentos, e menos ainda como sendo uma forma de refúgio ambiental.

5 CONTRADIÇÕES LEGISLATIVAS

O deslocamento induzido pelo desenvolvimento é um processo contraditório, com o discurso do desenvolvimento e do progresso, mas a realidade sendo destruição ambiental e deslocamento forçado. Isso é especialmente forte no caso do neoextrativismo, onde os governos são progressistas, verdadeiramente investindo mais em políticas sociais. Assim, é importante pontuar que, nos casos da América Latina, comumente vemos uma legislação que não condiz com a realidade.

Esse é o caso das quebras das barragens no Brasil. Existe um extenso arcabouço jurídico para impedir acontecimentos como esses, datando desde a Constituição do Brasil, até a troca da organização responsável pela mineração no Brasil para a Agência Nacional de Mineração em 2018, (ICASURIAGA & BERNARDO, 2020). Essa mudança institucional ocorreu em grande parte como resposta ao rompimento da barragem em Mariana, em 2015 (ICASURIAGA & BERNARDO, 2020). No entanto, apesar dessas medidas, um novo desastre de grandes proporções ocorreu poucos meses depois, em Brumadinho, revelando falhas persistentes na fiscalização e na gestão do risco.

Em resposta aos impactos devastadores provocados pelas barragens, foi criado o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O movimento surgiu na década de 1980, após a Primeira Reunião Nacional dos Atingidos por Barragens, realizada em 1987, e desde então atua em diversas frentes de mobilização social e defesa de direitos (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2025). Diante dos rompimentos mais recentes, o MAB teve papel fundamental na articulação e na aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, sancionada em 14 de novembro de 2023, representando uma conquista histórica para o movimento (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2023). Essa política estabelece diretrizes para reassentamento, compensação e indenização das populações afetadas (BRASIL, 2023³). Assim, observa-se a consolidação de políticas de deslocamento induzido pelo desenvolvimento, que, embora representem uma situação complexa, e comumente violenta, são preferíveis ao deslocamento forçado e desorganizado. Apesar de o deslocamento sempre implicar perdas significativas, medidas como essa são essenciais para garantir o mínimo de dignidade e justiça social às comunidades atingidas.

O caso do Arco Mineiro do Orinoco segue a mesma dinâmica. Ele viola uma série de leis criadas justamente pelos governos de Chávez. Na região do AMO estão situadas 197 comunidades indígenas de diversas etnias, como os próprios Warao, além dos akawayo, éñepa, pumé, mapoyo, kariña, arawak, entre outros (SILVA & RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, 2019) - e nenhuma delas foi consultada antes do início do projeto, o que é anticonstitucional e contra a Ley Orgánica del Ambiente (LOA), o qual afirma que:

Los pueblos indígenas y comunidades locales tienen el derecho y el deber de participar en la formulación, aplicación, evaluación y control de los planes y programas de desarrollo nacional, regional y local, susceptibles de afectarles directamente en sus vidas, creencias, valores,

instituciones y bienestar espiritual y en el uso de las tierras y hábitats que ancestralmente ocupan y utilizan colectivamente. (VENEZUELA, 2006)⁴

Ademais, nenhuma pesquisa sobre o impacto ambiental do projeto foi realizada antes de seu início (VELASCO PÁEZ, 2022). Dentro do território do AMO, existem diversas Áreas bajo Régimen de Administración Especial (ABRAE), zonas do território que são protegidas devido à sua importância ecológica ou histórica, como parques nacionais e reservas florestais (SILVA & RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, 2019), o que é completamente ignorado pelo AMO. A região faz parte das ABRAE porque lá existe uma grande variedade de espécies animais e vegetais, e nela está o maior rio da Venezuela, o Rio Orinoco, com todos os seus afluentes (SILVA & RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, 2019).

Além disso, em 2006, foi proposto o Estado Comunal na Venezuela, como forma de garantir a participação popular no governo de forma concreta (SANTOS, 2018). Junto disso, diversas foram as mudanças em relação ao reconhecimento e respeito às populações indígenas nos governos Chávez.

Foi criado o Ministério do Poder Popular para Povos Indígenas em 2007, leis como a Lei de Idiomas Indígenas de 2008 foram instauradas, e houve medidas implementadas antes mesmo do Estado Comunal, como a Constituição promulgada em 1999, que foi a primeira a ter um capítulo dedicado ao reconhecimento dos direitos indígenas (SILVA & RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, 2019). Assim, a AMO é completamente contraditória com a legislação venezuelana criada no começo do século.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento induzido pelo desenvolvimento é um fenômeno extremamente contraditório. Os projetos de desenvolvimento são criados a partir de um discurso de progresso e melhorias de forma geral. No entanto, além de a exploração da periferia ser intrínseca ao desenvolvimento do centro, a busca por desenvolvimento também engendra relações de exploração internas no Sul Global, principalmente quando os seus recursos naturais são percebidos como a única forma de tentar atingir o desenvolvimento, causando destruição ambiental massiva, e consequentemente, deslocamentos forçados.

É justamente nesse ponto que surge a questão sobre o lugar desse tipo de deslocamento dentro do leque do “refúgio ambiental”, conceito ambíguo e polêmico, criado no âmbito acadêmico e a partir da definição de “refúgio” criada pelos organismos internacionais. No entanto, é um conceito necessário

na medida em que reconhece a involuntariedade nas migrações causadas não apenas por mudanças climáticas, mas pela destruição ambiental de forma geral.

Além da importância de reconhecer esses movimentos como causando situações de refúgio, é importante reconhecer o deslocamento induzido pelo desenvolvimento dentro dessa definição também.

Isso se mostra ainda mais difícil devido à relação mais direta entre a destruição ambiental e os movimentos migratórios, além de todos os interesses – sobretudo das elites locais e internacionais – nos grandes projetos de “desenvolvimento”. Projetos estes que se baseiam em uma noção produtivista, colocando “progresso” como objetivo final, com o progresso sendo relacionado à infinita e inalcançável acumulação de capital para os países do Sul Global, que se encontram nas posições em que estão devido às relações herdadas do colonialismo.

Com isso, até mesmo países com governos progressistas - como foi o caso da “onda rosa” na América Latina – investem na exportação de commodities, e para isso, os megaprojetos – sobretudo extrativistas – se mostram necessários, os quais causam destruição ambiental em massa, com efeitos devastadores, resultando, comumente, no deslocamento forçado.

Diante disso, reconhecer o deslocamento induzido pelo desenvolvimento como uma forma de refúgio ambiental se mostra central ao reconhecer não apenas a involuntariedade desses momentos, mas o que o desenvolvimento realmente significa hodiernamente.

NOTAS

¹ El tesoro de América: El oro de Pascua lama [documentário]. Direção: Carmen Castillo. Produção: Cristián Castillo. Chile, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MzsNxaT2tTc>. Acesso em: 05 jun. 2025.

² MAAP – Monitoring of the Andean Amazon Project. Mining and Logging Threat: *Mineração de ouro*. [imagem]. 2024.

³ BRASIL. Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

⁴ VENEZUELA. Ley Orgánica del Ambiente. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, Caracas, n. 5.833 Extraordinario, 22 dez. 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. **O Bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 1ª edição. São Paulo, Brasil: Editora Elefante & Autonomia Literária, 2016.
- ACOSTA, A. BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. 1ª edição. São Paulo, Elefante, 2018.
- AGOSTO-FERRÁNDEZ, L. F. Neoextractivism and class formation lessons from the Orinoco Mining Arc Project in Venezuela. **LATIN AMERICAN PERSPECTIVES**, V. 46, N. 1, pp. 190-211, jan. 2019.
- AGUSTONI, A. MARETTI, M. Towards a global ecology of migration: an introduction to climatic-environmental migration. **International Review of Sociology**, 29:2, pp.125-141, 2019.
- AITA, D. SILVA, M. B. O. Imperialismo, desenvolvimento econômico e degradação ambiental: uma análise da crise ecológica sob a perspectiva dicotômica centro-periferia. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v.8, n.3, pp. 457-480, set./dez. 2017.
- AUYERO, J. SWISTUN, D. Expuestos y confundidos Un relato etnográfico sobre sufrimiento ambiental. Iconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Ecuador, Num. 28, pp. 137-152, mar. 2007.
- AVALLONE, G. Uma crítica das definições de migração climática e ambiental: rumo a uma ecologia política da migração. **REMHU**, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 32, e321907, pp. 1-14, 2024.
- BAETA NEVES, A. P. de S. OLIVEIRA, G. E. G. Refugiados ambientais e o desenvolvimentismo: um estudo sobre a necessidade de um regime internacional de proteção. **Revista Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal Da Bahia**, 42(1), 2020.
- BARROS, E. Mariana: 85% das famílias atingidas pela barragem sofrem com deslocamento compulsório. **Brasil de Fato**, 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/mariana-85-das-familias-atingidas-pela-barragem-sofrem-com-deslocamento-compulsorio/>> Acesso em 06 ago. 2025.
- BASTOS, J. P. B. OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, Vitoria, pp. 1-16, 2018.
- BLACK, R. Environmental refugees: myth or reality? **New issues in refugee research UNHCR**, Brighton, UK, No. 34, 2001.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Los pueblos indígenas de América Latina** - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Santiago: CEPAL, 2015.

CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

DAMASCENO, F. S.; COELHO, W. de O. Venezuela: mais uma evidência de que o capitalismo deu errado. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 27, n. 2, e7238, jul./dez. 2021.

EBUS, B.; WROBLESKI, S. Mineração leva violência e malária à Venezuela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2018. Seção Ambiente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/01/1950328-mineracao-leva-violencia-e-malaria-a-venezuela.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2025.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. [1961].

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCÍA-GUADILLA, M. P. Neo-extractivism, neo-rentierism and social movements in Venezuela's 21st century ecosocialism: discourses, conflicts and resistance. In: DOYLE, T. MACGREGOR, S. **Environmental movements around the world**: shades of green in politics and culture. Praeger, 2013, Vol. 1 pp. 77-104.

GONZÁLEZ-MUÑOZ, J. Etnia indígena Warao: visibilidade dos preconceitos ocidentais contemporâneos diante da ancestralidade. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v.16, pp. 1-27, 2019.

HERBECK, J; KLEPP, S. The politics of environmental migration and climate justice in the Pacific region. **Journal of Human Rights and the Environment**, Vol. 7 No. 1, March 2016, pp. 54–73.

ICASURIAGA, G. M. L.; BERNARDO, A. N. Desenvolvimento e desastres: uma das faces da colonialidade. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 48, p. 165-184, set./dez. 2020.

KHALILI, L. **Extractive capitalism**: how commodities and cronyism drive the global economy. New York: Verso Books, 2025.

- MANIRIQUE, L. F. R. (Neo)Extrativismo e despojo no Sul Global: conflitos e resistências nos territórios. **Revista Nera**, (28), pp. 9–18, 2015.
- MANTOVANI, E. T. El Arco Minero es hoy, una política de ajuste. [Entrevista concedida a] Cira Pascual Marquina. **Observatorio de Economía Política da Venezuela**. 15 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://ecopoliticavenezuela.org/2018/10/15/arco-minero-hoy-una-politica-ajuste-entrevista-venezuelanalysis-emiliano-teran-mantovani/>>. Acesso em: 02 de março de 2025.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **MAB conquista política nacional de direitos para os atingidos e atingidas**. São Paulo, 15 nov. 2023. Disponível em: <<https://mab.org.br/2023/11/15/mab-conquista-politica-nacional-de-direitos-para-os-atingidos-e-atingidas/>>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Quem somos**. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- OLIVER-SMITH, A. Debating environmental migration: society, nature and population displacement in climate change. **Journal of International Development**, 24, pp. 1058–1070, 2012.
- OLIVER-SMITH, A. Displacement, resistance and the critique of development: from the grass roots to the Global. In: WET, C. **Development-induced displacement: problems, policies and people**. Berghahn Books, 2006, pp. 141-179.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Refugiados**. 2023. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/quem-ajudamos/refugiados.>>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- REVELES MARTÍNEZ, K. P. Desplazamiento, frontera y refugio: aspectos intersectoriales para comprender el proceso migratorio del pueblo Warao desde Venezuela a Brasil. In: PARRA GONZÁLEZ, A. V. **Políticas públicas en defensa de la inclusión, la diversidad, y el género III migraciones y derechos humanos**. Aquilafuente, 2021, pp. 92-103.
- SANTOS, F. L. B. dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998–2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.
- SILVA, J. M.; RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, F. La Amazonía en disputa: agencias políticas y organizaciones indígenas de la amazonía venezolana frente al Arco Minero del Orinoco. **Polis – Revista Latinoamericana**, n. 52, 2019.
- SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Bielefeld:

Bielefeld University Press / CALAS-Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019.

SOUZA, J. H. Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos Warao para o Brasil. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 17 – n. 52, pp. 71-99 – jul./dez. 2018.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TERAN-MANTOVANI, E. “El Arco Minero es hoy, una política de ajuste”. [Entrevista concedida a] Cira Pascual Marquina. OCMAL – **Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina**, 17 out. 2018. Disponível em: <https://www.ocmal.org/el-arco-minero-es-hoy-una-politica-de-ajuste-entrevista-de-venezuelanalysis-a-emiliano-teran-mantovani/>. Acesso em: 01. Ago. 2025

TERMINSKI, B. Public international law and development-induced displacement: a socio-legal analysis. **Revista Europea de Derecho de la Navegación Marítima y Aeronáutica**, vol. 30, pp. 1-19, 2013.

TERMINSKI, B. **Development-induced displacement and resettlement**: causes, consequences, and socio-legal context. Stuttgart: ibidem-Verlag, 2015.

UNITED NATIONS. **International covenant on civil and political rights, 1976**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNITED NATIONS. **Human Rights Council. Independence of the justice system and Access to justice in the Bolivarian Republic of Venezuela, including for violations of Economic and social rights, and the situation of human rights in the Arco Minero del Orinoco region**: Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Geneva: United Nations, 29 Sept. 2020.

UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA - UAB. Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals. **The Global Atlas of Environmental Justice**. [S. l.]: ICTA-UAB, 2023. Disponível em: ejatlas.org . Acesso em: 2 ago. 2023.

WOOD, W. B. Ecomigration: linkages between environmental change and migration. In: ZOLBERG, Aristide R.; BENDA, Peter M. (Eds.). **Global migrants, global refugees** - problems and solutions. New York: Berghahn Books, 2001.

VELASCO PÁEZ, F. J. Arco Minero del Orinoco: diversificación extractivista, vulneración de derechos constitucionales y resistencia. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 2, p. 138–158, abr./jun. 2022.

RESUMO

Este artigo analisa o Deslocamento e Reassentamento Induzido pelo Desenvolvimento (DRID) no contexto do neoextrativismo latino-americano, compreendido como o deslocamento forçado de populações em decorrência dos impactos, sobretudo socioambientais, de grandes projetos de “desenvolvimento”, como usinas hidrelétricas e empreendimentos agropecuários e de mineração. Parte-se da compreensão de que a noção de desenvolvimento possui raízes históricas em processos de exploração da natureza e, também, do Sul Global, profundamente marcados por relações coloniais. Nesse sentido, o DID evidencia as contradições desse modelo ao revelar como determinados projetos apresentados como promotores do desenvolvimento podem resultar na expropriação territorial. A partir de uma abordagem centrada no neoextrativismo latino-americano, o artigo problematiza os nexos entre desenvolvimento, degradação ambiental e mobilidade forçada. A reflexão destaca deslocamentos deflagrados por grandes empreendimentos, a saber: a atividade de mineração na Venezuela e o deslocamento dos Warao; o projeto binacional Pascua Lama (Chile/Argentina) e a afetação das comunidades Diaguitas; e as migrações compulsórias causadas por desastres de barragens no Brasil. Por fim, questiona-se em que medida essas populações deslocadas podem ser compreendidas como refugiados ambientais, considerando as limitações das categorias jurídicas e conceituais existentes em torno do “refúgio”.

Palavras-chave: Refúgio; Desenvolvimento; Neoextrativismo; Deslocamentos.

ABSTRACT

This article analyzes Development-Induced Displacement and Resettlement (DIDR) in the context of Latin American neo-extractivism, understood as the forced displacement of populations resulting from the impacts, particularly socio-environmental ones, of large-scale “development” projects, such as hydroelectric dams, agribusiness and mining ventures. It is grounded on the understanding that the notion of development has historical roots in processes of exploitation of both nature and the Global South, deeply shaped by colonial relations. In this sense, DID highlights the contradictions of this model by revealing how certain projects presented as promoters of development can result in territorial dispossession. Anchored in an approach centered on Latin American neo-extractivism, the article problematizes the nexus between development, environmental degradation, and forced mobility. The analysis highlights displacements triggered by large-scale development projects, namely: mining activity in Venezuela and the displacement of the Warao; the Pascua Lama binational project (Chile/Argentina) and the affectation of Diaguita communities; and the compulsory migrations caused by dam disasters in Brazil. Finally, it questions the extent to which displaced populations can be understood as environmental refugees, considering the limitations of existing legal and conceptual categories surrounding the notion of “refugee.”

Keywords: Refuge; Development; Neo-extractivism; Displacements.

Perspectiva epistémica, cultural y organizacional para el estudio del conflicto socioambiental. El caso de los migrantes menonitas en Puerto Gaitán – Colombia

Epistemic, cultural, and organizational perspectives for the study of socio-environmental conflict. The case of mennonite migrants in Puerto Gaitán, Colombia

*Diego Hernán Varón Rojas**

1 INTRODUCCIÓN

Diversos grupos migrantes pertenecientes a la religión menonita han sido acusados de “depredar” el medio ambiente y hacer “mal uso” de los recursos naturales. Entre los años 2017 y 2023, tres colonias de Tierra Blanca en Loreto – Perú, fueron acusadas de deforestar más de 4.900 hectáreas por sus actividades agrícolas (ZAPATA, 2025). También han sido responsabilizadas de agotar los recursos acuíferos al realizar perforaciones de manera ilegal, colocando en riesgo las actividades agrícolas de los ejidatarios y campesinos en el estado de Chihuahua - México (VARÓN y GIRAL, 2024; BREHAUT, 2023). En Paraguay y Bolivia, se han desarrollado grandes “emprendimientos agropecuarios”, apropiándose de bosques y ecosistemas naturales. La deforestación deja cuatro millones de hectáreas para actividades como la

* Investigador Junior – Colciencias. Doctor en Humanidades, en la línea Estudios Sociales de las Organizaciones, Universidad Eafit. Integrante de las redes CLACSO, ALER, Red de formación ética en Colombia y RED Antropourbana. Docente de la Universidades Icesi y del Valle - Cali. Miembro del grupo de investigación Nuevo pensamiento Administrativo. Correo: diegovaron721@yahoo.es. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7167-094X>

ganadería y el cultivo de soya (DOUROJEANNI, 2022). De forma reciente, los menonitas han sido pioneros en la ampliación de las fronteras agrícolas en América Latina (DE WAROUX et al., 2020).

Las prácticas de este grupo religioso y las problemáticas ambientales que padecen sus vecinos invitan a repensar la categoría de conflicto. Esta incluye autores clásicos pertenecientes a las ciencias sociales y humanas, como Karl Marx, Lewis Coser, Georg Simmel, Ralf Dahrendorff, Randall Collins, entre otros (VARÓN, 2018; ABARCA, 2024). En términos generales, se hace referencia a contextos en los que dos o más actores sostienen intereses, objetivos o necesidades contradictorios, lo que genera tensiones, desacuerdos, y en algunos casos, enfrentamientos violentos, tanto físicos como simbólicos, asunto que motiva la intervención de diversas instituciones. Este artículo busca responder la pregunta, ¿de qué manera la migración de 400 familias menonitas a Puerto Gaitán (Meta) continúa transformando la dinámica del conflicto socioambiental en los llanos orientales colombianos desde la perspectiva epistémica, cultural y organizacional?

El concepto de “conflicto socioambiental” ha sido acuñado para estudiar las disputas entre diversos actores sociales en torno al uso, acceso, control, aprovechamiento o conservación de recursos naturales. Estos conflictos surgen por diversas prácticas, entre ellas la minería, la deforestación, la expansión de la agroindustria, la contaminación industrial, entre otros. Mariana Walter (2009), Anthony Bebbington (2009), Maristella Svampa (2013), Joan Martínez Alier (2021) y Enrique Leff (2022) son algunos de los autores que los han estudiado en América Latina. Se identifican tres aproximaciones teóricas: la primera proviene del post-materialismo que incluye la sociología y la ciencia política. La segunda destaca la economía y la ecología política. Y la tercera vincula a los estudios latinoamericanos del extractivismo (MURADIAN et al., 2003; WALTER, 2009). No obstante, se propone un camino alternativo para complementar estos estudios en los llanos orientales colombianos.

Los grupos humanos son diversos también en razón de su *concepción epistémica*, esto incluye variadas formas religiosas, culturales, políticas y organizacionales. Esta diversidad está presente en los conflictos socioambientales. Particularmente si se consideran diversas visiones del conocimiento, concepciones culturales y modos de organización frente a la producción agrícola. Al identificar este vacío de las aproximaciones que estudian los conflictos socioambientales, se propone la perspectiva epistémica, cultural y organizacional (PECO por sus iniciales en español). Para sustentarla, se recurre a Isabelle Stengers (2014 y 2019) quien integra lo epistémico desde la “cosmopolítica” y a Gareth Morgan (1990 y 2011) la metáfora política para analizar los “conflictos interorganizacionales” en abierta competencia por recursos. Estos conceptos posibilitan relacionar

los diferentes mundos y racionalidades. En este sentido, se busca ampliar la mirada de los conflictos socioambientales, trascendiendo los enfoques habituales al integrar el conocimiento cultural y organizativo.

Este artículo busca analizar el conflicto socioambiental generado por los intereses de tres organizaciones: menonitas, indígenas Sikuani, y la Corporación Ambiental del Meta desde la PECO. Con la migración de 400 familias menonitas a Puerto Gaitán (Meta) – Colombia, en el año 2016, se intenta comprender una nueva dinámica del conflicto en los llanos orientales. Este grupo religioso ha sido cuestionado por los métodos de explotar la tierra. Al extender la frontera agrícola se genera un detrimento de los recursos naturales y, por esto, la necesidad de una fuerte regulación. Mientras los menonitas buscan consolidar su autonomía religiosa, su impacto ambiental se presenta como un desafío por resolver (PEDROZA, 2020). Para el logro del objetivo propuesto, se recurrió a la observación participante, entrevistas semiestructuradas, y revisión de fuentes secundarias. Se busca revisar con detenimiento las acusaciones sobre la producción y reproducción de prácticas “depredadoras”, en momentos que aumentan los impactos del cambio climático en la Orinoquía colombiana. El debate incluye la revisión sobre la compra de tierras, que varias comunidades Sikuani han reclamado como parte de su propiedad colectiva y ancestral. Es urgente reflexionar sobre las epistemologías que se encuentran inmersas en este conflicto socioambiental.

2 PERSPECTIVA EPISTÉMICA, CULTURAL Y ORGANIZACIONAL (PECO)

Donna Haraway (2013) señala la necesidad de conocimientos situados que propendan por construir una inteligencia pública de la ciencia. Los problemas reales de la sociedad, y las urgencias que enfrenta el planeta, deben ser atendidos de forma holística, incluyendo lo cultural y lo organizacional. Siguiendo a Deleuze y Guattari, es momento de empezar una aventura relevante para las humanidades contemporáneas, creando conceptos de forma libre y salvaje (STENGERS, 2020). Asumiendo este reto, se configura la PECO al retomar los aportes más relevantes de la filósofa belga Isabelle Stengers (2014) quien propuso una epistemología crítica y a Gareth Morgan (1990) por su planteamiento de entender a la organización como una metáfora sobre el sistema político y sus efectos en el entorno (2011). Cuando el saber experto del científico se impone a la ciudadanía y aumenta el negacionismo de la ciencia, se requiere fundamentar los debates políticos (STENGERS, 2022; MATUS, 2022).

La propuesta de Stengers es útil para reinterpretar los conflictos socioambientales a partir de la cosmopolítica. Este concepto combina “cosmos” entendido como mundo o universo. En palabras de Stengers, es el “buen mundo común”, y “política” como la gestión de la vida en comunidad. Para el abordaje de la política se integran múltiples mundos, tanto humanos como no humanos. Se destaca la idea de que no existe una única visión del mundo válida, sino que coexisten múltiples perspectivas acorde con la diversidad de la humanidad. Lo anterior permite incluir una orientación culturalista. La diversidad debe ser respetada incluyendo la toma de decisiones políticas (STENGERS, 2014). La inclusión de voces diversas, de las organizaciones indígenas y otros grupos excluidos o marginados, y escuchar incluso los susurros de los migrantes, para reconocer la importancia de las relaciones con el entorno natural. En este punto, cobra sentido la metáfora política. Dentro del sistema económico imperante, las organizaciones modernas están diseñadas como sistemas de competición por recursos limitados. Si bien pueden cooperar y colaborar para el logro de objetivos sociales, en muchos casos estas diferencias terminan en conflictos (MORGAN, 1990).

Una “ecología política sería una tecnología social de pertenencia, asumiendo la convivencia y el co-devenir como hábitat de prácticas” (STENGERS, 2005, p. 183). La autora encuentra que son inseparables las propuestas políticas y las cosmopolíticas. Entiende la ecología política como la “politización de “saberes positivos” o prácticas relativas a cosas que va más allá de la mera protección del medio ambiente (STENGERS, 2014). Busca un equilibrio entre el desarrollo humano y la sostenibilidad ambiental, cuestionando el antropocentrismo, promoviendo decisiones políticas organizativas, inclusivas y respetuosas. La cosmopolítica es una herramienta para repensar las organizaciones en un contexto global, que incluyen a grupos nativos y migrantes, donde la interdependencia y la complejidad requieren de nuevas formas de gobernanza.

Para desglosar la cosmopolítica, se incluyen los conceptos de “idiota” y “etoecología”. Stengers invita a cuestionar lo obvio y evitar soluciones simplistas que no vinculan la complejidad del mundo. El idiota es alguien que no se apresura a aceptar las “certezas” establecidas y mantiene una actitud de “escepticismo constructivo”. Igual importancia le concede a la etoecología, que enfatiza la interdependencia entre el *ethos*, comprendido como la manera de comportarse propia de un ser, y el *Oikos* como el hábitat o entorno (STENGERS, 2014). La etoecología destaca la importancia de las relaciones ecológicas y sociales, promoviendo un cuidado mutuo y una coexistencia armoniosa. No siempre se logra cuando hay violencia epistemológica. Se requiere repensar la migración de menonitas en Puerto Gaitán – Meta en

una dimensión diacrónica para entender las disputas por la tierra en esta zona. Al criticar la prevalencia del antropocentrismo en las ciencias humanas, se reconoce que la especie *Homo sapiens sapiens* no es “superior” a otras formas de vida, sino que hace parte de un entramado complejo de relaciones interdependientes.

En América Latina, los mayores grupos de depredadores han sido aquellos dedicados al narcotráfico que usan los recursos naturales para la producción de ilícitos (JONES, 2021). Es relevante reconocer las lógicas que predominan para “acelerar” el proceso de destrucción ambiental. Sin lugar a dudas, es necesario reevaluar el sistema económico prevalente en las últimas décadas. Pignarre y Stengers realizaron un análisis que llamaron “la brujería capitalista”. Se necesitan conjuros y prácticas de protección para enfrentar la vida capitalista, para quienes creen, ansían y sueñan con la transformación de este mundo: feministas, trabajadores precarizados, desempleados, pueblos originarios, activistas del medio ambiente, migrantes, entre otros (STENGERS y PIGNARRE, 2014).

¿Cómo resistir la barbarie en tiempos de catástrofes? La crítica marxista incorpora la depredación violenta entre sus cuestionamientos al capitalismo. El despojo, la destrucción, la violencia y los conflictos son dinámicas inherentes al carácter depredador del sistema imperante, al que el mundo moderno se encuentra sometido. La depredación capitalista está sujeta a la vida humana, a su modo de producción y al consumo, mermando la capacidad de sobrevivencia y agotando recursos que otras generaciones no nacidas van a utilizar. Siguiendo a Karl Marx, la devastación de la naturaleza se produce a partir de la insaciable búsqueda de subsumir la totalidad de los elementos, modificando procesos vitales para la sobrevivencia humana en forma mercantilista, que fractura la relación metabólica entre los seres humanos y la naturaleza (STENGERS, 2017).

Los migrantes en condiciones de irregularidad son etiquetados “sin derechos”, reduciéndolos a la condición de carencia, negándole la voz y la agencia, e incluso los susurros y sollozos no son escuchados. En el análisis de la migración menonita hay que incluir un aspecto legal posterior al año 2016. En Colombia, la compra de tierras o bienes no “otorga” automáticamente la nacionalidad, pero si facilita la obtención del permiso de residencia cuando la inversión es significativa (LaHAUS, 2025). Sin embargo, cursa un Proyecto de Ley 309/2023 radicado en la Cámara de Representantes de Colombia, que prohibiría la propiedad de la tierra en manos de personas naturales o jurídicas extranjeras (ESPINOSA, 2023). De aprobarse esta ley, los menonitas en el Meta “tendrán que devolver 8.346 hectáreas de tierras baldías de la nación al Estado colombiano, ya que estas tierras baldías estaban ocupadas indebidamente por los menonitas” (ESPINOSA y ARIAS, S.F., p. 12).

Los migrantes son sujetos con historia y proyectos diversos (STENGERS y PIGNARRE, 2014). Particularmente se retoma la teoría de cosmopolítica, que surgió de conversaciones sostenidas con Latour, y la reactualización del cosmopolitismo kantiano. Esto permite repensar el proyecto planificador (GIARDINI, 2024), a la vez que genera la oportunidad de cuestionar y transformar nuestras formas de pensar y actuar sobre las migraciones, en el nuevo contexto del capitalismo global (STENGERS, 2017). La PECO complementa otras perspectivas provenientes de la ecología política latinoamericana, al incluir tres elementos centrales en los conflictos socioambientales: una base epistemológica, aspectos culturales de la diversidad y formas organizativas complejas como se presenta en el caso de Puerto Gaitán - Meta.

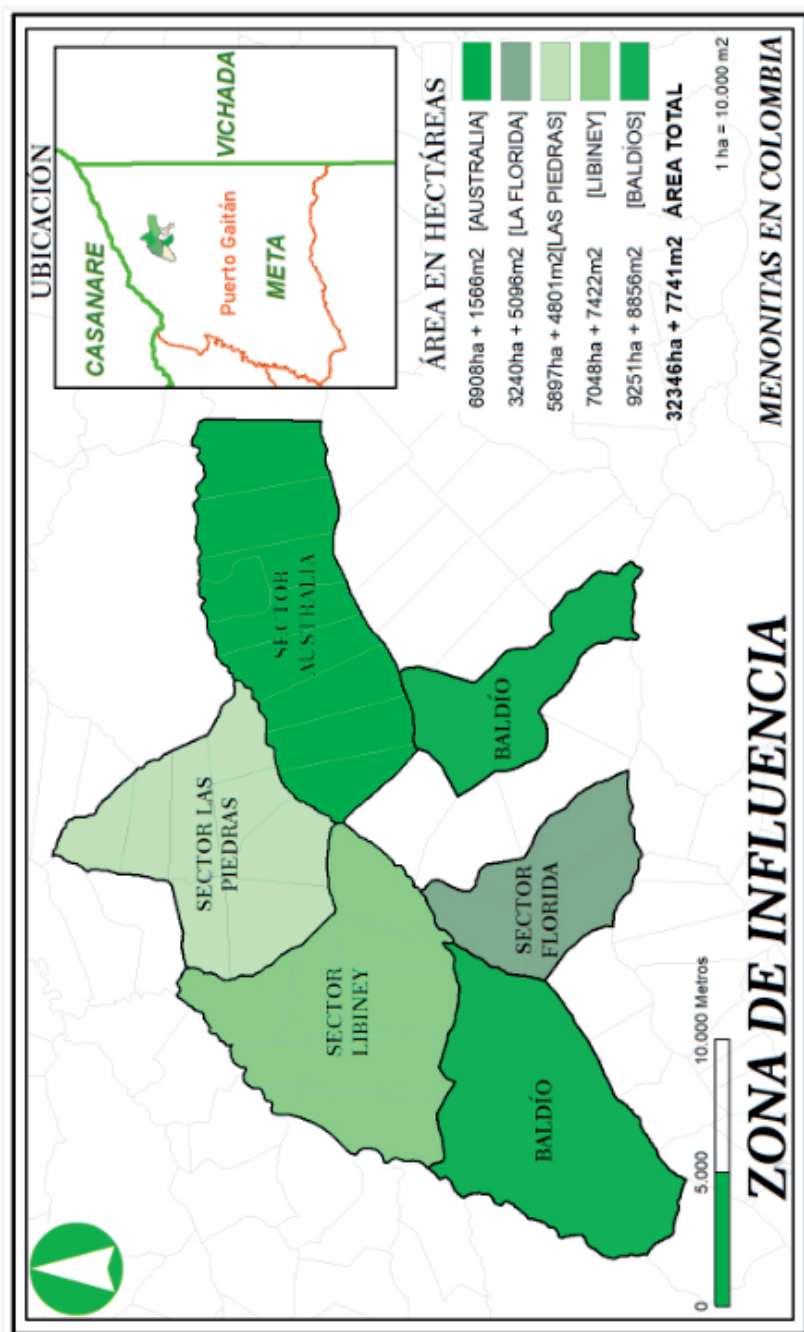
3 METODOLOGÍA

La investigación de corte cualitativa, descriptiva y diacrónica, incluyó la realización del trabajo de campo en tres municipios del departamento del Meta incluyendo su capital. Previamente se han realizado varios ejercicios orientados a profundizar en las prácticas ganaderas y la identidad en los llanos orientales (VARÓN, 2021; GIRAL y VARÓN, 2022). Se realizaron cuatro entrevistas semiestructuradas, algunas con líderes políticos. Se revisaron videos y estudios vinculados con esta migración religiosa y los conflictos derivados en Puerto Gaitán (ANDRADE, 2024), siguiendo las indicaciones de la antropología audiovisual (VARÓN & GÁLVEZ, 2024).

Se trianguló la información producto de la observación participante, las entrevistas semiestructuradas, y la revisión de fuentes secundarias. Esta revisión facilitó rastrear migraciones de menonitas en América Latina. Finalmente, se realizó una entrevista a una experta en el tema, con trabajo de campo en el estado de Zacatecas, en el mes de junio de 2024. La entrevista con esta experta fue vital para poner en cuestión ciertas generalizaciones realizadas sobre los menonitas (CRUZ, 2024; VARÓN Y GIRAL, 2024).

Desde el año 2016, se generó la migración de anabaptistas a Puerto Gaitán – Meta, como se evidencia en la Figura 1. Actualmente se han establecido alrededor de 400 familias, en una zona que históricamente ha vivido la violencia. Organizaciones ambientales e indígenas los señalan de prácticas “depredadoras” al ampliar la frontera agrícola con cultivos extensivos. En algunas colonias no hay evidencia de depredación, y en las comunidades locales valoran su trabajo, la fe religiosa y el comportamiento del “buen vecino” orientadas al desarrollo. Se hace necesario revisar las generalizaciones de “depredadores”, analizadas a la luz de la PECO por medio de los conceptos “idiota” y “etoecología”.

Figura 1 - Conflicto socioambiental por tierras.



Fuente: Rutas del Conflicto, 2021.

4 CUATRO HITOS DEL CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL EN LOS LLANOS ORIENTALES

Las luchas por el territorio de los Llanos Orientales hacen parte del proceso histórico de larga duración que se resume en cuatro hitos. Desde el siglo XVI, los jesuitas introdujeron y desarrollaron la ganadería con especies vacuna y caballar, en los actuales departamentos de Casanare y Meta. Aunque su impacto ambiental fue menor, el posterior desarrollo, a mediados del siglo XX, incrementó su impacto, debido a la producción de ganado a gran escala. El segundo aspecto histórico relevante consistió en la emancipación de los criollos, mestizos e indígenas, liberados del régimen colonial español. Durante la campaña libertadora del virreinato de la Nueva Granada, “los llaneros” desempeñaron un papel relevante en la guerra de independencia en 1819 (PÉREZ, 1987). El monumento a “los lanceros del pantano de Vargas”, ubicado en Paipa – Boyacá, realizado por el escultor colombiano Rodrigo Arenas Betancourt, rememora la sangre derramada por los nativos en las gestas independentistas.

El tercer lugar lo constituyen las prácticas de cacerías humanas llevadas a cabo en los Llanos Orientales a comienzos del siglo XX. Bajo el nombre de “las caucherías” narradas en libros como “La Vorágine” de José Eustaquio Rivera, se evocan prácticas neocolonialistas con indígenas cuasi esclavizados para la extracción del caucho. Se desarrollaron acciones nominadas como “Guahibiar o Cuibiar”, que significó “cazar” Guahibos o Cuibas, grupos indígenas de la región (FRIEDEMANN y AROCHA, 1993; DOMÍNGUEZ y GÓMEZ, 1994). Para hacer justicia étnica, en 1988, el expresidente Virgilio Barco entregó el control del territorio: 13 millones de hectáreas a los grupos indígenas (EL NUEVO SIGLO, 2022).

En cuarto lugar, se alude a las fronteras imaginarias, generadas por las distintas confrontaciones entre grupos de guerrilleros y paramilitares, con el aumento de su presencia en las últimas tres décadas (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2019). Un antecedente directo fue el nacimiento y desarrollo de guerrillas en los años 50’s, constituida por una fuerza armada en respuesta a la muerte del líder político Jorge Eliecer Gaitán (VILLANUEVA, 2012). Muchos grupos recurrieron a las armas para aumentar la riqueza basada en el cultivo, procesamiento y distribución de sustancias psicoactivas, de forma que ha sido un territorio donde se han librado sangrientas batallas (ESPINOSA et al., 2012; CASTILLEJO, 2014). Para los grupos de campesinos, las demandas actuales por los precios de los insumos hacen inviable su labor (VARÓN, 2022). Los impactos

ambientales de toda esta violencia han incidido a un sentido de pertenencia en construcción, siendo compleja para campesinos e indígenas que han abandonado sus territorios por largos períodos.

5 EPISTEMOLOGÍAS Y CULTURAS EN CONFLICTO

La acción de “cazar” Guahibos o Cuibas se ha detenido en la región en su expresión física, para buscar la desaparición cultural. Los grupos indígenas han tenido que migrar para proteger su vida de diversos grupos predadores pese a sus conocimientos ancestrales, sus lugares sagrados y sus tecnologías amigables con el medio ambiente. A pesar de los grandes retos que enfrentan la diversidad étnica, en el departamento del Meta están presentes 20 resguardos indígenas, 7 asentamientos, 2 cabildos y 1 ONG indígena, con una población calculada en 13.760 personas, siendo las más representativas las comunidades Sikuni, Guayabero, Jiw, Piapoco, Sáliba, Achaguas, entre otros (GOBERNACIÓN DEL META, 2010). Los grupos indígenas representan el 8% de la población de América Latina, y constituyen aproximadamente el 17 % de la extrema pobreza en la región (NUÑO, 2022).

Las múltiples violencias, incluyendo las económicas, han generado desplazamiento de la población indígena y la extinción de sus epistemologías para asumir identidades coloniales. Con el boom del petróleo, diversos actores civiles y armados han migrado a la zona, campesinos, desempleados y venezolanos en busca de oportunidades han llegado a la Orinoquia. Y en la historia reciente, se suman los menonitas. El lugar donde compró tierras este grupo religioso, es reclamado como territorio ancestral por tres comunidades indígenas Sikuni, quienes además han realizado denuncias por daños ambientales (MONGABAY, 2021).

La PECO basada en la cosmopolítica y la metáfora organizacional es herramienta que posibilita una mayor comprensión. El conflicto socioambiental en Colombia tiene un componente histórico basado en el fenómeno agrario no resuelto, donde las injusticias y desigualdades generadas por la posesión y tenencia de la tierra han sido recurrentes (ESPINOSA & ARIAS, S.F.). El desaparecido Incoder, que hizo parte del Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, se enfrentó a diversas disputas por venta inadecuada de baldíos en la Orinoquia, asunto que fue denunciado por líderes de Polo Democrático como Jorge Enrique Robledo y Wilson Arias (entrevista 1, junio 15 de 2017). Diversos actores sociales han impactado en la deforestación con más de 200.000 hectáreas de bosque. Varias mafias se han creado para ampliar las pasturas del ganado, la minería ilegal, la agricultura y otras actividades que

pasan por alto las políticas de entidades ambientales. A diario se tala una zona similar al tamaño de 140 canchas de fútbol, afectando a las Áreas de Manejo Especial de La Macarena.

6 ORGANIZACIÓN DE LOS MENONITAS PARA MIGRAR

Desde los años 40's, las iglesias protestantes ha tenido la intención de migrar, pero los conflictos civiles y políticos, así como la corrupción, fueron desafíos que impidieron a los menonitas “ganar almas”, en un país predominantemente católico. Con el proceso de paz adelantado en el primer gobierno de Juan Manuel Santos (2010-2014), el tema fue monitoreado por diversos actores, entre estos la Iglesia Cristiana Menonita. Coherente con los principios cristianos del pacifismo, centraron su atención en evaluar los avances de la reconciliación, mediante la construcción de: relaciones y transformación espiritual (BOWLER, 2014), las garantías para el respeto de los derechos humanos (GARCÍA, 2010; 2014) y la participación política en el diseño de estrategias y formación para la paz (BRAVO, 2020).

Antes del 2016, existían menonitas conversos en diversas partes de Colombia (ARBOLEDA, 2016). Después de esta fecha, empezaron a llegar diversas migraciones que se establecieron en la vereda La Cristalina, ubicada en el municipio de Puerto Gaitán - Meta. Medios de comunicación informaron, pocos años después, que 150 familias habían sido acusadas por generar daños forestales, bajo la creencia de la “tierra prometida”. Se demandó a este grupo religioso protestante por abrir caminos, instalar más de 41 kilómetros de alumbrado público en las 33.000 hectáreas de tierra que han adquirido. No se puede adjudicar toda la responsabilidad de la deforestación y depredación violenta de recursos en la Orinoquía a los menonitas. La perspectiva asumida para este artículo obliga interrogar si este grupo religioso ha contribuido a agravar el impacto ambiental, recrudecer los conflictos interorganizacionales con grupos étnicos de la región.

Los menonitas llegaron a Puerto Gaitán. Este es uno de los 29 municipios que conforman el departamento del Meta. Fundado en febrero 11 de 1932, goza de recursos privilegiados. Cuenta con un área de 17.499 km, haciendo parte de los municipios de gran tamaño en Colombia. Se ubica al nororiente de Villavicencio, la capital del departamento. Hace parte de la región de Manacacías, una de las zonas petroleras y ganaderas por excelencia. La rica economía del Meta se basa en la ganadería, el desarrollo agrícola y la extracción de minerales como el petróleo crudo y el gas. La cultura llanera gira en torno a la hacienda y la vaquería, que configuran parte de su identidad llanera (VARÓN, 2021). Algunas zonas han diversificado sus ingresos con

el turismo y la siembra de Palma de aceite (entrevista 2, noviembre 17 de 2021). En la entrevista realizada, Ramón Dyck señaló que Peter Wiebe, un tío suyo, viajó a una subasta en Estados Unidos. Allí conoció a un colombiano que lo invitó a visitar los llanos orientales (Agro TV, 2023; ANDRADE, 2024).

Como a Peter Wiebe le gustó la altillanura, le habló muy bien a su comunidad de la tierra colombiana. De su fertilidad, abundante agua, lluvia constante, y lo mejor, que el proceso de paz ya se adelantaba en el primer gobierno de Santos. En febrero de 2014, Ramón viajó junto con un grupo de 24 hombres menonitas. Empezaron a buscar tierras para comprar, preferiblemente que no estuvieran en el centro del departamento, porque en la periferia son más baratas. Se organizaron 80 familias para comprar 7200 hectáreas en la vereda La Cristalina. En febrero de 2016, empezó el éxodo. Alrededor de 100 familias vendieron todo en México y se vinieron para Colombia. Sin llamar la atención, compraron una finca cuyo tamaño se asemeja al área urbana de Bogotá, con más de 25.000 hectáreas. Johan Wall actualmente tiene 47 años, y lleva 8 en Colombia, señaló a un medio de comunicación “Nunca pensé que era tan bonito. Un llano tan lindo” (Los informantes, 2021). Esta organización de los menonitas para migrar, se repite en diversas partes de la región, incluyendo Ecuador (GUAMÁN, 2022) donde se expande la frontera agrícola (FORERO et al., 2023).

7 CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN PUERTO GAITÁN

Construyeron la colonia “Liviney”. Una abogada les asesoró en la compra de tierras. Posteriormente siguieron comprando más y migraron otras familias. En enero de 2024, completaron 33.000 hectáreas y alrededor de 400 familias menonitas (Nosotros TV, 2024). El litigio por tierras no se hizo esperar, con dos procesos relevantes. El primero con la entidad ambiental Cormacarena, quien los acusa de “destruir” el medio ambiente. La entidad señala que han deforestado 135 hectáreas de la selva para convertirlas en sabana y además de contaminar los cuerpos de agua. Johan Wall señaló que “nunca” han cometido este delito. Afirmó que “si cortamos arbolitos así”. Señala en el horizonte unos que están en pie y son pequeños, pero nada grande “puro pequeño”. Si tienen mucha tierra, él se pregunta “¿para qué vamos a cortar los grandes? La verdad está bonita y no nos gusta tumbar eso tampoco” (Los informantes, 2021).

Los menonitas son conscientes que, en México, enfrentan procesos por aprovechamiento de agua y tala de bosques. Pero también en Bolivia los acusan de secar y contaminar el agua de la laguna Concepción. Ocurre algo similar en Argentina. Pese a este argumento, la Corporación Ambiental del

Meta los sancionó con 8 millones de pesos y la siembra de 40 mil árboles en diversos años. Mediante el uso de drones, los predios son monitoreados continuamente para evitar daños semejantes al pasado (Las chivas del llano, 2021). Sin embargo, los futuros cambios legales podrían dejar “sin tierra” a estas familias.

El conflicto armado en la zona y la lucha por tierras para usos ilícitos, han llevado a la disminución de la diversidad étnica en la región. Muchos tuvieron que migrar para resguardar su vida. Y esto configura el segundo litigio jurídico. Desde el 2017, tres comunidades *Sikuani* reclaman sus tierras, habitadas actualmente por las tres colonias menonitas y una reconocida productora de carne de cerdo. Alba Rubiela Gaitán quien lidera la comunidad de *Barrulia*, Alexander Álvarez a la comunidad *Iwitsulibu*, y Ramón Estrada, líder de *Tsabilonia*, le exigen al estado las tierras que en el pasado les correspondían a sus comunidades. Alba Gaitán pidió a la Agencia Nacional de Tierras (ANT) que reconozca de manera oficial su territorio ancestral, luego de que fueron desplazados forzosamente por la llegada del paramilitarismo. “En el 2021 decidió regresar a su territorio, donde están enterrados sus ancestros tras no tener una respuesta pronta del Estado. Desde el 5 de abril de ese año se ha enfrentado a varios procesos de desalojo acompañados de la fuerza pública y a petición de la colonia menonita y las empresas del sector” (PUENTES, 2023, p. 1).

La autoridad indígena de la comunidad *sikuani Iwitsulibu* inició el proceso de reclamación a través de Alexander Álvarez, un hombre de 69 años que fue desplazado cuando tenía siete años. Con el nombre de las “jaramilladas”, se conoce la masacre presentada a principios de los años setenta, promovida por el Estado, en contra de los indígenas como se consigna en el *Plan de Salvaguarda Sikuani* realizado con el Ministerio del Interior. El territorio ancestral de la comunidad que lidera Álvarez se ubica en la parte norte donde se asentó la colonia menonita. Y Ramón Estrada, líder de *Tsabilonia*, otra comunidad *sikuani*, lucha junto con su familia para que le sean reconocidos los derechos territoriales de unos predios en el sector oriental de donde hoy vive la colonia menonita, y de la que salieron en los años cincuenta.

El Estado declaró estas tierras como baldíos. Pero como ha ocurrido en diversos pleitos en el Vichada con el ingenio Río Paila – Castilla, Cargill, y otras empresas que compraron tierras entre los años 2012 – 2013, se declaran irregularidades en la adjudicación. Para el caso de Puerto Gaitán, algunas de estas estuvieron en poder de un narcotraficante. Es el territorio en el que actualmente los menonitas producen de forma industrial soya, arroz y maíz. De acuerdo con esta comunidad, generan empleo, pagan impuestos y desarrollan proyectos productivos (entrevista 3, marzo 10 de 2023). En la actualidad esta situación vuelve a presentarse por la denuncia del congresista

Wilson Arias, quien asegura que han despojado campesinos y han obtenido la tierra de manera ilegal. La líder menonita en Colombia entregó detalles sobre esta cultura y las razones por las que llegaron al país. “No despojamos” a ningún grupo de campesinos, respondiendo a las denuncias generadas por el congresista (MAÑANAS BLU, 2023).

8 EPISTEMOLOGÍAS EN PUGNA Y LA LEGITIMACIÓN DE LA ÉTICA PROTESTANTE

Una estrategia relevante es desviar la atención sobre la migración proveniente del Canadá o los malos manejos del agua en otras zonas de América Latina, para señalar que son migrantes de Suiza, Países Bajos y Bélgica. De esta forma reconocen su migración originaria (entrevista 4, junio 12 de 2024). Un rasgo característico es que las mujeres evitan hablar ante las cámaras, y cuando lo hacen, se expresan en alemán antiguo o inglés. Los niños son bilingües y siguen teniendo una división del trabajo basado en el género. A pesar de las disputas por tierras, y las demandas en curso con la entidad ambiental del departamento, la percepción sobre estos migrantes es positiva: “ésta es la gente debe tener Colombia, no hay ninguna deforestación, y son productivos. Con el desabastecimiento mundial de alimentos que ya se viene, estas personas son una esperanza para Colombia” (Los informantes, 2021).

Mientras los “conflictos interorganizacionales” se generan por la competencia de recursos vitales como la tierra y el agua, el mayor conflicto socioambiental radica en las epistemologías que operan y legitiman a los ciudadanos sobre este conflicto. Para muchos connacionales, el prejuicio alimenta esta mentalidad: los indígenas al ser perezosos, no trabajar la tierra y esperar que los recursos les lleguen del Estado, no necesitan la tierra. Se invisibilizan las creencias y acciones de los Sikuaní, su participación como agentes ambientales y acciones necesarias para proteger el medio ambiente. Se les desconoce el cementerio donde están enterrados sus ancestros para dar prioridad a una ética protestante.

Los grupos menonitas, “al trabajar la tierra”, generan riqueza al vender y generar empleo en la región. Estos son los granos del trabajo, la base del sistema económico imperante. Son el motor del sistema capitalista, al punto que muchos se han manifestado ante la posibilidad de expulsarlos: “son las personas que necesita el país”. Siguiendo el concepto de idiota, el reconocimiento de los migrantes se presenta por su contribución económica, dejando de lado el impacto ambiental de estas prácticas que promueven la concentración de tierras y la expansión de la agroindustria.

Mientras los colombianos legitiman la compra de tierras por los migrantes, el conflicto se ha trasladado de los medios al campo jurídico. Solo el tiempo, el cambio climático y la escasez de recursos, le darán la razón o no a las partes en conflicto.

9 REFLEXIONES FINALES

Abordar el conflicto socioambiental en Puerto Gaitán, desde la Perspectiva Epistémica, Cultural y Organizacional, aporta al “conocimiento situado” de los fenómenos de cambio climático y migración como problemáticas actuales. Se puede corroborar que las migraciones son síntomas de un sistema capitalista en crisis. Pese a que los postulados de los fisiócratas han recibido muchas críticas con el surgimiento de nuevas formas de capitalismo, para los menonitas e indígenas, la agricultura y la posesión de tierras significan cosas distintas. Para los primeros, son la fuente más relevante de riqueza. Para los segundos, la tierra involucra la responsabilidad con los ancestros, la necesidad de cuidar estos recursos y minimizar el impacto humano sobre otras especies.

La concentración de tierras y la expansión de la agroindustria en manos de los menonitas tienen dos formas de ser percibidas. De un lado, la Corporación Ambiental del Meta ha sancionado a las primeras familias de migrantes por deforestar la tierra para aumentar los cultivos de soya, arroz y maíz. También por el uso inadecuado del agua. No solo se presenta mal uso de recursos naturales, sino que este grupo religioso se encuentra en litigios jurídicos porque diversos sectores, donde han construido sus colonias, son pertenencia desde los años 80's a tres comunidades Sikuani.

De otro lado, la percepción legitimada por la sociedad civil. En las fuentes audiovisuales analizadas, se encuentra que la mayoría de los participantes los defiende por sus actividades “responsables”, siendo un buen vecino al generar trabajo, desarrollar infraestructura, pagar impuestos, vivir en armonía con la sociedad. Reflejan los valores y prácticas ideales de la ética protestante. El idiota debe asumir una postura crítica, considerando de esta forma la complejidad del mundo al considerar todas las formas culturales y organizativas. Los aportes de Stengers y Morgan fueron relevantes para sustentar que los conflictos socioambientales reflejan, en el fondo, disputas epistemológicas que subyacen al paso del tiempo. La construcción social de la etnicidad indígena refleja un conjunto de prejuicios y preconcepciones, dando por vencedor a los migrantes generadores de riqueza.

Al incluir la orientación diacrónica, la migración menonita no es la causante de todos los conflictos y las violencias socioambientales. Es claro que, desde el periodo colonial, las disputas no se han hecho esperar. La

imagen como se ha construido al “otro”, el indígena, cuyo estigma social vincula la precariedad y la exclusión, mientras que el “otro” extranjero, al poner en movimiento su capital incluyendo actividades que afectan el medio ambiente, gana legitimidad entre el resto de colombianos.

Producto de las denuncias tanto nacionales como internacionales, los menonitas han sido señalados de ser cerrados al mundo y desarrollar prácticas destructivas al medio ambiente. Para cambiar esta imagen negativa, se han abierto a las cámaras, exponiendo aspectos de su vida tradicional. Han buscado que diferentes medios de comunicación conozcan su responsabilidad social y la contribución que han hecho en Colombia: construyendo carreteras, planificando redes de energía e internet, volviendo productivas las tierras áridas, importando maquinaria, pagando impuestos al gobierno local, donando recursos a las comunidades pobres del sector, contratando albañiles de la zona para fabricar sus casas, a docentes para que enseñen algunas clases en la escuela, y al personal que contratan durante la cosecha, comprando productos a las comunidades locales. Se han ganado la visión de ser “buenos vecinos, ciudadanos y religiosos”. En últimas, en ser buenas personas que merecen quedarse en Colombia. Sin embargo, en el Congreso se discuten cambios para regular la posesión de la tierra en manos extranjeras.

Desde la PECO se analiza el nuevo impacto potencial que los menonitas generan al conflicto socioambiental por disputas mediante recursos naturales como la tierra. Se requiere miradas que consideraren múltiples aspectos, tanto humanas como no humanas. Desde una epistemología crítica, se requiere repensar las lógicas en que se legitiman los comportamientos de los indígenas Sikuani y los migrantes menonitas al municipio de Puerto Gaitán. Para muchos connacionales se siguen alimentando prejuicios que impiden escuchar los susurros. El concepto de “idiota” permite cuestionar si sus prácticas son destructivas y buscar alternativas que respeten la complejidad ecológica, étnica, cultural y social que vive la región de la Orinoquía. La “etoecología” resalta la interdependencia entre comunidades y su entorno, promoviendo un cuidado mutuo, lo que conduce a evitar generalizaciones. Con el desarrollo de investigaciones etnográficas multisituadas, se podría avanzar en las características particulares de cada colonia, y sus formas de relaciones sociales, así como los conflictos socioambientales que experimentan en otras regiones de América Latina.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARCA, A. Estado, dominación y crisis política: contribuciones marxistas a la discusión contemporánea. **Encrucijada Americana**, v. 16, n. 1, p. 101-119, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53689/ea.v16i1.225>.
- AGRO TV. **Finca Liveiny**: Cómo producen los menonitas tecnificados en Colombia. [S. l.]: YouTube, 12 ago. 2023. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=XWulkEvfjCA>. Acesso em: s/d/a.
- ANDRADE, M. **Presencia menonita en el Meta, ¿más allá de una cuestión migratoria?** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2024.
- ARBOLEDA, C. Ecumenismo y reconciliación en Colombia. **Revista Vida Nueva**, n. 147, p. 23-30, 2016.
- BEBBINGTON, A. The new extraction: rewriting the political ecology of the Andes? **NACLA Report on the Americas**, v. 42, n. 5, p. 12-20, 2009.
- BOWLER, E. **Religion and peace**: a case study on Monnonite peace initiatives in Colombia. 2014. Dissertation (Master of Arts in International Development Studies) – Saint Mary’s University, [S. l.], 2014.
- BRAVO, Y. Entre el cristianismo y la política: la incidencia política para la paz en la ideología de la iglesia cristiana menonita en Colombia. **Revista de Antropología y Sociología: Virajes**, v. 22, n. 1, p. 110-133, 2020. Disponible em: <https://doi.org/10.17151/rasv.2020.22.1.6>. Acesso em: s/d/a.
- BREHAUT, I. **Menonitas**: el grupo que convierte la fe religiosa en deforestación en la Amazonía del Perú. Convoca, 21 jun. 2023. Disponible em: <https://convoca.pe/investigacion/menonitas-el-grupo-que-convierte-la-fe-religiosa-en-deforestacion-en-la-amazonia-del>. Acesso em: s/d/a.
- CASTILLEJO, A. La localización del daño: etnografía, espacio, y confesión en el escenario transicional colombiano. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 213-236, 2014. Disponible em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200009>. Acesso em: s/d/a.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Tiempos de vida y muerte**: memorias y luchas de los pueblos indígenas de Colombia. Bogotá: Organización Nacional Indígena de Colombia, 2019. Disponible em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/tempos-de-vida-y-muerte-memorias-y-luchas-de-los-pueblos-indigenas-en-colombia/>. Acesso em: s/d/a.
- CRUZ, M. **Comunicación personal sobre religión, organización y depredación de los menonitas**. [S. l.], 13 jun. 2024. (Entrevista/Informação verbal).

- DE WAROUX, Y.; NEUMANN, J.; O'DRISCOLL, A.; SCHREIBER, K. Pioneros piadosos: La expansión de las colonias menonitas en América Latina. **Journal of Land Use Science**, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/1747423X.2020.1855266>.
- DOMÍNGUEZ, C.; GÓMEZ, A. **Nación y étnicas**: los conflictos territoriales en la Amazonia 1750–1933. Bogotá: Coama; Disloque Editores Ltda., 1994.
- DOUOROJEANNI, M. Menonitas y deforestación en América del Sur. **Revista de Investigaciones ULCB**, v. 9, n. 1, p. 79-93, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36955/RIULCB.2022v9n1.007>.
- EL NUEVO SIGLO. **Virgilio Barco tuvo visión de entregar tierras a indígenas**: Hildebrand. 4 dic. 2022. Disponível em: <https://www.elnuevosiglo.com.co/politica/virgilio-barco-tuvo-vision-de-entregar-tierras-indigenas-hildebrand>. Acesso em: s/d/a.
- ESPINOSA, J. **Proyecto de ley del gobierno limita la propiedad de tierra de extranjeros en Colombia**. Caracol Radio, 4 dic. 2023. Disponível em: [Inserir Link se houver]. Acesso em: s/d/a.
- ESPINOSA, N.; ARIAS, W. **Aportes de la iniciativa Land Matrix para la incidencia política en Colombia**. [S. l.: s. n.], [s. f.].
- ESPINOSA, N.; GONZÁLEZ, E.; RAMÍREZ, E. Etnografía, territory y conflicto armado: metodología de una investigación sobre la construcción regional de los Llanos del Yarí (Caquetá, Colombia). **El Ágora USB**, v. 12, n. 2, p. 329-348, 2012.
- FORERO, E.; YÉPEZ, O.; RÍOS, Y. **Conflictos por uso y obtención de tierras en la altillanura colombiana, municipio de Puerto Gaitán**. Bogotá: UNAD – ECAPMA, 2023.
- FRIEDEMANN, N.; AROCHA, J. **Herederos del jaguar y la anaconda**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1993.
- GARCÍA, C. Radical ecclesiology for local churches: reflections from a Colombian Mennonite Brethren perspective. In: THIRD ENCOUNTER OF ANABAPTIST REFLECTION IN COLOMBIA, 2010, [S. l.]. **Reflections...** [S. l.: s. n.], 2010.
- GARCÍA, C. Human rights, the state and the global Mennonite community. **Journal of Mennonite Studies**, v. 32, p. 11-21, 2014.
- GIARDINI, F. Cosmopolitics. In conversation with Isabelle Stengers. **Soft Power**: revista euro-americana de teoría e historia de la política y del derecho, v. 10, n. 1, p. 39-53, 2024. Disponível em: <https://editorial.ucatolica.edu.co/index.php/SoftP/article/view/6235>. Acesso em: s/d/a.

- GIRAL, N.; VARÓN, D. Paisaje, trabajo y performance: análisis comparativo en dos casos de estudio de México y Colombia. In: CONGRESO ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA, 6., 2022, [S. l.]. **Memorias...** [S. l.: s. n.], 2022. p. 591-600.
- GOBERNACIÓN DEL META. **Cartografía social indígena del departamento del Meta**. Bogotá: Gobernación del Meta, 2010.
- GUAMÁN, J. El cristianismo anabautista menonita en el Ecuador: su incursión y establecimiento. **Revista Protesta y Carisma**, v. 2, n. 4, p. 1-30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.61303/24525308.v2i4.35>.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: **WOMEN, science, and technology**. New York: Routledge, 2013. p. 455-472.
- JONES, K. Crimen organizado y medio ambiente en Latinoamérica: un encuentro fatal. **InSight Crime**, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/es/noticias/crimen-organizado-medioambiente-latinoamerica-encuentro-fatal/>. Acesso em: s/d/a.
- LAHAUS. **¿Tienes derechos como extranjero?** Lo que debes saber al comprar propiedades en Colombia. 15 ene. 2025. Disponível em: <https://lahaus.com>. Acesso em: s/d/a.
- LAS CHIVAS DEL LLANO. **Con drones continúa control y vigilancia a predios de comunidad menonita en Puerto Gaitán**. 20 sep. 2021. Disponível em: <https://laschivasdelllano.com/con-drones-continua-control-y-vigilancia-a-predios-de-comunidad-menonita-en-puerto-gaitan/>. Acesso em: s/d/a.
- LEFF, E. **Racionalidad ambiental**: la reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI Editores, 2022.
- LOS INFORMANTES. **Menonitas en Colombia**: así vive la misteriosa comunidad religiosa en los Llanos. [S. l.]: YouTube, 15 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHNd328CMtk>. Acesso em: s/d/a.
- MAÑANAS BLUE. **Menonitas dueños de 33.000 hectáreas de tierra en el Meta desmienten que despojen campesinos**. [S. l.]: YouTube, 10 mayo 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-7zwLIvKBg>. Acesso em: s/d/a.
- MARTÍNEZ, J. **El ecologismo de los pobres**: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria, 2021.
- MATUS, Á. Isabelle Stengers: pensar y vivir juntos. **Revista Santiago**, 22 dic. 2022. Disponível em: <https://revistasantiago.cl/personaje/isabelle-stengers-pensar-y-vivir-juntos/>. Acesso em: s/d/a.

- MONGABAY. **Colombia**: menonitas deforestation un territory ancestral en el Meta. 2021. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2021/05/colombia-menonitas-deforestation-un-territorio-ancestral-en-el-meta/>. Acesso em: s/d/a.
- MORGAN, G. **Imágenes de la organización**. Madrid: Rama, 1990.
- MORGAN, G. Reflections on images of organization and its implications for organization and environment. **Organization & Environment**, v. 24, n. 4, p. 459-478, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026611434274>.
- MURADIAN, R.; MARTÍNEZ-ALIER, J.; CORREA, H. International capital versus local population: the environmental conflict of the Tambogrande mining project, Peru. **Society and Natural Resources**, v. 16, n. 4, p. 317-339, 2003.
- NOSOTROS TV. **Menonitas en Puerto Gaitán, Meta – Colombia**. [S. l.]: YouTube, 4 ene. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0J0dImtViE>. Acesso em: s/d/a.
- NUÑO, U. La depredación de los recursos y de los territorios indígenas de América Latina. **Punto Cunorte**, v. 1, n. 15, p. 271-301, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32870/punto.v1i15.159>.
- PEDROZA, R. Los mismos pero diferentes: menonitas en Chihuahua. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 82, n. 2, p. 255-279, 2020.
- PÉREZ, H. **La participación de Casanare en la guerra de Independencia 1809–1819**. Bogotá: Editorial ABC, 1987.
- PUENTES, P. **Menonitas en Colombia**: acumulación de tierras y deforestación no se detienen en Los Llanos Orientales. Mongabay, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2023/08/menonitas-en-colombia-acumulacion-de-tierras-y-deforestacion-no-se-detienen/>. Acesso em: s/d/a.
- RUTAS DEL CONFLICTO. **Los menonitas acumulan en los Llanos una tierra con pasado turbio**. 2021. Disponível em: <https://rutasdelconflicto.com/notas/los-menonitas-acumulan-los-llanos-tierra-pasado-turbio>. Acesso em: s/d/a.
- STENGERS, I. Introductory notes on an ecology practices. **Cultural Studies Review**, v. 11, n. 12, p. 183-196, 2005.
- STENGERS, I. La propuesta cosmopolítica. **Revista Pléyade**, n. 14, p. 17-41, jul./dic. 2014.
- STENGERS, I. **En tiempos de catástrofes**: cómo resistir a la barbarie que viene. Barcelona: Ned Ediciones, 2017.

- STENGERS, I. **Otra ciencia es posible**: manifiesto por una desaceleración de las ciencias. Barcelona: Ned Ediciones, 2019.
- STENGERS, I. **Pensar con Whitehead**: una creación de conceptos libre y salvaje. Buenos Aires: Cactus, 2020.
- STENGERS, I. **Reactivar el sentido común**: Whitehead en tiempos de debacle y negacionismo. Barcelona: Ned Ediciones, 2022.
- STENGERS, I.; PIGNARRE, P. **La brujería capitalista**: prácticas para prevenirla y conjurarla. Buenos Aires: Hekht Libros, 2014.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: s/d/a.
- VARÓN, D. **El proceso de institucionalización de las Empresas Municipales de Cali-Colombia (1931–2016)**: relaciones de poder y conflicto durante su intervención. Medellín: Universidad EAFIT, 2018.
- VARÓN, D. En busca de la ganadería colombiana como patrimonio: una reflexión desde el trabajo, los cantos, y la identidad cultural. In: CONGRESO DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE CIENCIAS ANTROPOLÓGICAS Y ETNOLÓGICAS (IUAES), 2021, Yucatán. **Heritage and work...** [S. l.: s. n.], 2021.
- VARÓN, D. Relatos de experiencias sobre el campesinado en América Latina: formación, docencia e investigación. **Estudios de Extensión en Humanidades**, p. 136-152, 2022. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/EEH/inde>. Acesso em: s/d/a.
- VARÓN, D.; GÁLVEZ, F. De la calle al YouTube: representaciones e imágenes de poder en el caso de Emcali-Colombia. **Mente STEM**, v. 2, n. 1, p. 40-54, 2024.
- VARÓN, D.; GIRAL, N. Depredación violenta de recursos naturales: migración de menonitas de Chihuahua (México) a Meta (Colombia). In: CONGRESO MEXICANO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL Y ETNOLOGÍA (COMASE), 7., 2024, [S. l.]. **Memorias...** [S. l.: s. n.], 2024.
- VILLANUEVA, O. **Guadalupe Salcedo y la insurrección llanera, 1949-1957**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.
- WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental... reflexionando sobre enfoques y definiciones. **Cip Ecosocial**, p. 2-9, 2009.

ZAPATA, M. **La huella devastadora del avance de la deforestación menonita en la selva de Perú:** reportaje fotográfico. Mongabay, 14 feb. 2025. Disponível em: [Inserir Link se houver]. Acesso em: s/d/a.

RESUMEN

Este artículo busca analizar los conflictos socioambientales generados por la llegada de 400 familias migrantes anabaptistas provenientes de Chihuahua – México a Puerto Gaitán – Colombia. Este conflicto se aborda desde la perspectiva epistémica, cultural y organizacional (PECO). La propuesta se apoya en la filosofía de la ciencia Isabelle Stengers (2014) y en la metáfora del sistema político para estudiar las organizaciones, de Gareth Morgan (1990). Se consideran las distintas epistemologías implicadas en las disputas territoriales para la expansión agrícola de los menonitas, la defensa legal del territorio generada por los indígenas Sikuni, y la función regulatoria de la Corporación Ambiental del Meta, encargada de promover la conservación y aprovechamiento de los recursos naturales. La investigación es de corte cualitativa, descriptiva y diacrónica. Se incluyó la realización del trabajo de campo en el departamento del Meta. Se utilizaron las técnicas de observación participante, entrevistas semiestructuradas, y revisión de fuentes secundarias para la recolección de los datos. El principal aporte radica en asumir una postura crítica, considerando la complejidad del mundo al considerar todas las formas culturales y organizativas para enfrentar el cambio climático al promover el cuidado mutuo.

Palabras claves: Conflicto socioambiental; Migración menonita; Indígenas Sikuni; Puerto Gaitán; Meta - Colombia.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-environmental conflicts generated by the arrival of 400 Anabaptist migrant families from Chihuahua, Mexico, to Puerto Gaitán, Colombia. This conflict is approached from an epistemic, cultural, and organizational (ECO) perspective. The proposal is based on the work of the philosopher of science Isabelle Stengers (2014) and the metaphor of the political system to study organizations by Gareth Morgan (1990). The article considers the different epistemologies involved in territorial disputes over Mennonite agricultural expansion, the legal defense of the territory by the Sikuni indigenous people, and the regulatory role of the Meta Environmental Corporation, charged with promoting the conservation and use of natural resources. The research is qualitative, descriptive, and diachronic. Fieldwork was carried out in the department of Meta. Data collection was based on participant observation, semi-structured interviews, and a review of secondary sources. The main contribution lies in taking a critical stance, considering the complexity of the world by considering all cultural and organizational forms to confront climate change by promoting mutual care.

Keywords: Socio-environmental conflict; Mennonite migration; Sikuni Indigenous; People, Puerto Gaitán, Meta - Colombia.

Memoria organizativa y Acción Climática Popular en la Comuna 8 de Medellín

Organizational memory and People's Climate Action in Medellín's Commune 8

*Carlos Velásquez Castañeda**
Equipo Relator del Panel Interbarrial de
*Cambio Climático de Medellín***

1 INTROITO

La crisis climática constituye uno de los mayores desafíos contemporáneos, con impactos que se manifiestan de manera desigual según las condiciones socioeconómicas, políticas y territoriales. En ciudades como Medellín, los barrios populares autoconstruidos y de ladera concentran múltiples problemáticas derivadas de la falta de infraestructura adecuada y la exposición a fenómenos hidrometeorológicos cada vez más intensos. Frente a esta situación, las comunidades de la Comuna 8 han desarrollado procesos organizativos que trascienden la mera resistencia y se constituyen en propuestas de acción climática desde abajo. La articulación entre la defensa de derechos, la gestión comunitaria del riesgo y la construcción de agendas de justicia climática ha permitido consolidar una experiencia que combina memoria organizativa, pedagogía y capacidad de incidencia política.

Este relato de experiencia se estructura en secciones que dan cuenta de esta trayectoria. Primero, se da una contextualización territorial y se abordan las experiencias organizativas que antecedieron la acción climática en la

* Sociólogo de la Universidad de Antioquia (UdeA), Magíster en Estudios Urbano Regionales, Especialista en Gestión del Riesgo de Desastres. Habitante del barrio El Faro de la Comuna 8 y activista en el movimiento urbano de Medellín con más de 20 años de experiencia en procesos de incidencia social y política. <https://orcid.org/0000-0002-6543-773>.

E-mail: carlos.velasquez.comuna8@gmail.com

** El equipo técnico y directivo de este panel es un grupo interdisciplinario integrado por líderes comunitarios de movimientos sociales locales (como el Movimiento de Laderas), abogados, ingenieros ambientales y activistas civiles. Ellos coordinan y sistematizan las experiencias.

Comuna 8, con énfasis en la Mesa de Vivienda y el Movimiento de Laderas. Luego, se profundiza en la Escuela Popular para la Acción Climática como espacio formativo que dio origen al Panel Interbarrial de Cambio Climático. Posteriormente, se analiza el proceso de consolidación del Panel, su dinámica organizativa y propuestas. Finalmente, se presentan conclusiones que subrayan los aportes de estas experiencias a la justicia climática y a la construcción de alternativas frente a la crisis global.

2 CONTEXTUALIZACIÓN TERRITORIAL: COMUNA 8 DE MEDELLÍN

Medellín, capital del departamento de Antioquia (Colombia), cuenta con una población estimada de 2,6 millones de habitantes (DANE, 2024) y se ubica en el Valle de Aburrá, un corredor interandino de la cordillera central que estructura la vida urbana del noroccidente colombiano. En su zona centro-oriental se localiza la Comuna 8, un territorio que alberga cerca de 150.000 habitantes (DANE, 2024) distribuidos en 18 barrios oficiales. No obstante, la existencia de alrededor de 33 Juntas de Acción Comunal (JAC) refleja la complejidad del tejido social y la diversidad de identidades barriales que caracterizan este sector de ladera, históricamente marcado por un déficit de infraestructura y procesos de urbanización informal.

La Comuna 8 concentra algunos de los barrios con mayores niveles de vulnerabilidad socioambiental de la ciudad, donde las pendientes pronunciadas, la ocupación de áreas de alto riesgo y la fragilidad de las redes de servicios públicos han configurado un territorio expuesto a deslizamientos, avenidas torrenciales, inundaciones y erosión. Estos fenómenos se han intensificado con la variabilidad climática, generando emergencias recurrentes que revelan la interacción entre desigualdades urbanas y riesgos socioambientales. A ello se suma la presión urbanística sobre el borde urbano-rural y la ausencia de obras estructurales de mitigación, elementos que profundizan la precariedad habitacional.

En este escenario, la Comuna 8 se ha consolidado como un territorio emblemático para comprender cómo las comunidades populares transforman la defensa de derechos básicos, como el acceso al agua o la vivienda, en agendas más amplias de gestión comunitaria del riesgo y acción climática. La fuerza de sus organizaciones no deriva únicamente de la movilización social, sino de la necesidad de responder cotidianamente a los impactos ambientales y a las desigualdades estructurales. La trayectoria organizativa acumulada muestra cómo la crisis climática ha sido reinterpretada desde los barrios como un problema de justicia social y defensa territorial, dando lugar a un tejido organizativo comunitario singular en el contexto urbano latinoamericano.

3 DE LA EXIGIBILIDAD DE DERECHOS A LA GESTIÓN DEL RIESGO

La Comuna 8 constituye un escenario de organización comunitaria frente a las desigualdades urbanas, la precariedad habitacional y los riesgos socioambientales que históricamente han marcado este territorio. En este contexto han emergido procesos que han transitado desde la lucha por el acceso a derechos básicos hasta la configuración de agendas de gestión del riesgo y acción climática. La trayectoria de la Mesa de Vivienda y Hábitat y del Movimiento de Laderas permite comprender la continuidad y transformación de las luchas colectivas, evidenciando cómo la protesta por condiciones dignas de habitabilidad se ha convertido en propuesta de justicia climática.

La Mesa de Vivienda, creada en 2011, se consolidó como una de las experiencias comunitarias con mayor incidencia política en Medellín. Su antecedente inmediato fue la Mesa Interbarrial de Desconectados (2009) y la Red de Organizaciones Comunitarias de Medellín (1999). Estos espacios denunciaban las desconexiones de servicios públicos y defendían su carácter de derecho fundamental, en un contexto donde amplios sectores populares eran privados de agua potable y energía eléctrica. En sus primeros años, la Mesa de Vivienda centró sus esfuerzos en la defensa de la permanencia de las comunidades en el territorio, el acceso a programas de mejoramiento de vivienda y la ampliación de coberturas de servicios públicos.

Con el tiempo, la Organización amplió su horizonte de acción hacia problemáticas como la precariedad de los barrios, el riesgo de deslizamientos y las amenazas de desalojo del Cinturón Verde y Jardín Circunvalar, incorporando a su agenda temas de ordenamiento territorial, Mejoramiento Integral de Barrios (MIB) y gestión del riesgo. En este tránsito, la Mesa articuló un trabajo pedagógico sostenido a través de Escuelas de Formación Popular, que le permitió no solo fortalecer liderazgos, sino también producir diagnósticos propios y formular propuestas.

La incidencia de la Mesa se expresó en múltiples escenarios: desde la organización de Cabildos Abiertos (2017, 2019, 2021, 2023), consultas populares (2014, 2016) y audiencias públicas. Estos espacios de deliberación, acompañados de acciones de presión política, lograron situar a la Comuna 8 como referente de participación comunitaria en Medellín. Entre sus logros se destaca la formulación del Plan Integral de Gestión del Riesgo y Adaptación al Cambio Climático de la Comuna 8. Más recientemente, y luego del Cabildo Abierto por una Acción Climática Incluyente, surge el Acuerdo Local 008 de 2023 que cristalizó esta trayectoria, incorporando medidas concretas para la mitigación de riesgos y la adaptación climática desde un enfoque incluyente.

Dicho acuerdo integra las “Ocho por la 8”, que son 8 medidas prácticas y de bajo costo que pueden ser implementadas en barrios autoconstruidos y de ladera; y ocho estrategias de acción climática que abarcan desde la gestión ambiental y el ordenamiento territorial hasta la gobernanza climática y el derecho a una vivienda segura, mostrando la capacidad de la Mesa para transformar las reivindicaciones populares en instrumentos normativos de alcance local.

El Movimiento de Laderas, surgido en 2020, constituye un segundo hito en este proceso de acumulación organizativa y nació articulado a la gestión comunitaria del riesgo y a la construcción de una narrativa popular de la crisis climática. Su conformación incluyó a la Mesa de Vivienda, la Corporación Jurídica Libertad, la Mesa Interbarrial de Desconectados y los colectivos Tejeaña y La Moradia, así como liderazgos independientes comprometidos con la defensa del territorio. Aunque sus integrantes ya trabajaban en gestión del riesgo desde 2015 y Tejeaña (anteriormente Montanoa) ya venían con mucha más experiencia desde el enfoque de la Gestión Comunitaria del Riesgo, la articulación formal coincidió con un momento de crisis: la superposición de tres fenómenos consecutivos de La Niña y la pandemia del COVID-19.

Fue precisamente en ese contexto cuando el concepto de cambio climático irrumpió con fuerza en el movimiento con una lectura de la crisis climática como expresión de las desigualdades urbanas. El Movimiento asumió que la crisis no podía abordarse únicamente desde la incidencia política, sino que también era necesario fortalecer la autonomía comunitaria. Una de las principales fortalezas del Movimiento ha sido su dimensión pedagógica a través de Escuelas Populares de Autonomía (EPA) en tres ejes: alimentaria, hídrica y energética, la Escuela de Gestión Comunitaria del Riesgo, y la Escuela Popular para la Acción Climática, en donde los procesos han discutido colectivamente, apropiándose del tema sin depender de expertos externos.

Así mismo, la experiencia acumulada en el monitoreo de quebradas, la elaboración de planes barriales de gestión del riesgo y la presencia de profesionales vinculados al movimiento han permitido conjugar saber comunitario con conocimiento técnico, ampliando la capacidad de incidencia. La acción política del Movimiento ha trascendido así la escala local: en 2022 lideró la solicitud ante el Concejo de Medellín para declarar la emergencia climática, iniciativa que fue finalmente acogida por la Alcaldía a través del Decreto 1023 de 2022. Del mismo modo, ha promovido diálogos con expertos nacionales incluyendo investigadores del IPCC, lo que ha reforzado la legitimidad de la perspectiva popular en los debates sobre adaptación climática.

4 ESCUELA POPULAR PARA LA ACCIÓN CLIMÁTICA

La Escuela Popular para la Acción Climática (EPA Climática), realizada en 2022 bajo el liderazgo del Movimiento de Laderas, fue la primera escuela de educación popular en Medellín dedicada al cambio climático. Su propósito era generar un diálogo de saberes que permitiera comprender los impactos de la crisis en los barrios de ladera y, sobre esa base, construir estrategias de acción climática desde la autonomía comunitaria.

La EPA buscó consolidar propuestas nacidas de la organización barrial, fortaleciendo las capacidades territoriales y la autonomía política. Allí se abordaron nociones fundamentales sobre el cambio climático, las dinámicas que lo producen y las maneras desiguales en que afecta a las poblaciones, particularmente a aquellas que habitan barrios autoconstruidos en condiciones de vulnerabilidad. También colocó en el centro la justicia climática y ambiental como enfoque orientador y propició un espacio de reflexión colectiva sobre dos ejes principales: las afectaciones territoriales, que se expresan tanto en extremos de sequía como en episodios de lluvias intensas, y las posibles medidas de mitigación y adaptación que pueden implementarse desde los barrios.

Entre los aprendizajes más relevantes se encuentra que se consolidó un acervo práctico de conocimientos sobre los efectos del cambio climático en la vida cotidiana de los barrios, lo que permitió avanzar en la preparación de la población frente a escenarios de creciente incertidumbre. Se propuso la construcción de agendas comunitarias que respondan a las condiciones de habitabilidad de la Comuna 8, integrando dimensiones como la permanencia en el territorio, la garantía de derechos y la protección del tejido social y organizativo.

La trayectoria confirma que la acción climática no es patrimonio exclusivo de gobiernos y organismos técnicos, sino que puede ser construida desde abajo, articulando luchas históricas por la permanencia en el territorio con nuevas agendas frente a la crisis global. En este sentido, estas experiencias representan eslabones de una cadena de luchas y evidencian cómo la exigibilidad de derechos se amplía hacia la gestión del riesgo y cómo esta gestión se politiza y se resignifica bajo la categoría de crisis climática. Esto configura los antecedentes directos del Panel Interbarrial de Cambio Climático, mostrando que las comunidades de la Comuna 8 han transitado de la protesta por condiciones básicas de vida a la construcción de propuestas de justicia climática.

5 PANEL INTERBARRIAL DE CAMBIO CLIMÁTICO

El Panel Interbarrial de Cambio Climático (PICC) surgió en 2022 en el marco de EPA Climática. De allí emergió la propuesta de constituir un espacio análogo al IPCC, pero situado en la escala comunal, con el mandato de producir diagnósticos propios, anticipar escenarios climáticos y proponer medidas de mitigación y adaptación gestionadas desde las bases. Los participantes son reconocidos como “expertos climáticos populares”, los cuales son líderes barriales que, a partir de su conocimiento del territorio, ejercen un papel análogo al de los científicos del IPCC, aportando diagnósticos situados y recomendaciones concretas para la mitigación y adaptación.

El PICC fue concebido como un “IPCC comunitario” que articula organizaciones como la Mesa de Vivienda Comuna 8, el colectivo Tejearaña, el Movimiento de Laderas, Juntas de Acción Comunal como las de El Pacífico, El Faro, Golondrinas y Villatina; Comités Comunitarios de Gestión del Riesgo de Desastres La Libertad, El Pinal, Villatina y Los Mangos; la Mesa Ambiental de la Comuna 8; el Colectivo de Memoria Jairo Maya; la Mesa Interbarrial de Desconectados; la Red de Víctimas Sobrevivientes de la comuna; la Red de Investigación Ambiental Juvenil; y semilleros infantiles de El Pacífico y Pinares de Oriente. Es por eso que una de las características más significativas del Panel radica en su diversidad organizativa y temática. El Panel no se limita a la esfera estrictamente ambiental, sino que articula una amplia gama de actores comunitarios y esta pluralidad de perspectivas y poblaciones permite que el Panel se configure como un espacio potente y multidimensional, en el cual convergen distintos campos de acción y trayectorias de lucha. Tal heterogeneidad no solo enriquece el debate, sino que también fortalece la legitimidad del Panel como referente de acción climática con capacidad de incidir en múltiples agendas.

El Panel se ha configurado como un espacio pedagógico y político que combina metodologías participativas con incidencia territorial y política. Sus reuniones periódicas siguen una estructura que articula articulación, memoria y análisis: inician con dinámicas de confianza, continúan con la reconstrucción histórica del proceso y la lectura de contextos globales, nacionales y locales, así como con ejercicios de elaboración de escenarios y análisis de riesgos, concluyendo con alguna práctica de solidaridad activa, que incluye el intercambio de alimentos no perecederos como estrategia de adaptación social. Estos encuentros permiten evaluar los efectos del cambio climático en distintas escalas y anticipar impactos en la comuna, lo que ha dado lugar a la construcción de escenarios de riesgo que orientan la acción comunitaria.

En su trayectoria, el PICC ha identificado problemas estructurales como la injusticia climática expresada en la exclusión de las comunidades de los procesos de decisión; la intensificación de las temporadas secas asociadas a El Niño; y el aumento en frecuencia e intensidad de los eventos hidrometeorológicos extremos, conocidos popularmente como “superaguaceros”. Ante ello, el Panel ha decidido preparar a las comunidades para enfrentar las principales afectaciones que estas condiciones climáticas y políticas generan en sus territorios y modos de vida.

El valor del Panel reside en su capacidad de articular análisis multiescalares e interdisciplinarios. En sus reuniones periódicas, la reflexión trasciende el ámbito local para situarse en un marco global, reconociendo cómo la variabilidad climática y los cambios atmosféricos impactan en los territorios más vulnerables. Este enfoque integral combina la lectura crítica del problema con la construcción de posibles soluciones, expresadas en pronunciamientos y propuestas colectivas. Los intercambios entre líderes y lideresas fortalecen la dimensión pedagógica del Panel, al favorecer el diálogo de saberes entre experiencias locales, perspectivas jurídicas y conocimientos técnicos. De esta manera, el Panel se consolida como un espacio de producción de conocimiento situado, capaz de articular diagnósticos y propuestas en clave de justicia climática.

Las propuestas del Panel se despliegan en clave multiescalar. En el ámbito internacional, destacan la necesidad de que las comunidades del Sur Global tengan voz en espacios como la COP30 en Brasil, cuestionando la captura de estos escenarios por élites políticas y corporativas. En el plano nacional, exigen una educación ambiental transformadora y la descentralización de la gestión del riesgo, con especial atención a la movilidad humana inducida por la crisis climática. A nivel distrital, reclaman la reformulación del Plan de Ordenamiento Territorial y la incidencia en el Plan de Renaturalización, así como la reactivación de la Declaratoria de Emergencia Climática de 2022, que hasta ahora se percibe como un logro más simbólico que efectivo. En la escala comunal, sus planteamientos se articulan al Acuerdo Local 008 de 2023 y a la estrategia “8xla8”. Finalmente, en la escala barrial, promueven el fortalecimiento de los comités de riesgo, colectivos ambientales, grupos juveniles y semilleros infantiles como actores fundamentales de la acción climática.

La dinámica organizativa articula aprendizaje situado, memoria colectiva y liderazgo barrial; sus propuestas multiescalares conectan lo local con lo global, erigiendo el Panel como un laboratorio social de resistencia y un referente de la acción climática desde abajo. En el corto y mediano plazo, el Panel se proyecta como principal desafío la sostenibilidad del espacio mismo, garantizando que continúe siendo un lugar de encuentro para quienes

habitan los territorios de ladera, no solo para discutir los impactos del cambio climático, sino también para abordar sus causas estructurales y la necesidad de avanzar hacia la justicia climática. La perspectiva futura se orienta a fortalecer procesos locales de autonomía y autogestión, sin perder de vista la articulación con apuestas globales de incidencia política que trasciendan la demanda de obras de mitigación e interpelen directamente las desigualdades socioambientales. Así mismo, busca consolidar espacios pedagógicos que permitan ampliar la comprensión del cambio climático más allá de la gestión del riesgo, incorporando discusiones sobre economías circulares, solidaridad comunitaria y diálogos políticos que fortalezcan la capacidad organizativa.

6 ESTRATEGIAS DE ACCIÓN CLIMÁTICA

El abordaje de la crisis climática suele centrarse en las respuestas institucionales y en las políticas globales, lo que con frecuencia invisibiliza el papel de las comunidades que enfrentan de manera directa sus impactos. La experiencia de la Comuna 8 demuestra que la agencia comunitaria constituye un motor fundamental para la gestión del riesgo y la adaptación al cambio climático. En este territorio, la acción climática no se impone desde arriba, sino que se construye desde abajo a partir de los saberes locales, la autogestión y una capacidad organizativa acumulada por décadas de movilización social.

La acción climática desde abajo sintetiza tres dimensiones interdependientes. La primera se basa en los saberes locales, fruto de la experiencia empírica, la memoria colectiva y una relación cotidiana con el entorno. Estos conocimientos se expresan en prácticas como el cultivo y cuidado de huertas comunitarias, que fortalecen la soberanía alimentaria, disminuyen las emisiones de gases de efecto invernadero y mejoran la capacidad del suelo para absorber y filtrar el agua de escorrentía. Incluso los grupos de semilleros infantiles muestran cómo estos saberes se transmiten, garantizando su permanencia en el tiempo.

La segunda dimensión corresponde a la autogestión, que en la Comuna trasciende la resolución de necesidades inmediatas para consolidarse como estrategia política frente a la inacción estatal. Así, la autogestión adquiere un carácter propositivo y contestatario, ya que no se limita a suplir lo que el Estado no resuelve, sino que busca generar alternativas locales sostenibles. La tercera dimensión es la incidencia, entendida como la capacidad de las organizaciones para posicionar la acción climática en la agenda pública y generar opinión en la ciudad. El trabajo acumulado en gestión del riesgo durante más de una década ha permitido que la comunidad no solo resista los impactos del cambio climático, sino que aprenda y fortalezca sus capacidades colectivas, convirtiéndose en un referente de acción climática comunitaria.

La eficacia y sostenibilidad de estas estrategias están condicionadas por diversos factores. La trayectoria organizativa es, quizás, el principal de ellos. La experiencia previa en gestión del riesgo ha otorgado a la Comuna 8 una capacidad y un conocimiento invaluable, que facilita la consolidación de aprendizajes y permite construir sobre caminos ya recorridos. Esta acumulación histórica ha generado una experticia comunitaria que se traduce en respuestas más eficaces ante los nuevos retos climáticos. Así mismo, el acceso a recursos y conocimientos externos constituye otro factor determinante; y aunque la autogestión es el eje central, la vinculación con universidades locales e internacionales, organizaciones sociales y ONGs ofrece asesoría técnica, respaldo jurídico y, en algunos casos, apoyo financiero.

El fortalecimiento del conocimiento comunitario mediante Escuelas Populares ha sido igualmente decisivo. Estas escuelas, entre ellas la Escuela Territorial de Barrios de Ladera, las Escuelas Populares de Autonomía en sus dimensiones hídrica, energética y alimentaria, la Escuela Popular de Acción Climática, la de Gestión Comunitaria del Riesgo y las Escuelas de Ordenamiento Territorial, han abierto espacios de formación política y técnica, de aprendizaje colectivo y de preparación para la incidencia. Al democratizar el acceso al conocimiento, han permitido a la comunidad dialogar en mejores condiciones con la institucionalidad y sostener sus propuestas con argumentos sólidos.

7 CONSIDERACIONES FINALES

La Comuna 8 de Medellín se ha consolidado como un referente de acción climática popular gracias a la visibilidad alcanzada en cabildos abiertos, movilizaciones y acuerdos locales. Esta legitimidad no se limita al plano simbólico, ya que ha ampliado su capacidad de incidencia en escenarios institucionales, generando un espacio inédito donde el discurso comunitario dialoga en condiciones de mayor igualdad con la narrativa técnica y gubernamental.

La experiencia demuestra que la acción climática no es patrimonio exclusivo de gobiernos ni de organismos internacionales, sino que puede nacer y sostenerse desde las prácticas sociales de base. En este territorio, la acción climática se construye colectivamente, apoyada en los saberes locales, la autogestión y la incidencia política. Es un proceso que combina resistencia y propuesta y se alimenta de la memoria organizativa.

Esta trayectoria confirma que las respuestas comunitarias a la crisis climática no solo son posibles, sino indispensables. La acción climática se revela aquí como un campo de disputa política y de creación de alternativas

colectivas. Los procesos evidencian que la producción de diagnósticos y propuestas desde los márgenes urbanos constituye un aporte decisivo para repensar tanto las políticas públicas como los compromisos internacionales. La experiencia de la Comuna 8 confirma, además, que la justicia climática solo será alcanzada en la medida en que se reconozca la centralidad de las comunidades populares en la construcción de otras sociedades posibles.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORPORACIÓN CON-VIVAMOS; MESA DE VIVIENDA DE LA COMUNA 8; MONTANO-A. **Escuela Territorial de Barrios de Ladera:** por la formación popular, la construcción colectiva y la incidencia: documento de sistematización 2018. [S. l.]: Corporación Con-Vivamos, 2018. Disponible em: <https://kavilando.org/images/stories/documentos/Cartilla-ETBL-2018-2020.pdf>. Acesso em: s.d.a.
- CORPORACIÓN JURÍDICA LIBERTAD. **Gestión Comunitaria del Agua y del Riesgo.** 2019. Disponible em: <https://cjlibertad.org/comunicaciones/Cartilla%20gesti%C3%B3n%20comunitaria%20del%20agua%20el%20Faro%20-%20Final.pdf>. Acesso em: s.d.a.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Proyecciones de población.** Bogotá: DANE, 2024. Disponible em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>. Acesso em: s.d.a.
- COLÔMBIA. **Ley 1931 de 2018**, de 27 de julio de 2018. Por la cual se establecen directrices para la Gestión del Cambio Climático. Bogotá: Congreso de Colombia, 2018.
- INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA COLEGIO MAYOR DE ANTIOQUIA *et al.* **Plan Comunitario de Conocimiento y Reducción del Riesgo de Desastres:** Barrio El Pacífico, Comuna 8. Medellín: Colegio Mayor de Antioquia, 2016.
- PANEL INTERBARRIAL DE EXPERTOS SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO. In: **AUDIENCIA PÚBLICA DEL PANEL INTERBARRIAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO**, 2022, Medellín. [Actas...]. Medellín: Movimiento de Laderas, 2022.
- RIVERA, L.; VELÁSQUEZ, C.; GUZMÁN, H.; RAMÍREZ, A. La gestión comunitaria del riesgo: justicia espacial y ambiental. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 30, n. 3, p. 205-218, 2020.
- VELÁSQUEZ, C.; SERNA, A.; RIVERA, A. **Escuela Popular para la Acción Climática:** sistematización del proceso 2022. [S. l.]: Equipo Pedagógico Escuela; Movimiento de Laderas, 2023.

RESUMEN

La Comuna 8 de Medellín, un territorio de ladera marcado por urbanización informal, déficits históricos de infraestructura y alta exposición a riesgos socioambientales, ha consolidado uno de los procesos de acción climática popular más relevantes de Colombia. Durante más de una década, organizaciones como la Mesa de Vivienda y el Movimiento de Laderas han convertido la exigibilidad de derechos básicos en una agenda integral de gestión del riesgo y justicia climática, articulando pedagogía popular, diagnósticos territoriales e incidencia política que derivaron en avances como el Acuerdo Local 008 de 2023 y el Plan Integral de Gestión del Riesgo y Adaptación al Cambio Climático. En este recorrido destaca la creación, en 2022, del Panel Interbarrial de Cambio Climático, concebido como un “IPCC comunitario” orientado a producir análisis multiescalares, anticipar impactos y formular acciones basadas en conocimiento situado. Su diversidad organizativa, el uso de metodologías participativas y su enfoque de justicia climática han fortalecido la autonomía comunitaria y ampliado la incidencia en debates distritales y nacionales. La experiencia confirma que la acción climática desde abajo no solo es viable, sino estratégica, ya que amplifica la voz comunitaria en la toma de decisiones.

Palabras-clave: Acción Climática Popular; Comuna 8 de Medellín; Mesa de Vivienda; Adaptación al Cambio Climático

ABSTRACT

Comuna 8 in Medellín, a hillside territory characterized by informal urbanization, historical infrastructure deficits, and high exposure to socio-environmental risks, has developed one of the most significant experiences of grassroots climate action in Colombia. For more than a decade, organizations such as the Mesa de Vivienda y Hábitat (Housing and Habitat Committee) and the Movimiento de Laderas (Hillside Movement) have transformed the demand for basic rights into a comprehensive agenda of risk management and climate justice, integrating popular education, territorial diagnostics, and political advocacy. This work has resulted in concrete advances, including Local Agreement 008 of 2023 and the Plan for Risk Management and Climate Change Adaptation. A key milestone in this trajectory is the creation, in 2022, of the Inter-Neighborhood Climate Change Panel, conceived as a “community-based IPCC” designed to produce multiscale analyses, anticipate impacts, and formulate actions grounded in situated knowledge. Its organizational diversity, participatory methodologies, and climate justice orientation have strengthened community autonomy and broadened its influence in district-level and national debates. This experience demonstrates that bottom-up climate action is not only feasible but strategic, as it amplifies community voices in decision-making processes.

Keywords: People’s Climate Action; Medellín’s Commune 8; Housing Roundtable; Climate Change Adaptation.

Cómo una comunidad en Puerto Rico transformó una emergencia energética con soberanía del conocimiento

How a community in Puerto Rico transformed an energy emergency through knowledge sovereignty

*Arturo Massol Deyá**

El huracán María impactó el archipiélago de Puerto Rico el 20 de septiembre de 2017. No fue únicamente un evento meteorológico extremo, sino la manifestación más cruda de una crisis estructural prolongada: décadas de colonialismo, endeudamiento extremo, austeridad fiscal impuesta por una Junta de Control nombrada por el presidente de Estados Unidos y abandono sistemático de la infraestructura pública. En un contexto de cambio climático que intensifica la severidad de estos eventos, el huracán María expuso la fragilidad de un sistema eléctrico centralizado, obsoleto, dependiente de combustibles fósiles y profundamente desigual, así como la vulnerabilidad de una población ya afectada por pobreza energética y exclusión política.

Más allá de la tormenta, lo que colapsó fue el andamiaje institucional que privó al país de infraestructura funcional y recursos esenciales para proteger la vida. Puerto Rico quedó completamente a oscuras y, en los meses posteriores, se contabilizaron más de 3.280 muertes por encima de lo esperado, principalmente asociadas a la inseguridad energética prolongada.

Las consecuencias del huracán María no se limitaron a la destrucción material ni a la pérdida de vidas. El colapso prolongado de servicios esenciales —electricidad, agua, salud y educación— provocó uno de los mayores

* Ph.D. — Casa Pueblo de Adjuntas, Puerto Rico. Es el director ejecutivo de Casa Pueblo de Adjuntas, un grupo comunitario con 38 años de experiencia en conservación de recursos naturales, educación y desarrollo sostenible. Se graduó del sistema de educación pública (1986) y de la Universidad de Puerto Rico (1990); obtuvo su doctorado en el Centro de Ecología Microbiana de la Universidad Estatal de Michigan en 1994; y es profesor en el Departamento de Biología del Recinto de Mayagüez de la Universidad de Puerto Rico. Correo electrónico: arturomassol@gmail.com

desplazamientos poblacionales en la historia reciente de Puerto Rico. Se estima que más del 10% de la población emigró principalmente hacia Estados Unidos mientras otras experimentaron desplazamientos internos desde zonas rurales y montañosas hacia centros urbanos. Esta migración no fue una elección libre, sino una estrategia de supervivencia ante la imposibilidad de sostener la vida en comunidades abandonadas.

Mientras esto ocurría, en el corazón montañoso y eje cafetalero del país se venía construyendo un modelo de autogestión energética que no solo desafía las estructuras coloniales del poder, sino que propone un camino tangible hacia la justicia ecológica y la autodeterminación. En este contexto, la transición energética comunitaria emerge no solo como una respuesta técnica, sino como una herramienta concreta para anclar población, proteger el arraigo territorial y defender el derecho a permanecer. Este proceso no nació de la teoría ni de decisiones institucionales de arriba hacia abajo. Se forjó en el cruce entre urgencias reales, memoria organizativa y la convicción profunda de que el conocimiento —cuando nace del territorio— puede ser una herramienta de liberación.

En medio de la emergencia climática y del desastre político, la organización comunitaria Casa Pueblo —que opera con energía solar desde 1999— se convirtió en refugio y referente de cambio. Mantuvo la única emisora radial del pueblo al aire, acogió a personas electrodependientes, repartió ayuda y, sobre todo, desencadenó una transformación profunda con la certeza de que el control de la energía podía y debía gestionarse desde la comunidad.

La respuesta de Casa Pueblo surgió de una historia acumulada de organización, educación ambiental y ciencia popular. Durante décadas, la organización desarrolló un ecosistema de autogestión donde confluyen la cultura, la ciencia y la acción comunitaria. Por eso, cuando el huracán María azotó, la infraestructura técnica ya existía, pero también el tejido humano dispuesto a actuar.

Desde entonces, sin apoyo del gobierno, se han completado más de 400 proyectos solares en Adjuntas desde hogares vulnerables hasta la estación de bomberos, comercios, la escuela elemental y espacios culturales. Esta red energética ha permitido mantener servicios vitales y reducir emisiones, pero también ha transformado la relación de la gente con la energía. La electricidad dejó de ser un producto que se compra para convertirse en un derecho que se construye colectivamente.

Con el apoyo de la Fundación Honnold en 2019, se dio un paso más con **Adjuntas Pueblo Solar**, la primera microrred solar comunitaria para un centro urbano en el país. Con 700 paneles y una batería de 1 MW, el sistema

energiza comercios locales bajo el modelo de gobernanza cooperativista de ACESA (Asociación Comunitaria de Energía Solar de Adjuntas). Aquí, los propios comerciantes se convirtieron en coproductores y coadministradores de su energía. Este modelo no solo garantiza tarifas justas y estabilidad de servicio, sino que rompe con la dependencia de un monopolio energético históricamente ineficiente.

Más recientemente, junto a universidades y un laboratorio nacional de Estados Unidos, se desarrolló el **Microgrid Orchestrator**, una tecnología avanzada que permite interconectar microrredes y compartir energía en tiempo real. Validada en Adjuntas en marzo de 2025, esta innovación posibilita el intercambio bidireccional de energía entre microrredes, fortaleciendo la resiliencia comunitaria mediante un ecosistema de redes interconectadas.

Todo este recorrido —desde la emergencia hasta la innovación tecnológica— desembocó en la creación del **Laboratorio Comunitario para la Transición Energética**. No se trata de un centro de investigación tradicional, sino de un espacio arraigado en la vida comunitaria que articula formación técnica, investigación aplicada, intercambio de saberes y soberanía del conocimiento. En lugar de imponer soluciones externas, el laboratorio reconoce que las comunidades son portadoras de saberes valiosos y capaces de generar respuestas desde sus propias realidades.

¿Por qué un laboratorio en manos de la comunidad?

Porque uno de los grandes obstáculos en la transición energética es la subordinación del conocimiento a lógicas de mercado y tecnocracia. El laboratorio comunitario rompe con esa estructura al formar jóvenes, técnicos, educadores y líderes capaces de diagnosticar, diseñar y mantener sistemas adaptados a sus contextos. Además, genera datos propios para fundamentar políticas públicas, mejorar diseños, exigir derechos y proteger los territorios.

Este laboratorio no es un edificio ni un conjunto de instrumentos. Es la cristalización de un proceso largo de resistencia creativa que transforma el entorno comunitario en un campus no tradicional de aprendizaje. Es una afirmación de que la ciencia también puede ser comunitaria, justa y liberadora. Y es, sobre todo, una herramienta viva para imaginar y construir futuros posibles desde abajo.

En un mundo donde la crisis climática se acelera y los gobiernos siguen postergando decisiones, experiencias como la de Casa Pueblo en Adjuntas ofrecen esperanza y sirven de brújula para actuar desde lo local.

Foto 1 - Casa Pueblo, Radio Casa Pueblo y la Plaza de la Independencia Energética en Adjuntas, Puerto Rico



Fotografía cortesía de José Almodóvar

RESUMEN

El huracán María impactó el archipiélago de Puerto Rico el 20 de septiembre de 2017. No fue únicamente un evento meteorológico extremo, sino la manifestación más cruda de una crisis estructural prolongada: décadas de colonialismo, endeudamiento extremo, austeridad fiscal impuesta por una Junta de Control nombrada por el presidente de Estados Unidos y abandono sistemático de la infraestructura pública. En un contexto de cambio climático que intensifica la severidad de estos eventos, el huracán María expuso la fragilidad de un sistema eléctrico centralizado, obsoleto, dependiente de combustibles fósiles y profundamente desigual, así como la vulnerabilidad de una población ya afectada por pobreza energética y exclusión política. Las consecuencias del huracán María no se limitaron a la destrucción material ni a la pérdida de vidas. El colapso prolongado de servicios esenciales —electricidad, agua, salud y educación— provocó uno de los mayores desplazamientos poblacionales en la historia reciente de Puerto Rico. En este contexto, se forjó en el cruce entre urgencias reales, memoria organizativa y la convicción profunda de que el conocimiento —cuando nace del territorio— puede ser una herramienta de liberación. En medio de la emergencia climática y del desastre político, la organización comunitaria Casa Pueblo —que opera con energía solar desde 1999— se convirtió en refugio y referente de cambio. Mantuvo la única emisora radial del pueblo al aire, acogió a personas electrodependientes, repartió ayuda y, sobre todo, desencadenó una transformación profunda con la certeza de que el control de la energía podía y debía gestionarse desde la comunidad.

Palabras clave: Cambio climático; Planificación; Desplazamiento; Conocimiento comunitario; Transición energética

ABSTRACT

Hurricane Maria struck the Puerto Rican archipelago on September 20, 2017. It was not merely an extreme weather event but the starkest manifestation of a prolonged structural crisis: decades of colonialism, extreme indebtedness, fiscal austerity imposed by a control board appointed by the U.S. President, and the systematic neglect of public infrastructure. Against the backdrop of climate change—which intensifies the severity of such events—Hurricane Maria exposed the fragility of a centralized, obsolete, fossil-fuel-dependent, and deeply unequal electrical system, as well as the vulnerability of a population already affected by energy poverty and political exclusion. The consequences of Hurricane Maria extended beyond physical destruction and the loss of life. The prolonged collapse of essential services—electricity, water, healthcare, and education—triggered one of the largest population displacements in Puerto Rico’s recent history. In this context, an initiative emerged at the intersection of urgent needs, organizational memory, and the profound conviction that knowledge—when rooted in the local territory—can serve as a tool for liberation. Amidst the climate emergency and political disaster, the community organization Casa Pueblo—which has operated on solar power since 1999—became a sanctuary and a beacon of change. It kept the town’s only radio station on the air, sheltered individuals dependent on electrically powered medical equipment, distributed aid, and, above all, sparked a profound transformation driven by the certainty that energy control could and should be managed by the community itself.

Keywords: Climate change; Planning; Displacement; Community knowledge; Energy transition

Seus olhos, dois rios

Your eyes, two rivers

*Laura Santos de Souza**

Estávamos sentados à beira do rio que corre perto de nossa casa. Eu fazia o desenho de nossos nomes na areia seca. Vovó olhava para o infinito como se do outro lado houvesse alguma resposta. Ela começou a me falar de sua vida, sua infância, seus pais, de todas as idas e vindas que constituíam a história de nossa família. Das tantas vezes em que precisou se mudar, de quando atravessou as turbulentas águas de uma correnteza, agarrada apenas pelo rabo de um boi. Sua mãe gritando para ela “não largue!”. A sensação de vitória ao chegar do outro lado da margem. De como, dentre todas as incertezas, a única verdade que conhecia era a perseverança de seus pais.

Vovó tentava me explicar que casa não era um lugar, mas, sim, a sensação de ser amado por alguém. De como, quando seus pais se foram, ela perdeu um pouco esse endereço. Por um lado, eu conseguia entender bem o que ela me dizia porque, em seu colo, eu sentia algo como uma sensação de segurança, de poder respirar em paz. Mas por outro, o porquê de ela me dizer tudo isso não fazia sentido nenhum para mim. Estávamos vivendo a calma de uma vida em comunidade, onde nada nos faltava. Em minha cabeça infantil, nossas vidas estavam completas e não poderiam ser melhores. A verdade do porquê ela me disse tudo isso, eu só compreenderia plenamente anos depois. Na noite daquele mesmo dia, nossa casa foi incendiada por homens mandados pelo coronel Virgílio.

Meus pais acordaram na madrugada com o laranja ardente do fogo consumindo nossos telhados. Assustados, correram para o quarto onde eu dormia com minha avó. Me pegaram pelo colo, mamãe saiu primeiro comigo para fora da casa, sem levar mais nada. Minha vida era a única coisa que cabia em suas mãos. As chamas subiam rapidamente, e era quase impossível enxergar com toda a fumaça. Meu pai demorou o que naquele

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). Mestre em Estudos da Mídia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN). Jornalista e Radialista (UFRN).

momento pareceu uma eternidade, ao sair pela porta de entrada, estava só. “Onde está a vó?”, eu gritava, sem respostas, eles se olhavam apenas com uma dor silenciosa.

Vó Naninha ficou para trás. Não sei ao certo o que aconteceu no breve eterno momento entre a nossa saída e sua permanência. Meu pai nunca me contou, não sei se ele preferia não falar para que a culpa não penetrasse em seus ossos. Algo dentro de mim me diz que ela escolheu ficar. Talvez porque nossas memórias estavam todas ali. As poucas fotografias de toda uma vida. As mobílias construídas com suor e muito trabalho. O lugar que pensávamos ser a nossa casa definitiva. Continuo a pensar que ela me disse todas aquelas coisas porque, ao contrário dela, eu não deveria olhar para trás.

Os vizinhos tentavam ajudar, enchiam baldes com água do rio e jogavam o mais próximo que conseguiam. De nada adiantava, era uma batalha perdida contra o poder avassalador do fogo. Os capangas apenas olhavam, com a certeza de terem cumprido as ordens do coronel. Quando nada mais restou no espaço que antes era nosso lar, eles foram embora. Eu passei a temer o fogo, só de chegar perto de um fogão à lenha minhas pernas tremiam. Até que minha mãe me disse “não foi a natureza que fez isso com a gente, foi o homem”.

Passamos algumas semanas sendo acolhidos no sítio de nosso amigo mais próximo, Maciel. Dormíamos espremidos no antigo quarto de sua filha, que havia se mudado há pouco para a capital. Embora gratos, aquelas circunstâncias nos deixavam impotentes. Sem saber qual próximo passo tomar. Papai só conseguia pensar em vingança, calculava todos os possíveis cenários em que o coronel pudesse estar sozinho. Rapidamente minha mãe conseguia fazê-lo mudar de ideia, bastava olhar para mim. Dadas as condições em que vivíamos, mamãe tomou a decisão mais difícil por nós, deveríamos partir daquele lugar.

A verdade é que a nossa vida estava insustentável sob as ameaças constantes que recebíamos da Casa Amarela, lugar onde o coronel residia. Não só a nossa vida, mas a de toda nossa comunidade. Fomos o exemplo escolhido para uma lição mais profunda. Plantávamos e colhíamos, caçávamos e dividíamos entre nós o sustento. Nossos quintais eram abertos e conectados uns aos outros. Não havia fechaduras entre nós. Essa forma de vida, em que vivíamos perfeitamente ajustados uns aos outros, ameaçava o poder do coronel. Ele queria que dependêssemos dele. Queria que até mesmo o rio prestasse obediência a ele.

Talvez seja difícil de acreditar, mas o estopim para tamanha violência foi o dia em que um de nossos animais passou a cerca que fica ao redor de seu terreno. O único terreno cercado nas proximidades. O bode comeu um pouco de mato e foi o suficiente para o início de um pesadelo maior.

Poucos dias antes do incêndio, coronel Virgílio tentou fazer uma emboscada para meu pai. Um ato de covardia, veio conversando com ele pela frente enquanto um de seus capangas chegava por trás, de mansinho, feito cobra se arrastando no deserto. Seu feito não teve sucesso porque, na mesma hora, alguns homens de nossa amizade estavam voltando do trabalho com as enxadas nas costas. Papai passou a ficar em estado de alerta. Mas nunca imaginamos que seria durante o nosso sono o seu ataque fatal.

Partimos para a cidade grande em cima de um pau-de-arara por, pelo menos, dois terços do caminho. O restante da viagem foi a pé, na estrada, esperando a sorte de uma carona. Conseguimos, por fim, após algumas horas. O irmão do meu pai, tio Laurentino, já havia recebido uma carta sobre a nossa chegada. Sua resposta foi curta, porque, quanto mais longa, mais caro sairia “onde eu estiver, você sempre terá um lugar para ficar”. Ele morava em um quartinho pequeno, não existia separação de um cômodo para outro, o banheiro ficava do lado de fora e era usado por todos. Embora em teoria parecesse similar ao tipo de vida que levávamos no campo, na prática em nada se parecia. Todos viviam no limite de suas humanidades. A pobreza era tamanha que, em alguns momentos, precisamos pular uma refeição para ter o que comer na próxima. Eu pensava na minha avó todos os dias, sentia falta do nosso rio.

Nessa angústia de uma vida atropelada pela agitação da cidade, eu mal conseguia frequentar a escola. Foi com dificuldade que terminei os estudos. Eu engraxava sapatos para sobreviver, conseguia levar algumas moedas para a mesa de casa. Doze anos se passaram e nossas vidas pareciam as mesmas. Até que um dia, um homem diferente dos meus clientes habituais se sentou para engraxar os sapatos comigo. Ele estava carregando uma bolsa com algo volumoso, meus olhos curiosos não conseguiam deixar de ser atraídos para ela. Um magnetismo muito grande tomou conta de mim. Tive receio de ele pensar que eu estava interessado em roubá-lo, então me controlei ao máximo para evitar olhar.

O homem não demonstrou nenhum incômodo, e, gentilmente, me perguntou se eu gostaria de ver o que havia em sua bolsa. Sua voz era grave e bonita, mas seu sotaque demonstrava que ele não era daqui. Ele abriu sua misteriosa bolsa e retirou dela o que eu descobri vir a ser uma câmera fotográfica. Alberto me explicou que morava no país há dez anos, que havia sido forçado a migrar de seu lugar por causa da violência que assolava a sua vila. De certa forma, nossas histórias eram um pouco parecidas, isso fez nascer uma cumplicidade entre nós. Contamos nossas vidas um para o outro. O tipo de violência que ele presenciou estava em outra esfera, seu país vivia uma guerra civil, e militares, obedientes a um ditador, perseguiram o seu povo, sua única saída era fugir. Quando contei do coronel Virgílio, ele me disse que era mais ou menos assim que um ditador era.

Alberto era cerca de vinte anos mais velho do que eu, não tinha filhos. Por causa da fotografia, conseguiu estabilidade para viver com sua esposa. Penso que ele, de alguma forma, me adotou no momento em que nos conhecemos. Ele passou a frequentar a nossa casa e não se sentia nem um pouco desconfortável com o seu tamanho. Se tornou também grande amigo do meu pai e meu tio, com quem discutia política e problemas sociais por longas horas. Sua esposa e minha mãe, inseparáveis, partilhavam igualmente suas ideias e desejos de mudança.

“Quem parte sempre pensa como seria voltar para casa”, ele me disse um dia. Eu concordei, mesmo que minhas memórias estivessem cada vez mais distantes de mim. A única imagem perfeita em minha mente era o rosto de vovó em direção ao meu. Seus olhos, dois rios a se misturar com as águas à nossa frente. As pessoas sempre falam da água como um azul intenso, mas quem conhece um rio de perto sabe como é mergulhar em sua escuridão. Os olhos de vovó eram escuros e vivos como as águas de um rio.

Aprendi a manusear a câmera com a ajuda e paciência de Alberto, aos poucos fui melhorando como fotógrafo. Ele me convidou para ser seu assistente e, com o passar do tempo, eu tive a liberdade de assumir trabalhos sozinho. Muitas vezes, precisávamos viajar por semanas em decorrência do ofício, uma das razões pelas quais ele incentivou minha independência. Prestávamos serviços para alguns jornais, as reportagens mais longas exigiam muito de nós. Física e emocionalmente. Fotografar foi a forma que encontrei de contar minha própria história.

Foi em uma dessas viagens que regressei ao lugar do qual fomos embora quando eu era criança. O nome era outro, por isso não reconheci imediatamente. Mas o rio estava lá, suas águas com o mesmo movimento cadenciado de que me lembrava. A Casa Amarela já não existia mais, ao menos não como eu a conheci. O coronel havia morrido de tuberculose, como não deixou filhos, sua esposa assumiu os negócios. E por ter sido silenciada por toda uma vida, não sabíamos o quão indiferente ao seu marido ela era. Dona Margarida era neta de Seu Tião, um dos fundadores da nossa comunidade, ela foi arrancada de sua família para o matrimônio forçado. Apenas os mais velhos sabiam disso, era uma tortura enorme para o pobre Tião ser lembrado todos os dias. Foi só com a morte do coronel que ela pôde retomar o sonho do avô.

A vida ali parecia ainda melhor do que quando parti. Me sentei à beira do rio e olhei para o mesmo infinito que vovó olhava em nosso último dia juntos. Por um instante, vi uma criança, sua mãe e um boi do outro lado da margem. A criança me deu tchau e eu chorei. Naquele instante, fui inundado por uma única certeza: era hora de voltar para casa.

WAYUU APALAANCHI: corazón voltado para o mar. Direção, roteiro e produção: Luzbeidy Monterrosa Atencio. Colômbia: Dialogue Earth, 2025. 1 vídeo (5 min)¹. Disponível em: vimeo.com

Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana

Where the sea is memory: a narrative
review of the audiovisual testimony of
Clarena Fonseca Uriana

*Clarena Elizabeth Fonseca Uriana**
*Paola Andrea Cataño Gómez***
*Andrés Aristizábal Isaza****

La pieza audiovisual - el corto documental de Luzbeidy Monterrosa - constituye un registro vivo que documenta la experiencia de una comunidad indígena costera ante un proceso progresivo de pérdida territorial. Más allá de esto, la obra permite comprender el significado profundo del territorio y la mar para el pueblo Wayuú, específicamente para la comunidad Twuliá – Cachaca III.

* Lideresa indígena wayuu. Defensora de derechos colectivos, ambientalista y activista del territorio ancestral Cachaca III – Departamento de la Guajira, Colombia. Perteneciente al “Clan Uriana” Eirruku, Twuliá.

** Magíster en Desarrollo Social, especialista en urbanismo y abogada. Asociada al Centro Latinoamericano de Estudios Ambientales CELEAM. Con campo de acción en litigio estratégico asuntos de justicia socio-territorial; ordenamiento territorial y derechos colectivos.

*** Magister en derechos humanos, especialista en derecho administrativo y abogado en causas ambientales y defensa del territorio. Asociado e investigador del Centro Latinoamericano de Estudios Ambientales (CELEAM) y miembro del Panel Interbarrial de Cambio Climático.

La comunidad Twuliá hace parte del pueblo Wayuú, uno de los pueblos indígenas más extensos del Caribe colombiano. Su organización social, económica y espiritual está profundamente vinculada al territorio. En Cachaca III, el territorio no es únicamente el espacio donde se vive: es el lugar donde se es. Es el punto donde convergen la memoria familiar, los sistemas de conocimiento ancestral, las prácticas productivas y la relación espiritual con la naturaleza.

En este contexto, la mar no es solo un fenómeno geográfico. Es un elemento estructurante de la vida comunitaria. La mar representa alimento, movilidad, identidad cultural y continuidad histórica. La pesca no es únicamente una actividad económica; es una práctica de transmisión de saberes intergeneracionales. La costa no es solo un límite geográfico; es un espacio de encuentro entre generaciones, relatos, prácticas culturales, historias, huellas de vida, esperanzas, es donde se concibe el tejido social que actualmente se está desmoronando bajo el agua.

El video permite observar cómo el avance del mar se vive como una transformación existencial. La erosión costera no aparece en el relato comunitario como un evento aislado, sino como un proceso continuo que reconfigura la relación entre la comunidad y su espacio vital. Este proceso no solo reduce la extensión del territorio físico, sino que altera las condiciones materiales que hacen posible la vida colectiva: la pesca, la siembra, el tránsito, la permanencia de las familias y la seguridad alimentaria.

La lucha por el territorio que se evidencia en el relato no responde únicamente a la defensa de la propiedad sobre la tierra. Se trata de la defensa de un sistema de vida. La comunidad se enfrenta a la necesidad de defender su permanencia frente a factores que combinan crisis climática, intervenciones humanas sobre la costa y respuestas institucionales fragmentadas y tardías.

Desde un enfoque de derechos humanos, el video muestra una tensión estructural entre la vulnerabilidad territorial de la comunidad y la insuficiencia de respuestas estatales adaptadas a su realidad cultural y territorial. La comunidad no solo enfrenta un fenómeno natural; enfrenta también una desigualdad histórica en el acceso a infraestructura, inversión pública, investigación científica y políticas de adaptación climática culturalmente apropiadas.

Uno de los elementos más relevantes del testimonio audiovisual es la forma en que la comunidad plantea la adaptación como una alternativa ética y cultural frente a la reubicación. Para la comunidad Twuliá, la reubicación no representa simplemente un traslado físico. Implica la ruptura de redes sociales, la pérdida de sistemas productivos tradicionales, la desconexión espiritual con el territorio y la transformación radical de su identidad colectiva. Por esto, la apuesta colectiva es permanecer en el territorio, pues no hay otro

igual en el que nos podamos desarrollar física y espiritualmente, continuar coexistiendo con la naturaleza, con la mar, y gestionar los riesgos climáticos generados por *sukumain wajapuu*, es decir por la intervención humana.

Adaptarse, en cambio, posibilita preservar la continuidad cultural. Significa buscar mecanismos técnicos, sociales y comunitarios que permitan permanecer en el territorio, aun en condiciones de transformación ambiental. Esta postura refleja una comprensión territorial que trasciende la lógica tradicional de gestión del riesgo, basada frecuentemente en la relocalización como solución principal y en la invisibilización de “bienes” que trascienden la materialidad.

El video también permite comprender la noción de comunidad como una estructura viva de solidaridad y corresponsabilidad. La comunidad no se concibe como un conjunto de individuos que habitan un mismo espacio, sino como una red de relaciones de cuidado mutuo, trabajo colectivo y memoria compartida. En este sentido, la pérdida territorial implica también la fragmentación de estas redes sociales.

La narrativa audiovisual evidencia esta dimensión que suele quedar invisibilizada en los análisis técnicos del cambio climático: el impacto emocional y cultural de la pérdida progresiva del territorio. La erosión no se experimenta únicamente como pérdida material, sino como una sensación de desarraigo progresivo, de incertidumbre frente al futuro, la amenaza sobre la continuidad cultural y el temor sobre cómo habitar y transitar la existencia.

La experiencia de la comunidad Twuliá permite comprender que los procesos de movilidad humana generados por los impactos negativos de la crisis climática (o colapso) no siempre se presentan como desplazamientos masivos e inmediatos. En muchos casos, se manifiestan como migraciones graduales, fragmentadas y silenciosas, en las que algunas familias se ven obligadas a salir mientras otras intentan resistir en el territorio.

En este sentido, el video aporta una lectura territorial de la movilidad humana climática, mostrando que el desplazamiento no ocurre únicamente cuando el territorio desaparece completamente, sino también cuando deja de ofrecer condiciones mínimas de vida digna. El material audiovisual permite afirmar que la defensa del territorio, en el caso de la comunidad Twuliá, no se plantea como una oposición al cambio, sino como una exigencia de adaptación justa. La comunidad no niega la transformación del entorno; lo que exige es que las respuestas frente a esa transformación reconozcan su cultura, su historia y su relación ancestral con el territorio.

El testimonio evidencia que la defensa del territorio es, en realidad, la defensa del derecho a existir como pueblo en su propio espacio histórico. Desde esta perspectiva, el territorio no es un recurso: es una condición de existencia colectiva. El video constituye, por tanto, un material relevante para

comprender la relación entre cambio climático, defensa territorial, derechos indígenas y justicia climática. Su valor no radica únicamente en la evidencia visual del daño territorial, sino en la capacidad de transmitir la dimensión humana, cultural y espiritual de la pérdida territorial.

En el contexto de los debates contemporáneos sobre defensa del territorio, el caso de la comunidad Twuliá aporta una reflexión fundamental: la adaptación climática no puede pensarse únicamente en términos técnicos o de infraestructura. Debe pensarse también en términos culturales, sociales y territoriales, reconociendo que para muchas comunidades el territorio no es sustituible.

La muestra documental evidencia que para la comunidad Twuliá el territorio no es simplemente un bien intercambiable. Es la base de la existencia colectiva, de la memoria ancestral, de la organización social, de la relación espiritual con “la mar”, pues, desde su cosmovisión, los Wayuú perciben el territorio como un equilibrio entre el mundo material y el mundo espiritual, de tal manera que la pérdida territorial implica la ruptura de las condiciones que hacen posible su identidad.

INJUSTICIA CLIMÁTICA: EROSIÓN COSTERA Y DESARRAIGO

La erosión costera se ha venido consolidando como una afectación creciente en las condiciones de vida de la comunidad y es consecuencia del desequilibrio generado en el planeta por la intervención humana. Los impactos negativos en los ecosistemas marinos y costeros, la reducción de la disponibilidad de alimentos, la alteración de las economías de subsistencia, la limitación de la autonomía territorial y la amenaza de la continuidad cultural constituyen algunas de las consecuencias que la comunidad debe afrontar.

Esta situación evidencia una forma de injusticia climática que exacerba las condiciones de vida de las comunidades indígenas que en sí enfrentan un empobrecimiento y exclusión histórica por parte del Estado. Así, mientras la comunidad no cuenta con las condiciones necesarias para una vida digna, su territorio desaparece entre “la mar”, agudizando las condiciones materiales, sociales y culturales que sostienen las libertades y las capacidades para que las personas puedan desarrollar su cosmovisión.

Los y las Twuliá, como toda comunidad indígena, sostienen una relación de identidad sagrada con su territorio. Por ello, la reubicación, lejos de ser una medida de protección, simboliza la pérdida de capacidades colectivas fundamentales, especialmente aquellas asociadas al entorno vital y a la identidad territorial.

Este caso liderado por la Clarena Fonseca se enmarca en una perspectiva de justicia climática global. A lo largo de la historia, la Guajira ha sido un territorio con presencia de cadenas extractivas de orden internacional, particularmente en la explotación de recursos mineros energéticos. Situación que ha favorecido una serie de desigualdades ambientales, sociales y culturales, que se convierte en un reflejo de un patrón estructural: las comunidades periféricas son las que sostienen las economías globales mientras asumen los impactos negativos de un modelo económico internacional.

De esto, la responsabilidad no puede limitarse únicamente al Estado colombiano, sino que se extiende a la estructura global. Thomas Pogge (2008) plantea que en las situaciones que una población o comunidad enfrenta situaciones de vulnerabilidad y pobreza extrema, no pueden ser únicamente atribuibles a las dinámicas internas, sino que son una consecuencia de un orden institucional global que termina por generar más desigualdades.

En un territorio como la Guajira, la suma de procesos, como el extractivismo, la transición energética “justa” y la agudización de la crisis climática, genera una gran carga sobre las comunidades indígenas, quienes tras no beneficiarse de esta dinámica económica, deben asumir los pasivos ambientales de ésta.

Esta situación se sitúa dentro de los debates contemporáneos sobre justicia climática, donde se reconoce la necesidad de considerar responsabilidades diferenciadas y capacidades desiguales de adaptación, pues esta visión Wayuú sobre la mar, la madre, no compagina con las lógicas económicas globales: modelos económicos dominantes que transforman seres vivos en mercancías y que debilitan las estructuras ecológicas y culturales de la vida (SHIVA, 2001). Es una forma de colonialismo ecológico que solamente beneficia a quien ejerce ese poder, a costa de las comunidades que se han relacionado ancestralmente de manera espiritual con la tierra, que la protegen, preservan y defienden.

El análisis conjunto de estas perspectivas permite identificar un elemento central: el arraigo territorial como derecho colectivo. El arraigo territorial puede entenderse como el derecho de los pueblos a mantener la relación histórica, cultural, espiritual y material con sus territorios ancestrales. Este derecho no se limita a la permanencia física en el territorio, sino que incluye la continuidad de los sistemas de vida que dependen de esa relación territorial.

En el caso de Twuliá, la defensa del territorio no constituye únicamente una demanda ambiental o económica. Es una defensa de la existencia cultural, de la dignidad colectiva y del derecho a la continuidad histórica como pueblo. La adaptación territorial aparece como una estrategia de preservación cultural, mientras que la reubicación puede representar una ruptura estructural de la identidad colectiva.

Este caso evidencia que las respuestas frente al cambio climático y la erosión costera deben integrar enfoques de derechos humanos, justicia global, justicia climática y reconocimiento de derechos territoriales indígenas. Las soluciones exclusivamente técnicas o infraestructurales resultan insuficientes cuando no consideran la dimensión cultural, espiritual y comunitaria del territorio.

La experiencia de Twuliá muestra que la crisis climática no es únicamente una crisis ambiental y que esta realidad no puede comprenderse únicamente desde categorías jurídicas o ambientales. Es también una crisis de justicia, de dignidad y de reconocimiento de la diversidad de formas de relación entre los pueblos y la naturaleza. En este sentido, la protección del territorio indígena no solo constituye una obligación jurídica estatal, sino una responsabilidad ética global frente a la sostenibilidad de la vida colectiva y la pluralidad de formas de habitar el mundo.

Esta reseña busca acompañar el material audiovisual resaltando su dimensión territorial, espiritual, humana y política, contribuyendo a que el lector comprenda que, en contextos como el de la comunidad Twuliá, la defensa del territorio es, en esencia, la defensa de la vida.

NOTA

¹ Para más información: <https://dialogue.earth/es/oceanos/costa-colombia-wayuu-luchansalvar-territorio-cultura/>

El corto documental dirigido por Luzbeidy Monterrosa, indígena Wayuu (becaria de Dialogue Earth) está disponible en <https://vimeo.com/1146912406>.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POGGE, Thomas. **World poverty and human rights: cosmopolitan responsibilities and reforms**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2008.

SHIVA, Vandana. **Biopiratería: el saqueo de la naturaleza y del conocimiento**. Barcelona: Icaria, 2001. 151 p.



Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental - Painel tríptico

Sergio Ricciuto Conte

Ao reunir as três partes da obra proposta para o dossiê “Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental” no final deste volume 2, a arte se revela uma ilustração panorâmica contínua. As linhas do horizonte, a fiação elétrica, os fluxos de água e a marcha dos migrantes conectam organicamente os cenários global (105), latino-americano (106) e brasileiro (107), expressando visualmente que a crise climática não respeita fronteiras. Enfrentá-la e buscar alternativas exige reconhecimento, respeito, interlocução e ações conjuntas entre governos — locais, regionais e internacionais — e os povos afetados. Por fim, a imagem propõe uma visão integrada da justiça ambiental, indispensável para reparações e estratégias de adaptação segura tecidas na trama do conhecimento científico, tecnológico e dos saberes tradicionais.



Climate change, migration, and environmental injustice - triptych panel

Sergio Ricciuto Conte

By bringing together the three parts of the artwork proposed for the dossier “Climate change, migration, and environmental injustice” at the end of this volume 2, the art reveals itself as a continuous panoramic illustration. The horizon lines, power lines, water flows, and the march of migrants organically connect the global (105), Latin American (106), and Brazilian (107) settings, visually expressing that the climate crisis respects no borders. Confronting it and seeking alternatives demands recognition, respect, dialogue, and joint actions between governments — local, regional, and international — and the affected peoples. Finally, the image proposes an integrated vision of environmental justice, essential for reparations and safe adaptation strategies woven into the fabric of scientific, technological, and traditional knowledge.

DOSSIÊ MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MIGRAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL, VOLS. 1, 2 E 3. (REVISTA TRAVESSIA, 105, 106 E 107 – 2026)

NOTA BIOGRÁFICA DOS ORGANIZADORES

Erika Pires Ramos (RESAMA)



Advogada Pública Federal e pesquisadora brasileira. Doutora em Direito Internacional Público pela Universidade de São Paulo (USP); Fundadora e pesquisadora da RESAMA – Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais. Dedicase a compreender as dinâmicas que impulsionam as migrações internas e transfronteiriças no contexto da mudança climática e desastres, à construção de uma governança e de políticas públicas no âmbito interno e internacional enfocadas na proteção integral dos direitos humanos das populações e comunidades afetadas e na participação informada nos processos decisórios e de formulação de políticas. Membro do Conselho Editorial da Travessia - Revista do Migrante. Coorganizadora do presente Dossiê. Mãe de Marcelo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1869439538227788>

Contato: erikaprs@gmail.com

Helion Póvoa Neto (NIEM/UFRJ)



Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doc no Centro Studi Emigrazione Roma e no Scalabrinian International Migration Institute em Roma, Itália. Professor Associado Aposentado (IPPUR-UFRJ). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Membro do Conselho Editorial da Travessia - Revista do Migrante, do Conselho Editorial da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, do Conselho Científico da Revista Brasileira de Geografia e do Comitê Científico do Centro di Iniziative e Ricerche sulle Migrazioni. Experiência nas áreas de Geografia e Planejamento Urbano e Regional, geografia da população, teorias da migração, migrações no Brasil, refugiados, migração internacional e políticas migratórias. Coorganizador do presente Dossiê.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3596982026372244>

Contato: helionpovoaneto@gmail.com

Márlcio Lourenço Fernandes (UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE)



Doutor em Sociologia pelo IHEAL, da Université Sorbonne Nouvelle, e mestre em Ciências, Tecnologias e Saúde pela Université Sorbonne Paris Nord. Possui graduação em Sociologia pela UNOPAR e em Fisioterapia pela PUC Minas. Atualmente, atua como Professor Substituto no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e como pesquisador colaborador em grupos de pesquisa da Sorbonne Nouvelle e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi pesquisador visitante na University of Arizona, nos

Estados Unidos. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas relações entre migração, mudanças climáticas, precarização do trabalho e desigualdades sociais, com foco nas populações vulneráveis, nas dinâmicas de dominação e resistência e nas políticas públicas voltadas à mitigação desses impactos. Coorganizador do presente Dossiê.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1009644145381914>

Contato: lourenco.marlio@gmail.com

José Carlos Pereira (CEM/MISSÃO PAZ/GEPHOM)



Doutor em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP. Pesquisador do CEM - Centro de Estudos Migratórios. Editor da Revista Travessia. Editor Associado do Boletim VAI VEM/SPM. Vice-coordenador do GEPHOM/EACH/USP. Membro do GT CEM/LABUR/USP. Membro do GEMI/CERU/USP. Membro do GERM/PUC-SP. Membro do Comitê Científico do Simpósio Internacional Religião e Migração, e membro do Comitê de Organização do referido Simpósio. Coordenador dos seminários Diálogos no CEM. Membro da Pastoral dos

Migrantes. Temas de atuação: Sociologia das Migrações, Migração e religião, Trabalho, Sociologia Rural, Juventude. Editor do presente Dossiê.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2412510178339147>

Contato: josecarlos.pereira31@gmail.com

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail

cem@missaonspaz.org ou através

do novo portal acesse os últimos números

da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

NOTAS DE PESQUISA - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

RELATOS - Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

RESENHAS - Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

CONTOS - Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,2, margens: esquerda e direita - 2,5, cabeçalho e rodapé - 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papirus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO - revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos:

DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** - revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO - revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local*

da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

- Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: "Disponível em....", como no exemplo abaixo.

BENGTTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www._____](http://www._____.)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERA VI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

- Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

- Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2026/2027

JANEIRO – ABRIL/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 105)

MAIO – AGOSTO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 106)

SETEMBRO - DEZEMBRO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 107)

JANEIRO - ABRIL/2027

Economia humanitária, fronteiras,
securitização e militarização das
migrações (Ano XL, Ed. 108)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869